

ISSN 1984-0918
DOI - 10.21745



ACTA CIENTÍFICA

VOLUME VII:



Faculdade Patos de Minas

Patos de Minas - MG

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
ACTA CIENTÍFICA: 10.21745 - <http://dx.doi.org/10.21745/acta-cientifica>

Acta científica - Vol. 7 (2015) - Patos de Minas:
Associação Educacional de Patos de Minas, 2015
il.

Trimestral

ISSN 1984-0918

1. Ciências sociais - Periódicos 2. Educação - Periódicos. 3. Meio
ambiente - Periódicos. 4. Saúde - Periódicos. 5. Linguagem - Periódicos
I.Associação Educacional de Patos de Minas. 6. Engenharias.

CDU: 30



Faculdade Patos de Minas

Direção Geral

Paulo César de Sousa

Direção de Clínicas

Paulo César Segundo de Sousa

Direção Jurídica

Cláudio Giansanti

Coordenação de Mídias, Tecnologias, Marketing e Comunicação

Eduardo César de Sousa

Coordenação de Projetos

Sandro Pereira de Carvalho

Coordenação de Recursos Humanos

Maria Isabel Camargo

Coordenadores Cursos de Graduação:

Administração – Prof. Ms. Carla Gastadelli

Biologia – Prof. Ms. Fredston Gonçalves Coimbra

Biomedicina – Prof. Ms. Tassiano dos Reis Cardoso

Ciências Contábeis – Prof. Ms. Davy Oliveira Campos

Educação Física / Licenciatura - Profa. Ms. Rosana Mendes Maciel

Educação Física / Bacharelado - Profa. Ms. Rosana Mendes Maciel

Enfermagem – Profa. Ms. Elizaine Aparecida Guimaraes Bicalho

Engenharia Civil – Prof. Ms. Marcelo Malhero

Engenharia Elétrica – Prof. Ms. Guilherme Thiago de Sousa

Engenharia de Produção - Prof. Ms. Fabrício Silva Ribeiro

Farmácia – Profa. Ms. Margareth Costa e Peixoto Pitorra

Fisioterapia – Prof. Ms. Raphael Martins

Gastronomia – Profa. Ms. Sarah Nasser de Faria Carvalho Coelho

Matemática – Profa. Ms. Eremita Marques Nogueira Barbosa

Medicina Veterinária – Profa. Dra. Sandra Regina Afonso Cardoso

Odontologia – Prof. Ms. Fernando Nascimento

Odontologia Noturno – Prof. Ms. Roberto Gois

Pedagogia – Profa. Ms. Fabiana Ferreira dos Santos

Psicologia – Prof. Ms. Gilmar Antoniassi Júnior

EDITOR RESPONSÁVEL:

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior (UFV/CRP)

Prof. Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro (UFMT/CUA)

Prof. Dr. Hugo Christiano de Melo Soares (FPM)

Prof.^a Ms. Luciana de Araújo Mendes Silva (FPM/FCC)

Prof. Dr. LuisAntonioBitante Fernandes (UFMT/CUA)

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo (UFU/FACED)

Prof.^a Dr.^a Marly Augusta Lopes de Magalhães (UFMT/CUA)

Prof. Dr. Robson Luiz de França (UFU/FACED)

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Afonso Cardoso (FPM)

Prof.^a Dr.^a Sílvia Mara de Melo (UFGD)

PARECERISTAS

Prof. Dr. João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior (UFV/CRP)

Prof. Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro (UFMT/CUA)

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo (UFU/FACED)

Prof. Dr. LuisAntonioBitante Fernandes (UFMT/CUA)

Prof.^a Dr.^a Sílvia Mara de Melo (UFGD)

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:

Gráfica Cortes

Capas:

Gráfica Cortes

Revisão Final:

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo

REVISTA ACTA CIENTÍFICA

Volume VII

A Revista Acta Científica indica à comunidade acadêmica e científica mais uma edição do periódico que emerge do interior mineiro para o mundo. Uma revista acadêmica que chega ao sétimo número faz valer a qualidade de um projeto que mantém-se perene e forte mesmo numa época de grandes dificuldades econômicas e políticas, em especial as que atingem nosso país no entremeio de 2015/2016. Aqui registramos o labor e o esmero de pesquisadores de diversas partes do país, que nos brindaram com relatos, artigos, resenhas e contribuições respaldadas em dossiês minuciosamente pensados por editores com ampla experiência acadêmica e científica.

Na FPM investimos em ciência, incentivamos a investigação científica, os grupos de pesquisa, e não medimos esforços para capacitar àqueles que, com coragem e energia, debruçam seu tempo em laboratórios, salas de pesquisa e nos rincões mais distantes com o intuito de buscar o desenvolvimento científico emergente.

Esperamos que a Revista Acta Científica cumpra o propósito a que veio neste volume VII.

A todos (as), uma leitura que nos leve a avançar plenamente pelo mundo da ciência.

Paulo César de Souza
Diretor Geral da FPM



CARTA DO EDITOR

O Vol VII da Revista Acta Científica traz uma excelente novidade, a inserção da revista nos sistemas de indexadores. O primeiro passo para isso foi a inclusão do código DOI (Digital ObjectIdentifier), que adotaremos de agora em diante. Ele associa os artigos existentes nas plataformas digitais a um endereço eletrônico, criando-lhe um número, que passa a ser uma espécie de RG permanente do texto, possibilitando melhor gerenciamento de conteúdo e propriedade intelectual em meio digital. O segundo passo é disponibilizar os artigos na plataforma Open Journal Systems (OJS), que passaremos a utilizar a partir de agora.

A ciência não é construída isoladamente. A construção de parcerias e a busca pela qualidade nas investigações científicas fazem emergir iniciativas que tornam a vida em comunidade cada vez melhor. A pesquisa científica não pode estar alheia às necessidades que permeiam a vida em comunidade. É isso que defendemos neste novo número da Revista Acta Científica. Nossa expectativa com a seleção dos artigos que apresentamos neste volume VII está amparada em textos como os que selecionamos para comporem os dossiês temáticos. No Dossiê Engenharia e Tecnologia, SANTOS; SOUZA JÚNIOR e SANTOS apresentam um estudo de caso sobre o conforto acústico de salas de aula do Campus Santa Mônica / UFU.

No Dossiê Educação, MARZARI; MORAES e OLIVEIRA instigam a reflexão acerca da formação continuada e mediação didática dos professores formadores. SILVA, MAGALHÃES e PEREIRA trazem contribuição acerca da influência das atividades laborais no rendimento quantitativo acadêmico universitário, numa pesquisa realizada com alunos da Faculdade Patos de Minas, indicando que o rendimento acadêmico pode ser afetado pelo exercício da atividade laboral. As pesquisadoras ANJOS e SILVA oferecem um breve resumo do itinerário histórico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. RIBEIRO e MARZARI propõem uma análise do ensino de Geografia a partir experiências com abordagens teóricas de conceitos. Os pesquisadores SANTOS, TAVARES e MELO investigam a educação enquanto direito difuso e reflexões acerca dos aspectos jurídicos sobre a relação com a educação tutorial cujo objeto é o Programa de Educação Tutorial. Ainda neste eixo temático, RODRIGUES, SANTOS e SOUSA trazem uma investigação sobre a identidade dos cotistas do PET Conexões Educomunicação e a sua proposta política de ação. A pesquisadora LIMA oferece um relato de pesquisa acerca da evolução na formação dos profissionais tradutores intérpretes.

O Dossiê Saúde registra contribuição das pesquisadoras GUIMARÃES e COSTA LUCIANO acerca do conhecimento do enfermeiro frente as condutas às vítimas em parada cardiorrespiratória.

O novo Dossiê Odontologia traz contribuição dos pesquisadores REZENDE e NASCIMENTO acerca do tratamento restauradoratraumático(ART): conhecimento, aplicação e aceitação pelos cirurgiões dentistas da rede pública do município de Carmo do Paranaíba –MG. Em outro artigo, MARTINS; ARAÚJO e GÓES apresentam um relato sobre a história e evolução da auditoria em saúde bucal pública em Patos de Minas – MG.

No Dossiê Administração e Gestão Organizacional, ROYER; SILVA e JOVTEI investigam o cooperado e a aprendizagem organizacional de uma cooperativa.

No Dossiê Comunicação e Linguagens, os pesquisadores ARANTES e ARAÚJO elucidam a representação midiática e discursiva da mulher nas capas da revista TPM. Em outro artigo, SILVA e ARAÚJO analisam as táticas argumentativas no discurso religioso midiático neopentecostal. Ainda na área de comunicação, MIRANDA e ARAÚJO discutem dialogismo e discursividade nas resenhas da revista RoadieCrew. Por fim, ARAÚJO propõe uma análise de marcas educacionais a partir do que chamou de branding e discurso nas organizações.

No Dossiê Pesquisas Iniciais, vários pesquisadores que ainda caminham pelas salas de aula de cursos de graduação apresentam artigos sobre eixos temáticos vinculados a várias áreas. O espaço é aberto para graduandos de instituições diversas apresentarem papers à comunidade científica.

Nossos agradecimentos especiais às contribuições dos autores e pesquisadores.

O editor e co-editores da Revista Acta Científica, Volume VII, desejam uma leitura com novos saberes!

SUMÁRIO

DOSSIÊ ENGENHARIA E TECNOLOGIA

ANÁLISE DO CONFORTO ACÚSTICO DE SALAS DE AULA DO CAMPUS SANTA MÔNICA – UFU: ESTUDO DE CASO	13
---	-----------

Paulo Henrique dos Santos, Dogmar Antonio de Souza Júnior e Antonio Carlos dos Santos

DOSSIÊ EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO CONTINUADA: MEDIAÇÃO DIDÁTICA DOS PROFESSORES FORMADORES	27
--	-----------

Marilene Moraes Marzari, Ismael Donizete Cardoso de Oliveira e Raimundo Nonato Silva de

INFLUÊNCIA DAS ATIVIDADES LABORAIS NO RENDIMENTO QUANTITATIVO ACADÊMICO UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NA FACULDADE PATOS DE MINAS	37
---	-----------

Henrique Mendes da Silva, Alexandre Pereira Magalhães e Saulo Gonçalves Pereira

BREVE RESUMO DO ITINERÁRIO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	51
---	-----------

Meire Aparecida Mendes dos Anjos e Luciana de Araújo Mendes Silva

CURSO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO POR CONCEITOS	62
--	-----------

Hidelberto de Sousa Ribeiro e Marilene Marzari

EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO DIFUSO E REFLEXÕES ACERCA DOS ASPECTOS JURÍDICOS SOBRE A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO TUTORIAL – O CASO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET	75
---	-----------

João Pedro Omena dos Santos, Norberto de Jesus Tavares e Arthur Alves A. S de Melo

A IDENTIDADE DOS COTISTAS DO PET CONEXÕES EDUCOMUNICAÇÃO E A SUA PROPOSTA POLÍTICA DE ACÇÃO.	87
--	-----------

Edmilson Jesus Varela Rodrigues, Adriana C. Omena Santos e Gerson de Sousa

TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS: QUAIS FORAM AS EVOLUÇÕES NA FORMAÇÃO DESTES PROFISSIONAIS	100
---	------------

Claudiana Lima

DOSSIÊ SAÚDE

O CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO FRENTE CONDUTAS ÀS VÍTIMAS EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA¹	111
---	------------

Kellen De Campos Guimarães e Cristiana da Costa Luciano

DOSSIÊ ODONTOLOGIA

TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (ART): CONHECIMENTO, APLICAÇÃO E ACEITAÇÃO PELOS CIRURGIÕES DENTISTAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA- MG	129
Letícia da Costa Moreira Rezende e Fernando Nascimento	

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA AUDITORIA EM SAÚDE BUCAL PÚBLICA EM PATOS DE MINAS - MG.....	152
Victor da Mota Martins, Diogo Alves de Araújo e Roberto Wagner Lopes Góes	

DOSSIÊ ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ORGANIZACIONAL

O COOPERADO E A APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL DE UMA COOPERATIVA.....	165
Douglas Royer, Frederico Fonseca da Silva e Estanislau Gonçalves Jovtei	

DOSSIÊ COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS

A MULHER DE TPM: A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA E DISCURSIVA DA MULHER NAS CAPAS DA REVISTA TPM¹	179
Suzana Rosa Arantes e Marcelo Marques Araújo	

TÁTICAS ARGUMENTATIVAS NO DISCURSO RELIGIOSO MIDIÁTICO NEOPENTECOSTAL	192
André Luiz de Castro Silva e Marcelo Marques Araújo	

DIALOGISMO E DISCURSIVIDADE NAS RESENHAS DA REVISTA ROADIE CREW.....	207
Igor Custódio Miranda e Marcelo Marques Araújo	

BRANDING E DISCURSO NAS ORGANIZAÇÕES.....	227
Marcelo Marques Araújo	

DOSSIÊ PESQUISAS INICIAIS

O ETHOS JORNALÍSTICO DISCURSIVO DO CORINTHIANS DE 2015 NO TEXTO OPINATIVO DE CHICO LANG 1.....	245
Bruno Rafael do Prado, Ellen Melo e Marcelo Marques Araújo	

OPINIÃO A EDIÇÃO GRÁFICA: A DESPEDIDA DE DIANA PELO USA TODAY.....	253
Laura Maria Nobre Araújo, Nayara Cristina França Santos e Marcelo Marques Araújo	

***DOSSIÊ ENGENHARIA
E TECNOLOGIA***



ANÁLISE DO CONFORTO ACÚSTICO DE SALAS DE AULA DO CAMPUS SANTA MÔNICA – UFU: ESTUDO DE CASO

DOI-10.21745/ac06-01 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-01>

Paulo Henrique dos Santos *

Dogmar Antonio de Souza Júnior **

Antonio Carlos dos Santos ***

RESUMO

É cada vez maior a necessidade de atender as exigências dos usuários quanto ao conforto acústico nos mais diversos tipos de edificações. Considerando as atividades desenvolvidas em salas de aula e o que representam para o futuro de uma sociedade, a preocupação com o conforto destas salas na fase de projeto deveria ser ainda maior. Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da análise do conforto acústico de salas de aula de dois prédios do Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Foram realizados estudos quanto a capacidade de absorção dos materiais e o tempo de reverberação de seis salas de aula, sendo três em cada prédio. Os resultados obtidos na análise foram comparados com os parâmetros normativos das normas ANSI S12.60:2010 e ABNT NBR 12179:1992, a fim de verificar se as salas apresentavam condições adequadas para as atividades de ensino-aprendizagem. Para tanto, após coleta de dados em campo foi determinado analiticamente os parâmetros de absorção sonora e tempo de reverberação. Foi constatado nesta condição as salas atendem as exigências normativas.

Palavras-chave: conforto acústico, absorção sonora, reverberação, qualidade.

ANALYSIS OF ACOUSTIC COMFORT CLASSROOMS CAMPUS SANTA MÔNICA – UFU: CASE STUDY

ABSTRACT

It is increasing the need to meet the requirements of users and the acoustic comfort, in various types of buildings. Considering the activities developed in the classroom and what they represent for the future of a society, concern for the comfort of these rooms in the design phase should be even greater. This article aims to present the test results of the acoustic comfort of classrooms in two buildings of the Campus Santa Monica, Federal University of Uberlândia - UFU. The studies have been conducted as the absorption capacity of the materials and the reverberation time of six classrooms, three in each building. The results of the analysis were compared with normative parameters of ANSI S12.60: 2010 and ABNT NBR 12179:1992 in order to verify that the rooms had adequate conditions for teaching and learning activities. Therefore, after field data collection was analytically determined the sound absorption parameters and reverberation time. It was found in this condition the rooms meet the regulatory requirements.

Keywords: acoustic comfort, sound absorption, reverberation quality.

¹ Engenheiro Eletricista, Mestre em Engenharia Civil. paulohsantos88@gmail.com

² Professor da Faculdade de Engenharia Civil – Universidade Federal de Uberlândia. dogmar@ufu.br; acds@feciv.ufu.br

³ Professor da Faculdade de Engenharia Civil – Universidade Federal de Uberlândia

1 INTRODUÇÃO

A educação é um fator determinante para o desenvolvimento de um país e consequentemente de toda a humanidade. É fato que uma educação de qualidade não depende apenas de professores qualificados e valorizados, alunos nas escolas e redução do índice de analfabetismo, mas também de bons meios para ensino, de profissionais motivados e de uma infraestrutura capaz de oferecer, aos discentes e docentes, condições adequadas para aprender e se capacitar.

A qualidade acústica é importante para qualquer ambiente, entretanto, no caso de salas de aula, isto é ainda mais relevante pois influencia diretamente nos resultados do processo ensino-aprendizagem. Edifícios cujos projetos contemplem a análise do conforto acústico permitem que o desenvolvimento estudantil e de futuros intelectuais não seja prejudicado por fatores externos.

Com a implementação do REUNI – Restruturação e Expansão das Universidades Federais no Brasil a partir de 2007, as Instituições de Ensino Superior (IFEs) têm tido dificuldades para executar as análises de conforto do ambiente nos diversos projetos elaborados e executados neste período. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2012, as universidades federais têm apresentado uma elevada demanda por prédios didáticos na última década. Nos últimos 10 anos o número de matrículas em IFEs passou de 3,5 milhões para 7 milhões. No período de 2011-2012, as matrículas cresceram 4,4%, sendo 7,0% só na rede pública de ensino.

Em muitos países têm crescido a pesquisa científica seja no campo do conhecimento quanto no campo da aplicação da acústica ambiental. O mesmo acontece com o desenvolvimento de materiais e equipamentos voltados para o conforto acústico. Em dezembro de 1999 o comitê internacional, I-Ince, habilitado a investigar questões acústicas em escolas aprovou em assembleia geral uma iniciativa técnica intitulada de Noise and Reverberation Control for Schoolrooms. Os estudos realizados por este comitê têm abrangência internacional e são considerados diferentes aspectos como, clima, cultura, nacionalidade e tipologia, sendo seus resultados utilizados para balizar os critérios e as condições mínimas aceitáveis para eficiência acústica em edificações escolares.

O desconforto acústico é um problema que surge quando o nível de ruído existente ao redor do usuário o atrapalha na execução de atividades que necessitam de silêncio. Assim, a acústica em edifícios tanto residenciais como escolares é um dos parâmetros de conforto que tem causado preocupação aos pesquisadores em qualidade do ambiente construído.

Os problemas causados pelo desconforto acústico podem levar as pessoas a desgastes físicos e psicológicos. Em ambientes reverberantes, nos quais há elevados índices de reflexão sonora, o nível de pressão sonora é geralmente elevado e as pessoas têm dificuldade para se comunicarem. Nestes ambientes, as pessoas tendem a falar mais pausadamente e mais alto, tentando, ao mesmo tempo pronunciar as palavras de forma mais articulada. Assim, fazem um esforço enorme, de forma, a tornar a fala mais inteligível.

O tema acústica de salas de aula tem sido analisado e discutido nas últimas décadas nos principais eventos de acústica dentre eles estão: International Conference on Acoustics – ICA – Roma, 2001; Forum Acusticum – Sevilha, 2002; Joint Meeting of the Acoustical Society of America – Sociedade Iberoamericana de Acústica – Cancun, 2002; Euronoise – Nápoles, 2003; International Conference on Acoustics – ICA – Japão, 2004; Internoise – Rio de Janeiro, 2005; Encontro da Sociedade Brasileira de Acústica – Sobrac – Belém, 2012; Internoise – Innsbruck, 2013. Constatase que o tema tem ganhado relevância não só no exterior, mas também no Brasil.

Muitos artigos abordam problemas encontrados na acústica de sala de aula, seja por causa da má absorção sonora do ambiente seja por problemas no tempo de reverberação das salas de aulas.

Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Santos e Slama (1993) que avaliaram unidades de ensino da cidade do Rio de Janeiro, quanto a ruídos advindos interna e externamente. Os autores constataram que a maioria dos prédios escolares avaliados eram muito antigos e que não haviam sido projetados como escolas. Somado aos problemas de acústica existentes desde a construção destes prédios estavam problemas como a disposição das salas de aula. Algumas salas eram voltadas para o arruamento e outras voltadas para o pátio das escolas. Em certos horários o ruído interno, sobressaía ao ruído emitido pelas fontes externas ao prédio educacional. A conclusão deste trabalho indicou que os ruídos causados tanto por fontes internas quanto externas quando somados a falta de preparação do ambiente estavam causando problemas de aprendizagem aos alunos e de saúde aos professores que necessitavam de maior esforço vocal para serem entendidos dentro de suas salas de aula.

Hodgson et al. (1999) fizeram testes prévios em 46 salas desocupadas e em 10 salas ocupadas por estudantes na University British Columbia (UBC). Eles escolheram 30 salas desocupadas para a realização de medições, pois com os resultados obtidos para as 10 classes ocupadas serviram como base para corrigir os problemas das salas desocupadas. O principal objetivo desta pesquisa foi otimizar o planejamento acústico de salas de aula de universidades em relação a comunicação verbal.

Seep et al. (2002) desenvolveram um estudo de caso em uma sala de aula construída no final dos anos 90. A sala era alvo de reclamações dos professores com relação às condições acústica, pois apresentava altos níveis de ruídos e baixa inteligibilidade da fala. A ideia do trabalho era recomendar melhorias para as condições acústica da sala. A mesma possuía tempo de reverberação em frequências médias de aproximadamente 1,5s e também um nível de ruído acima do recomendado para estes ambientes. Como solução para o problema decidiram suspender placas de lã de vidro de 2 polegadas recobertas com tecido, que complementaria o sistema de cores da sala, no mesmo nível das luminárias pendentes. Outra solução adotada foi utilizar painéis de lã de vidro revestidos com tecidos nas paredes entre as janelas para impedir ecos com redução adicional do tempo de reverberação. Com estas modificações o tempo de reverberação para as frequências médias foi reduzido para 0,5s, melhorando o conforto acústico da sala.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conforto acústico pode ser considerado como adquirido quando em uma certa faixa de valores de ruído no ambiente, as pessoas sentem-se confortáveis. Estes valores variam de acordo com a localização, o tipo e a atividade desenvolvida no ambiente. Parâmetros, como: a frequência e o nível do som, a posição e distância relativa das fontes (internas e/ou externas) e a forma de transmissão do ruído (vibrações do próprio edifício e ondas aéreas), são fatores importantes para determinação do conforto acústico.

No tocante a dissipação, as propriedades mais importantes na determinação do comportamento acústico do som dentro dos materiais absorvedores, são a resistividade ao fluxo de ar e a sua porosidade dos materiais. A energia acústica incidente entra pelos poros e dissipa-se por reflexões múltiplas e atrito viscoso, transformando-se em energia térmica. Consequentemente, ocorre também perdas devido à condução térmica.

Para que um mecanismo de absorção seja efetivo, deve haver interconexão superficial entre os poros de ar. Basicamente, quanto maior a espessura do material absorvedor, maior será a sua capacidade de absorção nas baixas frequências. Uma absorção significativa é obtida quando a velocidade da partícula do fluido é elevada dentro material.

Nos materiais fibrosos, a energia acústica incidente entra pelas fissuras das fibras, fazendo-as vibrar juntamente com o ar, dissipando-se de tal forma por transformação em en-

ergia térmica. Para Yebra et al. (2003) são consideradas como etapas para um planejamento do estudo do controle de ruído escolar:

- a) identificar as principais fontes de ruídos internas e externas, estudando o entorno do estabelecimento estudantil;
- b) identificação da principal fonte de ruído externo, analisando o seu efeito;
- c) análise do ruído entre salas com paredes conjugadas, no que diz respeito aos níveis e tipos de transmissões;
- d) análise do tempo de reverberação;
- e) avaliação da inteligibilidade da fala;
- f) discussão sobre os sinais sonoros e o que estes expressam no clima social, levando em consideração todos os envolvidos no ambiente escolar sobre como deveriam ser os ruídos da escola.

A geometria da sala, juntamente com os materiais construtivos, os locais de abertura, as carteiras utilizadas em salas, existência de lousas acústicas entre outros materiais isolantes, devem ser levados em consideração, visto que irregularidades geométricas possuem uma influência nos valores medidos e a utilização de materiais absorventes nas superfícies melhoram o desempenho acústico da sala.

Além das propriedades citadas anteriormente, o desempenho acústico do ambiente depende também do coeficiente de absorção dos materiais. O professor de física de Harvard, Wallace Clement Sabine, foi um dos primeiros estudiosos a estabelecer condições acústicas satisfatórias. Ele desenvolveu a primeira fórmula para cálculo do tempo de reverberação, intitulada de fórmula de Sabine, dada pela Equação 1.

$$TR = 0,161 \times V/A \text{ (s)} \quad \text{Equação 1}$$

sendo:

- TR: tempo de reverberação do recinto (s);
- V: volume do ambiente (m³);
- A: área de absorção (m²).

A área de absorção pode ser calculada pela Equação 2.

$$A = \sum [\alpha \times S] \quad \text{Equação 2}$$

onde:

- α : coeficiente de absorção de cada material de revestimento e,
- S: área de cada material.

Hohmann et al. (2004) propuseram um complemento a Fórmula de Sabine. Para o cálculo da área além dos elementos construtivos da sala de aula. Segundo os autores, deve ser considerado também as áreas de absorção sonora dos elementos adicionais de funcionalidade do ambiente como carteiras, mesas, lousas e pessoas, assim como a atenuação sonora do ar. Neste caso, a área “A” será calculada pela Equação 3.

$$A = A_a + A_b + A_e + A_p + A_l \text{ (m}^2\text{)} \quad \text{Equação 3}$$

onde:

- A: Absorção equivalente da sala (m²);
- Ab: Absorção equivalente das paredes (m²);
- Ae: Absorção equivalente dos objetos (m²);
- Ap: Absorção equivalente às pessoas na sala (m²);
- Al: Absorção equivalente do ar no ambiente (m²).

Para a definição dos elementos envolvidos na determinação da área de absorção sonora equivalente para o método teórico indireto, considera além dos elementos construtivos da sala de aula, as áreas de absorção sonora dos elementos relativos à funcionalidade do ambiente (mesas, cadeiras, pranchetas, pessoas, etc.), bem como a atenuação sonora do ar.

O tempo de reverberação deverá estar de acordo com o uso de cada espaço. Deve permitir a clara percepção do som, sem no entanto, desaparecer imediatamente para que também não prejudique a percepção de alguns tipos de fontes sonoras. No Quadro 1 são exemplificados os limites legislativos e normativos definidos pela ABNT e pela ANSI.

Quadro 1 - Resumo de limites legislativos da norma brasileira e americana

País / Fonte	Gama de frequências em análise	Tempo de reverberação TR (s)
Brasil / ABNT NBR 12179:1992	500Hz	$0,7 < TR < 1,1$ se $10 < V < 1000\text{m}^3$ Exemplo: $< 0,9$ se $V=100\text{m}^3$
EUA / ANSI/ASA S12.60-2010	500 a 2k Hz (3 bandas)	$\leq 0,6$ se $V < 283\text{m}^3$ $\leq 0,7$ se $283 \leq V \leq 566\text{m}^3$

O objetivo deste trabalho foi avaliar o conforto acústico de seis salas de aula distribuídas em dois prédios didáticos localizados no Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, situado na cidade de Uberlândia. Ressalta-se que as análises apresentadas restringem-se ao tempo de reverberação e a absorção acústica dos materiais empregados em cada sala.

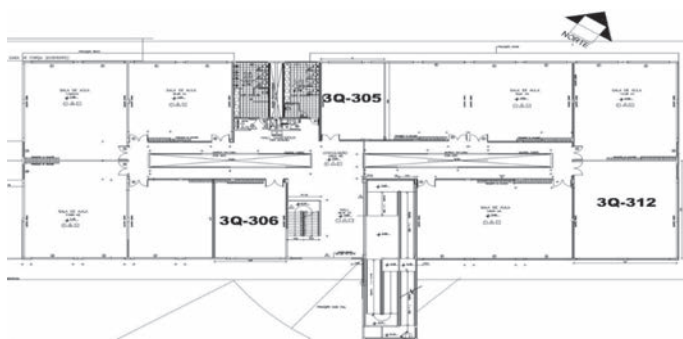
3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em salas de aula dos blocos 3Q e 5O da UFU, ambos são blocos já consolidados dentro do campus universitário. A escolha destes blocos foi motivada devido sua posição em relação ao norte e por estarem afastados de uma das principais avenidas da cidade, Av. João Naves de Ávila, eliminando assim alguns ruídos externos que poderiam interferir na avaliação acústica.

O bloco 3Q é constituído por três pavimentos. As avaliações foram realizadas nas salas 3Q-305, 3Q-306 e 3Q-312 do 3º pavimento, Figura 1.

A sala 3Q-305 está localizada ao lado do banheiro feminino e fica em frente ao único acesso ao pavimento, seja por meio da rampa ou da escada. A sala 3Q-306 situa-se ao lado da entrada do 3º pavimento do bloco, de frente para bebedouros e banheiros e suas janelas estão voltadas para o arruamento do campus universitário. Ambos os locais podem emitir sons e interferir no processo de ensino-aprendizagem. Salienta-se que devido a necessidade de adequação da instituição, as salas 3Q-305 e 3Q-306 são resultado da subdivisão de uma sala maior. Esta também é uma das razões que levou a escolha destas salas. A sala 3Q-312 localiza-se ao final do corredor do pavimento, entre outras duas salas de aulas com suas janelas voltadas para o arruamento do campus universitário e uma janela localizada para uma área de estacionamento. É importante lembrar que esta sala continuou com as mesmas dimensões da fase projetual, não havendo modificações durante sua execução.

Figura 1 - Disposição das salas do 3º pavimento do bloco 3Q



FONTE: Diretoria de Infraestrutura – UFU

No bloco 5O foram avaliadas as salas 5O-206, 5O-207 e 5O-215. Este bloco possui dois pavimentos tipos, um pavimento térreo e um pavimento subsolo de anfiteatros. As salas escolhidas estão representadas na Figura 2. A sala 5O-206 está localizada ao lado do saguão de entrada do bloco, no segundo pavimento, com janelas voltadas para o arruamento principal do campus. Com relação a vedação vertical da sala, esta possui paredes divisórias de gesso acartonado, tanto na divisão para o corredor quanto na divisão das salas contíguas. A 5O-207 está localizada ao lado das escadas de acesso e em frente à sala 5O-206, têm suas janelas voltadas para o estacionamento do bloco e às ruas externas ao campus, um pouco mais afastadas da sala. A sala 5O-215 situa-se no final do corredor do pavimento, com localização de canto entre outras duas salas de aulas com parte de suas janelas voltadas para o hall do bloco e a grande maioria voltada para área de estacionamento.

Figura 2 – Disposição das salas 2º Pavimento do Bloco 5O



FONTE: Diretoria de Infraestrutura - UFU

Para a análise do conforto acústico foram realizadas análises teóricas dos tempos de reverberação e da capacidade de absorção acústica dos ambientes escolhidos. As salas foram avaliadas em três frequências: 500 Hz, 1000 Hz e 2000 Hz. Para alcançar estes resultados foi necessário levantar as características físicas do ambiente, área e tipo do material que compõe o piso, o teto e as paredes, bem como a área das aberturas. Para determinação destas áreas foram realizadas medições in loco.

Os coeficientes de absorção sonora utilizados neste trabalho foram obtidos por meio de pesquisa em normas e dados técnicos nas notas fiscais dos materiais empregados. A identificação dos materiais utilizados em cada sala foi por conferência dos mesmos in loco. No Quadro 2 são apresentados os coeficientes de absorção sonora utilizados e levantados para a realização deste estudo.

Quadro 2 - Coeficientes de Absorção dos Materiais encontrados nas salas de aulas estudadas

Item	Materiais	Fonte	Coeficientes de Absorção Sonora		
			500Hz	1000Hz	2000Hz
01	Alvenaria com Reboco liso	ABNT NBR 12179:1992	0,02	0,02	0,02
02	Gesso acartonado (Paredes)	EGAN	0,05	0,04	0,07
03	Vidro Janela Comum	ABNT NBR 12179:1992	0,18	0,12	0,07
04	Metal Janelas	EGAN	0,07	0,15	0,13
05	Portas e Janelas Abertas	ABNT NBR 12179:1992	1,00	1,00	1,00
06	Quadro Negro	ABNT NBR 12179:1992	0,18	0,10	0,10
07	Quadro Branco	ABNT NBR 12179:1992	0,18	0,10	0,10
08	Madeira Portas	ABNT NBR 12179:1992	0,06	0,00	0,10
09	Gesso Acartonado (Forro)	EGAN	0,05	0,04	0,07
10	Pistofibra de lã de Vidro	CATÁLOGO TÉCNICO	0,64	0,75	0,89
11	Forro de Fibra Vegetal	CATÁLOGO TÉCNICO	0,65	0,78	0,70
12	Paviflex	CATÁLOGO TÉCNICO	0,00	0,02	0,09
13	Adulto em pé	ABNT NBR 12179:1992	0,44	0,42	0,46
14	Alunos sentados em carteiras	EGAN	0,49	0,84	0,87

Com todas as informações levantadas, foi aplicado o método de Sabine para análise do tempo de reverberação e a contribuição de cada material para a absorção sonora da sala, para a condição de sala cheia com porta e janelas abertas. Em Santos (2015) pode-se encontrar resultados para outras condições, como sala cheia com porta e janelas fechadas, sala com 60% de ocupação com porta e janelas abertas e sala com 60% de ocupação com porta e janelas fechadas.

Foi considerado como tempo de reverberação aceitável para as salas os limites de acordo com a norma ANSI S12.60:2012. Avaliamos o tempo de reverberação da sala de acordo com os valores obtidos para cada frequência. No Quadro 3 são apresentados os dados levantados quanto as dimensões de cada sala pesquisada.

Quadro 3 - Dados levantados para dimensões das salas de aulas estudadas

Sala	Comprimento (m)	Largura (m)	Altura (m)	Área (m ²)	Volume (m ³)
3Q-305	6,08	9,74	3,14	59,22	185,95
3Q-306	6,81	9,77	3,19	66,53	212,24
3Q-312	9,89	12,24	3,19	121,05	386,16
5O-206	7,32	7,46	2,85	54,61	155,63
5O-207	7,34	7,48	2,85	54,90	156,47
5O-215	7,42	8,90	2,85	66,04	188,21

4 RESULTADOS OBTIDOS

No Gráfico 1 são apresentados os resultados obtidos para a absorção sonora das salas 3Q305, 3Q306, 3Q312, 5O206, 5O207 e 5O215, para a situação em estudo. Para o bloco 3Q, nota-se que as salas 3Q305 (Gráfico 1-a) e 3Q306 (Gráfico 1-b), apresentaram menor valor de absorção sonora para o teto (gesso acartonado mais pistofibra) que a sala 3Q312 (Gráfico 1-c). Como pode ser constatado pelo Gráfico 1-d, 1-e e, 1-f, as salas avaliadas no bloco 5O apresentaram uma distribuição semelhante de absorção sonora entre os materiais.

Nas salas do bloco 3Q, o material que apresentou a maior contribuição para a absorção sonora foi a pistofibra (38% - Sala 3Q305, 37% - Sala 3Q306 e 44% - Sala 3Q312). Para o bloco 5O, a contribuição relativa do material que compõe o teto, fibra vegetal, foi ainda mais significativa que no Bloco 5O (45% - Sala 5O-206 e 5O-207 e 45% - Sala 5O-215). Ressalta-se que a lã de vidro possui maior coeficiente de absorção sonora na frequência de 2000Hz, assim caso tivesse sido utilizada no teto das salas do bloco 5O a absorção devido ao teto seria ainda mais expressiva quando comparada com os demais materiais que compõem as salas.

A contribuição dos alunos na absorção sonora é expressiva em todos os casos analisados, variando de 36% a 41%. Esta contribuição só é menor, em alguns casos, que a absorção dos materiais que compõem o teto.

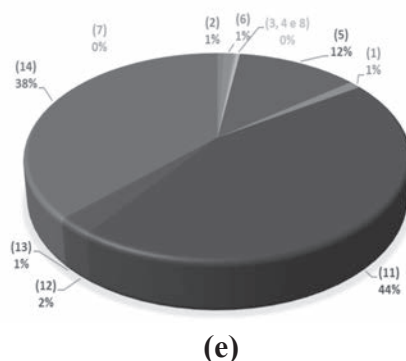
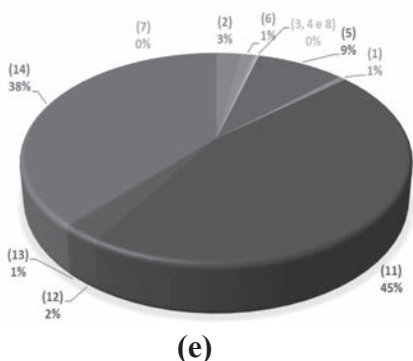
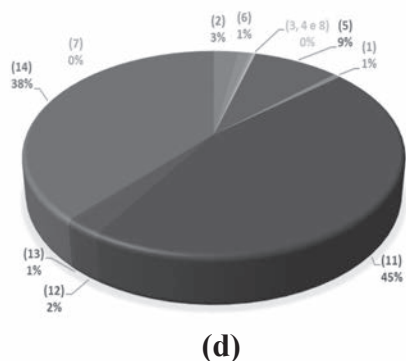
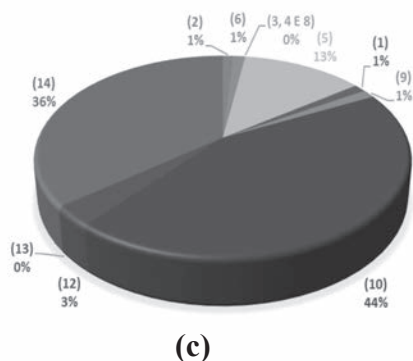
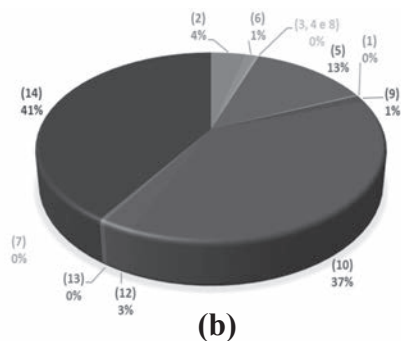
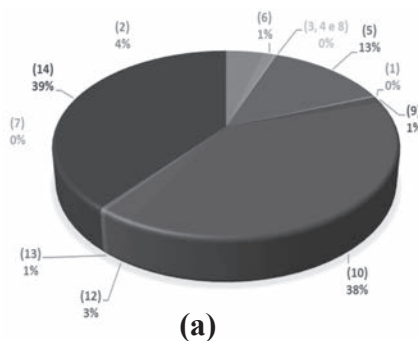
Sendo os materiais semelhantes nas salas avaliadas, o tempo de reverberação é proporcional ao volume de cada sala, logo salas maiores tendem a apresentar tempo de reverberação maior. Assim observa-se Quadro 4, que as salas de aula do Bloco 3Q apresentaram tempo de reverberação maiores que o das salas do Bloco 5O. Nota-se também que a única sala que possui tempo de reverberação superior a 0,50s foi a sala 3Q312, na frequência de 500Hz. Entretanto, para todas as salas e situações analisadas os tempos de reverberação atenderam os limites das normas ABNT NBR 12179:1992 e ANSI/ASA S12.60-2010.

Em todos os casos analisados, a contribuição para a absorção sonora dos materiais que formam o teto e dos alunos ultrapassa 78%. Considerando que a presença de alunos é condição indispensável para as atividades de sala de aula, fica evidente a relevância da correta especificação do material mais adequado para o teto a fim de obter o tempo de reverberação dentro dos limites normativos. Dada a pequena contribuição para a absorção sonora dos materiais que compõem as paredes, quadros e piso nos casos analisados, a especificação de materiais com baixa absorção para o teto poderia implicar evidentemente em condições inadequadas de acústica para as salas de aula.

Quadro 4 – Resultados obtidos para o tempo de reverberação das salas de aula

Sala	Tempo de reverberação (s)			Limites normativos	
	500Hz	1000Hz	2000Hz	ABNT NBR 12179:1992	ANSI/ASA S12.60-2010
3Q305	0,451	0,347	0,299	< 0,7	< 0,6
3Q306	0,449	0,343	0,296		< 0,6
3Q312	0,537	0,411	0,352		< 0,7
5O206	0,358	0,270	0,264		< 0,6
5O207	0,359	0,271	0,264		< 0,6
5O215	0,352	0,265	0,262		< 0,6

Gráfico 1 - Resultados obtidos para a Distribuição da Absorção Sonora entre os materiais;
a) Sala 3Q-305; b) Sala 3Q-306; c) 3Q-312; d) 5O-206; e) 5O-207; f) 5O-215.



(1) - Alvenaria c/ reboco liso
(5) - Portas e Janelas Abertas
(9) - Gesso acartonado (Forro)
(12) - Paríflex

(2) - Gesso acartonado (Paredes)
(6) - Quadro Negro
(10) - Pistofibra (Lã de Vidro)
(13) - Adulto em pé

(3, 4 e 8) - Esquadrias e Portais
(7) - Quadro Branco
(11) Forro de Fibra Vegetal
(14) - Alunos em carteira

5 Considerações Finais

Na elaboração dos projetos de prédios didáticos, os projetistas devem se preocupar com a relação custo-benefício, mas mantendo sempre um excelente padrão de qualidade e desempenho para as finalidades para os quais são projetados.

Neste trabalho foi feita a análise teórica de alguns parâmetros de acústica. Foi empregada a equação de Sabine para avaliar as salas 3Q-305, 3Q-306, 3Q-312, 5O-206, 5O-207 e 5O-215. Todas as salas apresentaram resultados satisfatórios quanto ao tempo de reverberação para as situações estudadas, atendendo ao limite de tempo de reverberação da norma ANSI S12.60. Quando comparadas as salas com áreas semelhantes, nota-se que as salas do bloco 5O tiveram um desempenho acústico melhor que as salas do bloco 3Q. Isto é devido aos materiais utilizados, pois nas salas do bloco 5O no qual foi utilizado o forro de fibra vegetal em toda a área do teto, enquanto que nas salas do Bloco 3Q utilizou pistofibra em aproximadamente 60% da área do teto e gesso acartonado no restante. Além disto, as salas do Bloco 5O apresentaram um volume menor e consequentemente a área do teto é relativamente mais significativa na análise.

A norma ANSI S12.60, estipula valores de conforto acústico que se levados em consideração na etapa de projeto, garantem ambientes adequados para atender as necessidades de docentes e discentes no ambiente escolar no que tange ao conforto acústico. A ABNT NBR 12179:1992, estipula valores para limitar a palavra falada de acordo com o volume do espaço físico, porém esta possui valores maiores que os utilizados pela ANSI, portanto se as salas atendem a norma ANSI as mesmas atenderão a norma brasileira independentemente da situação avaliada.

Por outro lado, não levar em consideração as propriedades dos materiais e os limites normativos na fase projetual pode comprometer as atividades dos alunos e professores. Por isso, é sempre importante levar em consideração formas de avaliar e minimizar os problemas advindos pela falta de avaliação do local, materiais e as normas que regem os assuntos.

Num país com as restrições financeiras como é o Brasil, é comum as alterações projetuais para atender a demandas urgentes que são apresentadas, no entanto, em se tratando de salas de aula é preciso desenvolver no mínimo análises preliminares que permitam avaliar o impacto das alterações pretendidas a fim de garantir o conforto acústico para seus usuários.

6 Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10152: Níveis de ruído para conforto acústico - Procedimento**. Rio de Janeiro, 1987.

. **NBR 12179: Tratamento Acústico em Recintos Fechados**. Rio de Janeiro, 1992.

. **NBR 15575-1: Edificações Habitacionais — Desempenho. Parte 1: Requisitos gerais**. Rio de Janeiro, 2013.

AMERICAN NATIONAL STANDARD (MELVILLE). **Acoustical performance criteria**,

design requirements, and guidelines for schools: ANSI S12.60. Melville, 2002.

.ASA S12.60:2010 Classroom Acoustics, Part 1: Permanent Schools. Melville, 2010.
FERREIRA, A. M. **Avaliação do conforto acústico em salas de aula: estudo de caso na Universidade Federal do Paraná.** Curitiba, Paraná, Brasil, 2006.

GERGES, S. N. **Aplicações da técnica de intensidade sonora em edificações. Conforto no ambiente construído,** pp. 85 - 98, 4 a 7 de julho de 1995.

HODGSON, M. R.; REMPEL, R.; KENNEDY, S. **Measurement and prediction of typical speech and background-noise levels in university classrooms during lectures,** 1999.

HOHMAN, R.; SETZER, M. J.; WEHLING, M. **Bauphysikalische formeln und tabellen,** 2004.

OLIVEIRA, E. C.; TEODORO; E. B. **Método para medição do coeficiente de absorção sonora.** 15º Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Uberlândia, Minas Gerais, 2005.

SANTOS, M. D.; SLAMA, J. G. **Ruído no Ambiente Escolar: Causas e Consequências.** ENTAC, pp. 301 - 306, 1993.

SEEP, B.; GLOSEMEYER, R.; HULCE, E.; LINN, M.; AY TAR, P.; COFFEN, R. **Acústica de salas de aula.** 29, 2002.

SILVA, C. **O tempo de reverberação e a inteligibilidade da palavra, Caso de estudo: Salas de aula da FEUP.** Porto, Portugal, Julho de 2013.

YEBRA, M.; BLEDA, S.; VERA, J. **Necesidad de pautas y normativa acústica específicas em lãs construcciones escolares: La Universidad de Alicante, um ejemplo.** Sevilla, 2003.



DOSSIÊ EDUCAÇÃO



Formação continuada: mediação didática dos professores formadores

DOI-10.21745/ac06-02 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-02>

Marilene Marzari*

Ismael Donizete Cardoso de Moraes**

Raimundo Nonato Silva de Oliveira***

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a organização do ensino por conceitos e a mediação didática realizada pelos professores formadores, durante a realização de um curso de formação continuada para professores pedagogos que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas da rede estadual, em Barra do Garças. A abordagem histórico-cultural e a teoria do ensino desenvolvimental nortearam a organização do ensino de geografia. A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa qualitativa e nos procedimentos de observação e entrevista. Os resultados indicam que a organização do ensino e a mediação didática dos formadores são fundamentais para mudar uma prática de formação empírica, na qual os professores memorizam e reproduzem mecanicamente os conteúdos para uma perspectiva teórica.

Palavras-chave: Organização do ensino. Conceitos/conteúdos. Ensino desenvolvimental. Formação continuada.

Teaching geography from the perspective of Davidov's developmental theory

Abstract

This article aims to reflect on the organization of learning by concepts and the teaching mediation conducted by teachers, while conducting a continuing education course for teachers who work in the early years of basic education of state schools, in Barra do Garças. A cultural-historical approach and developmental teaching theory guided the organization of geography teaching. The methodology used was based on qualitative research and on procedures of observation and interview. The results indicate that the organization of teaching and the teaching mediation of teachers are fundamental to change a practice of empirical training, in which teachers mechanically memorize and reproduce the contents to a theoretical perspective.

Keywords: Organization of education. Mediation. Concepts/content.

¹ - Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO e docente no Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS, Campus Universitário do Araguaia - CUA/UFMT. e-mail: marilenemarzari@uol.com.br

² - Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG e professor formador do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – CEFAPRO/MT. e-mail: ismaelcardoso4@hotmail.com

³ - Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Cuiabá – UFMT e professor formador do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – CEFAPRO/MT. e-mail: raimundo.palmeiras@hotmail.com

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a organização do ensino por conteúdos/conceitos e a mediação didática realizada pelos professores formadores, durante a realização de um curso de formação continuada para professores pedagogos que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas da rede estadual, localizadas em Barra do Garças/MT. A iniciativa de realizar um curso de formação continuada envolvendo os conteúdos/conceitos de geografia, com os pedagogos, está ligada a nossa experiência e atuação profissional, inicialmente atuando como docentes na Educação Básica e, posteriormente como professores formadores no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – CEFAPRO.

A parceria entre a professora formadora que atua na alfabetização e dois professores responsáveis pela formação em geografia foi sendo constituída a partir de uma formação que os profissionais da educação que atuam no CEFAPRO participaram. Os responsáveis pela referida formação desenvolveram uma proposta de organização de estudo que motivou a maioria dos participantes. Isso fez com que surgisse a ideia de realizar uma pesquisa a partir da organização de um curso de formação continuada para desenvolver os conceitos de lugar, paisagem e cartografia com os professores pedagogos que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, em diferentes escolas de Barra do Garças/MT.

A definição pelos pedagogos se deu em função da necessidade de desencadear uma discussão, em alfabetização, envolvendo os conceitos de geografia. Pontuamos isso porque temos observado, nas escolas em que atuamos como formadores, que a maioria dos professores que atua nos anos iniciais enfatiza a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, deixando de lado as áreas de Ciências Naturais e de Ciências Humanas, mais especificamente de geografia.

Consideramos que as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso trazem como proposta para a área de Ciências Humanas e Sociais, nos primeiros ciclos os conceitos de espaço, de tempo, de paisagem, de lugar e de cartografia, entre outros. Esses conceitos têm se constituído como preocupações, uma vez que os próprios pedagogos que atuam com a formação continuada dos alfabetizadores apresentam fragilidades em relação ao seu ensino. Em função disso, nossa intenção não é emitir julgamentos, mesmo porque sabemos que o Curso de Pedagogia dificilmente consegue, em três anos e meio ou quatro, formar um profissional apto a desempenhar as atribuições previstas, principalmente no art. 4º das Diretrizes Curriculares, aprovadas em 2006 que diz:

Art. 4º. O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006, p. 2)

Diante das exigências requeridas aos pedagogos, evidenciamos fragilidades, tanto em relação à aprendizagem quanto ao ensino dos conteúdos. Isso desencadeou a elaboração do referido curso de formação, no qual privilegiamos alguns conceitos que, juntamente com outros, têm sido pouco enfatizados no processo de alfabetização e, quando ocorrem, têm sido ensinado de forma meramente empírica, como se refere Davídov. Assim, o curso foi planejado e desenvolvido a partir dos fundamentos da abordagem histórico-cultural e do ensino desenvolvimental. Queríamos, com isso, compreender se a organização do ensino, pautada na didática desenvolvimental, contribuiria para a apropriação dos conteúdos de geografia – lugar, paisagem e cartografia – a fim de que os professores pudessem organizar o ensino, nessa perspectiva, para seus alunos.

⁴ O estado de Mato Grosso, a partir do início do ano de 2000, passou a organizar o Ensino Fundamental de nove anos em três ciclos.

Os conhecimentos da professora que atua na alfabetização, a respeito do referencial teórico e a experiência com a formadora continuada, foram importantes no sentido de auxiliar os professores formadores de geografia na organização didática de cada conceito - lugar, paisagem e cartografia - em unidade de ensino, a serem mediados, por eles, junto aos professores pedagogos. Assim, este artigo trata, mais especificamente, dos desafios no processo de organização dos conceitos e a mediação dos formadores de geografia, junto aos professores pedagogos.

Procedimentos metodológicos

Os dados foram registrados a partir dos pressupostos da pesquisa qualitativa que, segundo Lüdke e André (1986), se caracteriza por possibilitar um contato direto com o objeto de estudo e permite uma descrição minuciosa dos acontecimentos, das situações e dos resultados da investigação. Um procedimento importante foi a observação que permitiu levantar informações a respeito de como os professores formadores lidam com a organização do ensino, com os conceitos e com a mediação didática, junto aos pedagogos, durante a formação. Além da observação, a entrevista semiestruturada possibilitou que os entrevistados relatassem suas percepções a respeito da organização do ensino - do geral para o particular, do coletivo para o individual e do abstrato para o concreto-; da mediação didática; do referencial teórico adotado; dos pontos frágeis e/ou desafios para ensinar a partir da didática desenvolvimental; das considerações em relação ao material didático-pedagógico e do tempo de estudo; da preparação das formações, entre outros. As entrevistas com os professores formadores foram realizadas no término do curso.

O curso de formação foi organizado em 03 (três) unidades, uma para cada conceito, previstas para serem desenvolvidas em 30 horas de formação presencial e 10 horas à distância, uma vez que requeria a leitura prévia de textos e a realização de algumas tarefas. Todos os encontros formativos aconteceram nas manhãs de sexta-feira, nas dependências do CEFA-PRO. É importante dizer que os ciclos de vida profissional, como se refere Huberman (2000), eram bastante diversificados, uma vez que tínhamos professores que estavam iniciando a carreira e os que estavam próximos da aposentadoria.

Fundamentação teórica

Para a organização do ensino dos conceitos de geografia buscamos fundamentos teóricos na abordagem histórico-cultural e na teoria desenvolvimental de Davídov. Os princípios defendidos por Vygotsky (2001) dizem que a investigação do pensamento e da ação humana exige mais do que a mera descrição das características externas do conceito - limitadas ao aparente - para sua efetiva compreensão, como fenômeno ativo e dinâmico. Em relação ao sistema de ensino Davídov (1988) argumenta que o mesmo tem contribuído pouco para a solução de problemas ligados à tarefa social porque os conteúdos e os métodos de ensino se orientam, predominantemente, para a formação do pensamento empírico, que, embora importante, acaba sendo insuficiente para promover a formação do pensamento teórico. Tal compreensão nos leva aos estudos de Vygotsky, quando diz que:

[...] o ensino direto de conceitos sempre se mostra impossível e pedagogicamente estéril. O professor que envereda por esse caminho costuma não conseguir senão uma assimilação vazia de palavras, um verbalismo puro e simples que estimula e imita a existência dos respectivos conceitos [...], mas na prática, esconde o vazio. [...]. No fundo, esse método de ensino de conceitos é a falha principal do rejeitado método puramente escolástico de ensino, que substitui a apreensão do conhecimento vivo pela apreensão de esquemas verbais mortos e vazios. (VYGOTSKY, 2001, p. 247)

Essa forma de ensinar dificilmente contribui para o processo de aprendizagem, mesmo que a impressão inicial seja a de que os conteúdos estão sendo apreendidos, mas, na realidade, são apenas memorizados mecanicamente e, em consequência disso, fazem pouco sentido para a aprendizagem do professor e, possivelmente, para o ensino a seus alunos.

Em função disso é que surgiu a necessidade de aprofundarmos os estudos dos conceitos de Geografia com os professores dos anos iniciais, afim de que se possa contribuir para a melhoria de sua aprendizagem e do ensino dos conteúdos dessa disciplina.

Assim, estaremos nos orientando no referencial teórico trazido pela abordagem histórico-cultural e da didática desenvolvimental, por entendermos que esse referencial permite modificar uma prática de ensino empírico, que se limita ao dado aparente e que impede uma maior compreensão das transformações, dos movimentos, da totalidade, das contradições e das variáveis próprias da formação dos conceitos científicos, imprescindíveis à formação do pensamento teórico.

Isso requer uma organização da atividade de estudo que, segundo Davidov (1988), segue uma sequência didática formada por seis ações, com as respectivas operações e tarefas. As ações relacionam-se aos objetivos que se referem ao aspecto intencional - ações mentais necessárias à solução de determinada situação problema. As operações dizem respeito aos procedimentos que dependem das condições – espirituais e materiais - para sua execução.

Em relação às ações de aprendizagem, Davidov (1988) distingue seis etapas para organizar o ensino: - a transformação dos dados da tarefa a fim de revelar a relação universal do objeto estudado; - a criação de um modelo das relações levantadas previamente, sob forma material, gráfica ou literal; - a transformação do modelo, com vistas a estudar as propriedades intrínsecas ao objeto; - a construção de um sistema de problemas/tarefas específicas que devem ser resolvidos mediante a aplicação de um procedimento geral; - o controle da realização das ações anteriores e; - a avaliação da aquisição do procedimento geral como resultado da solução da tarefa de aprendizagem.

O planejamento da atividade de ensino para a didática desenvolvimental se centrada na análise do conteúdo e visa o desenvolvimento cognitivo necessário à apropriação e reprodução do conceito teórico, entendido como: “[...] um conjunto de procedimentos para deduzir relações particulares da relação abstrata”. (CHAIKLIN, 1999, p. 4)

Isso requer uma organização do ensino que, segundo Davidov (1988) permita a identificação da célula dos conteúdos. Essa tarefa se constituiu em um dos maiores desafios para os formadores, uma vez que dificilmente se pensava a partir dessa perspectiva para planejar os cursos de formação. É importante registrar que, ao longo das décadas, tem se constituído uma prática pedagógica, inclusive dos formadores de professores, que objetiva desenvolver apenas o pensamento empírico, ou seja, que se limita ao dado aparente como definitivo.

Se as formações se pautarem no conhecimento empírico, provavelmente os professores pedagogos as memorizam e reproduzem mecanicamente para seus alunos. Para modificar essa prática, organizamos o ensino a partir dos conteúdos, pois é dele que se originam os procedimentos de como organizar o ensino necessário à apropriação do conhecimento produzido historicamente.

Isso se constitui em desafio, uma vez que era uma prática planejar as formações empiricamente e mudar requer toda uma reestruturação da lógica de pensamento, a fim de que a formação resulte em aprendizagens. Para isso, quem aprende precisa percorrer o caminho de quem produziu o conhecimento, de forma reduzida, para reproduzir o processo de sua origem, recepção e organização que levem à formação do pensamento teórico. Isso requer um programa de ensino fundamentado na compreensão dialética do pensamento, no qual se

[...] descubrem e distinguem no material de aprendizagem algumas relações gerais ou essenciais, e quando o estudam podem descobrir aparências muito particulares da matéria. Nesse caso os alunos se apropriam do ‘conhecimento geral’ imediatamente por meio de sua atividade de análise do material. Os aspectos particulares dos materiais são derivados do ‘conhecimento geral’. (DAVÍDOV, 1999, p. 10)

O pensamento teórico se movimenta do geral para o particular e se desenvolve em um tipo de ensino que utiliza programa - currículo - baseado em conceitos dialéticos do pensamento e não da lógica formal, em que o pensamento se move dos aspectos particulares para os gerais. Nos dizeres do Davídov (1999) a organização do ensino que se orienta por essa forma de pensar contribui para desenvolver o pensamento empírico, que pode corresponder também ao senso comum, presente em pessoas que deixaram de ter acesso à escolaridade.

Para Lompscher (1999), a organização didática dos processos de aprendizagem deve levar em consideração a lógica do objeto de ensino; a lógica do processo de aquisição referente a uma área específica de conteúdos - objeto de ensino - e a lógica do desenvolvimento cognitivo. Nessa linha de pensamento, o conhecimento é produzido a partir de um movimento que se desloca da aparência à essência/célula.

Organizar o ensino nessa perspectiva exigia dos formadores uma série de leituras, discussões e reflexões, inicialmente para identificar a célula do conceito em estudo. Esse exercício se faz necessário, uma vez que é na célula que os formadores encontram o princípio geral de orientação para toda a diversidade de material necessário ao estudo. Somente após esse exercício, de pensar na ascensão do abstrato (aparente) ao concreto (pensado), é possível definir as operações e as tarefas referentes a cada uma das ações necessárias para o planejamento da atividade de estudo.

Encontrar a célula de cada conceito foi uma das experiências mais significativas para os formadores, uma vez que dificilmente se fazia esse exercício na atuação profissional. Inicialmente se acreditava que essa seria uma tarefa relativamente tranquila, uma vez que os dois professores formadores eram licenciados em geografia, mas o desafio foi instigante porque tivemos que recorrer a vários autores, realizar leituras, discutir e refletir até esgotarmos as dúvidas em relação à célula do referido conceito. Vale ressaltar que o planejamento das ações acontecia, depois de chegar a um consenso, mesmo que provisório, em relação à essência do conceito. Esse exercício se constituiu em um dos aprendizados mais significativos para os formadores, uma vez que não fazia parte das ações pedagógica.

A seguir, era preciso discutir as operações e tarefas para cada uma das ações propostas por Davídov, a fim de que os professores pedagogos se apropriassem do conceito em estudo. Inicialmente buscamos uma tarefa motivadora que fizesse com que entrassem em atividade de aprendizagem. Para isso, foram utilizadas músicas, textos, imagens e desenhos relacionados a cada um dos conteúdos estudados, ou seja, lugar, paisagem e cartografia.

Entendíamos que os pedagogos precisavam realizar algumas leituras, a fim de que se apropriassem dos referidos conceitos. Depois de muito estudo e discussões concluímos que seria necessário reelaborar alguns textos para que atendessem aos objetivos propostos. Essa decisão exigiu um tempo significativo dos formadores que nem sempre o tinham disponível, em função de outras tarefas a serem desenvolvidas paralelamente com a formação dos pedagogos.

Além dos textos, era necessário selecionar música, desenhos, gravuras, fotografar e selecionar diferentes paisagens da cidade, elaborar situações-problema, definir tarefas avaliativas e ler todas as produções realizadas, ao longo do desenvolvimento de cada conceito, para acompanhar o processo de apropriação e, sempre que necessário, intervir.

Nesse sentido, a elaboração dos materiais para cada uma das seis ações com as respectivas operações e tarefas se constituiu num dos maiores desafios, uma vez que requeria dos professores formadores pesquisas, reflexões, replanejamento do curso de formação, inserção de outros textos e leituras das produções.

⁵ - Davídov, Chaiklin, Hedegaard, entre outros, utilizam diferentes termos - célula, núcleo, germe - para se referirem à essência do conceito que está presente tanto no abstrato quanto no concreto pensado.

Mediação didática dos professores formadores

O início da mediação realizada pelos professores formadores foi um pouco tenso, uma vez que a maioria dos professores pedagogos esperava que eles dessem a definição dos conteúdos e, preferencialmente, dissessem como deveriam trabalhar com as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Isso ficou evidenciado, no segundo encontro, quando se realizava a ação 03 e uma professora solicitava que os formadores mudassem de conceito: “[...] trabalhem outra coisa na semana que vem, já estamos enjoados disso”. (Professora/pedagoga, 27 de abril de 2012).

Fazer com que alguns pedagogos percebessem que a formação visava à apropriação dos conceitos e que isso requeria leituras, discussões, reflexões, entre outras ações que seriam desnecessárias em uma formação empírica. Nessa perspectiva, a mediação didática dos formadores fez toda a diferença na medida em que instituíam outra dinâmica de estudo que foi sendo percebida no decorrer do curso de formação: “No início fiquei meio desanimada, mas depois percebi e descobri tanta coisa nova. Só tenho a agradecer”. (Professora/pedagoga, 24 de agosto de 2012). Essa concepção foi sendo diluída, no decorrer da formação, uma vez que a maioria dos participantes concluiu que era necessário mais tempo para que pudessem se apropriar e discutir possibilidades de ensino desses conceitos para as crianças. “No início eu não parava para pensar sobre os conceitos e vocês fizeram a gente pensar: o que você acha? Isso fez com que a gente pensasse [...]. Eu pegava o livro e não parava para pensar sobre o que estava lá. Agora quando levo para a sala de aula os alunos aprendem mais e eu tenho outra visão da geografia”. (Professor/pedagogo, 24 de agosto de 2012)

Como se observa, desencadear uma formação na perspectiva desenvolvimental requer um tempo maior de estudo, tanto para os pedagogos quanto para os formadores. Em relação ao planejamento da atividade de estudo, um dos formadores – RNSO – diz que a organização do ensino – do coletivo para o individual – possibilita a apropriação dos conceitos, uma vez que, ao refletirmos sobre as práticas, percebemos que somos professores e que tratamos o conhecimento apenas na aparência. Nesse sentido, os momentos de estudo coletivos foram essenciais, na medida em que possibilitaram o diálogo entre os participantes, e as produções individuais auxiliavam no processo de apropriação dos conceitos.

Para o professor IDCM essa perspectiva de organização do ensino requer do formador um conhecimento profundo do referencial teórico que fundamenta essa prática e, também, do conceito em estudo para que possa partir de bases concretas, ou seja, da realidade vivenciada pelos pedagogos. Isso faz com que se institua outra concepção de formação continuada e, principalmente, de ensino, uma vez que: “[...] eles estavam esperando respostas prontas para aplicar em sala de aula, mas ao longo da formação observei que eles estavam construindo juntos, que não existe um modelo a ser seguido, e, sim pensar sobre a atividade que está sendo desenvolvida e ressignificá-la para que os alunos aprendam”. (RNSO, entrevista realizada em 24 de outubro de 2012)

Os professores, a priori, se colocavam em situação de meros receptores, uma vez que eram poucos os que se dedicavam à leitura e à compreensão dos textos. Por um lado, agiam dessa forma porque entendiam ser este o papel do formador; a eles cabia acatar as explicações fornecidas; por outro, isso reforça a tendência de serem simples espectadores no processo de absorver o conhecimento transmitido.

Além disso, tem sido muito comum a prática de dar respostas de imediato, diante de algum questionamento, na maioria das vezes, de forma direta e objetiva, ou seja, uma definição pontual. Com essa atitude, deixa-se de promover o desenvolvimento do pensamento, como também se contribui para que permaneçam como não sujeito de sua aprendizagem, impedindo a verbalização e a expressão de suas ideias.

Os formadores, ao procederem dessa forma, deixavam de aproveitar excelentes oportunidades de atuar no desejo de conhecer do professor e na constituição de seus motivos para aprender,

discutir, refletir e desenvolver ações mentais durante o processo de interiorização, apropriação e reprodução dos conceitos das disciplinas. Diante disso, é possível afirmar que: “[...] a maior parte do conhecimento escolar é conhecimento empírico, ou seja, conhecimento em forma de fatos ou conhecimentos de textos, e como tal ele nunca se torna muito útil na vida diária dos alunos, seja durante seus anos de escola ou mais tarde”. (HEDEGAARD, 2002, p. 210)

Os pedagogos, acostumados a uma prática de ensino tradicional, por sua vez, reivindicam essa forma de aprender e acabam valorizando o formador que ‘sabe explicar bem o conteúdo’, que ‘tira’ de imediato as dúvidas e que responde as perguntas com argumentos, mesmo que seja de forma empírica.

Para superar essa prática, a didática desenvolvimental, nos dizeres de RNSO, é um caminho promissor para organizar as atividades de ensino que façam sentido para os professores/pedagogos. Para isso é imprescindível partir do conhecimento real- como se refere Vygotsky-, que os constituiu professores.

Em relação a isso, a “[...] nossa formação é o principal obstáculo a ser superado. Não é fácil superar uma metodologia (positivista), a qual norteou todo o nosso percurso como estudante e professor. Acredito que uma compreensão aprofundada da teoria pode nos ajudar. Não é fácil mediar a construção do conhecimento, mas é fácil transmitir informações, embora que, para isso, muitas vezes, não precisasse de professor”. (IDCM, entrevista realizada em 17 de outubro de 2012)

Se organizar a atividade de estudo era um desafio, mediar cada uma das ações com as respectivas operações e tarefas se constituiu em uma experiência enriquecedora, uma vez que era necessário superar uma perspectiva de dar respostas prontas e fazer com que as perguntas dos pedagogos se tornassem desafios para a formação do pensamento teórico. “Não é fácil fazer a mediação numa perspectiva crítica, pois ainda é forte a ação pedagógica na perspectiva tradicional, principalmente nos momentos de questionamentos, pois nossa vontade é dar a resposta para os professores, torcendo que eles se contentem e não perguntem mais. No fundo mostra a nossa fragilidade em relação a nossa própria maneira de trabalhar”. (RNSO, entrevista realizada em 24 de outubro de 2012)

Para construir conceitos, autores como Moura (2001), Rubtsov (1996), Rivina (1996), Garnier, Bednarz, Ulanovskaya (1996), entendem que as atividades de estudo, planejadas e desenvolvidas em forma de problematização, são fundamentais para a apropriação dos conhecimentos teóricos, uma vez que:

[...] os conhecimentos não se transmitem aos alunos em forma já pronta, senão são adquiridos por eles no processo de atividade cognoscitiva autônoma na presença da situação problemática. A atividade de estudo aponta também que os escolares assimilem os conhecimentos no processo de solução autônoma das tarefas, o que os permite descobrir as condições de origem destes conhecimentos. Assinalamos que o ensino de caráter problemático, como a atividade de estudo, está internamente ligado com o nível teórico de assimilação dos conhecimentos e com o pensamento teórico. (DAVÍDOV, 1988, p. 181-2)

Essa construção autônoma do conhecimento não se dá de maneira instantânea, mas requer incentivo e mediação didática, por parte dos formadores, a fim de que os pedagogos percebam o sentido da atividade e se motivem a apreender. Com isso, apropriem-se dos conceitos e, ao mesmo tempo, desenvolvam o pensamento teórico necessário para realizar generalizações teóricas.

Em diferentes momentos da formação, percebemos a ansiedade dos formadores em encontrar uma maneira de mediar didaticamente a apropriação do conceito, por parte dos pedagogos. Isso se evidenciava mais quando um participante do grupo fazia uma pergunta

para o formador que respondia sem se referir aos demais participantes do grupo para saber se haviam discutido, no coletivo, e o que pensavam a respeito da questão.

Segundo Davidov (1988), no início da atividade de aprendizagem, os alunos necessitam da ajuda constante do professor para organizar as ações, mas, no decorrer do processo, eles adquirem a capacidade de aprender e de pensar nas ações necessárias para isso, uma vez que a base da educação e do ensino é a internalização do conteúdo das diferentes disciplinas.

Outra questão que chamava nossa atenção dizia respeito à pouca ‘habilidade’ dos professores formadores em envolver todos do grupo na discussão referente aos questionamentos realizados por um ou outro do grupo. Enquanto o formador dialogava com um do grupo, os outros ficavam dispersos e com conversas paralelas, na maioria das vezes, sobre assuntos do cotidiano. Isso nos permite dizer que os pedagogos entram em atividade de aprendizagem se tiverem motivos para aprender. Nessa perspectiva, o desafio das instituições e, também dos formadores, está em desencadear formações em que os professores tenham motivos éticos e sociais para o exercício da prática docente.

Nessa perspectiva, o desejo não pode ser compreendido como algo natural; por isso, o formador pode e deve incentivar seu surgimento, ao criar condições para sua emergência, uma vez que: “[...] nenhum desejo pode nascer do nada e, se não for articulado ao ‘já existente’ praticamente não tem chance de surgir”. (MEIRIEU, 1998, p. 90-91). É preciso fazer com que o desejo de aprender nasça, criando o enigma, ou melhor: “[...] fazer do saber um enigma: comentá-lo ou mostrá-lo suficientemente para que se entreveja seu interesse e sua riqueza, mas calar-se a tempo para suscitar a vontade de desvendá-lo”. (MEIRIEU, 1998, p. 92)

Diante disso, é preciso que o formador se apoie naquilo que os pedagogos sabem e, a partir daí, criem situações-problema para que aprendam a desvelar o que ainda não sabem. Para isso,

A organização didática da aprendizagem tem que partir da experiência dos professores, dos seus interesses, das perguntas, e das necessidades, entre outras, deve estimular e utilizar conflitos cognitivos; estimular a reflexão sobre demandas objetivas e pré-requisitos subjetivos como uma base para a formação de objetivos de aprendizagem tem que tornar os alunos cientes dos sucessos e das falhas, etc, e tem que manter a autoconfiança e a auto-competência dos alunos. (LOMPSCHER, 1999, p. 3-4)

É pertinente pontuar que, antes de iniciar os estudos do dia, os formadores organizavam o espaço da sala em grupos de 4 ou 5 pedagogos e uma das coisas que chamava nossa atenção era a de que dificilmente eles liam e dialogavam entre si sobre o conceito em estudo. Mesmo no grupo, cada um lia seu texto e tentava resolver as situações-problema isoladamente. Foi preciso um trabalho intenso de mediação para que passassem a ler e discutir as tarefas com os colegas do grupo. Além disso, quando os grupos socializavam suas produções, geralmente os participantes dos outros prestavam pouca atenção, dando a impressão de que se aprende somente quando o formador se manifesta.

Como a didática desenvolvimental enfatiza que a base de apropriação dos conceitos ocorre do geral para o particular e do coletivo - interpessoal - para o individual - intrapsicológico - foi preciso insistência e persistência para fazer com que os professores pedagogos compreendessem a importância das discussões a respeito das tarefas, uma vez que: “[...] a discussão é uma situação em que se elabora e se constrói a solução de um problema pelo raciocinar em conjunto, por meio de um pensamento - discurso que cada intervenção manifesta e, ao mesmo tempo, colhe dos outros”. (ZUCCHERMAGLIO, 2005, p. 208). Essa prática era importante, na medida em que permitia a cada um internalizar os conceitos de tal forma que pudessem reproduzir nas verbalizações e elaborações individuais.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a tomada de consciência, por parte dos pedagogos, foi acontecendo no transcorrer dos encontros quando alguns perceberam que a compreensão e verbalização dos colegas contribuíam para a aprendizagem dos demais. “Penso que a metodologia desenvolvimental proporciona ao estudante a condição de fazer generalizações, ao perceber as relações do objeto estudado com outros elementos, o que de certa forma o conhecimento empírico e aparente não possibilita”. (IDCM, entrevista realizada em 17 de outubro de 2012)

Romper com a prática de estudo individual, predominante nos diferentes contextos institucionais, constituiu-se em mais um desafio para os formadores e para os pedagogos que apresentavam certa resistência e/ou produziam pouco quando organizados em grupos. Essa prática pode explicar o porquê da grande maioria dos professores organizar a sala de aula, mesmo com as crianças, somente em filas. Essa organização impede o diálogo, a imitação, a socialização de experiência e os questionamentos necessários à resolução de problemas e, conseqüentemente, o desenvolvimento cognitivo.

Superar essa forma de conceber a organização do ensino requer mudanças na concepção de ensino e aprendizagem; mudar por mudar a prática pode comprometer ainda mais o processo de ensino, na maioria das vezes, realizado de forma direta e objetiva.

Considerações finais

O artigo tinha com objetivo refletir sobre a importância da organização do ensino e a mediação didática dos formadores de geografia no processo de apropriação dos conceitos pelos pedagogos, neste estudo, de lugar, paisagem e ensino de cartografia, em uma perspectiva teórica crítica.

A utilização desse procedimento com os pedagogos foi um ‘ensaio’ do que se pode desencadear na formação continuada dos profissionais que atuam na educação escolar, nas diferentes redes, a fim de que possam recriar o ensino dos conceitos nos espaços de atuação, profissional. Superar a concepção de ensino e aprendizagem na perspectiva empírica requer intervenção constante, principalmente por parte dos formadores que atuam em um Centro de Formação e que precisam se adiantar, nesse processo, a fim de auxiliar os professores no desenvolvimento das capacidades cognitivas que permitam raciocinar, analisar, investigar e intervir eticamente nos diferentes contextos sociais e, principalmente, nas questões que envolvem o ensino e a aprendizagem escolar. Segundo Marcelo Garcia (1995), quando o professor deixa de ter o domínio dos conceitos da disciplina em que atua, seu ensino pode comprometer a aprendizagem dos alunos.

Sabemos que as condições concretas vividas pelos professores formadores influenciavam no desempenho profissional, mas como explicou Davidov, o motivo surge e se constitui na própria atividade de aprendizagem. Nesse sentido, os formadores foram se constituindo como mediadores, durante o curso, pois tinham a consciência de que enveredar pelos estudos do ensino desenvolvimental requeria muito estudo e trabalho árduo que, de certa forma, foram recompensados pela satisfação dos professores pedagogos em participar de um curso de formação que fez sentido para sua vida pessoal e profissional.

Assim, entendemos que os profissionais que atuam no CEFAPRO/SEDUC, tanto com formação inicial como continuada, têm a responsabilidade de criar e recriar metodologias que sejam possibilitadoras de reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CP. **Resolução n. 1, 16 de maio de 2006.** Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

CHAIKLIN, Seth. Ensino desenvolvimental na escola secundária superior. In: HEDEGAARD, Mariane; LOMPSCHER, Joachim (Orgs.). **Learning Activity and Development**. Aarhus: Aarhus University Press, 1999.

DAVÍDOV, Vasili Vasilievich. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**: investigación psicológica, teórica y experimental. Moscou: Editorial Progreso, 1988.

_____. Uma nova abordagem para a interpretação da estrutura e do conteúdo da atividade. In: CHAIKLIN, Seth; HEDEGAARD, Mariane (Orgs.). **Activity theory and Social Practice**: cultural - historical approaches. 4. ed. Aarhus: Aarhus University Press, 1999.

GARNIER, Catherine; BEDNAZ, Nadine; UNANOVSKAYA, Irina; (Col.). **Após Vygotsky e Piaget**: perspectivas social e construtivista. Escolas Russa e Ocidental. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HEDEGAARD, Mariane. A zona de desenvolvimento proximal com base para a instrução. In: MOLL, Luis C. (Org.). **Vygotsky e a educação**: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, António. (Org.). **Vidas de professores**. Portugal: Porto Editora LDA, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Eliza D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LOMPSCHER, J. A atividade de aprendizagem e sua formação: ascensão do abstrato ao concreto. In: HEDEGAARD, M.; LOMPSCHER, J. (Orgs.). **Learning activity and development**. Aarhus: Aarhus University Press, 1999.

MARCELO GARCIA, C. **Formación del profesorado para el cambio educativo**. Barcelona: E.U.B., 1995.

MEIRIEU, Philippe. **Aprender sim, mas como?** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A atividade de ensino como unidade formadora. In: CASTRO, A.; CARVALHO, A. (Orgs.). **Ensinar a ensinar**: didática para a escola. São Paulo: Pioneira, 2001.

RIVINA, Irina. A organização de atividades coletivas e o desenvolvimento cognitivo em crianças pequenas. In: GARNIER, Catherine et al. (Orgs.). **Após Vygotsky e Piaget**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

RUBTSOV, Vitaly. A atividade de aprendizado e os problemas referentes à formação do pensamento teórico dos escolares. In: GARNIER, Catherine; BEDNAZ, Nadine; UNANOVSKAYA, Irina; COLABORADORES (Orgs.). **Após Vygotsky e Piaget**: perspectiva social e construtivista. Escolas Russa e Ocidental. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZUCCHERNAGLIO, Cristina. Construir modelos compartilhados sobre fenômenos naturais. In: PONTECORVO, Clotilde; AJELLO, Anna Maria; ZUCCHERNAGLIO, Cristina (Orgs.). **Discutindo se aprende**: interação social, conhecimento e escola. Porto Alegre: ArtMed

Influência das Atividades Laborais No Rendimento Quantitativo Acadêmico Universitário: Um Estudo de Caso na Faculdade Patos de Minas

DOI-10.21745/ac06-03 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-03>

Henrique Mendes da Silva*
Alexandre Pereira Magalhães **
Saulo Gonçalves Pereira***

Resumo

A constante exigência por profissionais atualizados e qualificados tem levado, cada vez mais, profissionais já inseridos no mercado de trabalho às faculdades aumentando, assim, o número de estudantes trabalhadores nos cursos de graduação em licenciatura. A realidade econômica dos alunos não permite que os mesmos possam estudar, principalmente em faculdades particulares, necessitando trabalhar para se manter no ensino superior. Objetivou-se identificar a influência das atividades laborais no rendimento acadêmico universitário. A pesquisa foi desenvolvida na Faculdade Patos de Minas nos meses de junho e julho de 2014. Foi adotado o método de investigação com caráter exploratório e quantitativo além da aplicação dos questionários. Os resultados sugerem que o rendimento acadêmico pode ser afetado pelo exercício da atividade laboral. Dos 71% dos alunos trabalhadores, 73% trabalham para custear seus estudos. 50% dos alunos trabalham no período matutino. E 79% afirmam que o trabalho interfere negativamente nos estudos.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Atividade Laboral. Rendimento Acadêmico.

Influence of Industrial Activities In Income Quantitative Academic University: A Case Study in School Patos de Minas

ABSTRACT:

The constant demand for updated and qualified professionals has led, increasingly, professionals already working in the labor market to colleges thus increasing the number of working students in undergraduate degree courses. The economic reality of students does not allow them to study, especially in private colleges, requiring work to stay in higher education. This study aimed to identify the influence of labor activities in the university academic performance. The research was developed at the School Patos de Minas in the months of June and July 2014. It was adopted the research method with exploratory and quantitative addition to the questionnaires. The results suggest that academic performance can be affected by the exercise of work activity. Of the 71% of workers students, 73% work to fund their studies. 50% of students work in the morning. And 79% say they work interfere negatively in studies

Keywords: Higher Education. Labour activity. Academic performance.

¹ Graduando em Ciências Biológicas pela Faculdade Patos de Minas (FPM) pós-graduando em Didática e Docência do Ensino Superior, professor da educação básica no estado de Minas Gerais, Consultor Ambiental. henriquemendes_bio@hotmail.com.

² Licenciado em Letras Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), pós-graduando em Revisão de Textos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), professor de Língua Portuguesa. Alepereira.professor@gmail.com.

³ Doutorando em Ciências Veterinárias, Mestre em Saúde Animal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), especialista em Didática do Ensino Superior e Meio Ambiente. Professor orientador das Faculdades Patos de Minas Cidade de João Pinheiro (FPM) e (FCJP), professor da rede pública de ensino. saulobiologo@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura é marcada pela aceleração das atividades cotidianas e a escassez de tempo, tanto para o cumprimento das mesmas como para descanso e lazer. Ninguém desconhece que hoje no mundo globalizado e competitivo em que vivemos, este que inclui as facilidades tecnológicas, se reverte cada vez mais em sobrecarregar o indivíduo. Desta forma, as mudanças, quantidade de informação, velocidade da comunicação, exigem constantes mudanças e adaptações as tendências impostas sejam elas no campo pessoal, social, profissional, institucional e cultural.

O indivíduo submete a acompanhar às exigências do mundo atual, mudando sua maneira de ser, buscando a qualidade aliada à velocidade, se atualizando constantemente, atendendo, assim, as constantes tendências de mercado, enfim obtendo um bom desempenho no meio em que se insere. No entanto tal conduta tem um preço, à medida que interfere no seu equilíbrio e na sua qualidade de vida. O crescimento da competitividade, do desejo pelo saber mais e possuir mais, gera um exército de atarefados, asoberbados e estressados; esquecidos de valores básicos e regras do bem viver e conviver. A rotina diária de muitos jovens e adultos que vivem a situação simultânea de ser trabalhador e estudante universitário encontra condições peculiares no Brasil. No mundo moderno, o trabalho tornou-se um valor central e a escolaridade tem sido um diferencial competitivo de inserção no mercado de trabalho, o que tem elevado cada vez mais a busca pelo ensino superior, contando com a exigência, para alguns, de se manterem em dupla-jornada, ou seja, trabalhando e estudando.

Sendo assim este estudo justificou-se pela necessidade de gerar informações acerca das atividades laborais e suas influências no contexto acadêmico. Contribuindo para a formação profissionais melhor qualificados e os serviços oferecidos às comunidades, que também tem solicitado maior competência e dinamismo por parte dos mesmos, sendo assim levanta-se alguns questionamentos

Portanto, com o objetivo de fornecer mais dados sobre a influência que as atividades laborais têm no rendimento acadêmico universitário, verificando assim a aprendizagem dos mesmos, além disso o trabalho almejou-se apresentar dados concisos que poderão subsidiar pesquisas futuras sobre o tema.

A pesquisa foi de caráter qualitativo com o uso de questionários, análise e tabulação dos dados obtidos. Após a obtenção dos dados, estes foram avaliados e comparados com aqueles obtidos na literatura consultada. O estudo foi desenvolvido na Faculdade Patos de Minas, Unidade II, localizada a rua Tenente Bino, 86, centro, Patos de Minas nos meses de junho e julho de 2014. A população alvo foram os estudantes das licenciaturas e contou com o universo de 42 estudantes voluntários, jovens e adultos entre 18 a 40 anos de ambos os sexos, pertencentes os cursos de Ciências Biológicas, Educação Física e Matemática. Os questionários foram aplicados, com devida autorização da direção da faculdade, composto por 6 perguntas (APÊNDICE A), a pesquisa está protocolada

no NIP (Núcleo de Incentivo a Pesquisa) da instituição. Foi realizada a revisão literária de manuais, livros, artigos, monografias, dissertações e teses dentre outras fontes que abordam o contexto universitário no que tange à influência no rendimento acadêmico dos discentes que exercem atividades laborais. As literaturas foram buscadas em bancos de dados da internet, tais como: Scielo e Periódicos CAPES, Além de empréstimos em bibliotecas. Com a finalidade de facilitar a busca em literatura, foram adotadas palavras-chave, tais como: ensino superior, ensino aprendizagem, relações interpessoais, defasagem do ensino médio e, atividade laboral. A busca da literatura será dada de março a julho de 2014, selecionando textos com publicações, preferencialmente, ao período que compreende os anos de 2004 a 2014.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Trabalho e estudos

A atividade laboral tornou-se um valor central no mundo moderno e o emprego ou ocupação transformou-se na forma básica de inserção nesta sociedade. O trabalho invadiu o cotidiano fazendo crer que sem ele não haveria outra forma de manutenção da existência humana.

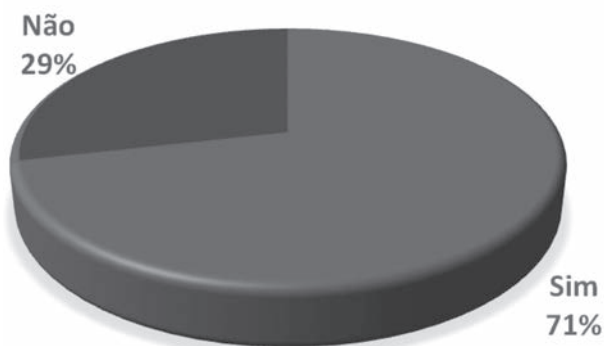
Para melhor compreensão do texto foi definido o conceito de trabalho, conforme o usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD). Considera-se como trabalho em atividade econômica o exercício e ocupação remunerada em dinheiro, produtos mercadorias ou benefícios - inclusive moradia, alimentação ou e roupa - na produção de bens e prestação de serviços, da mesma forma que a ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico (OLIVEIRA et al., 2001).

A avaliação dos resultados obtidos no estudo revelou que a grande maioria dos participantes da pesquisa (71%) exercem algum tipo de atividade laboral. Das 12 pessoas que não trabalham, representaram somente 29% da amostra, assim encontrou-se o predomínio de participantes que realizam atividades laborais e estudam (Gráfico 1).

Observa-se um número de pessoas, homens e mulheres, jovens e adultos que acumulam no seu cotidiano as responsabilidades e exigências das funções de estudante e trabalho. Acredita-se que isso se dê em resposta à exigência do mercado de trabalho por profissionais mais qualificados, onde as mudanças políticas e econômicas podem gerar medições individuais ou maciças da noite para o dia, permanecendo no trabalho os que apresentam maiores qualificações (ABREU, 2002).

Gráfico 1 - Apresenta os resultados quanto a exercer ou não alguma atividade laboral, sendo que os participantes foram classificados nas categorias de não exercer atividade laboral (29%) e exercer atividade laboral (71%).

Representação da amostra por exercer ou não atividade laboral.



A presença de adolescentes na força de trabalho tem sido encorajada pela sociedade, inclusive sendo prática incentivada através de política governamental expressa pelo Programa Primeiro Emprego. O ingresso de jovens no trabalho é legalizado pela legislação brasileira (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

O trabalho desenvolvido por estudantes de nível superior pode ser fator decisivo em suas vidas, podendo ter consequências positivas e também negativas ao seu desenvolvimento físico e psicossocial, especialmente em função da competição que se estabelece entre as atividades de trabalho extraescolar ou domiciliar e as atividades escolares, de esporte e lazer, portanto aquelas que possibilitam um meio saudável de formação psicológica e social do jovem (MARTINS, 2009).

Segundo Bernheime Chauí (2003), faz várias referências ao trabalho no contexto da saúde mental. O trabalho é visto tanto como fator que influencia a incidência e prevalência de doenças mentais, quanto como instrumento de prevenção, promoção de saúde e reintegração psicossocial.

Como o aumento no número de estudantes trabalhadores no Brasil nos últimos anos interfere sobre características do perfil de relações psicossociais, forma de administração do tempo, nos valores, na cultura e saúde da população (CUNHA; CARRILHO, 2005).

Segundo Bariani (2008), esses indivíduos são levados a trabalhar e estudar ao mesmo tempo e, assim sendo, não há muita opção: ou só estuda e a família lhe garante os meios necessários, ou é obrigado a trabalhar para custear seu aprendizado. Sendo assim, a universidade noturna é praticamente a única alternativa para os trabalhadores que visam um curso de graduação.

Contudo, houve uma reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições de Ensino Superior. Sendo elas: a) Legalização das fundações privadas nas universi-

dades, através da sua regulamentação (decreto N 5.205/2004; b) Estimulo à ampliação das parcerias e convênios com as instituições privadas; c) As Parcerias Público Privado que permitem a destinação de verbas públicas para a iniciativa privada e desta para o setor público; d) O Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, que repassa a responsabilidade de produção de conhecimento para o setor privado; e) O Programa Universidade para Todos – Pro Uni (MP Nº 213), que concede bolsas de 100% e 50% a alunos de baixa renda em vagas ociosas nas universidades particulares, destinando desta forma verba pública para salvar os empresários deste setor; f) FIES – Fundo de Financiamento Estudantil é um programa nacional que permite ao estudante financiar seus estudos. O setor privado da educação superior vive forte processo de democratização, concentração e ampliação de suas instituições (MARQUES, 2013).

Diório e Gomide (2004) consideram que a duplicidade de papéis (estudantes/trabalhadores) tende a ser desgastante, mas o investimento na educação é um meio de ascensão social, mobilidade na carreira e de ter empregabilidade (de poder se manter empregado). A escolaridade é uma forma de investimento a longo prazo e, no ambiente do lar existe uma tendência à valorização da mesma.

No Brasil ocorre jornada regular de trabalho associada a uma jornada extra diária de estudos formais, geralmente noturna, dentro de um contexto socioeconômico e de leis trabalhistas muito próprios, o que concorre para que esta temática seja praticamente inexistente nos estudos realizados em países norte-americanos e noutros do primeiro mundo(PINTO, 2004).

Com uma jornada de trabalho, de 48 horas semanais, muitos estudantes diminuem consideravelmente o tempo dedicado ao descanso diário, às famílias, e aos amigos, identificando-se mais com a classe trabalhadora do que com educandos em desenvolvimento. É provável que essa vivência altere a atividade física e outros comportamentos relacionados à saúde o que irá influenciar na qualidade de vida desses adolescentes (COELHO; AQUINO, 2009).

O estudante que trabalha tem seu direito garantido por lei, que sempre de necessite, ter seu horário de trabalho ajustado à frequência das aulas e ao deslocamento para a instituição de ensino(COELHO; AQUINO, 2009).

A Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro do Estatuto do Trabalhador-Estudante, diz o seguinte a respeito da dispensa de trabalho para frequência de aulas podendo ser utilizada de uma só vez ou fracionadamente, à escolha do trabalhador-estudante, e tem a seguinte duração máxima, dependendo do período normal de trabalho semanal: a) Três horas semanais para período igual ou superior a vinte horas e inferior a trinta horas; b) Quatro horas semanais para período igual ou superior a trinta horas e inferior a trinta e quatro horas; c) Cinco horas semanais para período igual ou superior a trinta e quatro horas e inferior a trinta e oito horas; d) Seis horas semanais para período igual ou superior a trinta e oito horas (BRASIL, 2009)

Definidas as atividades laborais que são vedadas aos jovens, deve-se, então, estabelecer aquelas que são permitidas e em que situação elas podem ser desempenhadas. Nesse sentido, verifica-se que a legislação brasileira só permite o trabalho de adolescentes a partir dos 16 anos de idade (Art. 1º, Emenda Constitucional nº 20), admitindo que ele seja exercido sob três formas: emprego, estágio e aprendizado (BRASIL, 1996).

A busca constante de atualização e qualificação profissional leva cada dia mais, o profissional já inserido no mercado de trabalho às faculdades e universidades; mesmo sabendo que a titulação não garante um emprego, pelo menos torna apto o indivíduo a disputar, com alguma chance, um lugar no mercado de trabalho, ou a ascender proporcionalmente, através dos planos

de carreira profissional, o ensino técnico é outro fator benéfico para a educação e bastante impulsionador como forma de preparação para o mercado de trabalho e ingresso ao ensino superior.

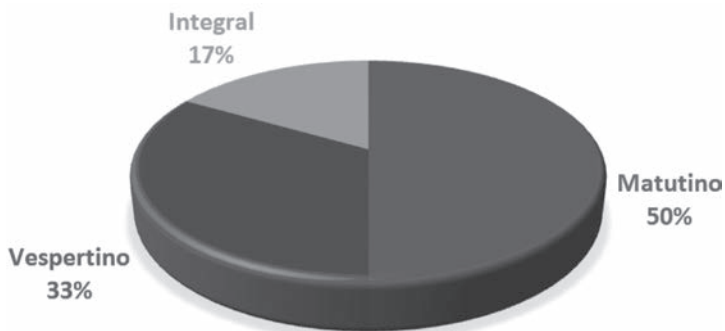
2.2 O impacto do trabalho no contexto universitário

O trabalho desenvolvido precocemente por estudantes pode ser fator decisivo em suas vidas, podendo ter consequências positivas e também negativas ao seu desenvolvimento físico e psicossocial, especialmente em função da competição que se estabelece entre as atividades de trabalho extraescolar ou domiciliar e as atividades escolares, de esporte e lazer, portanto aquelas que possibilitam um meio saudável de formação psicológica e social do jovem.

Para os adolescentes, o trabalho tem um significado mais profundo, ligado intimamente com a maturidade e a emancipação econômica (TEIXEIRA, 2002). O cenário socioeconômico em que a família de encontra é um dos fatores que pode levar o estudante ao trabalho, influenciando assim no seu comportamento, decisões e até mesmo na frequência escolar. Este fator interfere negativamente na vida social e familiar, fazendo com que adolescentes tornem-se adultos sem que experimentem os momentos exclusivos da idade (GAIO-SO, 2005; BOLZANet al., 2010).

Gráfico 2 - Representação dos períodos da representação da atividade laboral exercida pelos estudantes.

Representação do período das atividades laborais.



Pode-se observar que, 50% dos estudantes desenvolvem seu trabalho no turno matutino. Os que trabalham no período vespertino, somam um total de 33%. E cerca de 17% dos estudantes trabalham em tempo integral (Gráfico 2). Este dado certamente será significativo na percepção dos acadêmicos quanto ao trabalho, os efeitos sociais do trabalho no período integral aparecem em primeiro plano nas perturbações da vida acadêmica e nos prejuízos nos contatos sociais mais amplos com familiares e amigos.

No conjunto da análise, observa-se que as referências negativas associadas à dupla jornada, representada pelas atividades de trabalho e estudo, foram as mais frequentes. No curso noturno é muito solicitado, pela simples preferência ou por profissionais que trabalham no período vespertino, matutino ou integral. A procura de curso superior parece continuar em franca ascensão, justamente por seduzir o estudante-trabalhador que, altamente motivado supera grandes desafios para se tornar um cidadão graduado (BIANCHETTI, 2005).

Novos paradigmas emergiram no mundo do trabalho e da educação e eles parecem estar causando impactos, à medida que estas mudanças econômicas e sociais estejam afetando a saúde e qualidade de vida das pessoas. Esta relação mostra-se bastante presente na situação em que vivem os estudantes universitários, em especial aqueles que estudam e trabalham. Conhecer melhor estas relações significa dar subsídios mais precisos para direcionar e ativar processos na ordem do trabalho e na ordem da educação, para que não se sacrifique a condição de saúde e qualidade de vida humana, tão preciosos e almejados (MARQUES, 2013).

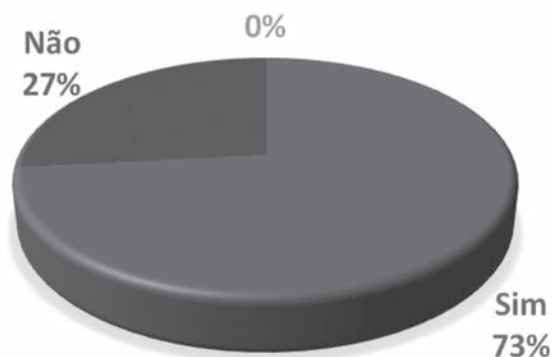
Sabe-se que o trabalho em tempo integral é importante para a sociedade e para o desenvolvimento econômico do país, mas torna-se preocupante a forma com que este trabalho está sendo organizado e as suas repercussões para a saúde dos profissionais que o desempenha. Quando pensamos nos estudantes que estudam à noite, devemos lembrar que o seu organismo passará por uma fase de adaptação, pois a espécie humana é diurna (LIMA, 2010).

Para que o trabalhador possa estudar, necessita de um tipo de instituição que permita a conciliação do trabalho com o estudo, oferecendo além de horário compatível, boa localização em relação ao emprego e à moradia, maior oferta de vagas e qualidade de ensino (CURY, 2002).

A realidade econômica da maioria dos alunos não permite estudar, principalmente em faculdades particulares, sem precisar de uma atividade remunerada, necessitando trabalho e estudo para se manter no ensino superior. Com relação ao número de alunos com ocupação remunerada 73% deles trabalham para custeio da faculdade (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Alunos que trabalham para custear seus estudos.

Representação da amostra sobre o custeio dos estudos a partir da atividade laboral.



O que se observa como saída escolhida pelos estudantes, se dá num planejamento e construção de um projeto pessoal, que na maioria das vezes de longo prazo, a respeito de uma profissão escolhida e na qual se almeja adquirir realização pessoal e profissional. A impossibilidade de concretizá-lo no presente, devido a sua condição social, o obriga a ser em longo prazo. Como consequência disso, os estudantes universitários precisam exercer uma atividade laboral enquanto estudam, para que esta lhes dê condições de ter acesso, para pagar uma universidade particular e permanecer naquela formação de desejam (SADIR; BIGNOTTO; LIPP, 2010).

O trabalho, geralmente, promove efeitos negativos no desenvolvimento físico e educacional, impedindo o jovem de dedicar-se a atividades extracurriculares, como atividades lúdicas e sociais, trazendo isolamento dos jovens entre seus pares e familiares, bem como sendo responsável pelo atraso acadêmico. Esses danos são de difícil superação porque há um tempo certo para vivenciar as várias etapas da formação da adolescência (KLEIN, 2006). Igualmente grave, são as doenças e acidentes decorrentes das atividades realizadas no trabalho. O trabalho dos adolescentes tem sido legitimado, mas frequentemente prevalece o aspecto produtivo sobre o educativo, além de nem sempre haver condições apropriadas de saúde e segurança no trabalho (TOMBOLATO, 2005.).

Gráfico 4 - Apresenta os resultados quanto a porcentagem da atividade afetar ou não o rendimento acadêmico.



Mesmo não sendo a jornada de trabalho coincidente com o horário escolar, os estudos fora desse horário ficam prejudicados, afetando o rendimento acadêmico, conforme observado no gráfico 4 acima. Estudos conduzidos por Lisboa (2008), mostram que o sono dos adolescentes fica prejudicado devido aos horários de entrada na faculdade e à fadiga causada pelo trabalho, além de aumentar os riscos de acidentes decorrentes da sonolência durante o trabalho.

Essa dupla jornada obriga os estudantes a acordarem muito cedo, e irem dormir tarde, contribuindo para uma redução crônica da duração do seu sono noturno e pela percepção de cansaço crônico (BICALHO, 2004). Acrescenta-se a este fato a diminuição no tempo utilizado para realizar os deveres acadêmicos, impedindo o estudante trabalhador de se dedicar com mais afinco aos estudos dentro e fora do período escolar. Os débitos de sono podem ser responsáveis pelos problemas de atenção e concentração durante as aulas, com risco de baixo nível de desempenho escolar, além da maior incidência de uso de substâncias estimulantes (GOLDEMBERG, 2005; FISCHER et al., 2003).

O trabalho precoce, geralmente, promove efeitos negativos no desenvolvimento físico e educacional, impedindo o jovem de dedicar-se a atividades extracurriculares, como atividades lúdicas e sociais próprias da idade, trazendo isolamento dos jovens entre seus pares e familiares, bem como sendo responsável pelo atraso escolar. Esses danos são de difícil superação porque há um tempo certo para vivenciar as várias etapas da formação da adolescência (BEM, 2003; MACHADO, 2007).

As relações existentes entre o trabalho, a escola, a privação de sono e a sonolência diurna são assuntos de grande interesse para professores, pedagogos e outros profissionais envolvidos na educação, pois há um esforço coletivo para a melhoria das condições de aprendizado. A partir do momento em que todos estão cientes desses problemas, as preocupações mais frequentes voltam-se para os prejuízos ao desempenho escolar, devido à menor concentração, menor vigilância e atenção, e lapsos de memória. Soma-se a estes aspectos o reduzido tempo de permanência na escola, a impossibilidade de dedicar-se aos estudos fora do horário escolar, as frequentes ausências e atrasos às aulas e a evasão escolar (HORTZA; LUCCHIARI, 1995.)

Gráfico 5 - Apresenta os resultados quanto a porcentagem acerca de o aluno não trabalhasse, se seu rendimento seria maior ou não.



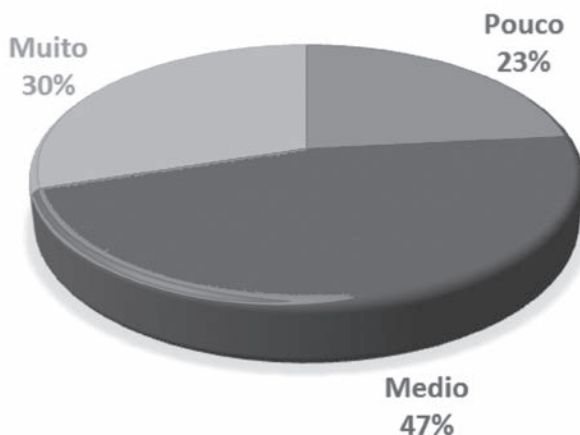
Dentre os resultados obtidos chama atenção que 87% dos estudantes afirmam que o trabalho influencia no seu rendimento acadêmico negativamente o que torna mais difícil, podendo prejudicar o rendimento acadêmico dos mesmo (Gráfico 5). O gráfico acima, acabou por sustentar que a atividade laboral que tendem a priorizar sobre o estudo e a manutenção do jovem trabalhador no mercado de trabalho, muitas vezes atrapalha o rendimento acadêmico.

O trabalho faz parte da natureza do ser humano, é dele que se retira subsídio financeiro para a sobrevivência, mas trabalho e estudo em um curso superior exige inúmeros afazeres estudantis, podendo comprometer a rendimento dos alunos. Dentre as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos para levarem as atividades estudantis, a maior parte dos alunos alegam falta de tempo para dormir e para estudar, cansaço e situação econômica insuficiente (FIEDLER, 2008; MARQUES, 2013).

Quanto ao nível de influência do trabalho no rendimento acadêmico, 47% estudantes citaram como médio. O que pode levar em conta que os mesmos apresentam cansaço, seguido de desinteresse (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Apresenta os resultados quanto ao nível de influência do trabalho no rendimento acadêmicos.

Seu trabalho influencia no rendimento acadêmico?



As dificuldades envolvidas foram falta de condições para acompanhar as tarefas estudantis descrito pela maioria dos alunos e trabalhar e estudar. Quanto aos estudantes que trabalham e estudam, cerca de 30%, considera a natureza do trabalho que exige muito deles mesmos, reconhecem a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, desempenhando assim suas atividades estudantis com deficiência e insuficiência. Já 23% dos estudantes considera que o trabalho influencia pouco no rendimento acadêmicos.

Pensar no trabalho noturno implica a discussão de variáveis inerentes ao trabalho e ao trabalhador. De um modo geral, os acadêmicos conhecem os riscos do serviço noturno, ainda é preciso aprofundar essa discussão para conscientizar e preparar para o trabalho noturno estes futuros profissionais, principalmente aqueles que pretendem trabalhar neste turno ou que, mesmo não sendo está a opção, podem vir a trabalhar nele por necessidade de serviço. É necessário que eles conheçam os riscos a que estão expostos e como minimizar os prejuízos para a sua saúde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise e discussão dos resultados e com as limitações, que um estudo com a utilização de questionário como instrumento de medida apresenta, tendo em vista a complexidade do tema, pode-se destacar, neste estudo, as seguintes conclusões sobre estilo de vida de estudantes que exercem algum tipo de atividade laboral: A maioria dos estudantes apresentam algum tipo de atividade laboral, certa de 71%, estes apresentam pouco tempo para estudar e dormir o que leva um rendimento escolar deficiente. Quando ao horário em que esta atividade é exercida, 50% relata que é período matutino. Com relação à finalidade da atividade laboral, 73% afirmam que trabalham para custear os estudos. Quanto à interferência negativa do trabalho no rendimento do curso, 79% dos estudantes trabalhadores afirmam que este interfere, trazendo dificuldades para conciliar trabalho e estudos. Isso vem ao encontro quando se questiona a influência do trabalho no rendimento acadêmico, cerca de 47% afirma que a atividade laboral influencia moderadamente. Diante do exposto, pode-se observar que há evidências científicas que apontam os prejuízos no rendimento acadêmico dos universitários que acumulam estudo e trabalho. Espera-se, assim, que estas contribuições com os que se propõem a pensar os desafios que se colocam para a juventude em termos de educação e trabalho, havendo necessidade de desenvolvimento de mais estudos que discutam essa temática.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. R. Crianças e adolescentes em situações de risco no Brasil. **Revista Brasileira Psiquiatria**. São Paulo, vol. 24, n. 1, p. 5-6, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v24n1/11306.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.
- BARIANI, I.C. D. et al. Sala de aula na universidade: espaço de relações interpessoais e participação acadêmica. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, vol. 25, n. 1. p. 67-75 jan-mar 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000100007&script=sci_arttext>. Acesso em 15 fev. 2014.
- BEM, M. F. L. **Estilo de vida e comportamentos de risco de estudantes trabalhadores do ensino médio de Santa Catarina**. 2003, 158f. Tese (Doutorado em Ergonomia). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85853/197031.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 jun. 2014.
- BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Paris, UNESCO. vol. 1, n. 1, 2008. p. 44, dez. 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>> Acesso em 12 de fev. de 2014.
- BIANCHETTI, L.A. **Estilo de vida de estudantes trabalhadores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina-unidade Jaraguá do Sul (CEFET/SC-JS)**. 2005, 142f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de mestrado em Educação Física - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102982/211688.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 jun. 2014.
- BICALHO, M. G. P. **Ensino superior privado, relação com o saber e reconstrução identitária**. 2004. 194f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1257/1/tese.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BOLZAN, D. P. V. et al. Pedagogia universitária e aprendizagem docente: relações e novos sentidos da professoralidade. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, vol. 10, n. 29, p. 13-26, jan./abr. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Aluno/Downloads/dialogo-3422%20(1).pdf>. Acesso em fev. de 2014.

BRASIL. **Lei n.10.172, de 09 de janeiro de 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 28 de mar. de 2014.

BRASIL. **Lei n. 7/2009, de 12 de fevereiro de 2009: Estatuto do Trabalhador-Estudante**. Disponível em: <<http://www.estgl.ipv.pt/regulamentos/12.13/Estatuto%20TE.pdf>>. Acesso em 08 de set. de 2014.

BRASIL. **Lei n.10.172, de 09 de janeiro de 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 28 de mar. de 2014.

COELHO, R. N.; AQUINO, C. A. B. Inserção Laboral, Juventude e Precarização. **Psicologia Política**. São Paulo, jul. 2009, vol. 9, n. 18, p. 275-289. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n18/v9n18a07.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2014.

CUNHA, S. M.; CARRILHO, D. M. O Processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, dez. 2005, vol. 9, n. 2, p. 215-224. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a04.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2014.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educação e Sociologia**. Campinas, v. 23 n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302002008000010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 fev. 2014.

DIÓRIO, Z. M.; GOMIDE, P. I. Ascensão Escolar e Profissionalização de Bons Alunos de Baixa Renda: Avaliação de Um Programa Brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul, nov. 2004, vol. 17, n. 3, p.359-366. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a09v17n3>>. Acesso em 11 jul. 2014.

FIEDLER, P. T. **Avaliação da qualidade de vida do estudante de medicina e da influência exercida pela formação acadêmica**. 2008, 308f. Tese (Doutorado em Ciências) Faculdade de Medicina – Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em: <http://www.abem-educ-med.org.br/pdf_tese/tese_patricia_tempski.pdf> Acesso em: 17 jun. 2014.

FISCHER, F. et al. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. **Ciências e Saúde Coletiva**. São Paulo, nov. 2003, vol. 8, n. 4, p. 973-984. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n4/a19v8n4.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2014.

GAIOSO, N. P. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pós-graduação e Pesquisa – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.lesale.unesco.org/programas>> Acesso em: 15 mai. 2014.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudo Avançados**. São Paulo, fev. 2005, vol. 7, n. 18, p. 65-137. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rabop/v2n1/v2n1a06.pdf>>. Acesso em jan. 2014.

GOULART, L. P. R. **Estudantes do ensino médio noturno: Desafios e expectativas - Um**

estudo sobre relações entre estudo e trabalho. 2013, 53f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96163/000917552.pdf?sequence>> Acesso em: 17 jun. 2014.

HORTZA, M. A. S.; LUCCHIARI, D. H. P. S. A re-escolha profissional dos vestibulandos da UFSC de 2005. **Revista da ABOP**, Florianópolis, mar, 1995, vol. 2, n.1, p. 97-110. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a02v1451.pdf>> Acesso em fev. 2014>. Acesso em mai. 2014.

KLEIN, R. Como está a educação no Brasil? O que fazer?. **Revista da ABOP**, Rio de Janeiro, abr. 2006, vol.14, n.51, p. 139-172. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a02v1451.pdf>> Acesso em fev. 2014>. Acesso em 13mai. 2014.

LIMA, M. C. M. R. **A influência do trabalho no rendimento escolar dos estudantes trabalhadores de graduação de enfermagem**: uma revisão integrativa. 2010, 98f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Centro de Pós-Graduação e Pesquisa – Universidade de Guarulhos. Guarulhos. 2010. Disponível em: <<http://tede.ung.br/bitstream/123456789/227/1/Dissertacao+Mary.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2014.

LISBOA, M. T. L.; OLIVEIRA, M. M.; REIS, L. D. O trabalho noturno e a prática de enfermagem: uma percepção dos estudantes de enfermagem. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. Rio de Janeiro, dez.2006, vol. 10, n. 3, p. 393 - 398. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v10n3/v10n3a06.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2014.

LISBOA, M.T.L. **As representações sociais do sofrimento e do prazer da enfermeira assistencial no seu cotidiano de trabalho**. 2008, 210f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem Anna Nery – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=242532&indexSearch=ID>> Acesso em: 25 jun. 2014.

MACHADO, N. J. Qualidade da educação: cinco lembretes e uma lembrança. **Estudo Avançados**. São Paulo. agos. 2007, vol. 21, n. 61, p. 277- 294. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a18v2161.pdf>>. Acesso em 16 fev. 2014.

SADIR, M. A.; BIGNOTTO, M. M.; LIPP, M. E. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul, jan. 2010, vol. 20, n. 45, p. 73-81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a10v20n45.pdf>>. Acesso em jul. de 2014.

MARQUES, W. Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, mar. 2013, vol. 18, n. 1, p. 69-83. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/05.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2014.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, jan. 2009, vol. 30, n. 106, p. 15-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2014.

OLIVEIRA, B. R. G.; ROBAZZI, M. L. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. São Paulo, vol. 9, n. 3, p. 83-89, mai. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n3/11503.pdf>>. Acesso em: 17 jul de 2014.

OLIVEIRA, D. C. et al. Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. **Revista Estudos de Psicologia, Natal**. nov. 2001, vol. 6, n. 2, p. 245-258. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7278.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2014.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, out. 2004, vol. 25 n. 88, p. 727-756. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2014.

TEIXEIRA, L. R. **Análise dos padrões do ciclo vigília-sono de adolescentes trabalhadores e não trabalhadores, alunos de escola pública no município de São Paulo**. 2002, 104f. Dissertação (Mestrado em Saúde do Trabalhador). Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/TeixeiraLRdissertacao.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2014.

TOMBOLATO, M. C. R. **Qualidade de vida e sintomas psicopatológicos do estudante universitário trabalhador**. 2005, 114f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Centro de Ciências da Vida da Pontifícia – Universidade Católica de Campinas. Campinas. 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-20101014T084335Z1639/Publico/Maria%20Claudia%20Roberta%20Tombolato.pdf> Acesso em: 17 jun. 2014.

APÊNDICE A

Questionário aplicado aos universitários da Faculdade Patos de Minas, dos cursos de licenciatura (ciências biológicas, educação física e matemática).

Este questionário faz parte de um projeto de artigo realizado por Henrique Mendes da Silva aluno do 15º Módulo de Docência e Didática no Ensino Superior da Faculdade Patos de Minas. A sua contribuição é muito importante para a conclusão deste trabalho. Sendo que todas as informações colhidas terão puro interesse científico, ocorrendo em sigilo absoluto.

Questionários

O impacto do trabalho no contexto universitário

1. Você exerce algum tipo de atividade laboral (Trabalho)?
☐ Sim ☐ Não
2. Sua atividade laboral é exercida em qual período?
☐ Matutino ☐ Vespertino
3. Se você exerce algum tipo de atividade laboral (Trabalho), este é para custeio de sua graduação?
☐ Sim ☐ Não
4. Você acha que o trabalho afeta negativamente seu rendimento acadêmico?
☐ Sim ☐ Não
5. Se você não trabalhasse seu rendimento seria maior?
☐ Sim ☐ Não
6. Seu trabalho influencia no rendimento acadêmico?
☐ Pouco ☐ Médio ☐ Muito

BREVE RESUMO DO ITINERÁRIO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

DOI-10.21745/ac06-04 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-04>

Meire Aparecida Mendes dos Anjos*

Luciana de Araújo Mendes Silva**

RESUMO

A Educação Especial, modalidade educacional destinada ao atendimento de alunos com necessidades educativas especiais sofreu ao longo de sua historicidade mudanças em sua configuração, reformulando gradativamente seus paradigmas e conceitos. Este estudo refere-se a uma revisão literária, propondo um passeio pela história da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, procurando conhecer suas características nos diferentes momentos históricos. A pesquisa evidenciou que desde os primórdios da história da humanidade na sociedade primitiva, o menosprezo e o desinteresse com os deficientes eram evidentes, deixando-os sem qualquer forma de atendimento, seguido num segundo momento pelo assistencialismo segregador nas instituições especializadas oferecendo apenas o indispensável a sua sobrevivência, surgindo posteriormente a ótica integracionista. Todos esses pontos refletem as várias formas com que foram assistidos os portadores de deficiência no decorrer da história. A integração foi sem dúvida o ponto de partida para a inserção de novas práticas menos excludentes na Educação Especial, porém ainda requeria um desdobramento do aluno para se adaptar a escola. O surgimento de novos ideários e conseqüentemente novas políticas e legislações trouxe modificações no atendimento a pessoa com deficiência. Por volta dos anos 90, a disseminação da proposta de inclusão trouxe um novo formato para a sociedade contradizendo-se ao integracionismo, alargando-se até os dias atuais. Tais ideias expressam uma visão de escola que se adapta e se condiciona para atender indistintamente a diversidade e constituem o ponto de referência das principais polêmicas e debates da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: História. Educação Especial. Deficiência. Educação Inclusiva.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC) e pós-graduanda no Curso de especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, pela mesma instituição. Professora de Educação Infantil no Instituto Educacional de Coromandel (INEC). Rua Gerônimo Rabelo, 258. Coromandel/MG. meiremendescoro@yahoo.com.br

² Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), Especialista em Histologia Humana pelas Faculdades Integradas de Patrocínio (FIP) e graduada em Biologia pela mesma instituição. Professora de Metodologia Científica, Iniciação Científica e TCC em Cursos de Graduação e pós-graduação da Faculdade Patos de Minas (FPM) e FCC bem como professora do Seminário Maior Dom José André Coimbra. laraujo3@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade educacional que se caracteriza pelo atendimento a pessoas com necessidades especiais e que, nem sempre apresentou a mesma configuração no decorrer da sua historicidade. Isso se confirma pela proliferação das políticas e práticas de inclusão que tem sido alvo de inúmeros estudos, discussões e mudanças.

O presente estudo aborda como temática central a realização de um breve passeio pelo percurso histórico da Educação Especial, buscando identificar e conhecer os conceitos e práticas introduzidos no âmbito da educação das pessoas com deficiência, bem como identificar as diferentes características apresentadas por ela de acordo com cada situação histórica.

Refere-se a uma revisão literária utilizando livros, artigos impressos e eletrônicos sobre o tema, pesquisados no período de Junho de 2011 a Junho de 2012, tendo como palavras-chave para a busca dos materiais: educação especial, história, educação inclusiva e deficiência, priorizando trabalhos publicados a partir do ano 2000. Após intenso estudo, os materiais foram analisados e equiparados para que fosse redigido o presente artigo assim como as conclusões finais.

O trabalho está estruturado em duas partes, sendo a primeira um breve relato da história geral da Educação Especial e a segunda por sua vez, descreve de forma sucinta a sua trajetória no Brasil, desde seus primeiros indícios, percorrendo sua evolução e as influências sofridas.

O interesse pela elaboração adveio pela afinidade adquirida durante o curso de especialização, com os assuntos referentes à trajetória percorrida pelas respostas educativas dadas as crianças e jovens com deficiência. Também pela conformidade com as ideias da educação inclusiva que tem alcançado grande ênfase na atualidade.

A relevância do assunto se traduz na oportunidade de reflexão por parte dos educadores acerca do aprimoramento de suas práticas, principalmente no contexto da difusão e disseminação das idéias inclusivas, bem como para uma conscientização sobre a forte influência que estas exercem na sociedade contemporânea. Além disso, poderá fornecer subsídios para posteriores pesquisas sobre o assunto.

2 BREVE HISTÓRICO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A Educação das crianças e jovens em situação de deficiência vem sofrendo alterações em seus conceitos e paradigmas conforme afirma Campos e Martins (2008, p. 223):

No decorrer da existência humana, a perspectiva social em relação aos portadores de deficiências, nem sempre foi a mesma, sofrendo alterações paralelamente à evolução das necessidades do ser humano e à própria organização das sociedades.

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2007, p. 11) por meio do documento Marcos Político-Legais da Educação Especial historicamente a escola “[...] se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social.”

Esse atendimento tem sido ponto de reflexão de vários estudiosos, que ao analisar seu itinerário histórico identificam a existência de fases em que havia o predomínio de determinado modelo educacional. Isso é afirmado por Ainscow (2009) ao dizer que a Educação Especial ao longo do seu desenvolvimento foi envolvida por uma série de estágios nos quais os estabelecimentos de ensino encaravam de formas distintas o atendimento ao portador de deficiência ou as crianças com dificuldades de aprendizagem. Por vezes, ela era concebida como complemento a educação regular e em outras de forma segregada.

A primeira fase identificada de acordo com Miranda (2003) datava-se da era pré

cristã marcada pela omissão totalitária de atendimento. Nesse contexto, Dechichi et al. (2009, p. 6) complementam: “Fora a fase da exclusão social: a sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia, explorava ou eliminava as pessoas com qualquer tipo de deficiência.” (grifo das autoras).

Campos e Martins (2008) mencionam que as sociedades primitivas eram caracterizadas pelo pensamento mágico-religioso e concebiam o deficiente com olhar supersticioso e com malignidade vendo-o como uma ameaça.

Segundo Dechichi et al. (2009), após o período anteriormente descrito, ocorreu a fase de institucionalização em meados dos séculos XVIII e XIX que pautava-se na segregação social do deficiente e em seu isolamento do convívio social sendo confinado para receber assistência em instituições específicas.

Campos e Martins (2008) também falam que foi nesta fase da história que foram fundados asilos e hospitais onde os deficientes eram colocados unicamente com o intuito de retirar esses indivíduos do convívio social. Porém apenas recebiam alimentação e vestimentas sendo que nada mais era feito.

“O paradigma da Institucionalização fundamentava-se na idéia de que a pessoa deficiente estaria melhor protegida e cuidada em ambiente segregado e por conseguinte a sociedade estaria protegida dela.” (BATALHA, 2009, p. 1067).

A terceira fase conforme Miranda (2003) já no final do século XIX e meados do século XX, é marcada pela expansão de escolas e classes especiais em escolas públicas com o intuito de oferecer uma educação à parte ao portador de deficiência.

Para Campos e Martins (2008, p. 227) “Tem início então uma nova etapa conceptual de educação especial, onde o deficiente passa a receber tratamento educativo especializado e onde se implementam formas de escolarização especializadas e institucionalizadas.”

Dechichi et al. (2009) enfatizam que esta fase já permeada por práticas mais pedagógicas possui como característica uma amenização das formas segregativas impostas ao deficiente buscando inseri-lo em classes especiais dentro de escolas públicas.

Campos e Martins (2008) citam que ainda no início da segunda metade do século XX os pais dos deficientes organizados em grandes associações colaboram para o surgimento de significativas modificações na área da Educação Especial. Dentre elas o surgimento da legislação especial com a incumbência da defesa dos interesses das pessoas com deficiência. Toda essa problemática tem sua maior reviravolta na década de setenta.

Dechichi et al. (2009) também falam que por volta da década de 70, já no final do século XX, identifica-se a quarta fase a qual tratava-se de um movimento integracionista dos indivíduos com deficiência cuja meta era integrá-los em ambiente escolares junto aos demais alunos. É considerado como decorrente da conjunção do advento das guerras mundiais, da expansão dos direitos humanos e do avanço científico.

“O paradigma da integração traz um acento totalmente novo à educação especial e, evidentemente, provoca um abalo no paradigma clínico e segregacionista da educação especial.” (BEYER, 2002, p. 163).

Como afirma Batalha (2009) esse novo paradigma considera que o indivíduo portador de deficiência possui o direito a convivência social com os demais. No entanto, necessita de suporte e ajuda para que a modificação aconteça, se ajuste, pareça e se comporte como os demais membros da sociedade. Em outras palavras, o portador de deficiência deve ser preparado para o convívio na sociedade com as demais pessoas.

Para Sanches e Teodoro (2006, p. 66):

A integração escolar retirou as crianças e os jovens em situação de deficiência das instituições de ensino especial, em defesa da sua normalização, o que lhes permitiu o usufruto de um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem (a escola regular).

Os autores supracitados ainda complementam que neste contexto, as práticas pedagógicas também foram redimensionadas das escolas especiais para a escola regular numa ótica mais educativa desenvolvida pelo professor de educação especial em que prepondera a individualidade do aluno.

Segundo Miranda (2003, p. 2) “Podemos dizer que a fase de integração fundamentava-se no fato de que a criança deveria ser educada até o limite de sua capacidade.” Sendo assim, a autora ainda salienta que apesar dos avanços obtidos, a fase de integração da pessoa com deficiência não provocava mudanças significativas de atitude na sociedade, pois mesmo aceitando a deficiência, era o indivíduo que deveria adaptar-se ao contexto e ao desempenho dos papéis necessários.

Seguindo a vertente das transformações conceituais e paradigmáticas relacionadas ao atendimento da pessoa deficiente, surge no final da década de 80 e aprimorando-se na década de 90 a quinta fase: a Inclusão Escolar, a qual de acordo com a ótica de Cornélio e Silva (2009, p. 2):

Inclusão pressupõe uma escola com uma política participativa e uma cultura inclusiva, onde todos os membros da comunidade escolar são colaboradores entre si, ou seja, apóiam-se mutuamente e aprendem uns com os outros a partir da reflexão sobre as práticas docentes.

Dechichi et al. (2009) explicam que contradizendo ao paradigma da integração, que prega a adaptação do aluno as expectativas da escola, o objetivo fundamental desse novo modelo é não deixar que criança alguma seja excluída do sistema escolar garantindo a elas frequentar a sala de aula da escola comum. Nesse sentido, a escola deve adaptar suas condições para atender as particularidades de todo e qualquer aluno.

Isso significa que é inadmissível segregar diversificando as formas de atendimento. Desta forma, Glat e Fernandes (2005, p. 39) afirmam que “[...] a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo e segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos.”

Neste contexto Batalha (2009) explica que a educação inclusiva assume-se como respeitadora da capacidade de evolução de todos os alunos acreditando que todos têm possibilidade para o desenvolvimento desde que a escola se constitua num espaço de interações comunicativas e de respeito à diversidade humana.

A autora mencionada finaliza seus argumentos dizendo que a escola inclusiva se traduz em um novo paradigma que possui como essência estar em conformidade com um propósito humano, solidário e qualitativo para todos.

3 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, a Educação Especial, segundo Jannuzzi (1992) apud Dechichi et al. (2009, p. 7) foi organizada de acordo com as expectativas sociais de cada época, sendo que a evolução do atendimento apresenta características distintas das observadas em âmbito global. As fases ou estágios identificados na história mundial não se evidenciam na realidade brasileira (MENDES, 1995 apud DECHICHI et al., 2009, p. 7).

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2007) o atendimento aos indivíduos com deficiência teve seu marco inicial na época do Império em que foram criadas duas instituições: o Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).

Foi sem dúvida uma grande conquista no atendimento as deficiências, pois inseriu na sociedade a ideia de conscientização e discussão sobre a educação, porém ainda representava

uma medida precária em vista da grande população deficiente (MIRANDA, 2003). A autora continua apontando que desta forma “[...] a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas.” (p. 3).

Dota e Alves (2007) salientam que os primeiros institutos de educação especial eram asilos e manicômios que retiravam e isolavam os deficientes do convívio social sem oferecer um atendimento que suprisse suas reais necessidades. A forma de atendimento foi mudando gradativamente ao longo dos anos expandindo com a criação de outras instituições.

O INES, especificamente, de acordo com Mazzotta (2001, p. 29) “[...] desde seu início caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a ‘educação literária e o ensino profissionalizante’ de meninos ‘surdo-mudos’, com idade entre 7 e 14 anos.”

Segundo o mesmo autor, ainda no Segundo Império verificam-se registros de ações pedagógicas ou médico-pedagógicas voltadas para o atendimento aos deficientes, no entanto, as informações não são suficientes para caracterizá-las como educacional. Nesse caso, supervaloriza-se assistência médica a crianças portadoras de deficiência em detrimento ao atendimento educacional propriamente dito.

Já no início do século XX, alguns trabalhos técnicos e científicos publicados serviram como importantes indicadores do interesse social pela efetivação de uma educação mais qualitativa a essa população, como exemplo disso pode-se “[...] destacar que, em 1900, durante o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, o Dr. Carlos Eiras apresentou a monografia intitulada Da Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas.” (MAZZOTTA, 2001, p. 30).

O Ministério da Educação afirma que:

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2007, p. 11).

No cenário educacional brasileiro, de acordo com Dechichi et al. (2009) a partir da década de 20, os rumos da Educação Especial foram influenciados pelas ideias de professores psicólogos europeus que eram trazidos para ministrar cursos aos educadores brasileiros.

Para Januzzi (1992) apud Dechichi et al. (2009, p. 10) dentre esses professores destacou-se Helena Antipoff, psicóloga russa com atuação principalmente em Minas Gerais que com a criação da Sociedade Pestalozzi influenciou a formação de vários profissionais para o trabalho no âmbito da Educação Especial, além de participar ativamente do movimento que culminou na fundação em 1954 da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Mazzotta (2001, p. 27) mostra que:

A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX.

Miranda (2003) complementa que foi a partir dos anos 50, mais especificamente no ano de 1957, que o governo federal assume explicitamente em âmbito nacional o atendimento educacional aos indivíduos que apresentavam deficiência criando campanhas voltadas para este fim.

Dota e Alves (2007) mencionam que o Ministério da Educação a partir de 1958 presta as primeiras assistências técnica-financeiras às secretarias de educação e instituições especializadas, resultando desta forma, no aumento das classes especiais e na maior escolarização para a população deficiente.

Em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dispõe sobre o atendimento ao deficiente apontando o seu direito a educação preferencialmente nos sistemas de ensino regular (BRASIL, 2007). Durante os anos 60 ocorreu a maior expansão das escolas de ensino especial já vista nacionalmente ampliando cerca de quatro vezes mais a quantidade do atendimento (MIRANDA, 2003).

Na década de 70, com a reformulação da LDB recomendando que os alunos especiais deveriam ter tratamento especial, houve grande expansão do ensino especial. No entanto, como não houve alterações na forma desse atendimento, essa expansibilidade das classes especiais veio apenas atender a ineficiência do ensino regular que utilizava tais classes como escapatória para sua inadequação, tornando-as espaços de segregação (DECHICHI et al., 2009).

Segundo o Ministério da Educação “Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência.” (BRASIL, 2007, p. 12). Sobre isso, Miranda (2003, p. 6) esclarece que “[...] os serviços especializados e o atendimento das necessidades específicas dos alunos garantidos pela lei estão muito longe de serem alcançados.”

A autora referida anteriormente fala que ao realizar-se um passeio pela Educação Especial brasileira até os anos 90, são perceptíveis os avanços obtidos, uma vez que em seus primórdios o atendimento ao deficiente era quase inexistente e nessa época já é possível notar propostas e ações políticas integracionistas. Porém, apesar das reformas empreendidas e das mudanças nos sistemas educacionais, a educação permanecia muito limitada no país.

O Ministério da Educação afirma que em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) condicionando o acesso às classes comuns aos alunos que detinham condições de acompanhar os demais. Esses pressupostos de homogeneização da aprendizagem não conseguiram provocar uma reformulação das práticas educacionais uma vez que, de certa forma mantinham a responsabilidade da Educação Especial sobre esses alunos (BRASIL, 2007).

Ainda na década de 90 surgem as primeiras discussões a cerca do novo conceito de educação: a Inclusão Escolar. “No Brasil, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão [...]” (BATALHA, 2009, p. 1066).

Silva (2008, p. 188) também fala que “Contrapondo-se ao termo ‘integração’, considera a ‘inclusão’ um conceito menos limitador, pois abarcaria de fato o atendimento dos portadores de necessidades educacionais especiais.”

Mantoan (2010) enfatiza que a partir do ano 2000, as mudanças continuaram se expandindo sendo que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, com suas diretrizes, trouxe avanços significativos extrapolando o ensino especial e provocando modificações profundas na escola comum, fazendo com que esta reverta seus conceitos e práticas utilizadas nas turmas em sala de aula. Essa política constitui sem dúvida, em termos legais, políticos e sociais um importante marco para a educação brasileira num todo.

Glat, Pletsch e Fontes (2006) lembram que a Educação Especial foi constituída com base numa ótica médica em que a deficiência era tida como uma doença crônica que deveria ser tratada. Nesta perspectiva, quando havia um distanciamento do padrão de normalidade estabelecido socialmente, os deficientes e os demais indivíduos eram estigmatizados e excluídos da sociedade. Desta forma, as escolas ou instituições especializadas dispensavam um atendimento puramente segregado a esses indivíduos.

Para avançarmos nesta discussão, é importante reconhecer que a Educação Inclusiva como hoje a reconhecemos representa a etapa atual do processo de transformação das concepções teóricas e das práticas da Educação Especial, que historicamente vêm acompanhando os movimentos sociais e políticos em prol dos direitos das pessoas com deficiências. (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2006, p. 3).

Neste contexto para Glat e Fernandes (2005), a Educação Especial que por um longo período deteve uma dimensão de ensino paralelo atendendo diretamente os alunos com necessidades especiais, vem se configurando como suporte a escola regular na educação desses educandos.

Conforme Glat e Blanco (2007, p. 16):

[...] a Educação Especial não deve ser concebida como um sistema educacional especializado à parte, mas sim como um conjunto de metodologias, recursos e conhecimentos (materiais, pedagógicos e humanos) que a escola comum deverá dispor para atender a diversidade de seu alunado.

Segundo a visão de Mantoan (2006) as escolas especiais funcionam como complemento da escola comum, e não como substituta. Os alunos podem sim frequentá-las para o auxílio no aprendizado com conteúdos diferentes da base curricular nacional, porém eles têm garantido a sua inserção nas turmas comuns do ensino regular. Vale ressaltar que a Educação Especial é uma modalidade educacional que não apresenta níveis, serializações e certificações.

Mantoan (2010) complementa que o novo campo de atuação da Educação Especial com caráter complementar remete a uma transformação das escolas na busca do ensino com mais qualidade. Além disso, teve forte influência na neutralização dos desafios que levariam o professor a revisar e avaliar suas práticas e a aprendizagem dos alunos.

Miranda (2003) reconhece que o trabalho com classes heterogêneas que considerem todas as diferenças é indiscutivelmente benéfico para o desenvolvimento das crianças deficientes assim como também para as demais. Isso porque oportuniza a vivência da troca de valores, a interação e o cooperativismo. No entanto, para que haja esse respeito mútuo em face da diversidade, são necessárias mudanças conceituais no que diz respeito à escola, aluno, ensino e aprendizagem.

Batalha (2009) argumenta que, sendo assim, implica uma mudança na perspectiva da escola, uma vez que não apenas os alunos com deficiência serão assistidos, mas todos os demais para que se obtenha o sucesso escolar.

González (2002) argumenta que assumir a diversidade implica fazer uma análise do contexto com a incumbência de refletir sobre os elementos estruturadores da escola. Além disso, refletir sobre os elementos curriculares, considerar uma série de condições principalmente no que se refere à qualificação do corpo docente, que não necessariamente precisa ser composto por pessoas especializadas, mas estas devem ser capazes de planejar, avaliar e oferecer respostas adequadas a todos os sujeitos com suas distintas necessidades.

“Nas escolas inclusivas, os alunos não são identificados como especiais, normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças!” (grifo da autora). (MANTOAN, 2010, p. 21). González (2002, p. 120) salienta que “[...] a finalidade das escolas inclusivas está centrada na criação de sistemas educacionais que ofereçam respostas às necessidades de todos os alunos.”

Mantoan (2003) afirma que a inclusão advoga a inserção totalitária, completa e sistemática de todos os alunos nas salas de aula do ensino regular. Ou seja, incluir é não deixar ninguém as margens do processo de escolarização, considerando as necessidades específicas de cada um, sendo que, os profissionais da educação nesse contexto devem estruturar seu trabalho em função dessas necessidades.

Batalha (2009, p. 1074) também argumenta que no âmbito da educação escolar, a inclusão veio centrada na meta da transformação das escolas, de modo que elas se constituam em espaços de formação e de ensino de qualidade para todos. A proposta inclusiva veio provocar revoluções no sistema e nas propostas curriculares vigentes, o que implica em mudanças conceituais, posicionais e paradigmáticas numa amplitude e abrangência que atenda as peculiaridades de cada aluno.

Nesse sentido, Machado (2008) menciona que para a efetivação da inclusão no âmbito escolar, é necessária uma revisão nas concepções de aprendizagem e ensino a começar pela compreensão de que todo aluno tem capacidade para o aprendizado. O que se deve ter em vista é

que cada um possui um tempo e um ritmo próprio e absorve a aprendizagem por vias diferentes. Daí, a necessidade do ensino democrático e da disponibilidade de métodos e recursos variados.

Conforme Glat e Blanco (2007) para que a escola se torne inclusiva é necessária a organização de um ambiente que favoreça o atendimento multifocal com ajudas e apoios diversos, pois cada aluno necessita de estratégias e técnicas diferenciadas para aprender.

Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem “adaptadas” às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais. (MACHADO, 2008, p. 72-73).

Para Campos e Martins (2008) a escola vive num contexto social com mudanças constantes, necessitando desta forma de um contínuo aprendizado e aperfeiçoamento dinamizando todos os processos. Os alunos com necessidades especiais também fazem parte desse contexto e devem ser considerados pela escola na sua construção. Tomasini (2004, p. 13) acredita que “De nada adiantam as maquiagens. São necessárias mudanças radicais. Temos portanto [sic] embates, lutas, enfrentamentos, resistências e contradições.”

A inclusão escolar para o atendimento efetivo dos alunos com necessidades educacionais especiais demanda mudanças radicais e amplas nos sistemas de ensino e em cada escola especificamente que vão desde a gestão educacional até a formação dos professores. Além disso, requer a adequação estrutural dos prédios a fim de facilitar a acessibilidade dos alunos (GLAT; BLANCO, 2007).

Tais mudanças são enfatizadas pelo Ministério da Educação ao delegar que os sistemas de ensino devem assegurar a acessibilidade dos alunos eliminando as barreiras arquitetônicas existentes na edificação das escolas, tanto no que se refere às instalações, equipamentos mobiliários e transporte quanto aos empecilhos nas comunicações e informações. Isso para que seja facilitado o acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e aos demais fatores que promovam a aprendizagem e conseqüentemente sejam valorizadas as diferenças e atendidas todas as necessidades educacionais dos alunos (BRASIL, 2007).

Dechichi et al. (2009) afirmam que apesar do conceito de inclusão referir a uma educação global que atenda a todos, é evidente que a sua inserção nas escolas não poderia acontecer sem que sejam enfrentados importantes desafios sendo eles materiais, físicos e sobretudo o fator humano.

Portanto, para que a proposta inclusiva aconteça, parece-nos necessária a sua articulação estreita com a Educação Especial e todas as demais áreas da Educação. Essa “interdisciplinariedade” pode ser a “chave” para a efetivação de uma escola inclusiva que atenda a todos os alunos independentemente de suas peculiaridades. (GLAT; BLANCO, 2007, p. 12).

Miranda (2003) salienta que, legalmente tem-se alcançado conquistas significativas, mas para que estas se efetivem na prática escolar, é preciso ações conjuntas entre todos os envolvidos na educação com o intuito de alcançar o objetivo comum.

Conforme Santos (2002) o que não se pode, contudo, é perder a visão processual e interminável da inclusão. Ou melhor, por maior que seja a adesão das escolas à inclusão, ainda será necessário um lapidar das ações e atitudes de acordo com o contexto atual. Isso porque a realidade identificada hoje evidentemente não será a mesma de outrora.

Na visão de Batalha (2009) para que a inclusão aconteça verdadeiramente, tornando a escola aberta à diversidade, há que rever o pensamento e o agir sobre a educação nas salas de aula; a formação e o aperfeiçoamento do professor. Isso diz respeito a incluir, mas reconhecendo as diferenças e a multiplicidade do saber.

A autora encerra dizendo que a Educação Inclusiva é permeada pelo princípio da igualdade que reconhece as diferenças, aceita a diversidade e trabalha na heterogeneidade. Na ótica inclusiva, igualdade e diferença são valores indissociáveis.

4 CONCLUSÃO

Percebeu-se na realização desse estudo que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação, sendo que durante o seu desenvolvimento, em termos mundiais, passou por diferentes fases ou estágios que se caracterizavam em consonância com a realidade ideológica, social e política de cada época e nos quais os sistemas de ensino respondiam as necessidades dos indivíduos de diferentes formas.

Em seu início não dispensava o devido valor ao deficiente, depreciando e isolando-o do convívio social. Vale ressaltar que, as primeiras instituições eram asilos e manicômios baseados no assistencialismo e na prestação de favor.

Constatou-se na literatura que sua evolução constituiu um processo lento e gradativo que foi se expandindo com pequenos avanços no desenrolar da sociedade, sendo marcado por várias mudanças conceituais e atitudinais.

No Brasil, apesar de não apresentar fidedignamente as mesmas fases observadas mundialmente, tratou-se da mesma forma, de um processo sem avanços bruscos com intervenções sociais, políticas e econômicas. A princípio, o predomínio do descaso, do desinteresse; seguido pelo acolhimento, a institucionalização, a integração e posteriormente o movimento da inclusão.

Sem dúvida, a Educação Inclusiva é uma vertente revolucionária que tenta ainda com dificuldades, desvencilhar as barreiras sustentadas pela exclusão. Barreiras essas, que abrangem um conjunto de fatores como: postura da escola, acessibilidade, currículo, falta de capacitação profissional e inadaptação. Porém, sabe-se que legalmente a educação é universal, o que implica numa obrigatoriedade do atendimento qualitativo a todos indistintamente.

Neste sentido, diante do cenário inclusivo visto atualmente, são necessárias diversas mudanças. Mudanças na visão do educar, inserindo práticas que respeitem a diferença como particularidade e que, considerem incondicionalmente o ser humano. Mudanças ideológicas que façam com que as escolas tenham em seus espaços educacionais alunos que sejam únicos e singulares compreendendo-os como distintos uns dos outros, mas todos dotados de potencialidades. Isso significa não apenas disponibilizar matrículas, mas ofertar e assegurar a igualdade de direitos a todos.

O professor é uma peça de fundamental importância nesse processo, redimensionando suas práticas e suas atitudes no sentido de valorizar o desenvolvimento de cada um, incentivando e compreendendo a diversidade de ritmos de aprendizagem.

Para feitura de conclusão, a pesquisa evidenciou a insuficiência na profundidade do assunto, requerendo assim pesquisas mais abrangentes no que se refere à história da Educação Especial para que se tenha uma visão mais aprimorada sobre o tema e da mesma forma sejam fornecidos subsídios para a melhoria dessa problemática.

ABSTRACT

The special education, educational modality appointed to attend to special needs educational pupils has suffering during all your history changes in your configuration reformulating gradually their concepts paradigms. This is literary review study proposing a journey through special education history in view of inclusive education trying to know their characteristics in different historical moments. The research has demonstrated that since beginning of human history in the primitive society the contempt and disinterest with disabled

were clear leaving them without any care and assistance from at a second time by segregating assistance in the specialized institutions offering only the indispensable for your own resulting later the integrationist vision. All this points display several ways whereby were assisted the disabled during the course of history. The integration was undoubtedly the starting of new practices a little bit exclusionary in special education however would require a great pupil effort to adapt the school yet. The appearance of new ideologies and consequently new policies and legislation has brought modifications in disabled assistance. Around the nineties through the dissemination proposed inclusion has brought a new society way contradicting the integrationism and making it bigger until the present day. Such ideas express a school vision that that fit and condition to attend to diversity without distinction and constitute the point of difference the main debates and polemics of contemporary society.

Keywords: Special education. History. Deficiency. Inclusive education.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a Escola Inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O. et al. (Orgs.). **Tornar a Escola Inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. Cap. 1, p. 11-23. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

BATALHA, D. V. Um breve passeio pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IX, 2009, Curitiba: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. p. 1065-1077. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anaais/pdf/1915_1032.pdf>. Acesso em: 16 maio 2012.

BEYER, H. O. Integração e Inclusão Escolar: reflexões em torno da experiência alemã. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 8, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20993/000411351.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://pdfc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao/marcos-politico-legais.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual. **Revista do ISPV**, Viseu, n. 34, p. 223-331, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium34/17.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2012.

CORNÉLIO, M.; SILVA, M. M. **Inclusão Escolar**: realidade ou utopia?. In: II SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, 28-31 de Outubro de 2009, Lins. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/PO17408053808.pdf>>. Acesso 17 maio 2012.

DECHICHI, C. et al. **Alguns aspectos históricos no atendimento a pessoa com deficiência**. Apresentação - Curso de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. 2009. Cap. 1, p. 6-16. Disponível em: <<http://www.ead.ufu.br/file.php>>. Acesso em: 22 maio 2012.

_____. **O movimento de Integração Social das Pessoas com Deficiência**. Apresentação - Curso de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. 2009. Cap. 2, p. 17-22. Disponível em: <<http://www.ead.ufu.br/file.php>>. Acesso em: 22 maio 2012.

_____. **Educação Inclusiva**. Apresentação - Curso de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. 2009. Cap. 3, p. 23-28. Disponível em: <<http://www.ead.ufu.br/file.php>>. Acesso em: 22 maio 2012.

DOTA, F. P.; ALVES, D. M. Educação Especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, Garça, ano V, n. 8, maio 2007. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/psicologia08/pages/resenhas/edic08-anov-revisao03.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. Cap. 1, p. 15-35.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão**. Brasília, ano 1, n. 1, p. 35-39, out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. O papel da Educação Especial no processo de inclusão escolar: a experiência da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. In: 29ª Reunião Anual da ANPED – **Educação, Cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos**. Caxambu/MG, 15 a 18 de outubro, 2006. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/papel_eduinc.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2012.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e Diversidade**: bases didáticas e organizativas. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

MACHADO, R. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças na escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 69-76.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____. M. T. E. Construir a escola das diferenças: caminhando nas pistas da inclusão. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Escola de atenção às diferenças**. Brasília, DF, 2010. Texto 1. p. 14-22. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/19131803-Escoladiferencas.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2012.

_____. M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. **Revista Educação**, Porto Alegre, ano XXIX, n. 1, p. 55-64, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.puercs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/434/330>>. Acesso em: 17 maio 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. História da Educação Especial no Brasil. In: _____. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. II, p. 27-65.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência e Educação Especial**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática do Professor de Alunos com Deficiência Mental, UNIMEP, 2003. Disponível em: <<http://livrosdamara.pbworks.com/f/historiadeeficiencia.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

SANCHES, I.; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 8, n. 8, p. 63-83, jul. 2006. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

SANTOS, M. P. Educação Inclusiva: redefinindo a Educação Especial. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_0304/08_artigo_santos.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2012.

SILVA, S. Educação Especial: entre a técnica pedagógica e a política educacional. In: SILVA, S.; VIZIM, M. (Orgs.). **Educação Especial**: múltiplas leituras e diferentes significados. 2. reimpr. Campinas: Mercado de Letras, 2001. Cap. 8, p. 179-191.

TOMASINI, M. E. A. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. Campinas: Papirus, 2004. Cap. 3, p. 111-134.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força, discernimento e luz na conclusão de mais uma etapa da minha vida. Trata-se de mais uma vitória alcançada na minha carreira profissional que amo tanto. Agradeço também a professora Luciana pela gentileza em minha orientação, à professora Franciely pela correção ortográfica, a todos os professores do curso de especialização pelo conhecimento que me ajudou a construir e a todos os colegas pelo companheirismo no decorrer dos estudos, em especial à amiga Vanilza que colaborou de forma ímpar nos momentos que precisei.

CURSO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO POR CONCEITOS

DOI-10.21745/ac06-05 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-05>

Hidelberto de Sousa Ribeiro *

Marilene Marzari **

Resumo:

O estudo tem como objetivo refletir sobre a experiência realizada com o ensino das principais categorias da disciplina de **Geografia Política e Geopolítica** no Curso de Segunda Licenciatura em Geografia, ofertado pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR aos profissionais que atuam na Educação Básica. O curso aconteceu no período de 2014 a 2016, no Campus do Araguaia/UFMT e atendeu os profissionais da educação de vários municípios da Região do Araguaia. Para isso, partimos do seguinte problemática: Será que os estudantes da Segunda Licenciatura em Geografia desenvolvem o pensamento teórico, na Disciplina de Geografia Política e Geopolítica, se ensinados na perspectiva da dialética? O objetivo consistia em refletir a respeito do ensino, na perspectiva dialética, para o desenvolvimento do pensamento teórico dos alunos durante as aulas da Disciplina de Geografia Política e Geopolítica - Segunda Licenciatura em Geografia.

O referencial teórico que subsidiou os estudos foi constituído por autores como Friedrich Ratzel, Yves Lacoste, Claude Raffestin, Wanderley Messias da Costa, José William Vesentini, Marcelo Lopes Sousa Milton Santos, David Havey, entre outros autores que se dedicam aos estudos da Geografia Política e Geopolítica. No entanto, para uma melhor compreensão desses autores, buscamos nas contribuições do materialismo histórico-dialético, da teoria histórico-cultural e do ensino desenvolvimental os subsídios teóricos para mediar, planejar e desenvolver as aulas da referida disciplina. Os dados foram levantados por meio das observações em sala de aula e das produções escritas pelos alunos durante o desenvolvimento da disciplina. Como resultado do estudo destaca-se a importância do Curso de Licenciatura em Geografia, em função da carência de professores, nessa área de conhecimento, e do esforço que parte dos alunos teve durante as aulas. No entanto, se faz necessário pontuar que o aligeiramento e o formato – período de férias - dessas formações acabam comprometendo a apropriação conceitual das categorias. Isso ficou evidenciado nas produções dos alunos que revelam um conhecimento empírico, importante, mas insuficiente para desenvolver a cognição dos alunos da educação básica.

Palavras-chave: Formação docente. Desenvolvimento do pensamento. Geografia Política. Geopolítica. Estado. Território.

Introdução

O estudo tem como objetivo refletir sobre a experiência realizada com o ensino das principais categorias da disciplina de Geografia Política e Geopolítica no Curso de Segunda Licenciatura em Geografia, ofertado pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR aos profissionais que atuam na educação básica, mas que carecem de formação na área de Geografia. O Curso de segunda Licenciatura foi planejado, coordenado e

¹ Pós-Doutor em Geografia Humana - Geopolítica (UNICAMP). Doutor em Sociologia (UNESP/Araraquara), Mestre em Geografia Humana (USP/SP). Professor de Sociologia e Geografia no Campus Universitário do Araguaia/UFMT. E-mail: hidelberto@ufmt.br.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO. Professora do Campus Universitário do Araguaia – CUA/UMFT. E-mail: marilenemarzari@uol.com.br.

executado pelos docentes, em quase sua totalidade, do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS, do Campus do Araguaia – CUA da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e aconteceu no período de 2014 a 2016, nas dependências do Campus do Araguaia II.

O PARFOR foi instituído pela Portaria Normativa n. 9, de 30 de junho de 2009 e se constitui como uma ação conjunta entre o Ministério da Educação - MEC, as Secretarias de Educação dos Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esse Plano visa atender professores que atuam na Educação Básica e que se encontram nas seguintes situações: professores que não possuem graduação universitária na área específica em que atuam; professores que possuem formação acadêmica universitária na área em que atuam, mas carecem de formação pedagógica e professores que possuem uma Licenciatura, mas que atuam em disciplinas distintas daquela de sua formação acadêmica. Para esses, tem sido ofertado o curso de segunda licenciatura e é dela que versa nosso estudo.

Para desenvolver o Curso de Geografia - segunda Licenciatura - foi preciso elaborar o Projeto Pedagógico que seguiu as orientações estabelecidas pela Resolução CNE/CES n. 14, de 13 de março de 2002, e pela Resolução CNE n. 1, de 11 de fevereiro de 2009. Desse modo, o Projeto de Curso de Graduação - segunda Licenciatura em Geografia - tem como objetivo “[...] formar profissional para atuar no magistério do ensino fundamental, médio, técnico, em atividades de licenciatura e pesquisa, alicerçadas pelas teorias, métodos e técnicas da Ciência Geográfica”. (PPC, 2004, p. 4)

Esse desafio tem como eixo central do projeto pedagógico “[...] a formação consistente e contextualizada do professor para potencializar sua ação como agente de transformação nas escolas onde atuam”. (PPC, 2004, p. 8). Assim, o profissional que concluir o Curso de Graduação - segunda licenciatura em Geografia -, precisa “[...] compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia, dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico”. (PPC, 2004, p. 9)

Diante disso, os acadêmicos devem se apropriar de um “[...] forte domínio de conhecimento teórico-metodológico para o exercício da profissão”. (PPC, 2004, p.10). Isso requer, dos acadêmicos, embasamento teórico-conceitual e metodológico compatível com as exigências da educação básica.

Os participantes do curso eram professores das redes públicas de ensino – municipal e estadual - dos municípios de Aragarças (8), Barra do Garças (5), Nova Xavantina (2), General Carneiro (1), Água Boa (1), Ponte Branca (1), Querência (1), Ribeirãoascalheira (1) e São Félix do Araguaia (1). O curso de segunda Licenciatura foi coordenado e desenvolvido pelos profissionais do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Campus do Araguaia/CUA/UFMT que elaboraram o Projeto Pedagógico do Curso – PPC de acordo com as diretrizes exigidas pelo PARFOR. A disciplina de Geografia Política e Geopolítica compunha a matriz curricular e contou com uma carga-horária de 60 horas, ministrada no mês de agosto de 2015. Participaram das aulas 21 alunos que possuíam diferentes formações acadêmicas: Pedagogia (12), História (2), Letras (2), Educação Física (2), Ciências Biológicas (1), Filosofia (1) e Estudos Sociais e História (1). A idade dos alunos fica entre 34 a 58 e a experiência no magistério varia entre dois e trinta e cinco anos.

Para o planejamento e desenvolvimento das aulas nos utilizamos dos fundamentos do ensino desenvolvimental que visava, a partir de uma organização didática, formar o pensamento teórico dos alunos. A decisão por esse procedimento didático foi motivada pela necessidade de buscar outras perspectivas de ensino, uma vez que os estudos de Davídov (1988) têm mostrado que as práticas de ensino, juntos aos escolares, desenvolvem apenas o pensamento empírico, importante, mas insuficiente para o desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, entendíamos que os alunos precisavam se apropriar dos conceitos, nesse estudo, de espaço, território, região, paisagem, lugar, Geografia Política, Geopolítica, estado, poder, imperialismo, geoestratégia, estratégia, entre outros, e desenvolver o pensamento teórico.

Em vista disso, conceitos como essência e aparência, abstrato e concreto, funções superiores, coletivo e individual, mediação didática, pensamento empírico e teórico entre outros, encontrados na teoria do materialismo histórico-dialético de Marx, na abordagem histórico-cultural de Vygotsky e no ensino desenvolvimental de Davídov, nortearam a mediação didática desenvolvida nas aulas, a fim de que os alunos se apropriassem dos principais conceitos de Geografia Política e Geopolítica e, conseqüentemente, desenvolvessem o pensamento teórico para fazerem uso em suas vidas pessoal e profissional.

Isso levantou ao seguinte problema: Será que os estudantes da Segunda Licenciatura em Geografia desenvolvem o pensamento teórico, na Disciplina de Geografia Política e Geopolítica, se ensinados na perspectiva da dialética?

Nosso objetivo era refletir a respeito do ensino, na perspectiva dialética, para o desenvolvimento do pensamento teórico dos alunos durante as aulas da Disciplina de Geografia Política e Geopolítica - Segunda Licenciatura em Geografia.

Os dados foram levantados a partir da observação decorrente das discussões, apresentações, intervenções e questionamentos realizados durante o desenvolvimento das aulas, tanto nos grupos de estudos quanto nos momentos de socialização. Além disso, fizemos uso de algumas produções escritas que os grupos realizavam ao longo do desenvolvimento das aulas. Infelizmente muitas produções e avaliações individuais e/ou coletivas foram devolvidas para os alunos e isso pode comprometer nossa análise. Se isso ocorrer, se justifica pelo fato de que não tínhamos a intenção de escrever a respeito do estudo realizado na disciplina de Geografia Política e Geopolítica, mas mudamos de ideia quando recebemos o desafio de escrever uma produção a respeito de nossa experiência enquanto professor do Curso de Geografia do PARFOR.

³ - Leitura do livro: MARZARI, Marilene. Ensino e Aprendizagem de Didática no Curso de Pedagogia: Contribuições da teoria desenvolvimental de V. V. Davydov. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

⁴ - O pensamento empírico se limita ao dado aparente, o que impede uma maior compreensão das transformações, dos movimentos, da totalidade, das contradições, das variáveis próprias da formação dos conceitos científicos imprescindíveis à formação do pensamento teórico. (MARZARI, 2016, p.106).

⁵ - O pensamento teórico é o processo de idealização de um dos aspectos da atividade objetivo-prática, a reprodução, nela, das formas universais das coisas. (DAVÍDOV, 1988, p. 125)

⁶ - Para conhecimento desses conceitos sugerimos a leitura da Tese: Ensino e aprendizagem de didática no curso de pedagogia: contribuições da teoria desenvolvimental de V.V. Davídov.

Situando a Geografia Política e Geopolítica

Discutir as teorias que envolvem a disciplina Geografia Política e Geopolítica, a partir dos fundamentos didáticos do Ensino Desenvolvidor de Davídov, requer que os alunos internalizem e se apropriem dos conceitos dessa disciplina, prioritariamente estado, poder, imperialismo, geoestratégia, estratégia entre outros propostos na ementa que segue: A Geografia Política: transformações na organização do espaço mundial; estado-nação, império e imperialismo; guerras, guerrilhas e terrorismo nos séculos XX e XXI; configuração atual do mapa do mundo; blocos econômicos e alianças políticas; o mundo em rede: técnica, ciência e informação no mundo contemporâneo; problemas geopolíticos brasileiros. Elementos de prática para o ensino fundamental e médio.

Para isso, os objetivos da disciplina consistiram em analisar a constituição do campo da Geografia Política e Geopolítica e as dimensões espaciais do poder e seus desdobramentos nas decisões e ações políticas que impactam no cotidiano dos cidadãos e dos estados e; refletir a respeito das questões geográficas que se associadas ao processo teórico-prático e didático-pedagógico da sala de aula, fundamental para a formação dos professores de Geografia que atuam na Educação Básica.

Para alunos que cursaram essa segunda Licenciatura, as teorias que fazem parte da Geografia Política e, consequentemente, da Geopolítica são fundamentais para a compreensão e análise de questões ligadas às geoestratégias e às práticas políticas por parte dos estados, das corporações econômicas e dos grupos sociais, sempre visando às conquistas, controle e organização de territórios em diferentes espaços. Para dar conta dessa proposta, autores como Friedrich Ratzel (1990), Nicolau Maquiavel (2002), Raymond Aron (2002), Karl Von Clausewitz (1979), Yves Lacoste (2003), Claude Raffestin (1993), Paul Kennedy (1989), Paul Claval (1978), Eric Hobsbawm (2007), Samuel Paul Huntington (1998), David Harvey (2005), Wanderley Messias da Costa (1992), Golbery do Couto e Silva (1967), Naomi Klein (2008), Demétrio Magnoli (1994), Marcelo Lopes Sousa (2013), José William Vesentini (2015, 2013, 2010). Horacio Capel (1983), Shiguenoli Miyamoto (1995), entre outros autores que se dedicam aos estudos da Geografia Política e Geopolítica.

Em nosso entendimento os estudantes deveriam que ter clareza das teorias que fundamentam essa disciplina, principalmente no que diz respeito à compreensão do poder exercido por certos países/estado-nações. Para isso, buscamos em Vesentini (2013) a fundamentação teórica para situar a Geografia Política que, segundo o referido autor, vem sendo discutida ao longo dos anos e está demonstrado em inúmeros livros publicados nos séculos XVII, XVIII e XIX. Esses estudos têm mostrado que a concepção de Geografia Política nasceu com a obra *Politische Geographie* de Friedrich Ratzel (1897), ficando claro que Ratzel não criou o rótulo “geografia política”; apenas redefiniu seu conteúdo, ou seja, o estudo geográfico da política, uma concepção de política que muito se deve à leitura de Maquiavel.

Vesentini (2015) afirma ainda que a Geografia Política moderna nada mais é do que um estudo geográfico da política, ou estudo das relações entre espaço e poder. Em vista disso, Ratzel forneceu as bases para o início de um estudo sistemático da dimensão geográfica da política em que as categorias espacialidade e territorialidade passaram a ser objetos de preocupação das ações políticas por parte dos estados.

Para Ratzel Apud Capel (1983) o solo/território era quem viabilizaria a existência de uma nação e o seu progresso. Nessa concepção, a disputa entre povos (espécies humanas mais evoluídas) era apropriada para a evolução e reafirmação das sociedades consideradas mais evoluídas/adaptadas que venceriam a luta pela sobrevivência, impondo seus domínios. Nesse sentido, os europeus, considerados mais adaptados, deveriam dominar os outros povos. Por isso, o objeto geográfico de estudo da Geografia Política é a influência das condições naturais na sociedade e como essas condições atuam na fisiologia, no caráter dos indivíduos e na condição social, bastando, para isso, que o estado intervenha para tornar isso um processo simbiótico.

Nesse sentido, Ratzel veio proclamar o Estado como um ente sociopolítico caracterizado tanto pelo espaço (*Raum*) como pela respectiva posição (*Raumsinn*) e estabeleceu algumas das chamadas leis da geopolítica; uma delas é o papel desempenhado pelos estados nas conquistas territoriais. Em vista disso, a Geografia Política ganha um novo significado, passando a ser entendida como o estudo geográfico ou espacial da política e não mais como um estudo genérico dos Estados. Diante disso, segundo Vesentini (2013), a Geografia Política busca fontes para ajudá-la a investigar o espaço geográfico, dentre elas destacam-se: a observação permanente das relações políticas que acontecem no espaço; os trabalhos produzidos nas academias como livros, periódicos, fundamentalmente as publicações de origem militar e os relatórios diplomáticos, dentre outros.

Para maior compreensão da teoria de Ratzel se faz necessário associá-la ao contexto político e às questões relacionadas ao poder liderado pelos estados nas disputas territoriais. Exemplo disso são as legitimações das conquistas dos territórios coloniais, o que mostra que a teoria de Ratzel foi utilizada para legitimar o imperialismo alemão.

Por isso, Ratzel foi considerado, por muitos, o fundador da Geografia Política vista como a “Geografia do Estado”, ou seja, a ciência que deveria analisar as relações que conectam território, povo e Estado. Sendo o Estado definido como um “organismo ligado ao solo” como uma espécie de organismo biológico, cuja superfície/território varia com o passar dos anos. Com esse propósito, Ratzel considerava não somente os organismos vivos na sua individualidade, mas também no seu solo, garantindo o seu crescimento demográfico. Para isso, necessitavam expandir o seu âmbito territorial, a fim de tirar o sustento pelas conquistas de seus espaços vitais – o *lebensraum*.

Atualmente, a Geografia Política passou a centralizar seus estudos numa região humanizada como uma unidade política, observando suas bases geográficas e territoriais, as modificações na distribuição demográfica, o potencial econômico, comparando-as com as que estão em seu entorno e com os outros fenômenos sociais.

Diferentemente da Geografia Política, a Geopolítica Clássica, tal como conhecemos, vem da escola Alemã e se funda numa concepção de expansão territorial dos estados, tanto que “[...] a geopolítica enquanto estudo de influência dos fatores territoriais na ação política, existe desde quando o homem embarcou em uma vida do tipo política”. (GOTTMANN Apud CONTINI, 2015, p. 01). Todavia, a Geopolítica, como “nova ciência”, veio a ser sistematizada, na Alemanha, somente nas primeiras décadas do Século XX, trazendo, em grande parte, as aspirações da obra de Friedrich Ratzel (*Politische Geographie*, 1897)

A palavra geopolítica, criada no início do século XX, mais precisamente em 1905, pelo jurista Sueco Rudolf Kjellén apareceu em um artigo denominado “As grandes potências”. A preocupação fundamental de Kjellén era compreender a correlação de forças militares, atualmente essas forças são de ordem econômico-tecnológica, cultural e social, em nível territorial, com ênfase no espaço mundial. Na prática e conceitualmente, tem sido difícil de separar e distinguir a Geopolítica da Geoestratégia e, conseqüentemente, da estratégia.

⁷ - Referência completa no final do texto.

⁸ - Solo em algumas passagens em Ratzel aparece com espaço/território.

Nesse sentido, para as tomadas de decisões geopolíticas é fundamental considerar a relação entre os processos políticos e as características geográficas dos estados, isto é, localização, território, posse de recursos naturais, contingente populacional, geologia, topografia, clima, ecologia (relação entre os aspectos animais, vegetais e humanos), além das relações de poder internacionais entre os estados e entre estado e sociedade.

Vale ressaltar que no transcorrer da expansão imperialista, ocorrida entre meados do Século XIX e término da segunda Grande Guerra, os juízos de valor e/ou as análises a respeito do poderio de um Estado e das grandes potências mundiais ou regionais eram geralmente feitos por meio da guerra que era monopólio dos estados e dos militares. Atualmente é quase unanimidade entre os teóricos da Geopolítica que as disputas pelos poderes e conquistas de novos territórios não são mais monopólios dos estados, se disseminaram pelas grandes empresas, Organizações Não-Governamentais - ONGs, sindicatos entre outras instituições.

De acordo com Vesentini (2015), a Geopolítica passou a ser vista como uma área ou campo de estudos interdisciplinar, visto que para uma ação ou entendimento geopolítico há de se considerar os conhecimentos de outras áreas como: Sociologia, Antropologia, História, Ciência Políticas, entre outras.

Para apreender as teorias que fundam a Geografia Política e Geopolítica entendíamos que os alunos deveriam ter domínio de outros conceitos, principalmente de espaço, região, território, lugar e paisagem, pois, sem isso encontrariam dificuldades para analisar, tanto teoricamente quanto na prática, o campo de estudo da Geografia Política e Geopolítica. Em outros dizeres, os fundamentos dessas áreas de conhecimentos são importantes para o entendimento do que seja estado-nação, pátria, patriotismo, relações de poder e as estratégias que envolvem decisões e ações políticas na conquista e manutenção de territórios que parte dos estados, das empresas e dos grupos sociais, cujas ações impactam diretamente no cotidiano dos cidadãos e dos estados. Além disso, a intenção era fazer com que os alunos refletissem sobre as questões geográficas que, associadas ao processo teórico-prático e didático-pedagógico, são fundamentais para a formação dos professores de Geografia que atuam na Educação Básica.

Em função dessas propostas, as primeiras aulas foram dedicadas às discussões de conceitos como espaço, região, território, lugar, paisagem, entre outras, necessários à apropriação das teorias da Geografia Política e da Geopolítica. Em seguida, passamos a centrar as discussões nos teóricos que fundamentam a Geografia Política e a Geopolítica com vistas à compreensão e análise das categorias de estado, poder, soberania, fronteira, limites territoriais, imperialismo, geoestratégia, entre outros.

Mesmo considerando que as categorias acima referidas tenham sido estudadas em outras disciplinas da matriz curricular do Curso, percebemos que a maioria dos alunos sabia apenas defini-las e não conceituá-las. Isso foi sendo percebido a partir das dificuldades em verbalizá-las e, ao mesmo tempo, relacioná-las por meio de exemplo práticos.

Em vista disso, ao percebermos a necessidade dos alunos terem domínio conceitual das principais categorias da Geografia, propomos a leitura do texto “A importância dos conceitos da Geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares” de Lisboa (2014) e o vídeo “Conceitos de Geografia – paisagem, território, lugar e região”. Importante registrar que todas as ações foram organizadas em grupos (coletivo) para que a aprendizagem se efetivasse de forma individual. Inicialmente os alunos ‘reclamaram’ dessa organização, mas com o passar das aulas perceberam o quanto era importante ler, discutir, ouvir, dialogar, verbalizar e produzir textos, tudo para se tornar um processo de internalização e apropriação do que estava sendo estudado.

Na sequência, solicitamos que um componente de cada grupo verbalizasse, para os demais grupos, aquilo que haviam produzido. A perspectiva era de que no final dessa ação todos tivessem se apropriado dos conceitos. Entretanto, em nossa avaliação, os estudantes apenas conseguiram ampliar a compreensão inicial, carecendo ainda de um maior domínio dos conhecimentos geográficos para a formação do pensamento teórico como veremos nas produções que se seguem. Espaço geográfico é o espaço social, produto da ação do homem sobre a natureza. Lugar é a

parte do espaço geográfico apropriada para a vida. Paisagem é a relação de tudo que os sentidos humanos percebem e apreendem. Sendo ela natural ou artificial. Território é a relação de poder delimitado e definido. Redes geográficas é conjunto de localizações interconectadas. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professores: A.; E.; N.; U.)

Espaço geográfico pode ser entendido como sendo a área na qual um determinado grupo se apodera dos recursos em nome da coletividade; partindo do global para o particular e vice-versa. Paisagem é um conjunto de elementos como 'solo, vegetação, cheiros e cores', na qual é possível visualizar sua exploração, pode ser natural ou artificial. Lugar pode ser de escala local, regional ou global, estando associado a cada indivíduo ou grupo. Ocorrendo uma valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente, ou seja, está relacionado aos diversos tipos de experiências e envolvimento com o mundo. Território é um espaço geográfico, na qual é exercida uma esfera de poder para manter o controle [...]. A região pode ser compreendida como sendo: natural [...] e geográfico [...]. Redes geográficas é um conjunto de mecanismos variáveis que se relacionam entre si, visando melhor eficiência e lucro, podemos exemplificar os avanços na exportação de produtos agropecuários. Escala é uma relação tanto local como global, com as mesmas implicações que se relacionam da regional para a global envolvendo os processos sociais, econômicos e políticos. Território pode ser compreendido como sendo um instrumento de exercício do poder, no qual o conhecimento geográfico é usado como ferramenta para elaborar uma estratégia e ampliar suas fronteiras, levando em conta a paisagem, o espaço geográfico, o lugar, o território, a região e os recursos. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professores: D.; E.; L.; W.)

Como se percebe, essas produções mostram que os alunos apenas definiram as categorias geográficas, indicando que ainda precisam desenvolveram a capacidade de reproduzir e de se utilizarem desses conhecimentos para realizar generalizações teórico-práticas, ou seja, de virem a fazer uso na prática social. Outro grupo produziu em texto em que tentou ampliar as definições dessas categorias, como se observa na produção a seguir:

Espaço geográfico é o produto da ação do homem sobre a natureza. Segundo Corrêa (1982) o espaço é apresentado como 'um todo'. Já Milton Santos compreende o espaço como um conjunto indissociável, no qual a história acontece. Lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado e compreendido o habitat, o lugar e onde estão as referências pessoais, valores que direcionam as diferentes formas de perceber, construir as paisagens e o espaço geográfico. Paisagem, segundo Troll, é o conjunto das interações homem – meio, algo além do visual – processo de articulação entre os elementos constituintes. De acordo com Bertrand definiu-a como resultado sobre certa porção do espaço. Sendo ainda que a paisagem se configura como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Território é essencialmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. Santos afirma que o território é definido pelas relações de poder tecidas na existência de práticas sociais que fazem parte da vida dos alunos. Dentro desse contexto os atores sociais territorializam o espaço no momento em que dele se apropriarem. [...]. Região é compreendida como meio para as interações sociais, tratando-se da ideia política da região com base na ideia de dominação e poder, constituindo fatores fundamentais na diferenciação de áreas, segundo Corrêa. Isso significa que regionalizar é uma tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios. Dentro desta perspectiva a região é uma classe de área fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios que justifiquem a sua importância para determinadas explicações. Rede geográfica trata-se de um conjunto de nós interconectados, sendo nó o ponto no qual uma curva se entrecorta. De acordo com Corrêa, a rede geográfica é um conjunto de localizações sobre a superfície terrestre, articulado por vias e fluxos. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professores: I.; W.; M.; M.)

⁹ - Reprodução no sentido da recriação das práticas humanas historicamente desenvolvidas e não como mera imitação, repetição e memorização mecânica dos conhecimentos.

Embora os alunos tenham buscado auxílio em alguns autores para ampliar o texto escrito e conceituar as categorias, percebemos que a produção avançou muito pouco em relação à conceituação, uma vez que permaneceu tão somente na definição. Em nossa avaliação, os alunos ainda carecem de uma maior compreensão conceitual da totalidade, a qual é constituída pelo conjunto das categorias e que sem essa compreensão, analítico-metodológica, permanecem no nível do pensamento empírico, ou seja, apenas conseguem definir o resultado/produto do conhecimento.

No entanto, essas produções mostraram que os alunos conseguiram apenas definir as categorias usadas na Geografia, deixando de conceituá-las. Além disso, para alunos que se formariam em Geografia faltava clareza a respeito do objeto de estudo dessa Ciência - o espaço. Para conceituá-lo deveriam considerar as questões políticas, ideológicas, culturais, interesses de grupos e classes sociais que fazem parte de uma totalidade. Isso nos remete a Milton Santos para quem o espaço: “É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. (SANTOS, 1997, p. 63)

Por outro lado, o autor afirma que o espaço não pode ser considerado ou formado apenas pelas coisas, pelos objetos geográficos naturais e artificiais, mas por tudo que existe na natureza e pelo que foi criado pela sociedade no decorrer da história. Assim, cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Nesse sentido, a relação entre espaço geográfico e sociedade, aparece na paisagem, configuração geográfica (espacial).

A percepção desse processo nem sempre fica evidenciada porque a Geografia carrega uma história marcada pela concepção autoritária, com viés positivista e determinista, que começa a ser modificada a partir dos teóricos críticos, em meados dos anos 70, do Século XX. Antes disso, muitos teóricos da Geografia eram reticentes em esclarecer as relações ideológicas e de poder que permeavam e impediam os avanços dos estudos geográficos. Em vista disso, discutimos que era necessário observar os “arranjos espaciais”, pois estes demarcam e camuflam interesses de grupos e classes sociais. A esse respeito nos reportamos ao trabalho de Da Silva e Da Silva para mostrar que a Geografia

[...] se ocupa dos estudos da transformação do espaço, das relações dialéticas e das mudanças que ocorrem no contexto mundial. Assim, refletir sobre o ensino de Geografia na atualidade implica pensar num processo amplo e complexo, sobretudo pelas rápidas transformações que ocorrem nas várias dimensões, a saber: política, econômica, social, ambiental e cultural. Assim, cabe ao professor de Geografia acompanhar e evidenciar tais transformações no âmbito escolar. (DA SILVA; DA SILVA, 2012, p. 02)

Sem refletir e analisar a “totalidade” que forma a “configuração geográfica (espacial)” o aprendizado, nos dizeres de Davidov (1988), é tão somente um conhecimento empírico, fundado em definições e classificações. Por isso, ajudam somente a desenvolver o pensamento empírico “[...] que se realiza com ajuda das abstrações e generalizações de caráter lógico-formal e somente leva a formar os chamados conceitos empíricos”. (DAVÍDOV, 1988,

p. 104). Nesse sentido, o que se aprende contribui muito pouco para a formação da consciência e do pensamento teórico necessário para realizar generalizações científicas. Para formar o pensamento teórico é necessário desenvolver uma prática de ensino que caminhe na direção da essência originária do conteúdo e, a partir disso, deduza as múltiplas propriedades particulares da disciplina e/ou do objeto estudado. Esse procedimento ajuda os alunos a reproduzirem mentalmente o conteúdo em estudo e a desenvolver o pensamento cognitivo.

No entanto, a verbalização realizada pelos alunos em sala de aula revelou que as discussões feitas durante as aulas da disciplina de Geografia Política e Geopolítica os deixaram cientes da necessidade de se ter o domínio dos conceitos geográficos para se ensinar Geografia. Em função disso, no transcorrer das aulas da referida disciplina chegaram à conclusão de que precisavam entender também as categorias: estado, poder, soberania, fronteira, limites territoriais, imperialismo, geoestratégia e estratégia para aplicá-las, uma vez que são fundantes do corpo teórico da disciplina e, também da Ciência Geográfica.

Na sequência das aulas discutimos que o domínio desses conceitos era imprescindível para o entendimento e análise das políticas territoriais, das formas de conquistas e controle dos espaços e dos territórios por parte dos estados, das corporações econômicas e das entidades da sociedade civil. Em vista disso, decidimos por manter o mesmo procedimento de estudo, ou seja, discussão em grupos, como forma de perceberem que o processo de aprendizagem ocorre, no dizeres de Vygotsky (2001) do coletivo para individual. Assim, todos poderiam estar internalizando e se apropriando dos conceitos fundamentais desses “campos” de conhecimentos.

Para isso, utilizamos textos de autores como José William Vesentini. *O que é Geopolítica? E Geografia Política?* Wanderley Messias da Costa. *Geografia Política e Geopolítica*; Friedrich Ratzel. *Geografia*; Yves Lacoste. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*; Claude Raffestin. *Por uma geografia do poder*; Karl Von Clausewitz. *Da guerra*, entre outros, além dos vídeos: imperialismo e cidades ocultas.

A leitura dos textos e a análise dos vídeos visavam fazer com que os alunos chegassem à essência da Disciplina e pudessem conceituá-la, entendendo conceitos como ferramentas mentais (intelectuais), complexas que requerem a abstração da essência do objeto. Nessa perspectiva, para conceituar algo o procedimento de ensino deve “[...] assemelhar-se ao procedimento de exposição dos conceitos científicos, tal qual a exposição realizada pelo pesquisador no processo de criação que originou os conceitos”. (FREITAS, 2011, p. 73). Isso faz com que os alunos se apropriem das conclusões científicas obtidas com a investigação do objeto e desenvolvem ferramentas mentais que permite a conceituação das categorias.

Em vista disso, os textos produzidos pelos alunos mostraram que a maioria ainda está no nível do empírico, ou seja, se mantém na mera observação e com base em deduções simples e, por vezes, passível de equívocos.

Para que os alunos chegassem ao nível do conhecimento científico, isto é, de

julgamento – momento em que se desenvolve a consciência – foi proposto tarefas – perguntas, questionamentos, situações-problemas - que colocaram os alunos em atividade de aprendizagem, guiados pelo movimento dialético de pensamento, ou seja, do abstrato para o concreto pensado. Mesmo que as aulas tenham sido desencadeadas nessa perspectiva, a proposta ainda ficou a desejar, pois no máximo que os alunos conseguiram foi avançar para a definição empírica das categorias. Exemplo disso foram as produções que se seguem:

Geografia política faz levantamento de dados sobre um povo, sua cultura, território e geologia. A Geopolítica faz uso dos dados da geografia política para montar estratégias em favor e grupos sociais e para isso necessita do conhecimento de outras áreas como a antropologia, a sociologia, a história, a psicologia e outras. Conhecimento geográfico é importante para as empresas, militares, estado e organização vivis, pois esse conhecimento é sistematizado, elaborando-se estratégias que dizem respeito a disputa de poder no espaço mundial, poder que implica em dominação via estado ou não, que pode ser cultural, sexual, econômico, repressivo ou militar. Cada grupo utiliza esse conhecimento a seu favor em busca de dominação e poder. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professores: A.; E.; M.; N.; U.)

Mesmo que tenham avançado na compreensão das categorias, ainda carecem de atingir o nível teórico esperado para um curso de formação de professores – segunda Licenciatura. Isso pode ser percebido na produção de um dos grupos que conseguiu uma melhor compreensão das categorias, mesmo assim, deixou de conceituá-las.

A Geografia Política existe há séculos, mas podemos entender como um estudo geográfico da política, ou como o estudo das relações entre espaço e poder. A Geografia política só vai se preocupar com o meio ambiente – as características ‘naturais’ do território (localização, paisagem, formato etc). Ela é identificada com os estudos sistemáticos, assume uma dada concepção do estado, este aparece desprovido de contradições internas e movimento histórico, como uma entidade geral e abstrata pairando acima da sociedade. A Geopolítica diz respeito às disputas de poder no espaço mundial, ou seja, implica dominação. Ela não se preocupa em firmar-se como um conhecimento da realidade e sim como ‘um instrumento de ação, um guia para a atuação de tal ou qual estado. Se preocupa com a chamada escola macro/continental planetário que é a disputa do poder mundial. Hoje podemos notar a sua contribuição na área ou campo de estudo interdisciplinar, pois ela representa de certa forma várias áreas do conhecimento. O Conhecimento geográfico é importante para os militares na questão de conhecer o espaço geográfico para traçar estratégias de defesa e ataque em casos de guerra. Para as empresas é importante conhecer o local, incentivo fiscal, o potencial econômico, a logística, para as organizações civis acontece quando há necessidade de se estabelecer num território, limitar suas fronteiras e traçar estratégias para a expansão de seus territórios. (Produção escrita realizada, em agosto de 2015, pelos professores: A.; A.; J.; K.; S.).

¹⁰ Disponível em: <www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0250.html>. Acesso em 13 maio 2015.

Temos a consciência de que a organização didática das categorias fundamentais da Disciplina de Geografia Política e Geopolítica poderia ter contribuído, mais significativamente, para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Porém, as condições concretas que envolvem um programa como o PARFOR, dificultaram nosso propósito que era fazer com que os alunos se apropriassem e conceituassem essas categorias. Mesmo assim, temos que registrar que as leituras, os debates e as ações propostas contribuíram para a tomada de consciência dos alunos a respeito da importância de saber conceituar as categorias utilizadas pelas disciplinas do Curso de Geografia, fundamentais para a formação do profissional que atua na Educação Básica.

Nessa perspectiva, segundo Marzari (2016), é preciso desencadear mudança nas práticas de ensino instituídas e vivenciadas durante anos de educação escolar, tanto por parte do professor quanto dos alunos. Tarefa essa bastante difícil, mas possível quando se tem a consciência de que aprendemos os conteúdos de forma empírica e buscamos alternativas que favoreçam a criação de “[...] ferramentas intelectuais tão poderosas [...] que os alunos podem tomá-las no mundo exterior e aprender as complexidades desse mundo com a ajuda dessas ferramentas”. (ENGESTRÖM, 2002, p. 200). Por fim, podemos dizer que uma boa pedagogia da Geografia “[...] é aquela segundo a qual o aluno sai das aulas pensando, raciocinando, investigando e atuando com o modo próprio de pensar, raciocinar, investigar e atuar da geografia”. (LIBÂNEO, 2011, p. 95)

Considerações finais

Sabemos das demandas da Educação Básica, principalmente em relação à formação de professores para atuar nas diferentes áreas do conhecimento. Por isso da criação de Programas como o PARFOR para suprir uma necessidade que está materializada nas salas de aula, principalmente das últimas duas etapas da educação básica. Reconhecemos essa importância, porém se faz necessário refletir sobre o aligeiramento dessas formações, uma vez que a maioria dos alunos que frequentou o Curso de Licenciatura em Geografia possuía formação em Pedagogia que tem outras especificidades formativas; além de outros cursos que possuem particularidades próprias de cada ciência.

Queremos dizer com isso que em dois anos de curso e com disciplinas de 60 horas, distribuídas em seis dias (dez horas diárias) comprometendo uma formação que requeria tempo para ‘reflexão e “maturação intelectual” a respeito do conhecimento Geográfico. Além de estarem submetidos a essa carga diária de aula, acabaram tendo que renunciar aos períodos de férias para poderem fazer o Curso. Isso sem considerar que alguns deles precisaram se deslocar de outros municípios - longas distâncias - e acamparem no próprio Campus para poder estudar. Não eram raras as vezes que mencionavam as preocupações e a saudade, principalmente dos filhos e demais familiares que ficaram distantes. Soma-se a isso, o pouco hábito de leitura, principalmente dos clássicos da Geografia e o aligeiramento do Curso proposto pelo PARFOR.

Embora todos os participantes do Curso de Licenciatura Geografia possuíssem

experiência docente, mesmo que em tempos diferentes, marcada por uma prática didático-pedagógica, não foram raras as vezes que a metodologia por nós proposta conflitava as práticas positivistas, da individualidade, da resistência de se trabalhar em grupo, de vivenciar outras perspectivas de planejar e desenvolver o ensino. Isso ficou bastante evidenciado quando de nossa proposição de se trabalhar a metodologia do Ensino Desenvolvimental de Davidov, que requer estudos em grupo – do coletivo para individual – a fim de que todos pudessem se apropriar das categorias para formar o pensamento teórico, ou seja, avançar do abstrato para concreto pensado.

Diante disso, podemos afirmar que a situação concreta dos participantes do Curso fez com que avançássemos em nosso propósito, embora a maioria das produções pontue a definição dos conceitos de forma aparente, pontual e descritiva, ou seja, empírica. Para desenvolver o pensamento teórico precisaria de mais tempo e dedicação aos estudos para que se apropriasse conceitualmente de cada uma das categorias fundamentais para a compreensão da Ciência Geográfica e poder ensinar na Educação Básica. Isso nos remete a um questionamento: Como ensinar as categorias de Geografia para que os alunos da Educação Básica desenvolvam o pensamento teórico se os próprios professores conseguiram, com muito esforço, desenvolver o pensamento empírico?

Sabemos da necessidade de se ter o domínio teórico das categorias de ensino da ciência estudada, uma vez que a escola tem a finalidade de desenvolver o pensamento teórico de seus alunos. Para isso, há a necessidade de uma melhor preparação teórico-prática dos professores, embora a maioria dos cursos de formação docente ainda tenha deixando de contemplá-la. Isso faz com que os professores acabem ensinando os conteúdos apenas de forma empírica que, segundo Davidov (1988), pouco contribui para o desenvolvimento integral dos alunos.

Por isso, ensinar requer a tomada de decisão e isso implica posicionamento teórico e político, ou seja, se quisermos desenvolver a cognição dos alunos, as aulas precisam ser planejadas e desenvolvidas a partir dos referenciais que dêem sustentação a essa prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 14**, de 13 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CP 1/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de fevereiro de 2009, Seção 1, p. 16.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.

CONTINI, Alaerte Antonio Martelli. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Crítica. Disponível em: < www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista...id....>. Acesso em: 12 maio 2015.

DAVÍDOV, Vasili Vasilievich. *La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico*: investigación psicológica, teórica y experimental. Moscou: Editorial Progreso, 1988.

DA SILVA, Maria do Socorro Ferreira; DA SILVA, Edimilson Gomes. O ensino da geografia e a construção dos conceitos Científicos geográficos. *VI Colóquio-Educação e contemporaneidade*. São Cristóvão – SE, 20 a 22 de setembro de 2012.

ENGESTRÖM, Yrjö. Non scolaesed vitae discimus: como superar a encapsulação da aprendizagem escolar. In: HARRY, Daniels (Org.). *Uma introdução à Vygotsky*. São Paulo: Loyola, 2002.

FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. Aprendizagem e formação de conceitos na teoria de Vasili Davydov. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; LOMONTA, Sandra Valéria. *Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança*: diferentes olhares para a didática. Goiânia: CEED/Editora PUC de Goiás, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; LOMONTA, Sandra Valéria. *Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança*: diferentes olhares para a didática. Goiânia: CEED/Editora PUC de Goiás, 2011.

MARZARI, Marilene. *Ensino e Aprendizagem de Didática no Curso de Pedagogia*: Contribuições da teoria desenvolvimental de V. V. Davydov. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

RATZEL, Friedrich. *Geografia*. São Paulo: Ática, 1990. 1897????

SANTOS, Milton. Espaço e método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997 (Coleção Espaços).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO/CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO ARAGUAIA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Barra do Garças, 2004.

VISENTINI, José William. O que é Geopolítica? E Geografia Política? Geocrítica – Geopolítica. Ensino de geografia. Disponível em: <www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. *Novas geopolíticas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Educação enquanto direito difuso e reflexões acerca dos aspectos jurídicos sobre a relação com a educação tutorial – o caso do Programa de Educação Tutorial - PET

DOI-10.21745/ac06-06 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-06>

João Pedro Omena dos Santos *

Norberto de Jesus Tavares **

Arthur Alves A. S de Melo ***

Resumo

A proposta traz reflexões acerca da temática do Programa de Educação Tutorial (PET) como um direito difuso e apresenta reflexões de petianos e colaboradores, todos da área de Direito, acerca da temática, suas interfaces e desdobramentos. Utiliza pesquisa descrita e documental seguida de análise reflexiva. Aponta como principais resultados considerações sobre como a educação pode e deve ser vista como um direito difuso e que a educação tutorial devido às suas características também pode ser vista como um direito, mas dificilmente com a abrangência de direito difuso, pois isso exigiria que todos tivessem acesso a tal tipo diferenciado de educação.

Palavras-chave: Educação. Direito Difuso. Programa Especial de Treinamento

Abstract

The proposal brings reflections on the theme of the Tutorial Education Program (PET) as a diffuse right and presents reflections “petianos” and employees, all of the area of law, on the theme, its interfaces and developments. Uses described and desk research followed by reflective analysis. Indicates that the main results considering how education can and should be seen as a diffuse right and that the tutorial education due to their characteristics can also be seen as a right, but hardly with the scope of diffuse rights, as this would require everyone to have access to such a different kind of education.

Keywords: Education. Diffuse right. Special Training Program

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e membro do Programa de Educação Tutorial - PET Educomunicação na Faculdade de Educação da mesma instituição. jpomena@hotmail.com

² Colaborador no PET Educomunicação e doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre pela Universidade Metodista de Piracicaba, professor da Fundação Presidente Antonio Carlos – Fupac/Unipac, campus Uberlândia, MG, Faculdade de Direito. norberto_tavares@yahoo.com.br

³ Advogado graduado pela Faculdade Pitágoras de Uberlândia/MG. e-mail: arthuraasm@yahoo.com.br

Introdução

O objeto da presente discussão se insere sobre as considerações dos denominados direitos difusos, coletivos, trans, meta e ultra individuais; conceitos jurídicos que vêm emergindo em novos planos e inserções sociais (BARBOSA; SOUZA e SILVA; SOUSA, 2010). Enquadram-se em gerações de direitos para uns, em dimensões para outros (IURCONVITE, 2014). Com uma outra denominação, pode-se ter assente como uma possível definição que:

Direitos difusos são todos aqueles direitos que não podem ser atribuídos a um grupo específico de pessoas, pois dizem respeito a toda a sociedade. Assim, por exemplo, os direitos ligados à área do meio ambiente têm reflexo sobre toda a população, pois se ocorrer qualquer dano ou mesmo um benefício ao meio ambiente, este afetará, direta ou indiretamente, a qualidade de vida de toda a população. O mesmo ocorre com os direitos do consumidor, com os direitos ligados à preservação preservação do patrimônio sócio cultural e com os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica etc. (BRASIL, 2015, s.p.)

A começar, a terminologia interesses difusos requer uma interpretação teleológica ou, melhor dizendo, com vista à sua finalidade, e não se pode negar que apresenta certa vagueza ou imprecisão nominativa. Aliás, essa foi a observação feita por Bolque apud Lacerda (1999), que também explica do que se tratam essas prerrogativas, na obra “Interesses difusos e coletivos: Conceito e legitimidade para agir”, da qual vale transcrever:

Adianto que eu não gosto desta expressão. Ela está consagrada na doutrina, está consagrada em vários textos, mas não me agrada, porque eu acho muito vaga, muito vago esse adjetivo “difuso”. Muito vago e inexpressivo. Que tipo de direitos seriam estes? Direitos sem conteúdo, diáfanos. E na verdade nós estamos em presença de direitos fundamentais do homem enquanto pessoa em sociedade, enquanto membro de uma comunidade que pode ser agredida a todo e qualquer momento pela poluição, pelos atentados à ecologia, agressões contra o consumidor, uma preocupação muito importante na nova lei. Esses interesses não são difusos, são interesses fundamentais, interesses eminente mente concretos, muito mais importantes que os direitos subjetivos individuais (BOLQUE apud LACERDA, 1999, p. 184).

Sobre o surgimento e reconhecimento dessa espécie de direito, os pesquisadores Cappelletti e Garth (2002) tornaram-se referência. Eles explicam que tal inovação se deu no que denominaram segunda onda renovatória de direitos.

⁴ Alexandre de Freitas Câmara, em sua obra *Lições de Direito Processual Civil*, volume I, explica que, na utilização do método teleológico de interpretação, “o intérprete deve ter sempre em vista os fins sociais a que a lei se destina, assim como o bem comum”.

Ao elucidarem o seu contexto histórico, os autores esclareceram que “a concepção tradicional do processo civil não deixava espaço para a proteção dos direitos difusos”. Segundo eles, “o processo era visto apenas como um assunto entre duas partes, que se destinava à solução de uma controvérsia entre essas mesmas partes a respeito de seus próprios interesses individuais” e, em razão disso, “direitos que pertencessem a um grupo, ao público em geral ou a um segmento do público não se enquadravam bem nesse esquema”.

No Brasil, os interesses difusos passaram a ser reconhecidos a partir da década de 1970, sob a influência desse trabalho realizado por Cappelletti e Garth (2002). Aliás, conforme Mazzilli (2006, s.p.), assim como em outros países de tradição romana de Direito, essa inovação foi corroborada por uma acentuada crítica sobre a dicotomia público/privado e pela consideração de uma categoria intermediária de interesses que:

[...] embora não sejam propriamente estatais, são mais que meramente individuais, porque são compartilhados por grupos, classes ou categoria de pessoas, como os moradores de uma região quanto a questões ambientais comuns, ou aos consumidores de um produto quanto à qualidade ou o preço dessa mercadoria.

Dessa forma, na medida em que os interesses difusos eram reconhecidos, o artigo 6º do Código de Processo Civil, que define que “ninguém pode pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei”, foi relativizado por ser estritamente individual, como demonstraram Cintra, Grinover e Dinamarco (1998).

Assim, originou-se uma espécie de direito que não é público, cuja legitimidade é do Estado, nem privado, no qual o particular, individualmente, pode buscar o seu cumprimento. Mazzilli (2006) define os direitos difusos como interesse que se refere a grupos que, em razão de um determinado fato, tornam-se ou podem tornar-se prejudicados. Em razão disso, também foi caracterizado como uma espécie de direito das minorias (SILVA, 2007).

Em resumo, o direito difuso tem como principal característica o diferencial de que quando ocorre algum fato que venha a lesá-lo, além das pessoas diretamente envolvidas com o fato gerador da lesão, serão lesadas outras, pela impossibilidade de se determinar e quantificar os cidadãos lesados. Por isso, é qualificado pelos juristas como indivisível e indeterminável. Daí, os interesses difusos foram normatizados como uma espécie dos direitos denominados trans, meta ou supraindividuais.

⁵ As ondas renovatórias são movimentos realizados com o objetivo de proporcionar o acesso à justiça. Tiveram início em 1965. Cappelletti e Garth (2002) definiram as outras duas ondas de acesso à justiça como a assistência judiciária aos necessitados, que foi denominada primeira onda e o novo enfoque de acesso à justiça, qualificada como terceira onda, que, inclusive, abrange as duas ondas anteriores.

Direito difuso e educação

Juridicamente, pode se verificar na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que a educação é direito fundamental. Pois, certo é que: “a educação, primeiramente, foi assegurada como direito fundamental tanto nos documentos Internacionais como nos Nacionais. Em um segundo momento, a educação passa a ser um instrumento garantidor de outros direitos como os direitos difusos e coletivos” (EMILIO, 2014).

Uma possibilidade de entendimento e aceito pela pesquisa sobre a matéria, se pauta na análise de instrumentos legais de cunho internacional. Vale, para fundamentar a pretensão, se verificar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, instituindo em seu artigo 26, inciso I que “todos têm direito à educação”.

De certo, confirma-se ademais, o entender de que a educação como direito fundamental também se encontra assegurada no Pacto Internacional sobre os Direitos Sociais e Culturais, de 1966, que no artigo 13.º, dispõe por sua vez que: “os Estados partes no presente pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação [...]” (EMILIO, 2014). Ora, “todos” tem direito a educação, segundo esses instrumentos internacionais.

De igual modo, na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, assim como na Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, de 1990, o direito à educação está manifestada preambularmente: “considerando que cabe preparar plenamente a criança para viver a vida individual na sociedade e ser educada [...]” e “relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro” (EMILIO, 2014).

Ainda, é de se constar que a educação, considerada direito fundamental, encontra-se alicerçada sob princípio 7.º, da Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, ao estabelecer que “a criança terá direito a receber educação que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário” (EMILIO, 2014).

Acerca do assunto e embasado tanto com base em Moraes (2013) quanto em Silva (2013) no âmbito internacional, a educação é tida como premissa de direito de cunho fundamental, e que vem no ordenamento jurídico brasileiro, assegurada na Constituição Federal, sob a insígnia dos direitos e garantias fundamentais, alcunhados doutrinariamente por cláusulas pétreas.

Nesse contexto, tem-se que o direito à educação evidentemente se insere no conceito primordial de direito difuso, muito embora e previamente também o seja fundamental. Todavia, a matéria merecer melhor tratamento, vez que não tem recebido tal status do poder constituído, muito embora determinante em lei, e com mais força e razão, na própria Constituição.

Portanto, ainda que não seja encontrada de forma expressa, na Carta Magna, o direito à educação enquanto direito difuso, certo é que tal interpretação se mostra possível, plausível e cabível, vez que realizada sob a lógica da interpretação sistemática da Constituição.

Ensino superior e seus programas – inserto na política insitucional-educacional do sistema brasileiro

Não se reconhece o direito à educação apenas para a educação básica ou ensino fundamental. Ao contrário, o direito à educação superior encontra respaldo e está expresso na mesma Constituição, e disciplinado em lei própria – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – que contempla o sistema educacional como um todo, desde o ensino infantil até a pós-graduação (BRASIL, 1996).

⁶ Hugo Nigro Mazili utiliza-se do termo grupos para referir-se aos destinatários de direitos transindividuais.

⁷ Termo utilizado por Cintra, Grinover e Dinamarco (1988) para se referirem aos direitos ou interesses difusos.

Segue-se, assim, que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988, Art. 207).

E, conseqüentemente, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...]”. (BRASIL, 1988, Art. 208).

De fato e de direito, além do dever do Estado estabelecido, há a garantia de acesso aos níveis mais elevados da educação – ensino, pesquisa e criação artística – segundo a capacidade de cada um. E, de cuja organização em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios dos sistemas de ensino (BRASIL, 1988, Art. 211) se verifica que:

[...] A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; [...]. (BRASIL, 1988, art. 21, §1.º).

E, para este direito à educação “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. (BRASIL, 1988, Art. 212). Instituído-se que “a parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir”. E, “para efeito do cumprimento do disposto no ‘caput’ deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213”. (BRASIL, 1988, art. 212, §§ 1.º e 2.º). Conseqüentemente, as “atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público”. (BRASIL, 1988, art. 213, § 2.º).

Não há como desenvolver a educação superior, nos moldes constitucionais, independentemente da aplicação de recursos. O orçamento destinado e os resultados das atividades de ensino, pesquisa e extensão, estão direta e proporcionalmente atreladas; não há se falar, outrossim, em investimento estritamente privado, cujo viés se desloca substancialmente do objetivo primordial do modelo educacional constitucionalmente proposto, mormente se tal interesse privado se mostrar despido de inerência ao devido interesse público envolvido na matéria pode-se mostrar temerário (SOUZA JUNIOR, 2006).

Deste modo, com o escopo de resguardar a estrutura do direito à educação, pode ser observado ainda, na Constituição, que:

⁹ Dispõe a LDB, no art. 21, que “a educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988, Art. 214).

Nesse contexto jurídico fundamental, percebe-se que a política educacional instituída tem como objetivos, em se tratando de níveis superiores e de pós-graduação, os itens II, III e V. Em especial atenção para o item III, qual seja: “melhoria da qualidade do ensino” o que inclui programas institucionalmente criados e mantidos com vistas a tal propósito. Ora, desse modo e por todos os desdobramentos constitucionais e legais, verifica-se que a educação superior (e seus consecutórios programas de pós-graduação) efetivamente se encontra, legalmente, sob modelo institucional que resulta no sistema de educação superior no Brasil, o que, por sua vez leva a conclusão, ainda que superficial, de que as políticas institucionais são amplamente aplicáveis neste particular – direito à educação superior - e, ainda, com status, por assim se tratar de direito à educação, de direito difuso e toda a proteção dos órgãos igualmente instituídos.

Por desdobramento a tal raciocínio é possível levar as reflexões até programas inseridos na educação superior como o Programa de Educação Tutorial, iniciativa do Ministério da Educação no Brasil e que contempla inúmeras instituições e grupos nas diferentes regiões do país.

O caso PET e a melhoria da qualidade de ensino

De certo o Programa de Educação Tutorial - PET - surgiu para ser um dos principais espaços de formação na universidade, e ao que se infere, em consonância ao que dispõe o inciso III, do artigo 214, da Constituição Federal, com vistas a conduzir o ensino superior à “melhoria de qualidade”.

O PET é uma iniciativa do Governo Federal que estimula atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária em nível de graduação, com vista à excelência na graduação e na pós-graduação. O incentivo à pesquisa é, também, um aspecto abordado nos princípios e finalidades da educação brasileira. De acordo com a LDB, em seu artigo 43, capítulo IV, inciso III, é importante “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”. A lei ressalva que é importante o ato de pesquisar para o ser humano, pois isso possibilitaria ao ser humano aprender e perceber sua relação com o mundo em que está inserido (SANTOS; ALMEIDA; CARVALHO, 2014).

De acordo com Santos et al (2014) o PET foi criado em 1979 com o nome original de Programa Especial de Treinamento e, até 1999, esteve submetido à Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), passando depois para o MEC. Cabe acrescentar que o programa tinha como proposta formar quadros de docentes para o ensino superior. Entre 1995 e 2003, quando o ministro da Educação era Paulo Renato de Souza, o governo tentou, por diversas vezes, extinguir o programa, sob a alegação de que era oneroso aos cofres públicos, mas esbarrou em forte oposição da comunidade acadêmica. Em 2004, na gestão de Tarso Genro no MEC, o nome foi alterado para Programa de Educação Tutorial (MÜLLER, 2003).

Assim, o programa teve seguimento nas atividades, mas passou por alterações no início dos anos 2000, ou seja, subsistiu e em 2004 foi instituído por meio de legislação federal. Após a nova configuração o PET passa a ser conhecido como um programa que tem entre seus objetivos incentivar todos os aspectos já existentes e ainda apresentar a seus ingressantes o que é a universidade – seu funcionamento, suas finalidades e seus princípios –, com o intuito de contribuir com a formação qualificada e cidadã do discente.

O funcionamento do programa é explicitado por meio de um Manual de Orientações Básicas do Ministério da Educação (MEC). O MEC é subdividido em diversas secretarias e subsecretarias que coordenam as ações da educação nacional. O PET é subordinado à Secretaria de Ensino Superior (Sesu), que é o setor responsável por orientar, planejar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. Além disso, tem a função de manter e supervisionar o desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e fazer a supervisão das instituições privadas de educação superior, conforme a LDB.

Assim, oPET enquanto Programa de Educação Tutorial criado e instituído por meio da Lei 11.180, de 23 de setembro de 2005, assume características diferenciadas, pois deixa de ser um Programa Especial de Treinamento, passando para o hoje já estabelecido, uma proposta com vistas a formação cidadã e permanência qualificada dos discentes no ensino superior, acompanhado por um docente responsável pelo grupo. Trata-se, segundo Santos et. al (2014, p.14) de

Um grupo de discentes vinculados a um ou mais cursos de graduação para desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação de um professor tutor, visando oportunizar aos estudantes participantes a possibilidade de ampliar a gama de experiências em sua formação acadêmica e cidadã.

O PET se constitui, portanto, em um grupo que reúne discentes sob a orientação de um tutor, que desenvolve atividade que ofereçam uma formação acadêmica por excelência, promovendo o aprimoramento das capacidades de trabalho em grupo, bem como a formação de um profissional crítico. Como exemplo, pode-se citar atividades desenvolvidas no programa que cumpram o papel citado acima, sejam elas:

A facilitação do domínio dos processos e métodos gerais e específicos de investigação, análise e atuação na área de conhecimento acadêmico-profissional; o envolvimento dos bolsistas em tarefas e atividades que propiciem o aprender fazendo e refletido sobre a promoção da integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso da carreira universitária, por meio da interação constantes com o futuro ambiente profissional. (SANTOS et. al 2014, p.14)

A constituição de um grupo de discentes vinculado a um ou mais cursos de graduação para desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação de um professor tutor visa oportunizar aos estudantes participantes a possibilidade de ampliar a gama de experiências em sua formação acadêmica e cidadã. Assim, o PET objetiva complementar a perspectiva convencional de educação escolar, oferecendo uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação de um profissional crítico e atuante, orientada pela cidadania e pela função social da educação superior (SANTOS; ALMEIDA; CARVALHO, 2014)..

Os autores afirmam que algumas atividades desenvolvidas no programa possibilitam essa formação, dentre elas: ações coletivas que aprimoram a capacidade de trabalho em grupo; a facilitação do domínio dos processos e métodos gerais e específicos de investigação, análise e atuação na área de conhecimento acadêmico-profissional; o envolvimento dos bolsistas em tarefas e atividades que propiciem o aprender fazendo e refletindo sobre a promoção da integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso da carreira universitária, por meio de interação constante com o futuro ambiente profissional.

É imprescindível, neste processo, uma das particularidades do programa, a educação tutorial, diretamente relacionada com a figura do tutor, uma vez que, de acordo com Koltermann (2006, p. 2) apud Santos; Almeida e Carvalho (2014),

A atividade de Tutoria, especialmente dentro do âmbito da educação, diz respeito ao acompanhamento próximo e à orientação sistemática de grupos de acadêmicos realizada por profissionais experientes na área de formação. O processo de aprendizagem, para ser efetivo, implica a presença de alguém que tenha o papel de mediador e facilitador para o aprendiz, do novo a ser conhecido, enfrentado e assimilado. Tutorar significa cuidar, proteger, amparar, representar, defender e assistir.

Com base nesta figura catalisadora que é o tutor, o grupo tende a integrar-se dentro de propostas relacionadas a sua área de formação e dotada de elevados padrões científicos, técnicos, tecnológicos, culturais e éticos, garantindo o melhor desempenho dos alunos e a apreensão de novos conhecimentos em sua área, áreas correlatas e afins.

O tutor tem a missão de estimular o aluno em uma aprendizagem por meio de vivências, reflexões, discussões e cooperação. Ele também é responsável pelo planejamento e supervisão das atividades, por orientar os petianos no caminho de uma aprendizagem adequada às necessidades do(s) curso(s) como um todo, bem como pelo bom desempenho do grupo. Esse sistema colaborativo que permeia as ações dos petianos facilita a construção do processo de autonomia deles mediante a busca de conhecimento e de fortalecimento do programa. Tal situação se aproxima do que defende Freire (2010, p. 24-25), quando afirma que “quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e se desenvolve o que venho chamando ‘curiosidade epistemológica’, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto” (SANTOS; ALMEIDA; CARVALHO, 2014)..

Os autores afirmam que o tutor, em seu processo de intervenção para a viabilização de novos saberes e desafios, permite aos petianos criar uma relação de aprendizagem baseada na concepção de Paulo Freire de buscar a práxis a todo instante para instaurar novos saberes reflexivos mediante outras práticas. Cabe, ainda, acrescentar a este contexto que, para Martins (2008, p. 15),

A tutoria proporciona ao aluno assumir responsabilidades sobre a sua própria aprendizagem e desenvolvimento pessoal, além de ampliar a sua visão de mundo e dimensionar o seu papel social. O manejo de conflitos e o exercício de comunicação entre colegas e responsáveis pelo ensino são também valores educacionais inerentes e significativos a tutoria.

Os grupos PET's podem ser formados, de acordo com o Manual de Orientação Básica do programa, por até 12 bolsistas e metade deste número com não bolsistas. O programa pode contar com diversos docentes participantes, entretanto apenas um tutor. Dentre as diversas exigências para a participação no programa, exigem-se a disponibilidade de vinte horas semanais para dedicação ao programa; não se pode ter reprovações curriculares; os alunos devem se tornar proficientes em ao menos uma língua estrangeira e; por fim, os petianos devem ter capacidades para a realização das atividades propostas pelo programa que contempla a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os PET's são avaliados através dos CLAA's (Comitês Locais de Acompanhamento e Avaliação), através do Conselho Superior e através de uma Comissão de Avaliação, tendo eles suas competências definidas na portaria nº 343, de 24 de abril de 2013.

Conforme considerações dos próprios membros do programa “o PET possui como objetivo principal buscar a melhoria contínua do ensino de graduação na sua universidade e aperfeiçoamento pessoal de seus integrantes com efeito multiplicador no meio acadêmico”. O artigo afirma, ainda, que por questões políticas e de gestão o programa quase chegou a ser extinto na década de 80 do século passado, porém subsistiu sendo, inclusive, expandido nos anos 2000.

Cabe ressaltar, contudo, que entre as diversas tentativas de se manter o programa vivo, viu-se sem-número de extenuantes e sucessivos fracassos. A articulação de defensores do PET com representantes do poder legislativo e executivo, se deu de forma ampla e exaustiva, sem contudo, surtir qualquer eficácia, naquele momento (UFRGS, 2014).

No entanto, numa análise despida de qualquer paixão, sob viés eminentemente jurídico-científico, há de se encetar dúvida a respeito de possível alternativa judicial para a defesa do programa, por, mormente duas razões fundamentais: uma, a educação superior tida como direito difuso; e, a duas, a tentativa judicial se limitou por intermédio de mandado de segurança garantir pagamentos de tutoria aos bolsistas participantes do PET, objeto extremamente reduzido em termos da relevância do programa instituído, sem igualmente sucesso, pois, o poder executivo limitou-se apenas a justificar, uma das prerrogativas institucionais da ação, em poucas razões, os motivos do não-pagamento (MÜLLER, 2003).

Enfim, o programa remanesceu até os dias atuais, depois da fase de lutas, sobreviveu e tem grupos nas mais diversas IES do Brasil. Contudo, não estava a salvo da discricionariedade de atos do poder executivo, que novamente e qualquer tempo pode a critério da gestão e administração relegar o PET a um plano de insignificância, esquecimento ou nova desestruturação.

¹⁰ UFRGS (2014)

A maneira que se encontrou de proteger o PET de novas desestruturações foi a proteção jurídica do mesmo. Ao se instituir o Programa de Educação Tutorial no âmbito do Ministério da Educação, os riscos à existência do PET são substancialmente reduzidos. Instituído pela Lei nº 11.180/2005, é nítida a introdução do programa no art. 12 da dita lei:

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial - PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET.

Em suma, oPET é uma ferramenta enriquecedora no âmbito acadêmico e contribui para a melhoria dos cursos de graduação nos quais está inserido. Essa contribuição se dá por meio da realização de eventos que proporcionam ampla socialização dos conhecimentos produzidos, da produção de pesquisas que auxiliam no aprofundamento das mais diversas áreas que os cursos abrangem e, ainda, da interação com a comunidade por intermédio dos projetos e atividades de extensão.

PET pode ser visto como direito difuso?

Retomando as discussões iniciais acerca do que é um direito difuso, bem como a relação entre o conceito de direito difuso e o direito à educação na vigente legislação brasileira, e tendo em mente que é um Programa de Educação Tutorial, fica claro o crasso erro que é tratar o PET (ou a lei que institui o PET) como sendo de natureza difusa.

Pois ora, se já é certo que um direito difuso é aquele que não se é possível restringir a um grupo restrito de pessoas, e se a própria legislação instauradora do Programa já o restringe a estudantes de graduação, como se poderia estabelecer relação de nexo entre os dois temas?

Entretanto, seja dito, não é impossível para a ideia do programa sua adaptação à um conceito mais difuso. Para isso, entretanto, seria necessário que se eliminassem os limitadores à execução do PET.

Para que o Programa de Educação Tutorial tenha uma natureza difusa, é necessário que ele seja elevado ao mesmo patamar da educação como um todo. Seria preciso que o processo educacional no país fosse implementado em caráter tutorial. Embora tenha um caráter possível, a ideia mostra-se improvável. Não obstante, o programa apresenta características louváveis e que, se bem aplicadas, poderiam levar ao melhoramento da educação brasileira (seja a educação de base ou o ensino superior). Em outras palavras, o direito tutelado pela Lei 11.180/95, por não possuir as características bases inerentes a um direito difuso, não é um direito difuso, mas deveria.

¹¹ Mandado de segurança, segundo o art. 1.º, da Lei Federal n.º 12.016, de 2009, é concedido a fim de proteger direito líquido e certo, quando não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação, ou houver justo receio de sofrê-la, por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

REFERENCIAS

BARBOSA, J. L.; SOUZA E SILVA, J.; SOUSA, A. I. (Org.). *Ação afirmativa e desigualdades na universidade brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-reitoria de Extensão, 2010. (Coleção Grandes Temas)

BOLQUE, F. C. Interesses Difusos e Coletivos: conceito e legitimidade para agir. *Justitia*, São Paulo, v. 61, n. 185/188, p. 174-200, jan./dez. 1999. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/23701>. Acesso em 03/10/2011.

BRASIL. *Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei n.º 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Casa Civil. *LEI Nº 11.180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005*. Institui o [...] o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm>

BRASIL. Ministério da Justiça. *Direitos Difusos*. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={2148E3F3-D6D1-4D6C-B253-633229A61EC0}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B575E5C75-D40F-4448-AC91-23499DD55104%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4C-B26%7D>>, acessado em 26.2.2014

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. *Acesso à Justiça*. Sérgio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 1988, traduzido para o português por Ellen Gracie Northfleet.

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER A. P.; DINAMARCO C. R. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Malheiros, 1998

EMILIO, P. R. Educação: instrumento da efetividade dos Direitos Difusos e Coletivos. *Âmbito Jurídico*. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13062> e, acessado em 26.2.2014

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra. São Paulo, 2010.

GRINOVER, A. P. et all. *Teoria Geral do Processo*. 22. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

IURCONVITE, A. S. Os direitos fundamentais: suas dimensões e sua incidência na Constituição. *Ambito Jurídico*. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=4528>, acessado em 06.4.2014

KOLTERMANN, I. P. *Educação tutorial no ensino presencial: a experiência do PET na UFMS*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_texto_i.pdf>. Acesso em 1 fev. 2014.

MARTINS, I. L. Educação tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET. In: BRASIL. Ministério da Educação. *PET – Programa de Educação Tutorial: estratégia para o desenvolvimento da graduação*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. p. 12-21.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo, Meio ambiente, Consumidor, Patrimônio cultural, Patrimônio público e outros interesses*. 19. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORAES, A. *Direito Constitucional*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013

MÜLLER, A. *Qualidade no Ensino Superior. A luta em defesa do Programa Especial de Treinamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

Santos, A.C.; Almeida, D. R. B.; Carvalho, R. F. *Conexões de saberes no PET Educomunicação: novas interfaces no programa de Educação Tutorial*. Uberlândia: Cortes, 2014

SANTOS et al. Reflexões sobre a educação tutorial e seus desafios: dos aspectos jurídicos á busca da aprendizagem autônoma. In: Santos, A.C.; Almeida, D. R. B.; Carvalho, R. F. *Conexões de saberes no PET Educomunicação: novas interfaces no programa de Educação Tutorial*. Uberlândia: Cortes, 2014.

SILVA, J. A. *Direito Constitucional Positivo*. 36. ed. Malheiros: São Paulo, 2013

SILVA, J. C. B. A complexa questão do direito das minorias e a efetividade de sua tutela no plano individual e coletivo. *Páginas de direito*. 2007. Disponível em <<http://www.tex.pro.br/artigos/77-artigos-mai-2007/5598-a-complexa-questao-dos-direitos-das-minorias-e-a-efetividade-de-sua-tutela-no-plano-individual-e-coletivo>>.

SOUSA JUNIOR, J. G (Org.) et. all. *Sociedade democrática, direito público e controle externo*. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2006.

UFRGS. Faculdade de Engenharia Civil. *PET. Boletim PET*. Set. 1999, Bol. n.º 12, p. 1. Disponível e acessado em 06.4.2014. <http://www.ufrgs.br/petcivil/Arquivos/Boletins/Boletim%2012_set_99.pdf>

A identidade dos cotistas do PET Conexões Educomunicação e a sua proposta política de acção.

DOI-10.21745/ac06-07 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-07>

Edmilson Jesus Varela Rodrigues*

Adriana C. Omena Santos**

Gerson de Sousa ***

RESUMO:

O artigo aborda sobre a identidade dos petianos cotista da UFU, bem como a proposta política do PET cotista. Este programa tem cunho interdisciplinar e abarca os alunos do curso de jornalismo, pedagogia e licenciaturas. Esses alunos são provenientes das comunidades populares urbanas, de uma família de baixo nível económicos e provenientes de escolas públicas. Inseridos no PET, os estudantes desenvolvem actividades e pesquisas extensionistas que abrangem tanto a comunidade académica quanto as comunidades populares urbanas, com vista a promoverem a troca de saberes entre essas duas comunidades. Ao focar sobre a identidade, ela é construída socialmente e é algo ainda que para alguns dos petianos está em construção. Se para alguns tentam resgatar os padrões familiares para manter essa identidade, para outros precisam sair desse modelo para construir em outros campos que não seja na família. O facto de a identidade ser uma construção social, não pode ser compreendido e apartado da diferença: ambos conceitos estão em estreita conexão com a relação do poder nos campos sociais onde os indivíduos estabelecem relações com os outros.

PALAVRAS-CHAVES: PET CNX Educomunicação, cotas, identidade, diferença, acções afirmativas.

¹ Estudante do curso Ciências Sociais (Sociologia) da Universidade de Cabo Verde. Material desenvolvido no âmbito da terceira edição do PIC (Programa de iniciação científica) e parceria em Cabo Verde e Brasil que decorreu entre os meses de Agosto e Setembro de 2011 na Universidade Federal de Uberlândia.

² Bacharel em Comunicação Social, Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Univ. de São Paulo (ECA/USP) e professora do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) email: omena@faced.ufu.br. Orientadora do trabalho.

³ Jornlista, Doutor pela Univ. de São Paulo (ECA/USP) e professor do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), co-orientador do trabalho.

Introdução

Este artigo foi elaborado no âmbito do Programa de Iniciação Científica decorrida no Brasil no mês de Agosto e Setembro. Neste trabalho faz-se uma análise sobre a identidade dos alunos do PET Educomunicação. O trabalho está estruturado em três partes. A primeira parte foca sobre o PET Educomunicação e a sua proposta política e as acções afirmativas realizadas pelo grupo; na segunda parte é trabalhada a questão da identidade e a percepção dos petianos sobre a sua identidade e, na última parte faz-se uma análise sobre a identidade na modernidade bem como a relação existente entre a identidade e a diferença. É um estudo que instiga a descoberta dos aspectos predominante no grupo, demandando atenta leitura do leitor.

Actualmente a reflexão sobre a identidade torna um assunto presente e muito discutido. A discussão abrange ainda um campo diverso e vasto de estudo centrado sobre a identidade. Esta sociedade é fortemente marcada pela diversidade e pela diferença social e cultural tendo em conta as transmutações sociais e que as identidades se deslocam cada vez mais, fazendo com que muitas pessoas busquem uma nova arena para construir a sua própria identidade a partir de certos princípios. Assim, a preocupação se incide em compreender a percepção dos alunos sobre a própria identidade, numa análise auto reflexiva. Por outro lado, outro aspecto está relacionado à falta de oportunidade e condições adversas que os alunos da classe popular urbana, sobretudo os negros, enfrentam em continuar os estudos universitários. Esse aspecto contribui para o seu afastamento e impossibilidade de permanecer na formação superior. A política do PET cotista visa a permanência desses alunos nas universidades. Compreender as políticas de acções afirmativas e as cotas, que visam manter esses alunos na formação superior, constituem aspectos a serem analisados.

Tendo em conta a questão da identidade, toda a inquietação incide em compreender como os indivíduos se relacionam perante às diferenças e conseguem manter sua identidade num mundo padronizado e diversidades de escolha. A mídia nesse contexto desenvolve papel preponderante no modo de vida das pessoas.

O tema do trabalho é a identidade dos alunos do PET CNX cotista e a sua proposta política de acção. A pergunta de partida que norteia a investigação é o seguinte: qual é a percepção dos petianos Educomunicação sobre a sua identidade e qual é a sua proposta política? Como objectivo geral, pretendo compreender a identidade dos petianos cotistas da UFU e a proposta política. Entre os objectivos específicos estão: compreender quem são os petianos cotista; descrever a percepção dos petianos cotistas relativamente a sua identidade; analisar a matriz sociocultural dos alunos do PET CNX cotista; entender como o grupo se relaciona entre si; perceber como o grupo se identifica na universidade e a relação que estabelecem com a comunidade onde estão inseridos. Por último estabelecer a relação existente entre a identidade e a diferença e também referir sobre a identidade no contexto moderno.

A escolha do tema tem a ver com a sua pertinência científica. Actualmente há todo o debate em torno da identidade interessando pesquisadores de diversas áreas do saber, sobretudo com mais enfoque nas áreas sociais e humanas. Dado ao contexto da modernidade, os indivíduos ganham cada vez a centralidade: há um assento tónico maior nos indivíduos enquanto seres pensantes, um pensamento exacerbado no “eu” ignorando o “outro”. A identidade como a alteridade são dois conceitos que caminham em articulações. Só compreendemos a identidade (que está para o “eu”) na plenitude da alteridade (que está para o “outro”) e respeitar a diferença. Um outro motivo da escolha da temática deve-se ao facto da identidade ser um aspecto dinâmico que acompanha as vicissitudes estando sempre em construção. Isso me cativou bastante em ver como as pessoas, neste caso específico o grupo pensa sobre a sua própria identidade. Acrescenta também o facto do grupo PET CNX cotista ser um programa bem recente – Dezembro de 2010 – baseada no tratamento dos desiguais como desiguais e

de uma luta pela permanência dos negros e dos que são historicamente excluídos da universidade, esses aspectos estimulou a fazer essa pesquisa.

Esse estudo privilegiou a metodologia qualitativa. Não pretendia-se empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema. A escolha desta metodologia deve-se ao facto, de o objecto de estudo ser um grupo específico, alunos integrantes do PET CNX cotista da UFU. Assim sendo, considera-se que o método qualitativo é o melhor procedimento para guiar o estudo a que se pretende elaborar. Este estudo focalizar-se-á o próprio grupo dos alunos do PET cotista, numa análise descritiva detalhando todos os aspectos que são evidentes e compreensíveis dentro do grupo.

A técnica de recolha de informações para a realização deste estudo, incidiu-se nas análises bibliográficas, a observação participante, como também entrevista de tipo guiada (com a utilização da gravadora na colecta dos dados na gravação das entrevistas) dirigidas a quatro petianos cotistas. Também foi feita a análise tanto do histórico dos alunos quanto as avaliações qualitativas dos petianos do primeiro semestre de 2011. Na segunda semana de Setembro realizei entrevista com um estudante de cada curso, uma entrevista por cada curso (jornalismo, pedagogia, letras e educação física) esse critério de selecção tem como objectivo compreender o ponto de vista e o discurso dos alunos dos diferentes cursos. Para preservar a identidade dos petianos, vou utilizar os nomes fictícios das pessoas entrevistadas para fazer a citação das entrevistas.

O PET EDUCOMUNICAÇÃO E A SUA PROPOSTA POLÍTICA

Antes de incidir a reflexão sobre a questão da identidade, me apraz aqui fazer uma contextualização ainda que preciso do PET CNX, a fim de ter uma ideia do que constitui o grupo, quando foi fundado o programa e também focar algumas mudanças que o referido programa sofreu com o decorrer do tempo.

A instituição responsável pela criação do PET foi a CAPES no ano 1979 cujo primeiro nome era **Programa Especial de Treinamento**. O foco é o mérito e acaba sendo excludente, como consequência acaba por consolidar a exclusão social. Realçando o Manual de orientações básico do PET (2006:4), “este programa foi transferido no final de 1999 para a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação”. Mas dadas algumas mudanças, como a transferência da gerência para o Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior, em 2004, o programa passou a ter um outro nome – **Programa de Educação Tutorial** - que até hoje ainda é o que prevalece.

Um dos aspectos importantes a ressaltar do programa tem a ver com a execução das acções extracurriculares como forma de complementar a formação universitária, que constitui um dos objectivos do projecto. Por outro lado, há o objectivo de aperfeiçoar o grupo e colaborar para melhor denominação enquanto pessoa humana e como membro da sociedade. Isso porque faz parte de um meio social onde as acções dos actores sociais são indispensáveis para o progresso da sociedade.

⁴ Baseada na ideia de Aristóteles, onde ele mostra que “a verdadeira igualdade consiste em tratar-se igualmente os iguais e desigualmente os desiguais a medida em que se desigualem

O programa conexões de saberes por sua vez é um programa jovem criado em 2003, tendo como foco principal as políticas de ações afirmativas. Passado sete anos, em 2010 o governo federal por meio de uma portaria ministerial junta os dois programas (o PET e o Conexões de Saberes) criando assim o PET conexões de saberes centrado nas ações afirmativas e excelência dos cotistas. O PET funciona também como um programa de preparação para a carreira acadêmica.

O PET CNX é um programa que tem um cunho voltado para as políticas de ações afirmativas (também denominada política compensatória), onde integram como seu objetivo contribuir para a permanência nas universidades dos alunos que são de origem popular das sociedades urbanas. Para além dessa política virada para as ações afirmativas, o programa tem uma natureza interdisciplinar incluindo alunos do curso de jornalismo, pedagogia e licenciaturas. O grupo é constituído por 16 elementos, sendo 12 bolsistas e 4 não bolsistas. Além de serem alunos oriundos de escolas públicas, são alunos cujos familiares tem baixo nível económico. Uma entrevistada salienta que: “sou descendente de uma família de baixo nível económico, que veio de um lugar periférico”. Esses alunos desenvolvem actividades e pesquisas de extensão ao longo dos semestres que abrange tanto a comunidade académica quanto a comunidade popular urbana.

Na percepção de um dos petianos, Ana realça que: “eu considero a política do PET cotista bem interessante, porque tem uma preocupação voltada para os que tem menos oportunidade e mais dificuldade de ingressar e permanecer nas universidades”. Ainda na mesma linha, esse petiano salienta que quantas as ações afirmativas no caso dos ciclos de ideias e os choques cinematográficos, a universidade deveria trazer a comunidade popular para dentro da universidade com a intenção de proporcionar e estimular um engajamento forte na troca de saberes entre essas duas comunidades.

A proposta política do PET Educação, bem como a inserção dos alunos no referido programa, estimulou no espírito deles um despertar da consciência assumindo uma posição crítica e reflexiva sobre os aspectos que rodeiam a sociedade. Ao mesmo tempo fez com que os alunos se reflectissem sobre si mesmo e principalmente a necessidade da política de cota nas universidades para os que são historicamente excluídos dela. É o que explica a entrevistada mostrando que a sua inserção no grupo caracteriza-se por dois pontos: por um lado, bom, no sentido de poder construir e reflectir a respeito da sua própria identidade. Por outro lado, conflituante ao mesmo tempo, porque a questão da identidade veio a tona, assim como a reflexão de sua subjectividade. Não só por esta questão. O facto de ela ser a única do seu curso causou um certo estranhamento por não conhecer ninguém do grupo. Isso foi um processo de construção da sua identidade a partir de um grupo novo, assim como dos outros integrantes do grupo que estavam a passar pelo mesmo processo. Mesmo com essas ambivalências foi muito enriquecedor para amadurecer as suas posturas reflexivas.

⁵ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

⁶ Considerada como conjunto de políticas que podem ser públicas e privadas de cunho necessário, optativo ou voluntário criadas com vista a luta contra discriminação racial, de género, bem como para corrigir ou acalmar os danos presentes da discriminação exercida no passado. Tem por finalidade a materialização do modelo de certa igualdade de acesso a bens indispensáveis como educação e o emprego. Barbosa et. al (2010)

⁷ Os alunos são acompanhados por quatro tutores, dois de jornalismo e dois da pedagogia. Os tutores fazem um acompanhamento e coordenação de forma sistemático das actividades desenvolvida e do desempenho dos integrantes.

Maria questionada se caso não estivesse inserida no PET CNX teria a mesma oportunidade de ter uma reflexão crítica e política e de pensar sobre esses aspectos, ela respondeu de forma precisa: caso não tivesse PET CNX, apesar de considerar uma oportunidade incrível, provavelmente estaria em outros programas de bolsas ou com outras pessoas com outras experiências mas só que diferente do que o programa estimula e também teria uma outra forma de pensar e reflectir.

As actividades do PET cotista iniciaram no mês de Dezembro de 2010. Os alunos têm desenvolvido muitas actividades: as acções afirmativas conjuntas, os choques cinematográficos, os ciclos de ideias e a realização de actividades individuais caso da produção dos papers/artigos científicos com temáticas diferentes.

O PET Educomunicação tem uma proposta interdisciplinar que abrange tanto os cursos de jornalismo, quanto as licenciaturas como pedagogia e letras. Uma das temáticas que o grupo trabalha é a Educomunicação tendo como centro de actuação político-constitucional como formação escolar política sendo o foco a interacção com a sociedade popular urbana. Mas também o que não deixa de ser, essa proposta emana já voltada para as actuações afirmativas com o propósito para a persistência dos estudantes de proveniência popular urbana na universidade. Além desses objectivos, o PET também ambiciona cooperar para uma constante união da universidade com as possíveis necessidades que advêm com essencial atenção para as comunidades populares urbanas.

Os eventos do PET conexões cotista

O Ciclo de ideias é uma das actividades e acções afirmativas levado a cabo pelos petianos com o objectivo de a debater assuntos académicos importantes para a formação dos alunos. Na observação participante desse evento do PET CNX cotista, esse facto serviu como base para compreender aspectos importantes manifestas e produzidos dentro do próprio grupo, que de uma certa forma transparecem e permite fazer uma análise do grupo fazendo um enfoque sobre determinados aspectos.

Há um primeiro aspecto a levar em conta. O grupo PET CNX cotista é formado por elementos provenientes de espaços heterogêneos e de cursos diferentes, o que a princípio lhes torna de um certo modo diferente. Este factor não constitui obstáculo que põe em causa a continuidade e o trabalho do grupo. A diferença existente entre os petianos é o facto de eles serem homens e mulheres e por terem os seus modos específicos de sentir.

No ciclo de ideias no qual participei sob a temática “os desafios e possibilidades da interface educação/comunicação”, percebe-se que existe aspecto conflitivo que identifica o grupo, a identidade que, tem emergido no grupo está relacionada com a relação do poder que criou essa identidade. Os petianos têm um modelo de discurso na linha da proposta política cuja defesa produz um consenso entre as partes. Esse é um dos aspectos construído ao emergir numa esfera específica de relação que favorece o desenvolvimento coeso do grupo e as caracteriza. Essa caracterização pode ser analisada na frase de um dos petianos: “no início não teria compreendido ainda a política do PET CNX. A ideia que eu tinha era baseada em uma percepção construída a partir do senso comum”. A mesma salienta que “com o decorrer do tempo a ideia foi se amadurecendo e ganhando consistência graças as actividades extensionistas desencadeadas pelo PET CNX, como os ciclos e os choques, que servem para debater temáticas pertinentes muitas vezes poucas abordadas”.

⁸ Exibição de filmes de curta-metragem com duração de vinte a trinta minutos, retratando temáticas importantes que dizem respeito não só a comunidade académica como também as comunidades populares urbanas. Essas temáticas no qual são retratadas são temas que muitas vezes não são tratadas nas salas de aulas e são de muita importância que acabam não sendo retratadas.

⁹ Uso dos meios e ferramentas de comunicação com propostas educativas, análise crítica da mídia e produção de programas no processo de aprendizagem.

O ciclo de ideias já está na sua quarta edição, e segundo Maria “dessas edições já foram tratadas várias temáticas importantes, o último foi focalizado na questão dos desafios e possibilidades do interface educação/comunicação”. Nesse ciclo discutiu-se muito sobre a educação e o papel da mídia como meio de educar e informar os indivíduos na sociedade.

A actividade é realizada a cada dois meses, seguindo a sequência um ciclo de ideia e um choque ou vice-versa. Os eventos constituem um factor de troca de experiência e vivência entre os elementos do grupo. Um dos objectivos do ciclo está vinculado a leitura crítica da mídia - aparato que actualmente se utiliza também para educar e socializar os indivíduos - para poder saber como se apropriar dela enquanto meio de comunicação e educação da própria sociedade.

Nos campos sociais onde os indivíduos interagem entre si, brotam uma forma de comportamento e atitude que constitui características específicas do próprio grupo. Há um conjunto de significados que surge, tornando desse modo um elemento que os identifica pelo facto de ser algo construído socialmente com o processo da socialização e da interacção dos indivíduos, inseridos num dado grupo, a que ele estabelece laços e relações de proximidade.

O grupo é composto pelos estudantes e tutores, que partilham o mesmo campo social académico onde desenvolvem as suas actividades. O que pode-se constatar, é que, para além de terem uma identidade ainda em construção, há elementos que fazem com que os integrantes sintam que se identificam uns com os outros. Para João um dos entrevistados.

com o grupo PET principalmente com o grupo da manhã que eu pertenço, tenho bastante aproximação com eles, eu me identifico com muitos deles... são pessoas mais compenetradas que querem e gostam de reflectir mais sobre a sociedade, sobre a universidade, sobre o curso e sobre as temáticas do PET... Quando falo que identifico com elas, eu me identifico porque não sou de uma classe muito elevada, o nosso curso é muito elitizada tem muita gente assim que mora em melhores bairros vêm nos melhores carros para UFU. Eu não. Esses elementos do PET são pessoas que tem um contexto mais parecido com o meu e que estão mais preocupados com a reflexão e com o pensamento crítico.

Na maior parte, as actividades são de carácter diário e outras de aspecto mais periódica. Isso pelo facto dos alunos terem outros trabalhos a desenvolver sejam elas com vínculos directamente voltada para a academia, sejam para as comunidades populares urbanas que constitui um dos seus objectivos e políticas de acção. São actividades de carácter extensionistas que o PET cotista da UFU desenvolve desde o início da sua actuação.

Outro aspecto a ressaltar tem a ver com outra actividade - choque cinematográfico - também de carácter afirmativa que assisti directamente, cuja primeira realizada que participei, a temática era sobre a questão da “raça, género e etnia”. Uma temática actual que desperta muita discussão e interesse não só da comunidade académica como também da comunidade popular urbana. Na segunda edição do choque, foi exibida o curta “vista a minha pele”, retratando a identidade. Essa actividade se caracteriza como política afirmativa, pelo facto de incluir, nos seus planos de actividades, acções que objectivam integrar a comunidade popular e a comunidade académica. Um dos pontos que um dos petianos enfatizou no choque foi que o racismo é construído e reproduzido socialmente nas relações desencadeadas entre as pessoas.

Tendo apresentado um cenário do que constitui o PET CNX Educomunicação e a sua proposta política bem como algumas das acções afirmativas levadas a cabo pelo grupo, passo a retratar sobre a identidade focando a percepção dos alunos sobre a sua identidade e a relação com a diferença.

De acordo com a tabela (ver o anexo), verifica-se que os petianos são procedentes das escolas públicas e não pertencem a nenhuma associação. Salvo uns ou outros que tem um certo vínculo com certas igrejas. A tabela ainda fornece-nos dados básicos dos petianos, como o curso que cada um frequenta e os cursos adicionais dos estudantes. Os alunos que compõem o PET cotista (no momento da realização do estudo) são de quatro cursos diferentes: da pedagogia, do jornalismo, das letras e da educação física, maioria dos alunos é do sexo feminino, apenas dois do sexo oposto que juntos desenvolvem acções. O curso com maior número de participação dos alunos é o curso de comunicação social – jornalismo. Apenas letras e educação física é representada por uma aluna cada.

Poucos alunos do PET Educomunicação fazem parte dos grupos de associações, o que denota fraco vínculo e participação nas actividades realizadas nas comunidades onde estão inseridos. Como mostra a tabela apenas uns ou outros tem ligações com os grupos sociais, isso acontece também com os partidos políticos, maioria são apartidária apenas duas alunas se afiliam ao PT (partido trabalhista).

A IDENTIDADE NO PET CNX

O termo não deixa de ser um conceito complexo, alargado e transformado ao longo de décadas. Liga-se a um assunto discutido pelos antropólogos, historiadores e intelectuais em geral, o que faz com que continua sendo alvo de discussão nos dias de hoje.

A identidade configura como conjunto de traços que identificam as pessoas e grupos e é vista como factor de diferenciação entre os objectos, animais e dos mais diversificados seres inanimados. Ela constitui uma condição de identificação dos indivíduos entre si, como dos outros seres, quer diante do conjunto das diversidades, quer diante dos seus semelhantes.

Segundo Barbosa et. al (2010, p. 281)

o conceito de identidade é ilustrado por Castells como um processo de construção de significados com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionado o (os) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado (...). Toda e qualquer identidade é construída.

Pode-se constatar que embora a identidade seja uma construção de significados, a cultura está associada ela e tem um grande peso na construção conceitual. A identidade é produzida na sociedade e não deixa de estar relacionada ao “eu”, e ajuda-nos a compreender a nossa própria subjectividade. As entrevistas revelam que alguns buscam construir a sua identidade na família enquanto outros precisam sair desse campo para outros espaços diferentes. Esse movimento parece contraditório. No entanto, é interessante para compreender como a identidade é sempre um processo dinâmico e está em construção. Como afirma João, a sua

identidade como pessoa, como estudante de jornalismo ou uberlandense é uma condição. Agora pensar a identidade cultural, as vezes o faz se sentir um pouco solto, porque ele não se sente que tem uma identidade cultural. O facto de ele morar em Uberlândia e ter nascido que nasceu em outra cidade, não contribuiu definitivamente para o seu enraizamento nesse espaço. Apenas a relação com a família lhe prendia nessa cidade.

Como afirma o entrevistado João, “o que mais me prendia aqui era a minha mãe, mas ela morreu esse ano (2010). Então depois disso acho que a minha identidade ainda está tão em formação porque eu não consigo ver a identidade cultural em mim.” Ao continuar a entrevista ele mostra que “uma coisa assim da identidade que ele tem percebido em si mesmo, tem sido a questão de ser brasileiro. Há tempo atrás tinha vontade de ir embora do Brasil, mas isso hoje o tempo mudou essa ideia”. Ele também afirma: “adoro ser brasileiro, adoro meu país e não tenho a mínima vontade de ir embora daqui”. O depoimento conduz para a seguinte análise: ao mesmo tempo que a identidade cultural dele está no processo de construção, também há uma certa dificuldade em falar sobre a sua identidade pessoal.

Na mesma linha de pensamento, os alunos mostram que as suas identidades passam por um processo de reestruturação. Como afirma Teresa “acredito que a cada dia aprendemos novas coisas e isso afecta a nossa concepção de quem somos”. Ao prosseguir a reflexão, a entrevistada explica que, o facto de nascermos dentro de uma determinada cultura familiar, ela que nos passa certos valores e conceitos baseados em seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua existência.

Talvez esta formação seja inconsciente, até o momento em que há questionamentos sobre a mesma. Não paramos para reflectir sobre isso enquanto não deparamos com situações ou conceitos diferentes ao que estamos acostumados, gerando um desequilíbrio em nossos ‘pré-conceitos’, formando novos pontos de vistas e maneiras de ser.

Neste estudo, outro aspecto sobre a identidade dos petianos, é o facto de uma entrevistada ser de descendência negra. Maria inclusive se auto considera negra, mas na sua família ninguém se identifica como negro. Essa circunstância gera um certo desconforto e cria uma tensão no seio da família por não reconhecer essa matriz. Ser descendente de família com fraco poder económico e de classe popular são factores que geram em si discriminação na sociedade brasileira. Soma-se a isso tudo a condição de ser negro. Esse debate deve-se a política e as reflexões ministradas dentro do PET CNX que despertou e levou os petianos a “parar” para pensar a sua própria identidade.

Outro ponto a levar em conta nessa análise é a forma como os petianos se identificam na universidade. Para alguns dos petianos essa questão de ser petiano dentro da universidade sofre algum tipo de discriminação e constrangimento, é o caso da entrevistada Maria que afirma que:

essa questão mexe com a minha identidade geral enquanto bolsista quanto aluna. Ainda estou me habituando a ser petiano digamos assim, sendo bolsista de um PET diferenciado as vezes você sofre algum tipo de preconceito da parte dos professores, dos colegas pelo facto de ser cotista. Também porque o PET tradicional já tem uma história de pesquisa. Por ser diferente as vezes não é aceita, então a gente acaba enfrentado algum tipo de preconceito. Mas me vejo como aluna como qualquer um e também como cotista.

IDENTIDADE E A MODERNIDADE

As sociedades contemporâneas são consideradas sociedades de mudança rápidas, constante e inesperado. Este aspecto constitui um dos marcos que diferenciam a época contemporânea da tradicional. Essas mutações são transformadoras da ordem social vigentes de tal maneira que criam novos modos de lidar com os acontecimentos que circundam os indivíduos e o meio onde esse se encontra inserido e desenvolve as suas actividades.

O que fica evidente são as marcas que ocorrem nas sociedades ao longo do tempo originando alterações constantes. A sociedade é mutável acompanha as mudanças desencadeadas ao longo do tempo e abarca todas as esferas da vida social. Entretanto, surgem novos mecanismos de controle e de lidar com a nova ordem vigente.

Segundo Giddens citado por Hall (2000, p.14-15):

nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque a contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserido qualquer actividade ou experiência particular na comunidade do passado presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.

Nas sociedades modernas a tradição perde a sua força com as transformações que ocorrem no percurso do tempo, dando lugar ao surgimento e predomínio dos aspectos novos que vão se ressurgindo. É característica marcante das sociedades modernas o prevalecimento do individualismo em vez do colectivismo e as pessoas estão mais expostas às constantes mudanças nas suas vidas.

Portanto, até aqui procurou-se demonstrar que o que caracteriza as sociedades modernas são as diferenças. Ela é trespassada por diversas fragmentações e conflitos sociais que originam uma diversidade de diferentes identidades. As transformações desencadeadas nas sociedades modernas faz com que as identidades se desloquem e se fragmentem colaborando para o surgimento de novas identidades.

Hall (2000) considera que na pós-modernidade, o sujeito adopta identidades diversas em diferentes ocasiões, identidades que muitas vezes não são unidas ao contorno do “eu” coeso. Ele admite ainda que interiormente existem identidades contraditórias que nos impulsionam em diferentes direcções, de maneira que as próprias identificações estão sendo constantemente alteradas. Se parecer que temos uma identidade desde o nascimento até a morte é porque construímos uma confortável narrativa sobre nós mesmos que alimenta a nossa crença durante toda vida. Mas se a nossa identidade não sofresse várias mudanças com decorrer do tempo, tiraríamos lhe esse carácter adquirido desde o nascimento.

Essa análise cruzada sobre a percepção de alguns entrevistados sobre a perda da identidade na actualidade mostra como são divergentes as opiniões. Uns consideram que é difícil entender a própria identidade quanto mais saber se existe uma falta dela. A questão da identidade do grupo ainda está meio solta e imprecisa. João considera que há dois processos opostos: há tanto a perda de identidade do indivíduo em não se reconhecer na sua cultura e na identidade. Essa perda o deixa um pouco perdido nesse processo pelo facto de não ser algo fixo. Por quanto aqui entra o papel da mídia e do próprio capitalismo que impõe modos de ser tudo padronizados e diversidade de escolha de como você deve ser. Então isso faz com que a pessoa sofra aquele encantamento. Por outro lado, para João:

há muitos grupos sociais que hoje estão buscando reforçar a sua identidade e várias identidades que vêm sendo valorizadas vejo com um certo grau dentro da universidade mesmo respeito a certos grupos procurando ser mostrado ser valorizadas. Eu vejo os dois processos tanto da perda da identidade como da reafirmação da identidade.

Contrariamente, a percepção de um outro petiano entrevistado (Teresa) o leva a afirmar que hoje há uma falta tanto da identidade familiar quanto do grupo. Primeiro porque ela crê fortemente no modelo de família pai e mãe juntos na criação dos filhos. A ausência de um desses membros faz falta para a formação dos filhos; não no sentido de que é errado, mas apenas fica uma lacuna que nenhuma outra instituição consegue preencher. “Também nos grupos não acontece diferente. Basicamente é a mesma coisa. Por exemplo, as relações são mais pessoais e estão mais deslocados”. A entrevistada admite que “é lógico que a gente pode fazer diferença e pode ser diferente, mas é difícil a gente falar que você é diferente em tudo. Não tem como você sair da sociedade e ser diferente em tudo, então temos que contornar as situações”.

Descrevendo a forma como a identidade familiar sofre modificação, e certos casos construir essa identidade a partir de certos grupos, Maria enfatiza que:

a minha relação como membro familiar tem se modificado nos últimos anos, até por distanciar-me de minha família, passando o dia todo fora de casa. Acho que isso influencia muito em minha identidade familiar. Sinto que a medida que perco o contacto com o meu grupo familiar e passo a ter contacto com outros grupos e ambientes diferentes, surge a necessidade de se adaptar a cultura local para sermos inseridos em tal sociedade.

Na análise de Hall (2000) sobre a identidade cultural na pós-modernidade, ele considera que identidade é de facto algo constituída no decorrer do tempo. Por meio de procedimentos involuntários e não como uma coisa natural, presente na percepção da ocasião da nascença. Há constantemente algo ilusório ou idealizado sobre sua unidade. Ela continua sempre inacabada, está em constante processo, sempre sendo amoldada, o que lhe dá um carácter dinâmico estando em constante transmutação.

A escola de Frankfurt por meio dos seus teóricos analisou muito a sociedade moderna, o predomínio das tecnologias bem como os modelos padronizados por esse tipo de sociedade sobre os indivíduos criando uma ilusória de escolha. Marcuse (1973) estudou a sociedade transformada, isto é, para utilizar a concepção dele -“sociedade unidimensional”- definindo-a como uma sociedade de consumo que impõe autoritariamente os seus padrões e ideologia aos indivíduos sem deixar margem para uma oposição, ao mesmo tempo criando falsas necessidades aos indivíduos. Por quanto, nessa sociedade penetra um tipo de alienação sofisticada do homem que é através da racionalidade tecnológica, o homem é fruto dessa sociedade massificada e consumista onde tudo ganha o carácter comercial.

Para Ana, uma das entrevistadas, “há uma massificação de culturas mediadas pelos meios de consumo. A pessoa não é aquilo que realmente é, mas o que deseja ser com base no que o mercado coloca como ideal ou padrão”. A originalidade do que a pessoa construiu enquanto sujeito pensante fica logo atrofiada pelo poder da mídia e da sociedade de consumo.

A RELAÇÃO IDENTIDADE E DIFERENÇA

Ao referir-se sobre a identidade não se pode deixar de referir também a diferença: esses dois conceitos caminham juntas. Não podem ser separados. A pronúncia de um desses termos implica necessariamente falar do outro, tanto um quanto outro se correlacionam.

A identidade, por seu lado, está marcada pela diferença que tem os seus símbolos reais que auxiliam a reconhecer nas relações sociais. Pois, a identidade quanto a diferença são construídas socialmente como culturalmente. O meio onde o indivíduo está inserido desempenha papel preponderante nas configurações que os actores sociais fazem nas suas relações estabelecidas com os outros e contribui tanto para o indivíduo enquanto actor social influenciar o meio, quanto para o espaço social estimular as acções que ele desenvolve. Se por um lado a identidade é socialmente construída, tanto a identidade como a diferença não são dadas. Como mostra Cardoso (2006) a identidade é construída e reconstruída na medida em que as afinidades de uns para com os outros são erigidas.

Tadeu (2000) enfatiza que, apesar de a diferença ser notável através dos sistemas classificatórios que produzem sistemas simbólicos por meio da rejeição, há todo um investimento na identidade pelo facto de apoiar no entendimento do “eu”. A linguagem enquanto forma de comunicação constitui um produtor da identidade e da diferença. É a própria linguagem quem cria sistemas de identidade e de diferença.

No caso dos petianos embora haja algumas diferenças entre eles como a diferença do sexo, e também a sua forma de sentir e de ver as coisas, eles conseguem compreender uns aos outros e lidar com as diferenças de cada um. As relações estabelecidas entre eles tendem a ser bom e ao mesmo tempo de respeito mútuo e está se solidificando a cada dia.

Na perspectiva de Tadeu (2000, p.81), “a identidade e diferença estão, pois em estreita conexão com a relação do poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder”.

Tadeu nos instiga a analisar um aspecto importante: compreender que nas relações sociais estamos sempre confrontados com relações de poder que exercem influências nas demais relações estabelecidas na sociedade com os outros. Isso está relacionado a quem detém o poder (sobretudo a classe dominante) que tem a capacidade de influenciar e de impor a sua vontade aos outros. Mesmo que esse poder não seja um poder exercido pelo uso da força física, é resultado de um processo de produção simbólica e discursiva; ela constitui uma forma de dominação e de interferência na identidade.

Para ilustrar que a identidade está em estreita correlação com o poder, pegamos a própria identidade dos petianos. O que nos obriga a formular a seguinte questão: como a identidade dos petianos está relacionada à relação do poder? O programa foi criado por uma instituição que tem as suas regras estabelecidas e o poder legítimo de tomar as decisões. A instituição responsável pela fundação do PET CNX estabeleceu como requisitos, que os alunos que podem fazer parte do programa deviam ser estudantes provenientes de espaços populares urbanos, de familiares com baixo nível de rendimento, não ser bolsista de qualquer outro programa e mostrar um grau de proveito académico superior ou igual a seis. Com estas condições, a identidade do grupo está em estreita conexão com a relação do poder, as normas podem tanto ser mantidas como reformuladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta política do PET CNX Educomunicação está voltada para as políticas de acções afirmativas com o objectivo de manter na universidade os que são historicamente excluídos dela e permitir o acesso ao ensino superior dos negros por meio de cotas. As actividades desenvolvidas são de carácter extensivas abrangendo tanto a comunidade académica quanto a comunidade popular urbana e promove a troca de saberes entre essas duas comunidades.

Podemos constatar que a identidade não deixa de ser uma concepção complexa: ela está numa estreita relação com a diferença. Ambos conceitos não podem ser tratados separadamente; são praticamente faces da mesma moeda. Por seu lado, tanto a identidade como a diferença são construídas socialmente e estão em estreita relação com o poder que é exercido

não através do uso da força física, mas por meio de um poder simbólico. A identidade dos petianos, para alguns, é algo que ainda está no processo de construção e reestruturação. Para muitos estão na tentativa de entender essa concepção a partir das reflexões das temáticas abordadas no programa. Já outros encontraram essa paridade nos padrões da família e a inserção no grupo serve como um reforço para o que têm construído.

O objectivo de conceituar a identidade com base na política do PET CNX cotista com o ensino na universidade tem a pretensão de contribuir para a reflexão dessa temática e instigar outros estudos na área. A concepção de identidade pode ser construída por meio de um poder do Estado, que pode ser fantasmagórico, e pelo que constatei, pela própria percepção dos petianos. A política do PET faz com que os alunos reflitam sobre a própria pessoa, percepção que muitas vezes não é abordada nas universidades e nos cursos por parecer que está fora da realidade. Então essa concepção sobre a identidade pode ser vista como um processo de construção através de certos poderes e legitimidades, transmitindo uma ideia de igualdade, que pode ser utópico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Cristiane. **Do espaço concebido ao espaço vivido**: Um estudo de caso sobre as representações espaciais e identidades na favela da Maré, Rio de Janeiro – RJ. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Geografia – UFF, 2006.

HADDAD, Fernando. **Portaria MEC nº 976**, de 27 de Julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 28/07/2010, páginas 103 e 104.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**: Tradução, Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: editor Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva e Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidade e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardiã Resende (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: O homem unidimensional, 4ª edição, Rio de Janeiro, Zahar 1973.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. Coleção:

BARBOSA, Jorge Luiz e tal. **Práticas e saberes populares**: interações com diferentes espaços populares - Coleção grandes temas, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pro-reitoria de Extensão, 2010;

Dicionário:

BOUDON, Raymond e outros. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: 1 ed, ISBN Setembro de 1990. Site grafia¹⁰ e documentos do Net
Google acadêmico e Wikipédia
Programa de educação tutorial – Manual de orientações básicas, Brasília, 2006:

¹⁰ Dados pesquisados a partir do site do Google acadêmico e da wikipédia

ANEXO

TABELA – DADOS BÁSICOS DOS PETIANOS

+

	Sexo:		Residência / cidade	Curso que frequenta	Local de ensino:			Outros cursos adicionais	Afiliação partidária				
	F	M			Fundamental	Médio			Partidos políticos	Grupos sociais	Igreja	Associações	Outros
1	X		Uberlândia - MG	Comunicação Social/Jornalismo	Escola Estadual Sebastião Dias		X	X	X	X	X	X	
2		X	Uberlândia	Pedagogia	E. M. Prof. Azeiteiro - E. E. Prof. Francisco Faria	Escola Estadual Sebastião Dias		Curso Técnico em secretariado o: SENAC	Não participa	X	X	X	
3		X	Uberlândia/ Minas Gerais	Comunicação Social - Rádio/Jornalismo	E. E. Prof. Azeiteiro - E. E. Prof. Francisco Faria	Escola Estadual Sebastião Dias		Licenciatura em Letras	X	X	X	X	
4		X	Uberlândia	Comunicação Social - Jornalismo	E. E. Prof. Azeiteiro - E. E. Prof. Francisco Faria	Escola Estadual Sebastião Dias		Administração de Empresas (interceptado)	X	X	X	X	
5		X	Uberlândia	Pedagogia	E. M. P. Leão do Carmo Chaves	Escola Estadual Sebastião Dias	X	P.T.	X	X	X	X	
6		X	Uberlândia	Jornalismo	Várias	Colégio Anglo, Colégio Nacional		Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	
7		X	Uberlândia	Comunicação Social - Jornalismo	E. E. Prof. Azeiteiro - E. E. Prof. Francisco Faria	Escola Estadual de Uberlândia		Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	
8		X	Uberlândia	Pedagogia	Escola Estadual de Uberlândia	Escola Estadual de Uberlândia		Sem filiação	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	
9		X	Uberlândia	Educação Física - UFU	E. M. Indaiatuba	Escola Estadual de Uberlândia		Curso Técnico em Saúde Bucal - E. T. de Saúde (estudante)	X	X	X	X	
10		X	Uberlândia	Letras	Moses de Castro Ferraz	Escola Estadual de Uberlândia		Informática	X	X	X	X	
11		X	Uberlândia	Comunicação Social - Jornalismo	E. Municipal Professor Inácio de Jesus	Escola Estadual de Uberlândia			X	X	X	X	
12		X	Uberlândia / MG	Comunicação Social - Jornalismo	E. E. Costa Lima - E. E. São João - E. E. Madre Tereza - E. E. Madre Maria Bláudia	Escola Estadual de Uberlândia			X	X	X	X	
13	X		Uberlândia	Comunicação Social - Jornalismo	Escola Estadual de Uberlândia	Escola Estadual de Uberlândia			X	X	X	X	

OBS: Duas pessoas não responderam as perguntas da tabela acima.

TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS: QUAIS FORAM AS EVOLUÇÕES NA FORMAÇÃO DESTES PROFISSIONAIS

DOI-10.21745/ac06-08 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-08>

Claudianalima*

RESUMO

A integração da comunidade surda na sociedade é um fato, sendo assim, a formação de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais, TILS, que atuem plenamente neste meio se torna inevitável. Neste contexto, objetivamos com este trabalho mostrar como a formação deste profissional tem sido abordada historicamente, quais são as atitudes tomadas pelo governo e comunidade surda no sentido de formar adequadamente os TILS. A pesquisa realizou-se qualitativamente por meio de levantamento bibliográfico de materiais já publicados que contam a história destes profissionais ao longo dos tempos, mostrando a importância da formação de profissionais bilíngues para inclusão social e educacional dos surdos. Vimos que houve uma grande evolução neste sentido, porém ainda existem desafios a serem vencidos no Brasil para formação plena destes profissionais.

Palavras chaves: História dos TILS, Formação, Bilinguismo

ABSTRACT

The integration of the deaf community in society is a reality, and thus the formation of translators sign language interpreters, TILS, acting fully in this medium becomes inevitable. In this context, we aim to show how the work of this professional training has been addressed historically, what are the actions taken by the government and the deaf community in order to properly form the TILS. The survey was conducted through bibliographies that tell the story of these professionals over the years, showing the importance of training of bilingual professionals to social and educational inclusion of the deaf. We saw that there was great progress in this direction, but there are still challenges to be overcome, because Brazil still track their journey to full training of these professionals.

Key words: History of TILs, Training, Bilingualism

¹ Professora de Língua Portuguesa, Metodologia Científica, Trabalho de Conclusão de Curso e Libras, na Faculdade Patos de Minas. Especialista em Psicopedagogia pela Unisaber e Libras pelo Instituto Coimbra. Email: claudianalima77@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

Durante várias décadas os intérpretes/tradutores de Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, tiveram sua formação baseada na experiência desenvolvida por familiares de surdos ou participantes de comunidades religiosas interessadas na causa. Tendo em vista a crescente participação da comunidade surda na sociedade, começou-se a questionar a validade deste tipo de intérprete/tradutor. Este artigo pretende desenvolver uma linha histórica sobre a formação do profissional intérprete/tradutor de Língua de Sinais, através de pesquisa bibliográfica, tomando como base primeiramente o surgimento da formação pelo mundo como na Suécia, em que há presença do intérprete em trabalhos religiosos desde 1875 e Estados Unidos, onde pessoas (parentes ou religiosos), a partir de 1815, começaram a intermediar voluntariamente a comunicação dos surdos. No Brasil, em 1857 com a criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, por Dom Pedro II, mas a importância do trabalho de um intérprete/tradutor no país só se deu em meados dos anos 1980 e vem crescendo gradativamente à medida que a comunidade surda toma seu espaço na sociedade e a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como língua.

A preocupação com a formação intelectual destes profissionais tem feito com que o governo mude sua postura quanto ao desenvolvimento de pessoas bilíngues, como a aprovação do decreto lei 5.626/2005 que proporcionou o reconhecimento da LIBRAS como objeto de estudo científico. Além do poder público, houve uma grande movimentação da comunidade surda, com a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, FENEIS e a realização de alguns Encontros Nacionais de Intérpretes em Língua Brasileira de Sinais.

2 UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DO INTÉRPRETE

A construção da história deste profissional começa a partir de atividades voluntárias, exercidas por parentes, amigos e a comunidade religiosa, que foram valorizadas enquanto trabalho à medida que, os surdos começaram a conquistar a sua cidadania. A chave da profissão se deu a partir da entrada dos surdos nas discussões sociais e o reconhecimento da língua de sinais pelos países enquanto língua de fato, garantindo o direito do acesso a ela. Alguns fatos históricos são relevantes na construção da profissão de intérprete/tradutor.

Segundo Quadros (2007, p. 13-15), na Suécia, há presença de intérprete em trabalhos religiosos desde de 1875, em 1938 o parlamento criou cinco cargos de conselheiros para mudos. Já em 1947 haviam mais 20 pessoas na função de intérprete. Em 1968 o parlamento decide que todos os surdos teriam acesso ao profissional intérprete livre de encargos, neste mesmo ano foi criado o primeiro curso de treinamento. Nos Estados Unidos, a partir de 1815, as pessoas começaram a intermediar voluntariamente a comunicação para surdos, depois da vinda de Laurent Clerc (surdo francês) que promoveu a educação de surdos pelo país. Mostra que a organização desses profissionais no país se iniciou em 1964, quando um grupo de intérpretes de língua sinalizada estabeleceu o Registro de Intérpretes para Surdos, esse registro assumiu a responsabilidade de formação, treinamento e avaliação, estabelecendo código de comportamento ético, também a fundação da Organização Nacional de Interpretes (atual RID). Em 1972, o RID começou a selecionar interpretes oferecendo registro após avaliação. (WILCOX, 2005 apud QUADROS, 2008, p. 157)

No Brasil, apesar da criação por Dom Pedro II, em 1857, do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, o trabalho de intérprete recente, somente em meados dos anos 80 começaram a ser utilizados em trabalhos religiosos.

“Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país”. (QUADROS, 2008, p.153).

De acordo com Quadros, (2007, p. 14-15) em 1988 realizou-se o I Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais, em 1992 o II Encontro, promovendo um intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes. Nos anos 1990, foram estabelecidas unidades de intérpretes ligadas a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, FENEIS, em 2002 foi homologada a lei federal que reconhece a LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, como oficial das comunidades surdas brasileiras. Em 2005, o Decreto 5.626, que considera o tradutor/intérprete, aquele que interpreta a língua fonte para outra língua alvo. Ainda segundo o decreto, a formação deste profissional deve ser através de curso superior em tradução e interpretação, com habilidades em Libras/Língua Portuguesa, isso permitirá ao intérprete atuação em todos os níveis da educação.

Ser tradutor e intérprete é transmitir os conteúdos e informações da língua fonte para a língua alvo. E significa ser o intermediário entre nações e até dentro de um mesmo país entre grupos ou realidades diferentes, como é o caso dos surdos e ouvintes. No Brasil esse profissional domina prioritariamente a Libras e a língua portuguesa.

3 FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE/TRADUTOR NO BRASIL

Podemos perceber que ao longo da história, a formação do interprete/tradutor de língua de sinais se deu informalmente, através de instituições religiosas, que procuravam a evangelização dos surdos e por meio de amigos e familiares que por terem algum parente surdo, se viram na missão de intermediar os diálogos entre eles e ouvintes.

Neste sentido, essas pessoas tiveram que aprender a língua de sinais em contato com o surdo e ir estabelecendo, ao longo deste contato e da prática, um conjunto de conhecimentos e estratégias – linguísticas, culturais, sociais, tradutórias etc. – o que lhes permitiu viver e exercer o papel de intérprete de libras. (RODRIGUES; VALENTE, 2012, p. 16).

Contudo, a formação acadêmica deste profissional é de suma importância para mediar o acesso ao conhecimento dos alunos surdos, por isso há uma grande procura por este profissional atualmente, visto que os surdos ingressam cada vez mais, a cada ano, nas escolas. Para ser um intérprete de Libras, primeiro é preciso atentar para as competências necessárias para a atuação (QUADROS 2004), são algumas delas:

- competência linguística nas línguas envolvidas,
- a bi cultural, com ênfase na identidade cultural da comunidade surda,

- pragmática ou de estilo,
- a metodológica, referente à técnica de interpretação adequada (simultânea, consecutiva, sussurrada adaptada a Libras, etc.) e
- a técnica, relativa as novas tecnologias.

Sendo assim, nos fins dos anos 1990 surgiram os primeiros cursos de formação de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) pelo país, isso talvez devido a implementação de filiais da FENEIS por vários estados, contudo estes cursos eram de curta duração, formando profissionais com um conhecimento parcial em Libras. Em 1997, a FENEIS-RS em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, promovem o primeiro curso de formação de intérprete, esta parceria foi muito além da disponibilização de espaço para realização do curso, ela promoveu uma integração entre docentes diretamente ligados à educação surda e à formação do intérprete.

Segundo Russo (2010), foram abertos mais alguns cursos de formação de TILS no Rio Grande do Sul, alguns de capacitação, outros em nível de extensão. Em São Paulo temos curso de Intérprete pela Universidade Metodista de Piracicaba, este curso iniciou-se como tecnológico e hoje é uma graduação em 6 semestres e também pela Universidade Paulista, que oferece o curso de pós graduação em intérprete. No Rio de Janeiro a Universidade Estácio de Sá ofereceu o curso em nível tecnológico, mas hoje não é oferecido mais.

Acompanhando as perspectivas de mudança na sociedade surda, em 2008, a Universidade Federal de Santa Catarina, cria o curso de Bacharelado em Letras/Libras, na modalidade à distância com 450 vagas distribuídas em 15 polos pelo país. Esse desenvolvimento para uma melhor formação intelectual do intérprete só se deu depois do decreto 5.626/2005, pois a partir dele houve um avanço nas políticas linguísticas em arrolamento a libras, proporcionando, gradativamente, com que ela alcançasse o seu lugar como objeto de estudos científicos. O mesmo curso, em modalidade presencial, foi oferecido em 2009 pela universidade seguindo a seguinte grade curricular:

Tabela 1 - Currículo do curso de bacharelado em Letras, habilitação em Libras:

1º Semestre
Fundamentos da Educação de Surdos
Introdução aos Estudos da Tradução
Estudos da Tradução I
Estudos Linguísticos
2º Semestre
Escrita de Sinais I
Estudos da Tradução II
Língua Brasileira de Sinais I
Fonética e Fonologia
Morfologia

3º Semestre
Escrita de Sinais II
4º Semestre
Escrita de Sinais III
Joel Barbosa Júnior & Teresa Cristina dos Santos
PROFT em Revista
Anais do Simpósio Profissão Tradutor 2011
Língua Brasileira de Sinais II
Sintaxe
Aquisição da Linguagem
Sociolinguística
Estudos da Tradução III
Aquisição de Segunda Língua
Língua Brasileira de Sinais III
Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa I
5º Semestre
Literatura Surda
Leitura e Produção de Textos
Língua Brasileira de Sinais IV
Semântica e Pragmática
Psicolinguística
6º Semestre
Análise do Discurso
Tradução e Interpretação de Libras I
Língua Brasileira de Sinais V
Laboratório de Interpretação de Libras e Língua Portuguesa II
Aquisição da Língua de Sinais

7º Semestre
Tradução e Interpretação da Libras II
Língua Brasileira de Sinais VI
Laboratório de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa III
Estágio em Interpretação da Língua Brasileira de Sinais
8º Semestre
Laboratório de Interpretação de Libras e Língua Portuguesa IV
Trabalho de Conclusão de Curso
Estágio em Tradução Escrita da Língua de Sinais e Língua Portuguesa

Fonte: RUSSO, 2009

Em julho de 2010, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), lança um projeto de lei que tramitou no senado como PLC 325/2009 e já havia passado pela câmara como Projeto de Lei 4673/2004, regulamentado como lei 12.319 em 01/09/2010, que regulamenta a profissão de interprete/tradutor, ele prevê algumas exigências para profissão:

- Curso superior em tradução e interpretação com habilitação em libras (língua portuguesa);
- Nível médio com formação em cursos (obtida até 22 de dezembro de 2015) de educação profissional reconhecidas pelo sistema que os credenciou, ou curso de extensão universitária, formação continuadas;
- Certificado de proficiência, fornecido até o dia 22 de dezembro de 2015, pela União.

No mesmo ano, em Porto Alegre, surge a proposta do curso de Bacharelado em Letras – tradução e interpretação em libras, começando um novo caminho para desenvolvimento de intérpretes/tradutores.

Outras ações vêm sendo tomadas para a melhor formação do intérprete/tradutor, como a proposta de criação de associações de TILS em todo o país, atualmente, segundo Russo (2010) contamos apenas com 16 associações que representam os intérpretes e a criação da FEBRAPIL (Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais).

Segundo o siteda FENEIS, a partir de 2004, com o Programa Nacional Interiorizando a Libras, o MEC, continuará fazendo convênios anuais com a Feneis que, em parceria com todas as secretarias de educação dos estados, levaram a Libras para cidades do interior dos estados brasileiros, mas a formação superior fica a cargo, ainda, das grandes universidades federais.

4 FORMAÇÃO DOS TILS: REFLEXÕES

A abordagem do profissional bilíngue para educação dos surdos e seus aspectos políticos e pedagógicos é atual no espaço educacional, por isso, passa a fazer parte das políti-

cas educacionais brasileiras apenas na última década, motivado pela pressão dos movimentos sociais, dos resultados de pesquisas nas áreas da Linguística e Educação e da incorporação desses novos conhecimentos e tendências às agendas governamentais. Sendo assim, a formação para atuação em ambientes educacionais bilíngues é uma necessidade dos dias atuais, mas por ser muito recente, a formação oferecida ainda é fruto de experiências de quem já vem atuando nesta área há vários anos. Segundo Lacerda (2009, p. 139), para a FENEIS, a formação do intérprete deve buscar orientar e esclarecer os aspectos importantes da interpretação e que o profissional deve conhecer profundamente a LIBRAS e as técnicas para interpretar, sem deixar de lado a postura ética profissional. Sobre a preparação para tornar-se TILS, a FENEIS diz que os interessados devem frequentar cursos de língua de sinais e conviver com pessoas surdas, para desenvolverem um uso efetivo da língua. Entretanto apenas estas especificações não são o suficiente para se tornar um bom intérprete/tradutor, além das características pontuada pela FENEIS é necessário versar sentidos do Português para a Libras e vice-versa. É evidente que há necessidade de uma afinidade entre o intérprete/tradutor e o surdo, pois ele se torna a pessoa de confiança, com a qual o surdo conta em várias situações sociais e pessoais, como ir ao médico por exemplo, além das técnicas, alguns aspectos específicos da ação do ITLS devemos ter uma maior atenção para que haja uma formação clara deste profissional. Além disso, Lacerda (2009, p. 140) coloca que, a concepção de TILS gera maior atenção aos níveis de participação da comunidade surda na sociedade em geral, visto que, seu envolvimento em diferentes práticas sociais implica demandas mais complexas, exigindo consequentemente refinamento da atuação do intérprete. Com isso a comunidade surda buscará profissionais cada vez mais competentes na abordagem bilíngue como em outros países, assim como a Suécia, onde a formação é mais sólida.

As faculdades, tanto públicas, quanto particulares, começaram a oferecer cursos em nível superior para melhor formação do intérprete/tradutor de Libras, mas o que se percebe é que ainda não existe uma grade curricular que atenda à formação bilíngue Português/Libras e vice-versa. Lacerda (2009, p. 143-144), aponta que no curso oferecido pela Universidade Federal Santa Catarina, o vestibular é feito em Libras, avaliando-se um conhecimento do aluno na língua, sem assegurar a fluência, outro aspecto preocupante é que o Português é pouco avaliado, tanto no vestibular quanto no decorrer do curso, a língua é dada como conhecida pelos candidatos, o que nem sempre se verifica, pois pessoas fluentes em Libras podem ter domínio precário do Português em sua norma padrão ou vice-versa.

As Instituições de Ensino Superior privadas, aceitam estudantes sem conhecimento em Libras, pois, se fosse exigido como requisito, nem sempre poderia se formar turmas, sua grade curricular é formada de modo que o aluno aprenda a língua durante o curso através de convivência com comunidade surda que são entremeadas com experiências de reflexão formal sobre a língua nas aulas, favorecendo a aquisição da Libras. O ensino da Língua portuguesa também é pouco enfatizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente os TILS foram se formando à medida que a comunidade surda encontrava seu espaço na sociedade. Esta formação se deu através de pessoas que mantinham contato com os surdos, parentes e religiosos, aprendendo na prática técnicas para melhor comunicação entre ouvinte e surdos.

Hoje, percebemos que em todos os níveis escolares, desde o secundário até o mestrado existem pessoas procurando especialização e qualificações, que refletem no desenvolvimento da comunidade surda. Apesar de essa caminhada estar se desenvolvendo a passos lentos, vimos que há o início de uma preocupação governamental quanto à inclusão social, no que tange a formação de profissionais bilíngues que possam atender eficientemente a comunidade surda, estabelecendo a comunicação do ouvinte com o surdo e principalmente a inclusão do surdo nas escolas e sociedade.

Podemos evidenciar que nos grandes centros urbanos, como Porto Alegre, São Paulo entre outros, já existe uma mobilização voltada para a formação de profissionais bilíngues, propostos por faculdades de ensino superior, mas como a abordagem desta linha de conhecimento ainda é muito nova, as grades curriculares dos cursos ainda conte falhas, e as Instituições de Ensino Superior tentam da melhor forma adequá-las à realidade surda, buscando a formação de profissionais que atendam plenamente suas necessidades desta classe, em todos os aspectos. Neste sentido para a formação completa dos TILS, a língua de sinais precisa ser respeitada e compreendida plenamente, bem como o Português, que não pode ser deixado de lado, pois se o intérprete/tradutor que não conhece profundamente sua língua padrão, não poderá atender às expectativas da comunidade surda.

REFERÊNCIAS

BARBOSA JÚNIO R, Joel & SANTOS, T.C. A formação do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa. Âmbitos de atuação e áreas de especialização: a necessidade de uma atuação de qualidade profit em Revista: **Anais do Simpósio Profissão Tradutor** 2011, v. 2, n. 2, p.96-111. jun. 2012

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. In: SEMINÁRIO NACIONAL EM PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM FOCO, 5, 2009, São Paulo. **Caderno de educação**. Pelotas: Fae/ppge/ufpel, 2010. p. 133 - 153. Disponível em: <www2.ufpel.edu.br>. Acesso em: 22 jul. 2014

PROFESSOR de libras: Educação de Surdos e Educação Inclusiva. Disponível em: <http://www.feneis.org.br/page/professorlibras_integra.asp>. Acesso em: 08 jul. 2014.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007. 93 p.

QUADROS, Ronice Muller (org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flavia. **Interprete de libras**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. 232 p. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

RUSSO, Angela. Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Cap. 7. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/alegnaossur/angela-russo-dissertao-de-mestrado-2010>>. Acesso em: 07 jul. 2014



DOSSIÊ SAÚDE



O CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO FRENTE CONDUTAS ÀS VÍTIMAS EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA¹

DOI-10.21745/ac06-09 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-09>

Kellen De Campos Guimarães**

Cristiana da Costa Luciano***

RESUMO:

O objetivo do estudo foi avaliar a produção científica acerca do conhecimento dos profissionais da área da saúde enfermeiros no atendimento pré-hospitalar frente condutas às vítimas em Parada Cardiorrespiratória. Foi utilizada a Revisão Integrativa da Literatura com o intuito de reunir, analisar e sintetizar os estudos existentes sobre a temática proposta. Os estudos foram pesquisados entre 2009 e 2014. As bases acessadas foram LILACS e PUBMED, com os descritores Ressuscitação Cardiopulmonar, Parada Cardiorrespiratória e Serviços Médicos de Urgência, sendo selecionados 8 estudos. Os resultados obtidos após a análise evidenciaram que os preditores determinantes da sobrevida das vítimas de parada cardiorrespiratória são o conhecimento do profissional da saúde acerca do suporte básico de vida e suporte avançado de vida, conhecimento teórico-prático do enfermeiro sobre a parada cardiorrespiratória e as manobras de ressuscitação cardiopulmonar, o diagnóstico precoce da parada cardiorrespiratória e o início das manobras de ressuscitação cardiopulmonar. É necessário que o enfermeiro participe de treinamentos e atualizações e que haja investimento em seu conhecimento, pois resultados positivos poderão também depender de suas condutas.

PALAVRA-CHAVE: Ressuscitação Cardiopulmonar/ Parada Cardiorrespiratória/ Serviços Médicos de Urgência.

ABSTRAT:

The objective of the study was to evaluate the scientific production about the knowledge of health professionals nurses in Pre-hospital Care forward to ducts to victims in Cardiac Arrest. Was used the Integrative Review of the Literature with the aim to gather, analyze and synthesize the existing studies on the proposed theme. The studies were surveyed between 2009 and 2014. The databases accessed were LILACS and PUBMED, with the descriptors Cardiopulmonary Resuscitation, Cardiorespiratory arrest and Emergency Medical Services, and selected 8 studies. The results obtained after the analysis showed that the predictors determinants of survival for victims of cardiac arrest are the knowledge of the healthcare professional about the basic life support and advanced life support, theoretical-practical knowledge of nurses on the Cardiorespiratory arrest and cardiopulmonary resuscitation maneuvers, the early diagnosis of cardiac arrest and the initiation of cardiopulmonary resuscitation. It is necessary that the nurse attend training and updates, that there should be investment in your knowledge, because the positive results will also depend on its pipelines.

KEYWORD: Cardiopulmonary Resuscitation/ Cardiorrespiratory Arrest/ Emergency Medical Services.

¹ Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II), da Faculdade Unida de Campinas (FacUnicamps), como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem.

² Acadêmica do 10º Período do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Unida de Campinas – (FacUnicamps), – E-mail: kellenguimaraes2@gmail.com

³ Enfermeira, Professora Orientadora do TCC, Mestre em Genética pela Universidade Pontifícia de Goiás (PUC/GO), Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: crisgenetica@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo Guedes et al (2014) os serviços de urgência e emergência são caracterizados de acordo com os critérios de gravidade e complexidade, sendo urgência quando não há risco de morte, porém o paciente apresenta um quadro crítico ou agudo e emergência os casos em que há risco de morte.

Diante desses serviços, existem dois tipos de atendimento que são apropriados, o Atendimento Pré-Hospitalar (APH) também chamado de extra-hospitalar (EH), que é o atendimento fora da rede hospitalar com objetivo de estabilizar as condições vitais e reduzir a morbimortalidade, por meio de condutas adequadas durante a fase de estabilização e transporte (SILVA et al., 2010). Há também o Atendimento Intra-Hospitalar (AIH), que é o atendimento dentro da rede hospitalar de pacientes críticos, por profissionais da área da saúde (PAS) para fins diagnósticos e terapêuticos (ALMEIDA et al., 2012).

A implantação dos serviços de APH foi introduzido para amenizar os riscos de morte no Brasil e para fornecer um atendimento qualificado por PAS treinados (SILVA et al., 2010; COUTINHO, 2011). O APH móvel configura-se como um atendimento do serviço de saúde integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) com intuito de reduzir ou evitar sofrimento e sequelas (CASAGRANDE et al., 2013).

Atualmente, o APH está estruturado em duas modalidades: o Suporte Básico à Vida (SBV) e o Suporte Avançado à Vida (SAV) (MELLO et al., 2010). Para realizar atendimentos que necessitem de uma intervenção médica de urgência e emergência, foi implantado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) que compõe o transporte em saúde de pessoas em situação de urgência e emergência no Brasil (ALVES et al., 2013).

Os municípios que implantam o SAMU podem dispor de ambulâncias dos seguintes tipos com respectivas tripulações: Tipo B – Unidade de Suporte Básico de Vida (USB), constituída por condutor e técnico ou auxiliar de enfermagem, sendo composta por desfibrilador externo automático (DEA); Tipo D – Unidade de Suporte Avançado de Vida (USA), constituída por médico e enfermeiro (SEMENSATO et al., 2010; CASAGRANDE et al., 2013).

Dentro da rede hospitalar existem locais destinados para o atendimento de urgências e emergências que se configura como pronto-socorro (PS), que são setores de maior fluxo de pacientes críticos que precisam de atendimento imediato, durante 24 horas por dia e dispõem de leitos de observação, destinados a pacientes que necessitem ficar sob supervisão médica e/ou de enfermagem para fins de diagnóstico ou terapêutica. Dentro desse setor existem problemas com risco iminente de perda de vida, e para que esses problemas não sejam agravantes é necessária uma avaliação frente prioridades de atendimento desses pacientes (MORISHITA et al., 2012; TAQUARY et al., 2013).

Essa avaliação de prioridades gera um atendimento sistematizado emergencial prestado às vítimas de situações críticas com suas bases alicerçadas durante a Guerra Civil americana, onde eram perdidas muitas vidas, principalmente de soldados, por falta de atendimento imediato e individualizado (SILVA et al., 2010).

Para que ocorra a priorização, foram implantados protocolos para avaliação e classificação de risco, visando aperfeiçoar a decisão dos PAS na priorização de atendimento dos usuários nos serviços de urgência e emergência, sendo um dos mais utilizados, o Sistema de Triagem de Manchester (STM) que estabelece uma classificação de risco em cinco categorias (FIGURA 01) (GUEDES et al., 2013).

Cor	Classificação	Tempo de atendimento	Descrição
Vermelho	Emergente	Imediato	Situações de choque, problemas de via aérea, amputação, fraturas abertas, hemorragias – Perigo de vida.
Laranja	Muito Urgente	10 Minutos	Entra na sala de espera interna, onde irá ser observado e tratado.
Amarelo	Urgente	60 Minutos	Fratura aberta, ferimento torácico.
Verde	Pouco Urgente	120 Minutos	Pequenas lesões, fratura fechada, entorse, luxação – Estado não-crítico.
Azul	Não Urgente	240 Minutos	Requer cuidados de rotina, os cuidados podem ser prestados mais tarde.

Figura01: Sistema de Triagem de Manchester
 Fonte: <http://www.hmsj.sc.gov.br/pronto-socorro/>

O STM utiliza métodos para reorganizar os serviços de urgência e emergência nas unidades de saúde. No Brasil, a triagem estruturada assume a designação de avaliação e classificação de risco, que associada ao acolhimento com finalidade de identificar os pacientes que necessitam de tratamento imediato, de acordo com o potencial de risco, a partir de um atendimento usuário-centrado, evitando dessa forma práticas de exclusão (ACOSTA et al., 2012).

O SMT é utilizado para o AIH, mas tanto para o AIH quanto para o APH é de suma importância que os PAS sejam capacitados para realizar a classificação de risco, pois é possível se deparar com a Parada Cardiorrespiratória (PCR) que pode ser definida como uma condição súbita e inesperada de deficiência absoluta de oxigenação tissular seja por ineficiência circulatória ou por cessação da atividade respiratória (MOURA et al., 2012).

Segundo Moura et al (2012) e Alves et al (2013) a PCR é diagnosticada pela ausência de pulso central, no adulto e criança carotídeo ou femoral e no bebê braquial, por ausência de frequência respiratória ou presença de Gaspings e quando o paciente ou vítima apresenta-se não responsivo. Além disso, pode ocorrer alteração do ritmo cardíaco, sendo o mais comum a Fibrilação Ventricular (FV), seguida da Taquicardia Ventricular (TV) sem pulso, Assístolia e Atividade Elétrica sem pulso (AESP).

Dentre os principais fatores preditores de sobrevida na PCR no APH, destacam-se o tempo até o início das compressões torácicas e a desfibrilação precoce (SEMENSATO et al., 2010). Sendo os ritmos que são adequados o uso de desfibrilação, fibrilação ventricular (FV) e TV sem pulso (TALLO et al., 2012).

O enfermeiro, muitas vezes, se encontra na linha de frente do sucesso da Reanimação Cardiopulmonar (RCP), fato que o torna um dos primeiros PAS que podem identificar a evolução do paciente para uma PCR (ROCHA et al., 2012).

Portanto, o enfermeiro e a equipe de Enfermagem desempenham papéis importantes no atendimento em PCR juntamente com a equipe médica, considerando que a sobrevivência da vítima depende diretamente do sucesso dessa atuação e a execução de ações ágeis e apropriadas (SILVA et al., 2013).

Segundo a American Heart Association, o atendimento à PCR divide-se em SBV, que compreende um conjunto de técnicas sequenciais caracterizadas por compressões torácicas, abertura das vias aéreas, respiração artificial e desfibrilação; e SAV que consiste na manutenção do SBV, com a administração de medicamentos e o tratamento da causa da PCR (ALVES et al., 2013).

De acordo com Araújo et al (2012) a RCP objetiva então a restabelecer de 25 a 33% de fluxo sanguíneo oxigenado, principalmente ao cérebro, coração e todo o organismo, até que ocorra o restabelecimento das funções cardíaca e respiratória espontâneas, na tentativa de preservar a vida revertendo a morte clínica.

Assim, para o atendimento ser eficaz e seguro os profissionais devem ter preparo e conhecimento sobre as manobras de reanimação, uma vez que a falta de conhecimento traz como consequência um agir inadequado, com prejuízos na assistência prestada e na sobrevida (ALVES et al., 2013).

Contudo a nossa pesquisa justifica-se pela necessidade de haver um profissional enfermeiro habilitado a atuar na identificação da PCR e na RCP dentro dos atendimentos de urgência e emergência, tanto no APH quanto no AIH, sendo de suma importância para a sobrevida das vítimas. Diante do tema exposto, surge-se o problema de pesquisa: Qual o conhecimento dos profissionais enfermeiros no que tange às condutas de RCP? Acredita-se na hipótese de que os profissionais enfermeiros não estão devidamente capacitados a identificar os sintomas de uma PCR e a atuar na RCP.

2 OBJETIVO

Avaliar a produção científica acerca do conhecimento dos profissionais enfermeiros no Atendimento Pré-Hospitalar frente condutas às vítimas em Parada Cardiorrespiratória.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A PCR é definida como a ausência de bombeamento cardíaco para garantir a circulação sanguínea do indivíduo e de respiração adequada para promover a oxigenação. Sendo observada em paciente não responsivo, ausência de pulso e ausência de respiração ou presença de Gasping (MOURA et al., 2012; ALVES et al., 2013).

O PAS Enfermeiro ao identificar uma PCR, deve-se iniciar o SBV (Circulação, Abertura e desobstrução de vias aéreas, Respiração e ventilação, Desfibrilação precoce - CABD primário), de acordo com a seguinte sequência: C - circulação: compressão torácica externa após ausência de pulso com 100 compressões/minuto; A - abertura e desobstrução de vias aéreas B - respiração/ventilação, a cada 30 compressões 2 ventilações; D - desfibrilação precoce, utilizando o Desfibrilador Externo Automático (DEA) (FIGURA 02) (ROCHA et al., 2012).

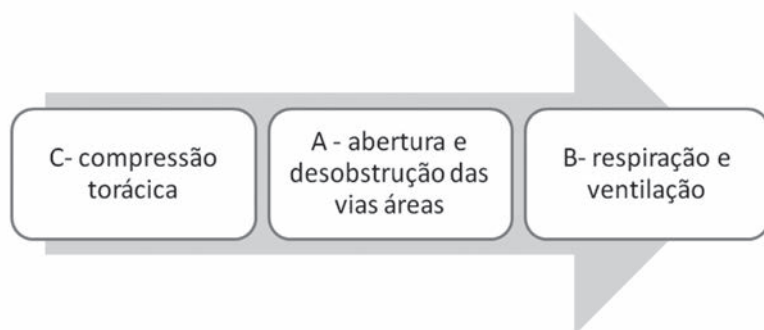


Figura 02: Sequência lógica de atendimento na RCP preconizada pela American Heart Association (ROCHA et al., 2012).

O sucesso da reanimação melhora o índice de sobrevivência, diretamente ligado ao tempo entre a ocorrência da PCR e o início das manobras de RCP, sendo relacionado também à harmonia, sincronismo, capacitação da equipe para o atendimento e estrutura organizada (MOURA et al., 2012).

Para realização das compressões torácicas; posicione-se ao lado da vítima, que deve ter o tórax desnudo, coloque a região hipotênar da mão sobre o esterno da vítima e a outra mão sobre a primeira, entrelaçando-a, estenda os braços e se posicione cerca de 90° acima da vítima, comprima na frequência de, no mínimo, 100 compressões/minuto, com profundidade de, no mínimo cinco centímetros e permita o retorno completo do tórax após cada compressão, sem retirar o contato das mãos com o mesmo. As ventilações devem ser realizadas em uma proporção de 30 compressões para duas ventilações com apenas um segundo cada (FIGURA 03)(GONZALEZ et al., 2013).



Figura 03: Maneira de escutar as compressões torácicas em pacientes com diagnóstico de PCR.

Fonte:<http://drantonioCarlos.site.med.br/index.asp?PageName=ressuscitacao-cardiopulmonar-rcp->

Dentre os principais fatores preditores da sobrevida na PCR fora do hospital, destacam-se o tempo até o início de manobras básicas e a desfibrilação precoce (SEMENSATO et al., 2010). Sendo um dos fatores, a desfibrilação precoce é o tratamento específico para PCR em FV e TV sem pulso, e pode ser realizada com um equipamento manual (somente manuseado pelo médico) ou com o DEA que poderá ser utilizado por qualquer pessoa treinada assim que possível (FIGURA 04) (GONZALEZ et al., 2013).

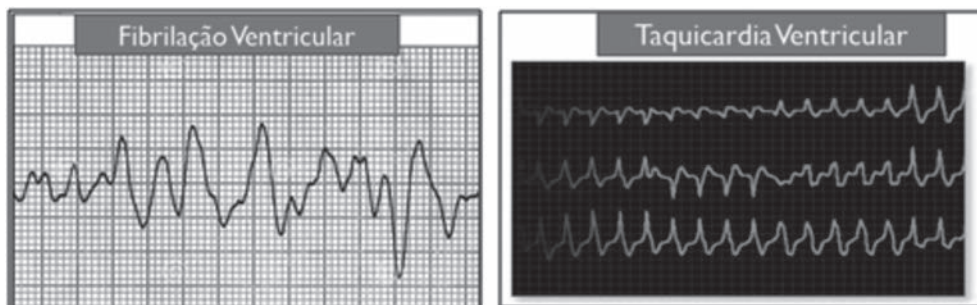


Figura 04: Ritmos chocáveis durante uma PCR.
Fonte: <http://www.clinicadam.com/imagenes-de-salud/18034.html>

A desfibrilação é definida como o uso do choque elétrico de corrente contínua, com grande amplitude e curta duração, aplicado no tórax. O DEA é capaz de reverter a FV para a circulação espontânea, não requer interpretação de traçado eletrocardiográfico, sendo de fácil utilização e por isso recomendado para leigos e profissionais de saúde, desde que devidamente treinados (BOAVENTURA, MIYADAHIRA, 2012).

Quanto mais rápida a desfibrilação, melhores os resultados na sobrevida do paciente, e as chances de ter o retorno da função neurológica e respiratória sem maiores consequências para a vítima, possibilitando, assim, as melhores condições possíveis para sua recuperação (ARAÚJO et al., 2012)

Os passos fundamentais para o manejo do DEA são: 1- Ligar o aparelho, para que este possa orientar o socorrista; 2- Aplicar as pás adesivas no tórax da vítima, sendo que uma delas deve ser posicionada logo abaixo da clavícula do lado direito e a outra ao lado do mamilo esquerdo, com a borda superior algumas polegadas abaixo da axila; 3- “Isolar a vítima para que o DEA analise o ritmo cardíaco, pedindo para que todos que afastem da mesma, o que diminui possíveis interferências na interpretação do ritmo e diminui chance de descarga elétrica nos socorristas e 4- Após a aplicação do choque, o socorrista deve reiniciar imediatamente a RCP (CAMPANHARO et al., 2013).

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, sendo um método que se constitui em técnica que reúne e sintetiza o conhecimento produzido, por meio da análise dos resultados evidenciados em estudos primários. Este tipo de pesquisa sumariza estudos realizados sobre deter-

minado assunto, construindo uma conclusão a partir de muitos estudos realizados separadamente, mas que investigam problemas idênticos ou similares (COUTINHO, 2011). A revisão integrativa é constituída entre 5 fases: 1º Identificação do tema, 2º Amostragem ou busca na literatura, 3º Categorização, avaliação dos estudos, 4º Interpretação dos resultados e 5º Síntese do conhecimento evidenciado ou apresentação da revisão integrativa (PEDER-SOLI et al., 2011).

Foi realizada uma busca nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PUBMED (National Library of Medicine). Foram utilizados os descritores dos assuntos Ressuscitação Cardiopulmonar, Parada Cardiorrespiratória e Serviços Médicos de Urgência, segundo o DeCs (Descritores Ciências da Saúde) estabelecidos pela Bireme e o MESH (Medical Subject Headings), Cardiopulmonary Resuscitation, Cardiorespiratory arrest e Services Medical Emergency.

Os critérios de inclusão utilizados foram artigos escritos em português e inglês, abordados durante o ano de 2009 à 2014 e disponíveis na íntegra. Para os critérios de exclusão foram abordadas publicações em livros, teses e dissertações ou que não respondessem aos objetivos.

A busca pelos artigos ocorreu no mês de setembro e outubro de 2014. Primeiramente, realizou-se a leitura do título e do resumo do material encontrado, selecionando-se os trabalhos que continham dados que respondiam à temática do estudo. Após essa etapa, realizou-se a leitura completa de cada artigo pré-selecionado e a categorização dos artigos frente às temáticas abordadas.

Na base de dados do LILACS, foram encontrados 1.414 artigos e desses foram incluídos 12 para a pesquisa. Já na base de dados do PUBMED foram encontrados 4.195 estudos e foram incluídos 10 para a pesquisa.

Em relação à temática abordada e aos critérios de inclusão, identificou-se 22 artigos, porém, após a leitura do material, optou-se por excluir 14 publicações que não apresentavam estudos de acordo com o conhecimento do profissional enfermeiro perante a vítima de PCR e sobre RCP. Sendo assim, foram selecionados 8 artigos para discussão neste estudo.

A análise dos dados extraídos foi realizada de forma descritiva, a qual permitiu avaliar as evidências, identificar a necessidade de investigações futuras acerca da temática e oferecer fundamentos para a prática profissional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos artigos analisados, dois(25%)foram publicados no ano de 2009, dois (25%) no ano de 2011, dois (25%) no ano de 2013 e dois (25%) no ano de 2014. De acordo com a Base de Dados, desses artigos, seis (75%) eram da base de dados LILACS, e dois (25%) eram do PUBMED, conforme (GRÁFICO 01).Quanto à abordagem de pesquisa, três (37,5%) eram de abordagem quantitativa e cinco (62,5%) de abordagem qualitativa.

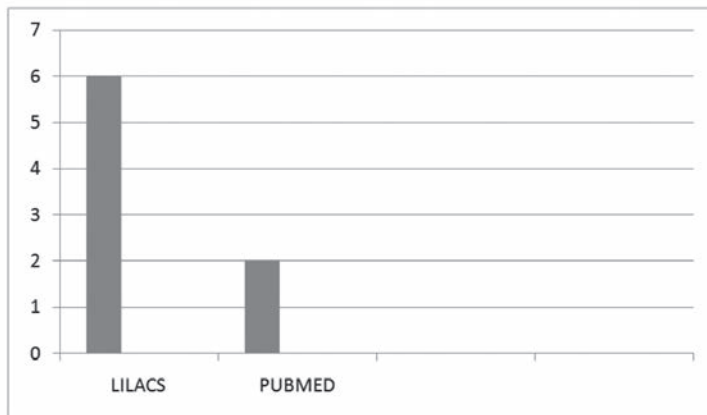


GRÁFICO 01: Relação das Bases de Dados analisados.

Os artigos foram categorizados, analisados e separados de acordo com os assuntos relacionados à temática do estudo. Após a leitura e síntese, foi possível embasar em uma classificação de três temáticas, sendo dois (25%) artigos para o Perfil de pacientes em PCR, dois (25%) para o Conhecimento do Enfermeiro no APH, e quatro (50%) para a Sobrevida de pacientes após a RCP, conforme (GRÁFICO 02).

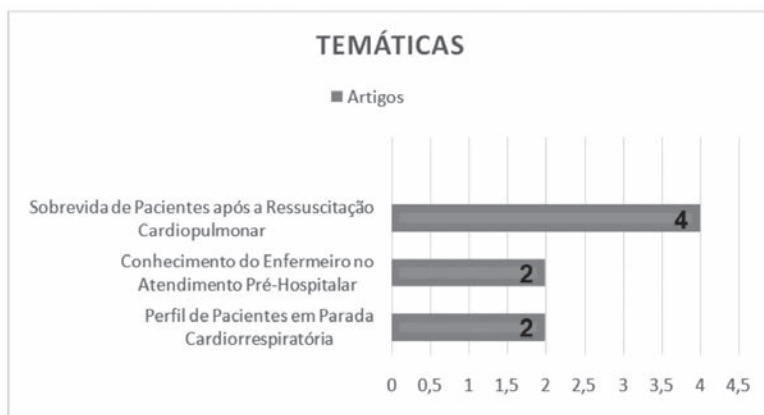


GRÁFICO 02: Temáticas Categorizadas.

O (QUADRO 02) apresenta os artigos divididos em suas temáticas, que foram incluídos de acordo com os critérios de semelhança dos estudos abordados.

Quadro 02: Demonstração dos artigos em suas temáticas

Nº	Nome do artigo	Autor/Ano	DeCs/Mesh	Bases de Dados
Perfil de pacientes em Parada Cardiorrespiratória				
01	Estudo de pacientes reanimados pós-parada cardiorrespiratória intra e extra-hospitalar submetidos à hipotermia terapêutica.	Ravetti, 2009.	PCR	LILACS
02	Parada cardiorrespiratória em ambiente pré-hospitalar: ocorrências atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Belo Horizonte.	Morais et al., 2009.	SERVIÇOS MÉDICOS DE URGÊNCIA	LILACS
Conhecimento do Enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar				
03	Conhecimento teórico dos enfermeiros sobre parada e ressuscitação cardiopulmonar, em unidades não hospitalares de atendimento à urgência e emergência.	Almeida et al., 2011	RCP	LILACS
04	Parada Cardiorrespiratória e Enfermagem: O conhecimento acerca do suporte básico de vida.	Alves et al., 2013.	PCR	LILACS
Sobrevida de pacientes após a Ressuscitação Cardiopulmonar				
05	I Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência.	Gonzalez et al., 2013.	RCP	LILACS
06	Avaliação Inicial do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na Cidade de Porto Alegre.	Semensato et al., 2011.	RCP	LILACS
07	Elevação da perna passiva (PLR) durante a circulação (CPR) - um artigo de método em um estudo randomizado de sobrevivência em parada cardíaca fora do ambiente hospitalar (OHCA).	Jiménez-Herrera et al., 2014.	RCP	PUBMED
08	Sobrevivência e resultados neurológicos de Out-of-Hospital Cardiológico Pacientes com parada que foram transferidos após Retorno Espontâneo de Circulação de Detenção Integrado de Pós-Cardíaco Síndrome Care: A Outra Viabilidade do Centro de parada cardíaca.	Kang et al., 2014.	PCR	PUBMED

Temática 01: Perfil de pacientes em Parada Cardiorrespiratória

Torna-se necessária a pesquisa diante do objetivo de avaliar as produções científicas que abordem o conhecimento do enfermeiro diante de uma PCR, visto que é de suma importância o conhecimento do mesmo diante de situações de emergência, pois ele será o primeiro a identificar os sinais clínicos e também para que sejam analisadas as conclusões e sugestões dos autores acerca dos resultados obtidos em seus estudos.

Em pesquisas de Feitosa-Filho et al (2009) foram avaliados 26 pacientes que tiveram PCR, em média, esses pacientes tinham em média 63 anos e o sexo masculino predominante em 92,3% dos casos.

Na cidade de Belo Horizonte foram analisados os casos de PCR atendidos pelo SAMU, onde foram identificados 1.548 casos, a maioria das vítimas (68,8%) era do sexo masculino e feminino (30,6%), com idades entre 45 e 54 anos. Os casos de PCR com causas clínicas totalizaram 76% das vítimas e as causas externas 24% (MORAIS et al.; 2009).

Em ambos os estudos apresentados na temática de perfil de pacientes em PCR, podemos observar que houve um predomínio no sexo masculino, podendo estar associado ao maior número do sexo masculino os quais utilizam motocicletas e estão suscetíveis a ocorrer acidentes automobilísticos e necessitar de um APH, podendo ser uma das causas da PCR.

Temática 02: Conhecimento do Enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar

A temática aborda o conhecimento do profissional enfermeiro no APH, sendo que a PCR é um dos acontecimentos mais encontrados, onde é necessário que o enfermeiro tenha convicção em suas atitudes e decisões, pois é ele o profissional que se encontra na linha de frente para iniciar o atendimento a uma PCR e às manobras de RCP, e os resultados poderão depender também de suas condutas.

Em estudo realizado por Almeida et al (2011) utilizando entrevistas com PAS Enfermeiros de unidades hospitalares, foram encontrados dificuldades pelos enfermeiros em identificar uma PCR, dentre essas dificuldades, destacaram a falta da sequência correta do atendimento, postura inadequada no momento das compressões torácicas, dificuldades em administrar os medicamentos utilizados na reversão do quadro, além de conhecimento insuficiente para o atendimento na RCP.

Em um hospital do interior de Minas Gerais, foi realizado um estudo com o objetivo de avaliar o conhecimento teórico de PAS, onde foi aplicado um questionário para 16 enfermeiros sobre o nível de entendimento no momento da PCR e da RCP. Com a pesquisa encontraram quesitos como dificuldades em atender os casos de PCR, sequência de avaliação primária do SBV e despreparo no uso do desfibrilador (ALVES et al., 2013).

Em ambos os trabalhos apresentados podemos observar que a dificuldade em aplicar a sequência correta do atendimento frente a PCR foi pontuada, sendo que é de suma importância a sequência correta preconizada pela American Heart para o sucesso da RCP. Esse conhecimento é essencial no PAS Enfermeiro para que o atendimento de urgência e emergência seja de eficácia.

Para Almeida et al (2011) 50% dos PAS Enfermeiros analisados no estudo tinham conhecimento sobre a temática analisada, ou seja, sabiam identificar uma PCR e atuar na RCP, porém para Alves et al(2013) os PAS Enfermeiros não tinham conhecimento suficiente para atuar com eficácia em uma PCR e RCP, recomendando assim, educação continuadas aos profissionais, tanto prático quanto teórico, abordando que esses conhecimentos são primordiais no atendimento da saúde.

A identificação dos sinais de uma PCR é o ponto primordial para iniciar a RCP, se esse conhecimento é falho nos PAS Enfermeiros, temos um retardo no atendimento, o que pode influenciar na sobrevida das vítimas acometidas em PCR.

Para que hajam resultados positivos, o PAS Enfermeiro precisa estar preparado, tanto na teoria quanto na prática, ter conhecimento sobre a sequência lógica do SBV no APH, nas condutas de PCR e ter agilidade para que o seu atendimento seja satisfatório.

Temática 03: Sobrevida de pacientes após a Ressuscitação Cardiopulmonar

Para que a vítima de PCR tenha resultados positivos e significativos para que haja um aumento na sobrevida após a RCP, existem outros quesitos além do conhecimento do PAS Enfermeiro que poderão também determinar a eficácia desse atendimento.

No trabalho de Moraes et al (2009) o qual foi classificado na temática de perfil dos pacientes em PCR também enfatizou elementos determinantes de sobrevida das vítimas, que foram citados dentre eles, o tempo de chegada da ambulância, o conhecimento dos PAS, agilidade e percepção da equipe perante PCR e o diagnóstico e conhecimento acerca do ritmo cardíaco.

Podemos observar que esses determinantes encontrados são realmente o padrão ouro do atendimento em uma urgência e emergência, sendo necessários todos serem aplicados com eficácia para aumentar a sobrevida das vítimas em PCR.

Segundo Gonzalez et al (2013) as Diretrizes de RCP da Sociedade Brasileira de Cardiologia, prevê alguns fatores que podem determinar a sobrevida dos pacientes, como o manejo da via aérea, pois a ventilação deverá ocorrer em toda a RCP e até mesmo após; o tratamento correto para FV e TV sem pulso que são os únicos ritmos chocáveis, que será utilizado o desfibrilador para que o ritmo normal retorne; tratamento para assistolia que é o ritmo não chocável; as vias para administração dos medicamentos, que no momento da RCP, que poderá ser por via Intravenosa (IV) ou Intraóssea (IO); e também os cuidados necessários após a RCP, que poderá contar com a monitorização da ventilação da vítima e oferta de oxigênio.

Foi realizado uma pesquisa por Semensato et al (2011) na cidade de Porto Alegre, com o objetivo de avaliar os preditores clínicos que determinam a sobrevida de pacientes submetidos RCP. Identificaram que o estado de saúde, idade, sexo, etiologia cardíaca, local onde ocorreu a PCR e o ritmo podem determinar a sobrevida da vítima.

Nem sempre o conhecimento dos PAS Enfermeiros são preditores da sobrevida dos pacientes que foram submetidos a uma PCR. Existem preditores clínicos que podem influenciar no sucesso da RCP, como idade, sexo, patologias cardíacas dentre outras, porém se a equipe estiver treinada e capacitada para atuar na RCP esses determinantes clínicos podem não se destacarem e interferirem no desenvolvimento e evolução da RCP.

Muito sábio o estudo de Jiménez-Herrera et al (2014) que analisaram os procedimentos que visam melhorar e aumentar as taxas de sobrevivência dos pacientes submetidos a RCP. Identificaram que a RCP sendo realizada no início do diagnóstico de PCR pode aumentar os indícios para a sobrevida. De acordo com a pesquisa, um dos fatores que eles pesquisaram que poderá obter resultados significativos para a sobrevida dos pacientes é a elevação das pernas durante a RCP. Estima-se que esse processo de elevação dos membros inferiores (MMII) poderá promover o retorno venoso e aumentar a circulação e deverá ser mantido durante as compressões, e quando há o retorno do paciente, esse processo precisa ser interrompido. Este fator pode ser um dos novos procedimentos que poderá aumentar as chances de sobrevivência das vítimas de PCR.

Os autores Kanget al (2014) enfatizaram que o tempo que se gasta no transporte diminui consistentemente as chances de sobrevivência, sendo que se perde tempo no transporte pode ocorrer um retardo para o tratamento.

Para que apliquemos o padrão ouro na RCP e que tenhamos sucesso na sobrevida das vítimas, estão vinculados vários fatores que devem ser aplicados em uma sequência lógica no atendimento das vítimas.

Sendo que, para que essa sequência seja realizada corretamente, é de grande responsabilidade do PAS Enfermeiro que ele tenha consciência de suas decisões, associando-a com conhecimento teórico-prático, levando em consideração que a sobrevida das vítimas dependerá também de suas condutas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PCR é uma situação que depende de um diagnóstico imediato obtido através da avaliação da responsividade da vítima. O PAS que se encontra perante esse acontecimento precisa ter autonomia e agilidade nas condutas de PCR, pois é de sua responsabilidade prestar a devida assistência e ter conhecimento, pois a tomada de decisão precisa ser rápida para obter resultados eficazes.

É de suma importância o conhecimento teórico e prático do PAS Enfermeiro perante as situações de PCR e RCP. A sobrevida da vítima dependerá exclusivamente do conhecimento do PAS acerca do assunto, e que identifique rapidamente uma PCR, tenha agilidade nos procedimentos de RCP, consciência na tomada de decisão e conhecimento sobre SAV e SBV. O PAS Enfermeiro, sem dúvidas, é o principal profissional que identificará uma PCR e iniciará rapidamente os procedimentos preconizados a esse atendimento, que são as compressões torácicas, que quando iniciada rapidamente aumenta a sobrevivência das vítimas.

Cabe ressaltar que nos casos de RCP, o PAS Enfermeiro deverá estar meramente capacitado, sendo que, o sucesso da reanimação dependerá do conhecimento, da sequência e habilidades do profissional, condutas que poderão determinar a sobrevida da vítima, reverter à situação de PCR e obter eficácia sobre a evolução do paciente.

É necessário que o enfermeiro participe de treinamentos e atualizações, que haja investimento em seu conhecimento, pois o resultado positivo para alcançar o padrão ouro no atendimento depende de suas condutas.

REFERÊNCIAS

1. Acosta A.M, Duro C.L.M, Lima M.A.D.S. Atividades do enfermeiro nos sistemas de triagem/classificação de risco nos serviços de urgência: revisão integrativa. **Rev Gaúcha Enferm.** Rio Grande do Sul, p. 181-190, 2012.
2. Almeida A.C.G, Neves A.L.D, Souza C.L.B, Garcia J.H, Lopes J.L, Barros A.L.B.L. Transporte intra-hospitalar de pacientes adultos em estado crítico: complicações relacionadas à equipe, equipamentos e fatores fisiológicos. **Acta Paul Enferm.**p. 471-476, 2012.
3. Almeida A.O., Araújo I.E.M, Dalri M.C.B, Araujo S. Conhecimento teórico dos enfermeiros sobre parada e ressuscitação cardiopulmonar, em unidades não hospitalares de atendimento à urgência e emergência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.**Mar/Abril, 2011.

4. Alves C.A, Barbosa C.N.S, Faria H.T.G. Parada cardiorrespiratória e enfermagem: o conhecimento acerca do suporte básico de vida. **CogitareEnferm.** p. 269-301, Abr/Jun. 2013.
5. Araújo L.P, Silva A.L, Marinelli N.P, Posso M.B.S, Almeida L.M.N. Conhecimento da equipe de enfermagem sobre o protocolo ressuscitação cardiopulmonar no setor de emergência de um hospital público. **Revista Univap.**São José dos Campos-SP, v. 18, n. 32, p. 66-78, dez. 2012.
6. Boaventura A.P, Miyadahira A.M.K. Programa de capacitação em ressuscitação cardiorrespiratória com uso do desfibrilador externo automático em uma universidade. **Rev Gaúcha Enferm.**Porto Alegre, p.191-4, Março, 2012.
7. Campanharo C.R.V, Cohrs C.R, Batista R.E.A, Okuno M.F.P, Lira C.A.B, Andrade M.S, Vancini R.L. As técnicas de suporte básico de vida e as diretrizes da American Heart Association podem auxiliar na prevenção da morte súbita relacionada à atividade física? **Pensar a Prática.** Goiânia, v. 16, n. 3, p. 942-955, jul./set. 2013.
8. Casagrande D, Stamm B, Leite M.T. Perfil dos atendimentos realizados por uma Unidade de Suporte Avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) do Rio Grande do Sul. **Scientia Medica.** Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 149-155, 2013.
9. Coutinho Karen Chisini. **Atividades do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar.** 2011. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2011.
10. Feitosa-Filho G.S, Sena J.P, Guimarães H.P, Lopes R.D. Hipotermia terapêutica pós-reanimação cardiorrespiratória: evidências e aspectos práticos. **Rev. Bras. Ter. Intensiva.** p. 65-71. 2009.
11. Gonzalez M.M, Timerman S, Oliveira R.G, Polastri T.F, Dallan L.A.P, Araújo S, Lage S.G, Schmidt A, Bernoche C.S.M, Canesin M.F, Mancuso F.J.N, Favarato M.H. I Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia: Resumo Executivo. **ArqBrasCardiol.** p. 105-113, 2013.
12. Guedes H.M, Almeida A.G.P, Ferreira F.O, Júnior G.V, Chianca T.C.M. Classificação de risco: retrato de população atendida num serviço de urgência brasileiro. **Revista de Enfermagem Referência.** n. 1, p. 37-44, Fev/Março. 2014.
13. Guedes M.V.C, Henriques A.C.P.T, Lima M.M.N. Acolhimento em um serviço de emergência: percepção dos usuários. **Rev. Bras.Enferm.** Brasília, p. 31-37, jan/fev. 2013.
14. Jiménez-Herrera M.F, Azeli Y, Mora E.V, Guarque I.L, Gomariz A.L, Naval E.C, Axelson C. Passive leg raise (PLR) during cardiopulmonary (CPR) – a method article on a randomised study of survival in out-of-hospital cardiac arrest (OHCA). **BMC Emergency Medicine.** 2014.
15. Kang M.J, Lee T.R, Shin T.G, Sim M.S, Joon Jo I, Song K.J, Jeong Y.K. Survival and Neurologic Outcomes of Out-of-Hospital Cardiac Arrest Patients Who Were Transferred after Return of Spontaneous Circulation for Integrated Post-Cardiac Arrest Syndrome Care: The Another Feasibility of the Cardiac Arrest Center. **J Korean Med Sci.** p. 1301-1307, 2014.

16. Mello A. C, Brasileiro M. E. A importância do enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar (APH): Revisão Bibliográfica. **Revista Eletrônica de Enf.** p. 1-16, jan/jun. 2010.
17. Moraes D.A, Carvalho D.V, Timerman S, Gonzalez M.M.C. Parada cardiorrespiratória em ambiente pré-hospitalar: ocorrências atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Belo Horizonte. **Rev. Bras.Clin. Med.**p. 211-218, 2009.
18. Morishita A, Silva E.A, Souza M.A.M. Concepção de triagem x demanda crescente do atendimento em unidades de urgência e emergência. **Revista Ponto de Encontro.** v. 1 p. 196-246. 2012.
19. Moura LTR, Lacerda LCA, Gonçalves DDS, Andrade RB, Oliveira YR. Assistência ao paciente em Parada Cardiorrespiratória em Unidade de Terapia Intensiva. **Rev. Rene.**p. 419-427.2012.
20. Pedersoli C.E, Dalri M.C.B, Silveira R.C.P.C, Chianca T.C.M, Cyrillo R.M.Z, Galvão C.M. O uso da máscara laríngea pelo enfermeiro na ressuscitação cardiopulmonar: revisão integrativa da literatura. **Texto Contexto Enferm.**Florianópolis, p. 376-383, Abr/Jun.2011.
21. Ravetti C.G, Silva T.O, Moura A.D, Carvalho F.B. Estudo de pacientes reanimados pós-parada cardiorrespiratória intra e extra-hospitalar submetidos à hipotermia terapêutica. **Rev. Bras. Ter. Intensiva.** p. 369-375, 2009.
22. Rocha F.A.S, Oliveira M.C.L, Cavalcante R.B, Silva P.C, Rates H.F. Atuação da equipe de enfermagem frente à parada cardiorrespiratória intra-hospitalar. **R. Enferm. Cent. O. Min.** P. 141-150, jan/abril, 2012.
23. Semensato G, Zimerman L, Rohde L.E. Avaliação Inicial do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na Cidade de Porto Alegre. **Arq. Bras.Cardiol.**p. 196-204, 2011.
24. Silva A.B, Machado R.C. Elaboração de guia teórico de atendimento em parada cardiorrespiratória para enfermeiros. **Rev Rene.** p. 1014-1021. 2013.
25. Silva E.A.C.S, Tipple A.F.V, Souza J.T, Brasil V.V. Aspectos históricos da implantação de um serviço de atendimento pré-hospitalar. **Rev. Eletr. Enf.** Goiânia, v. 12, n. 13, p. 571-577, 2010.
26. Tallo F.S, Junior R.M, Guimarães H.P, Lopes R.D, Lopes A.C. Atualização em reanimação cardiopulmonar: uma revisão para o clínico. **Rev. Bras. Clín. Med.** São Paulo, p. 194-200, Maio/Jun. 2012.
27. Taquary S.A.S, Ataíde D.S, Vitorino P.V.O. Perfil clínico e atuação fisioterapêutica em pacientes atendidos na emergência pediátrica de um hospital público de Goiás. **Fisioter Pesq.** p. 262-267, 2013.



DOSSIÊ ODONTOLOGIA



TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (ART): conhecimento, aplicação e aceitação pelos cirurgiões dentistas da rede pública do município de Carmo do Paranaíba- MG

DOI-10.21745/ac06-10 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-10>

Letícia da Costa Moreira Rezende*

Fernando Nascimento**

RESUMO

O (ART) Tratamento Restaurador Atraumático surgiu pela necessidade de controlar a alta prevalência de cárie que levava muitas vezes à perda do elemento dental, em comunidades que não tinham recursos para o atendimento convencional. A partir dos resultados encontrados o mesmo foi difundido e hoje é usado principalmente na rede de saúde pública. O objetivo deste estudo foi verificar por meio de uma pesquisa de campo o conhecimento, aceitação e utilização do presente tratamento por parte dos cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Saúde de Carmo do Paranaíba. A amostra contou com a participação de todos os profissionais atuantes durante o período de realização da pesquisa, foi aplicado um questionário, obtendo uma taxa de resposta de 100%. O mesmo mostrou que grande parte dos profissionais já ouviu falar sobre a técnica, sendo a maior fonte de informação a graduação, e também conhece suas indicações, contudo esses profissionais necessitam de um maior aprimoramento no que diz respeito às diferenças de ART e adequação do meio bucal. Concluiu-se que existe certo grau de conhecimento sobre a técnica, contudo a mesma ainda é motivo de dúvida e desconfiança por parte dos profissionais, necessitando assim de mais conhecimento e capacitação técnica para que o tratamento possa ser utilizado neste serviço público municipal.

Palavras-chave: ART. Tratamento Restaurador Atraumático. Cárie. Saúde pública.

ABSTRACT

Summary (ART) Atraumatic Restorative Treatment emerged with the necessity to control the high incidence of caries leading often to tooth loss in communities that could not afford to conventional care. From the results found it was broadcast, and nowadays is widely used especially in public health. The objective of this study was to verify through a research the knowledge, acceptance and use of this treatment by surgeons dentist of Municipal Secretary of Health of Carmo do Paranaíba. The sample included the participation of all professionals working during the accomplishment of the research, where a questionnaire was applied, giving a response rate of 100%. The same showed that most professionals have heard about the technique, being the largest source of graduation information, and also know their indications, but these professionals need further improvement with regard to differences in ART and suitability of the oral. It was concluded that there is a degree of knowledge about the technique more that it is still a matter of doubt and distrust on the part of professionals, requiring more technical knowledge and training to that treatment can be used in the municipal public service.

Keywords: (ART), Atraumatic Restorative Treatment, caries, public health

¹ Aluna do Curso de Odontologia da Faculdade Patos de Minas (FPM). leticia1cms@gmail.com

² Professor do curso de Odontologia da Faculdade Patos de Minas. Mestre em Reabilitação Oral pela Universidade Federal de Uberlândia – MG, UFU. fnascimento_fpm@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário brasileiro de saúde bucal, pode-se atestar uma melhora significativa quando se fala em prevenção e controle da doença cárie dental, onde não mais vigora um país de desdentados. Porém, por mais que se tenha alcançados níveis satisfatórios de combate à doença, a mesma ainda prevalece, pois uma parte significativa da sociedade não tem acesso, informação ou mesmo condição econômica para manutenção de sua saúde bucal. ^(1,2)

Através do conhecimento da doença, bem como sua etiologia e os fatores que interferem na sua proliferação, pode-se afirmar que se trata de uma desordem de caráter multifatorial crônico e de alta prevalência, a mesma pode ser observada em vários países e principalmente nos em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e é considerada a principal causa de perda do elemento dentário, representando assim, um desafio para a saúde pública. ⁽²⁾

Pensando em minimizar os agravos causados pela presente patologia a saúde pública busca através de estratégias que enfatizem a promoção e prevenção, usando de medidas que se baseiam na educação e conscientização, e quando necessário utiliza métodos curativos para restabelecer a saúde bucal do indivíduo. ^(1,3)

É neste contexto que o ART (Tratamento restaurador atraumático) surge como um recurso recomendável. Pois se acredita que o mesmo atue auxiliando na resolução de parte dos problemas encontrados pelos profissionais que trabalham na rede pública, estando o mesmo intimamente ligado a realidade das populações mais carentes, as quais não tem acesso a um serviço de qualidade, tratando assim de um tratamento que não necessita de equipamentos sofisticados e segue a filosofia de tratamento associado à promoção de saúde. ^(2,4)

Diante disso, o objetivo deste estudo foi verificar por meio de uma pesquisa de campo o conhecimento, aceitação e utilização do presente tratamento por parte dos cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Saúde de Carmo do Paranaíba.

Tendo em vista que a literatura afirma que uma das principais barreiras do tratamento é a rejeição por parte dos mesmos. Dá-se pelo motivo da falta de conhecimento desses profissionais que empregam a técnica de maneira incorreta, não respeitando as indicações e contraindicações, ou mesmo usam CIVs (Cimentos de Ionômero de Vidro) inadequados. Deve-se atentar também para um fato que pode levar o profissional a não realizar a técnica, que seria a falta de conhecimento da própria população, que por vezes estranha a falta de brocas e anestesia e o consideram de má qualidade. Diante disso, faz-se necessário a busca pelo aprimoramento e/ou capacitação dos cirurgiões dentistas e suas respectivas equipes com o intuito de incentivar a utilização e indicação da técnica bem como, a sua divulgação para os próprios usuários, pois, como a técnica se trata de um programa de inclusão do indivíduo no contexto de saúde doença, é fundamental a participação do mesmo. ⁽¹⁾

2 A CÁRIE NO BRASIL

Na maioria dos países a prevalência de cárie apresentou um declínio e no Brasil não foi diferente, pois se analisarmos os dados obtidos em um inquérito nacional de 1986, mostra um CPOD (Dentes Cariados, Perdidos e Obturados) de seis a sete, ou seja, aproximadamente sete dentes com histórico de cárie para crianças na faixa etária dos 12 anos, sendo que o

mesmo foi realizado em dezesseis capitais. Já em 2003, foi realizada uma pesquisa intitulada projeto SB Brasil, que contou com a participação de vinte e sete capitais e municípios do interior das cinco regiões, o mesmo mostrou um declínio significativo, apresentando o seguinte resultado, CPO de 2,78 na faixa etária dos 12 anos e em 2010, o mesmo estudo mostrou CPO de 2,07 para a mesma faixa etária, representando um declínio de 26,2% em sete anos. ⁽⁵⁾

Tais resultados podem ser atribuídos a três características principais, sendo: fluoração das águas de abastecimento público, a introdução de dentifrícios fluorados no mercado e a mudança no enfoque dos programas destinados á odontologia em saúde pública. É de reconhecimento geral que a fluoração das águas é muito importante tanto localmente quanto em outras áreas, pois de maneira indireta o flúor é veiculado também nos alimentos e bebidas produzidos em localidades que possuem águas fluoradas, este fenômeno é conhecido como efeito “halo”. Tal medida expandiu-se na segunda metade do séc. XX o que atingiu cerca de 65,5 milhões de pessoas (em média 42,2% da população) isso em 1995. ⁽⁶⁾

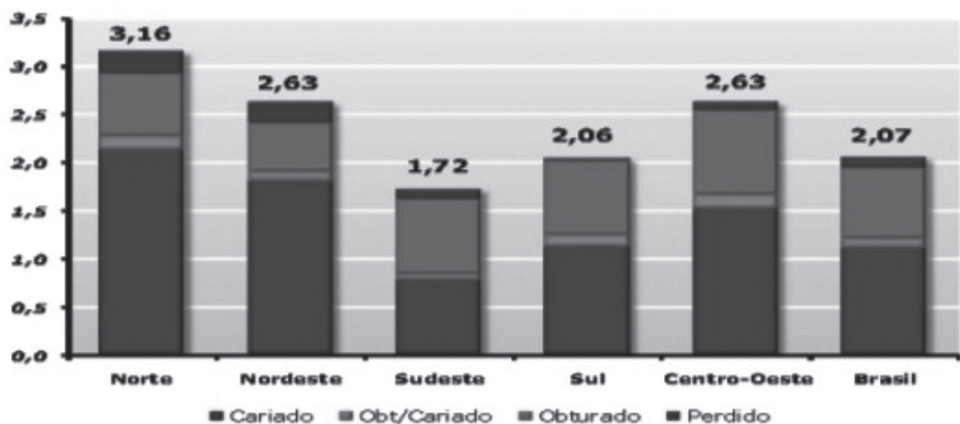
Em 1981 apenas 12% da população tinha acesso a dentifrícios fluorados, já em 1989, mais de 90% dos dentifrícios disponíveis no país eram fluorados, representando um grande avanço no combate a cárie, e nos dias atuais praticamente todos os dentifrícios disponíveis possuem fluoretos. ⁽⁶⁾

Em decorrência da descentralização do sistema de saúde brasileiro, introduzido através do SUS, que era centrado basicamente no modo curativo, ou seja, restaurações e extrações dentárias, o mesmo passou seu enfoque para programas direcionados á odontologia preventiva e promoção de saúde bucal. Tal medida foi de grande impacto para saúde bucal, pois possibilitou ao cirurgião dentista à expansão do seu trabalho, que antes era apenas em âmbito clínico, o mesmo pode a partir daí expandir as medidas preventivas para escolas e outros espaços sociais. ⁽⁶⁾

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem investido na diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, não sendo diferente no âmbito da saúde bucal. Outras medidas, além das citadas anteriormente, podendo ressaltar também; a ampliação do número de equipes de Saúde Bucal, distribuição de kits com escova e pasta de dente, criação dos centros de especialidades odontológicas, além da ampliação do acesso. Elevando o Brasil ao grupo de países com baixa prevalência de cárie. ^(5,7)

Em contrapartida aos grandes avanços alcançados, ainda nota-se uma grande desigualdade quando falamos individualmente das regiões. Segundo dados do relatório realizado em 2010, SB Brasil, as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste apresentam um número elevado de CPOD na faixa etária dos 12 anos, em comparação aos outros estados, como pode ser observado no gráfico abaixo: ⁽¹⁷⁾

Fig. 1 CPO-D e componentes aos 12 anos segundo região. Brasil, 2010.



Fonte: (5)

Tais resultados mostram que por mais que medidas foram tomadas e avanços alcançados, determinadas regiões ainda sofrem com a doença cárie, tal fenômeno diz respeito não só as condições etiológicas da doença, mas também as diferenças de origem social, e que por mais que os indicadores mostrem avanços positivos, ainda persistem importantes diferenças entre as regiões e variações segundo o nível de renda. Essas diferenças regionais podem ser explicadas pelas precárias condições de saúde bucal a qual é submetida esta população. (6,8)

Este padrão é facilmente observado quando se fala em extrações dentárias, pois segundo dados do Ministério da Saúde o número de extrações dentárias corresponde a 14% de todos os procedimentos realizados em território nacional, porém, quando esse número é analisado de forma individual entre as regiões, é que nota-se o tamanho da desigualdade, pois no Nordeste essa proporção gira em torno de 22% e no Sudeste 8%, sendo que em algumas localidades a proporção pode chegar até a 100%. Tais resultados mostram-se preocupantes quando se fala em alcançar um país livre de cáries. (5)

Quando se fala em cárie dental, a mesma é caracterizada como uma doença multifatorial e infecto- contagiosa, o que resulta na perda de estrutura mineral localizada. O seu aparecimento é resultado da interação de três fatores básicos: o hospedeiro (dente), a microbiota e dieta (substrato), o que leva ao desequilíbrio entre superfície dentária e fluido de placa, e com o passar do tempo leva a perda de mineral. A importância de reconhecer que a cárie é uma doença e não uma lesão, quando se fala em promoção de saúde, está no fato de que, a partir desse conhecimento, o material e a técnica que outrora faziam o papel principal agora passam a ser auxiliar no controle de tal patologia bucal. (3)

3 TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (ART)

Com o objetivo de amenizar ou mesmo solucionar a doença cárie dental, surge a ideia do Tratamento Restaurador Atraumático (ART), que tem como princípio a mínima intervenção e máxima preservação, possibilitando a redução e evolução da doença cárie e restaurando assim, a condição de saúde bucal do indivíduo. ^(2,3) “A Odontologia moderna visa criar um ambiente favorável para a paralisação do processo carioso, com a mínima intervenção operatória”. ⁽⁹⁾

A técnica foi criada na África em meados dos anos 80 pelo professor Frencken. Em 1991, Frencken começou seu estudo em um campo de refugiados na fronteira entre Camboja e Tailândia. A técnica em questão tinha como objetivo alcançar uma população marginalizada que tinha como o único tratamento na maioria dos casos a extração. A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, em 1992, o referido autor publicou um artigo atestando a efetividade da técnica, sem a necessidade de utilização de aparelhos modernos que necessitassem energia elétrica. ⁽¹⁰⁾ “Antes da introdução do ART, a extração dental era muitas vezes a única opção de tratamento devido à necessidade de equipamentos odontológicos, eletricidade e recursos humanos”. ⁽¹¹⁾

Diante do sucesso da técnica, a Organização Mundial de Saúde, em 7 de abril de 1994, durante uma conferência que aconteceu em Genebra, reconheceu a eficácia da mesma e lançou o manual de ART, atestando que o procedimento representa um grande ganho quando se fala em atingir as camadas mais baixas da sociedade, bem como um avanço para a saúde pública, pois a técnica consiste em uma execução simples e de baixo custo. Já no Brasil a técnica foi apresentada em 1995, durante o 5th World Congress on Preventive Dentistry, realizado na cidade de São Paulo - SP, que foi recebida pela comunidade odontológica com grande interesse, apesar dos inúmeros questionamentos e desconfiças, o que acontece quando uma proposta inovadora é apresentada. ^(6,12)

Como já mencionado, tal técnica tem como princípio a mínima intervenção e máxima preservação, pois consiste na remoção de tecido cariado com instrumento manual, que é uma das vantagens do tratamento pelo fato de não necessitar de energia elétrica, podendo ser realizado em ambientes com pouca ou nenhuma estrutura, como: escolas, igrejas, aldeias, creches, entre outros. Outra vantagem é que na maioria das vezes é dispensável o uso de anestesia, que juntamente com a ausência do instrumental rotatório leva a um maior conforto do paciente e diminuição da ansiedade, o que é um ganho quando se fala em crianças e até mesmo em adultos nervosos. Pode-se ressaltar também a diminuição do tempo de tratamento, que é menor quando comparado ao tratamento restaurador convencional, o que também gera diminuição da ansiedade. ⁽¹³⁾

Após a etapa de remoção do tecido cariado com o instrumental manual, passa-se para a etapa restauradora que consiste em selar a cavidade com Cimento de Ionômero de Vidro (CIV). ⁽¹³⁾

Desde sua criação nos anos 80 até os dias atuais, foram realizados vários estudos que atestam que a técnica é uma medida viável e segura quando se fala em controle da doença cárie, principalmente no contexto de saúde pública. Porém, existem fatores importantes a serem observados para o conseqüente sucesso da técnica, como: correta execução e conhecimento do procedimento, indicação, escolha e manipulação adequada do material e a

manutenção e acompanhamento do paciente. ⁽²⁾

Diante disso, quando opta-se pela técnica atraumática, o cirurgião dentista precisa estar atento às indicações e contra indicações, representado no quadro a seguir: (1)

Quadro 1: Indicações e contra- indicações do ART

Indicações	
Dentes Decíduos	Dentes Permanentes
<ul style="list-style-type: none"> Dentes posteriores classe I ou II; Classe III não transfixantes; Restaurações anteriores transfixantes, porem deve-se optar pelo CIV modificado por resina, levando em conta a necessidades estética; Dentes com perda de cúspides e tratados endodonticamente, pois por mais que exista a chance de fratura, até a esfoliação, desde que o meio receba recargas constantes de flúor o mesmo não terá recidiva de cárie. Classe V, tanto para dentes anteriores como para posteriores 	<ul style="list-style-type: none"> Classe III não transfixantes; Classe V tanto para dentes anteriores quanto posteriores; Classe I e II, desde que exista a presença de cúspides mesmo que fragilizadas; Classe II com caixa proximal retentiva; Classe I e II com perda da cúspide de não trabalho desde que haja retenção.
Contra Indicações:	
Dentes Decíduos	Dentes Permanentes
<ul style="list-style-type: none"> Somente classe IV, devido a falta de retenção mínima. 	<ul style="list-style-type: none"> Classe IV, pelo mesmo motivo dos dentes decíduos; Classe III transfixante, em decorrência do comprometimento estético; Dentes tratados endodonticamente, devido ao risco de fratura; Classe II, com caixa proximal expulsiva, devido ao risco de fratura e ao deslocamento da restauração; Perda total de uma ou mais cúspides, pelo risco de fratura e deslocamento da restauração; Perda da vertente interna da cúspide de trabalho, também devido ao risco de fratura ou deslocamento da restauração.

Fonte: (1) com adaptação

Para que se obtenha sucesso na técnica atraumática, além de conhecer as indicações e contra indicações, o profissional também deve estar atento quanto à execução da mesma, e a necessidade de uma organização prévia do local, preparação do material e instrumental. Segue abaixo as etapas do TRA:

- Profilaxia;
- Seleção do quadrante, levando em conta a idade do paciente (em caso de crianças), o tamanho das cavidades e o tempo do profissional para execução do atendimento;
- Uso de cinzéis para ampliar a margem da cavidade quando necessário;
- Remoção da dentina necrosada com auxilio da colher de dentina, realizando movimentos muito suaves, com o objetivo de remover apenas o tecido amolecido;
- Separar o Bloco de papel e espátula plástica,
- Dispensar a proporção de pó e liquido de acordo com o fabricante;
- Aglutinar as partículas de pó no liquido, tal processo dura em torno de 20s, o momento exato de inseri-lo na cavidade será quando o mesmo apresentar ponto de fio;

- Isolamento relativo, tendo o profissional que ficar sempre atento à troca dos roletes de algodão quando estes estiverem úmidos;
- Pré-tratamento da superfície com o ácido poliacrílico a 10% por 15 a 20 segundos;
- Lavar e secar a cavidade com bolinha de algodão;
- Inserção do material na cavidade com espátula número 1 ou esculpidor ART, tendo também a possibilidade da utilização da seringa Centrix, onde haverá menor incorporação de bolhas;
- Pressão digital por 4 a 5 minutos, pra melhor escoamento e diminuir a presença de bolhas;
- Remoção dos excessos, se necessário utilizar o carbono para ajuste oclusal, bem como fio dental e eventualmente tiras de poliéster;
- Depois da perda do brilho, fazer proteção com verniz que é fornecido pelo fabricante, vaselina ou esmalte;
- Recomendar para que o paciente não mastigue por uma hora, e alimentação pastosa por 24 horas. (1, 12,14, 15)

4 CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO (CIV)

Para que se obtenha sucesso na técnica de ART faz se necessário á utilização de um material que possua o máximo de propriedades desejáveis para o bom desempenho das restaurações. Diante disso o cimento de ionômero de vidro é o que se mostra mais viável para realização da mesma, pois apresenta as seguintes propriedades: biocompatibilidade, adesão química as estruturas dentais, coeficiente de expansão térmica similar aos tecidos bucais, além da sua capacidade de liberação de flúor, o que está intimamente ligado à inibição do processo de desmineralização e potencial remineralização e ao efeito antibacteriano. O que é fundamental quando o objetivo é a paralisação e controle da doença cárie. ^(11,16)

O CIV vem sendo estudado desde 1970, e foi desenvolvido por Wilson e Kent, sendo o mesmo empregado com muita frequência na pratica odontológica, sendo usado como material forrador, para cimentação, selamento oclusal, bem como em restaurações, o que é o enfoque do presente trabalho. Com o objetivo de alcançar resultados cada vez mais satisfatórios quando se fala na técnica atraumática, novas formulações recentemente foram desenvolvidas, especificamente para o Tratamento Restaurador Atraumático, havendo uma melhora no que diz respeito à diminuição do tempo de presa, sensibilidade à umidade do material e um aprimoramento de suas propriedades físicas. ^(8, 15, 16)

A reação de presa química desse material vai acontecer através da reação ácido-base que se dá a partir da mistura entre pó e líquido, o que leva a formação de um sal de hidrogel que vai atuar como matriz de ligação. ⁽¹⁵⁾

Como já citado anteriormente, a principal característica do CIV é a sua capacidade de liberação de flúor, o que lhe confere um comportamento quimioterápico. Os fluoretos não participam da formação da matriz ficando assim livres, para quando acontecer uma queda de ph na cavidade, os mesmo podem agir inibindo o crescimento bacteriano, proporcionando a remineralização. Segundo autores essa liberação acontece em maior quantidade na primeira semana, posteriormente ele vai se estabilizar, sendo liberado gradualmente, podendo ser liberado por até oito anos. ^(15,16)

Tal característica é o que lhe confere ser o material de eleição para o ART, pois o mesmo comporta-se como um reservatório de flúor, tanto para o dente em que foi feita a restauração quanto para os adjacentes. “Este flúor que é liberado migra em várias direções, sendo depositado no esmalte ao redor da restauração, no dente adjacente, no biofilme e na saliva.” (15,16)

Entre suas características vale ressaltar também, o coeficiente de expansão térmica, que é similar a estrutura dental, assim sendo, quando o dente dilatar ou contrair, o que acontece devido a mudanças térmicas da cavidade bucal. O mesmo ocorrerá com o cimento, favorecendo ao não desprendimento da restauração. Importante ressaltar também que esta propriedade associada a liberação gradual do flúor ajuda na diminuição da infiltração marginal próximo a margem gengival. Estudos mostraram que por mais que possam aparecer fendas interface dente restauração o índice de cáries secundárias é muito baixo. (15,16)

Com relação ao comportamento deste produto, quando o mesmo está em contato com a estrutura dental, pode-se afirmar que o CIV é um material biocompatível, pois o ácido presente em sua composição é considerado fraco quando comparado aos demais, e devido ao seu alto peso molecular sua difusão por entre os canalículos dentinários é prejudicada. (15,16)

Mesmo apresentando tantas condições desejáveis, o CIV apresenta algumas características, que devem ser conhecidas e observadas pelo profissional durante a manipulação e preparo cavitário, uma delas seria a baixa resistência adesiva, o que acontece geralmente no cimento, e não na interface dente- restauração. Mesmo isso sendo um problema que acontece no material, a região deve ser preparada e estar completamente livres de resíduos, tais como, saliva, biofilme e sangue. Diante disso, recomenda-se o uso de um ácido, para remoção de qualquer detrito, bem como a smear layer. O ácido recomendável é o ácido poliacrílico a 15%, que deve agir por 15 a 25s, porém, esse tempo pode variar de acordo com cada fabricante. (15,11)

Quando opta-se pela técnica atraumática é de fundamental importância que o profissional saiba manipular corretamente o material, pois o processo de aglutinação que o material passa durante a manipulação deve ser rápido, em torno de 15 a 20 segundos, devendo ser quebrada as partículas de pó no líquido. O tempo de manipulação é importante, pois quando acontece uma exposição prolongada à atmosfera, acarretará em uma alteração na relação pó/água no líquido, apresentando uma mistura sem brilho e a união adesiva não ocorrerá. Diferente de quando a manipulação é efetuada de forma correta e no tempo certo, apresentando assim uma superfície lustrosa o que assegura uma união adesiva, o que indica que o poliácido não foi usado na reação de presa e irá agir na adesão a estrutura dental. (15,16)

Devido aos cimentos convencionais não apresentarem uma boa resistência adesiva e ao desgaste, surge o questionamento, se não seria adequado usar os cimentos de ionômero de vidro modificados por resina. É correto afirmar que esses materiais possuem com certeza propriedades melhores que o cimento convencional e poderia sim, ser usado na técnica em questão. Porém, quando falamos na técnica atraumática, devemos levar em consideração o custo /benefício que é uma das principais características da utilização da técnica principalmente em comunidades com poucos recursos, pois no caso da utilização do CIV modificado por resina é necessário à utilização de um aparelho fotopolimerizador, e também o preço do material é mais elevado. Sendo assim, quando o procedimento for realizado em um consultório ou tiver os meios necessários para realização do mesmo, o cimento modificado é o

mais indicado, pois apresenta as mesmas características tal como biocompatibilidade, e ainda não sofre sinérese e embebição: apresenta também uma melhor resistência adesiva e ao desgaste; bem, como tempo de trabalho mais controlado devido a ser fotopolimerizável. ^(15,16)

Por fim, quando se decide pela técnica atraumática, o importante não é apenas ter em mãos o cimento específico para a técnica, é de fundamental importância conhecer as propriedades do material de escolha, e que o mesmo apresente um bom desempenho clínico e tenha todos os requisitos necessários para a restauração, bem como realização de uma manipulação correta e em tempo adequado. ^(11,15)

5 ART E O FATOR PSICOLÓGICO

Com o passar dos anos é notável o avanço tecnológico em várias áreas que tem por finalidade melhorar cada vez mais a condição de vida da população; na Odontologia não é diferente. Tal ciência vem sofrendo grandes mudanças no que diz respeito a equipamentos sofisticados, materiais que possuem propriedades cada vez mais específicas, trazendo assim resultados cada vez melhores para os pacientes, tanto quando se fala em funcionalidade, estética e maior durabilidade. Porém, quando pensamos no ser humano como um todo, nota-se que apenas a tecnologia não basta, pois a mesma deve andar junto com os mecanismos que diminuam o estresse e a ansiedade do mesmo. ⁽¹⁷⁾

A ansiedade é um sentimento muitas vezes difícil de ser definido, sendo também difícil de ser controlado, acompanhado muitas vezes pela sensação de perigo, que gera um sentimento de antecipação ou mesmo medo. Esse sentimento é bastante comum, principalmente em crianças, pois, quando a mesma é exposta ao tratamento tudo ao seu redor colabora para a exacerbação de seus medos pré-existentes, devido ao contado muito íntimo do profissional, pois a criança se sente “invasa” por instrumentos estranhos e desagradáveis, esperando sempre sentir dor. ^(15,18)

E é pensando nisso que proposta de ART é indicada para o paciente infantil, pois quando o objetivo é diminuir a ansiedade, é de fundamental importância que se elimine o máximo de fatores que geram-na. ^(15,17)

Quando falamos em crianças são muitos os fatores que influenciam para a escolha da técnica pois, não é só a vantagem da utilização do instrumento cortante e a não utilização do motor odontológico (alta e baixa rotação) que gera a ausência do barulho e trepidação que tais instrumentos proporcionam, existe também a redução do tempo de trabalho, pois devido a não necessidade de anestesia bem como isolamento absoluto, resulta na redução no tempo de atendimento. Diminuindo assim, o desconforto da criança durante o procedimento, bem como amenizando o cansaço gerado durante e após o atendimento. ⁽¹⁵⁾

É importante salientar que o programa ART está intimamente ligado a parte preventiva, e no que diz respeito a crianças é diretamente relacionado aos pais, pois o paciente pequeno é mais susceptível aos três fatores que contribuem para a etiologia da doença cárie, sendo eles: dente jovem mais sensível aos ácidos, incapacidade ou dificuldade durante a remoção da placa bacteriana (principalmente bebês), e a dependência dos pais em relação

á dieta. E é por esses fatores que é fundamental a orientação instrução aos pais, para que os mesmos possam ajudar durante o processo de eliminação da doença. “[...] a odontologia para bebês ocorre ou acontece quando os pais são educados e se conscientizam, assim como aplicam os conhecimentos aprendidos.” (17,18)

Mas não é só com as crianças que o ART mostra-se como uma boa alternativa para diminuição da ansiedade, pacientes com necessidades especiais também são grandes beneficiários da técnica atraumática, pois a não utilização de instrumentos rotatórios bem como a ausência de dor, facilita a adaptação desse paciente, que muitas vezes necessita de um atendimento diferenciado. (15)

Vale ressaltar também às pessoas idosas e debilitadas, que por vezes estão internadas em hospitais, pois devido à técnica não necessitar de um ambiente clínico odontológico e também causar mínimo de estresse, favorece muito esse grupo, principalmente quando pensamos em indivíduos com problemas cardíacos e respiratórios. (15, 19)

E por que não citar também as gestantes, que são muito influenciadas pelos mitos relacionados ao atendimento odontológico, e é justamente pela sua simplicidade técnica e a diminuição da ansiedade que o presente tratamento também é indicado para esse grupo em especial. (15)

Então, com base nos inúmeros benefícios que o ART apresenta no quesito diminuição da ansiedade, é que muitos autores afirmam que o mesmo é um importante aliado para resolução da maioria dos problemas existentes no paciente, tal como o medo adquirido, que por muitas vezes é infundado, bem como a visão distorcida do cirurgião dentista. Porém é importante ressaltar que a técnica em questão não elimina o tratamento convencional que tem um espaço importante, principalmente quando a necessidade de terapia endodôntico ou mesmo exodontias. (15)

6 ART MODIFICADO

A partir do momento que surge uma nova técnica no mercado, vários questionamentos, dúvidas, reflexões e estudos são realizados com o objetivo de melhorar ou mesmo adequar o tratamento para a realidade em que se apresenta, e foi o que aconteceu com o Tratamento Restaurador Atraumático Modificado (ARTm). (20)

No Brasil, ainda que de modo por vezes precário na saúde pública, podemos contar com equipamento convencional para atendimento odontológico. Diante disso houve uma adaptação da técnica original para a realidade brasileira, que consiste na utilização de instrumentos rotatórios para remoção do esmalte sem sustentação, ampliação da cavidade para uma melhor curetagem, materiais restauradores mais resistentes e exames radiográficos. (12)

Porém, é importante salientar que essa modificação não altera a filosofia do tratamento original, sendo o de máxima preservação e mínima intervenção. Importante ressaltar no ART modificado o uso do instrumento rotatório é restrito ao esmalte, para a remoção da estrutura sem sustentação, em lesões dentinárias de pequena abertura ou naquelas não visíveis clinicamente, sendo que a remoção da dentina amolecida deve ser realizada exclusivamente através do instrumental manual. (12,20)

“Em algumas situações, quando houver dificuldade de obter acesso à dentina cariada externa, o uso cuidadoso de broca em baixa rotação pode ser considerado”. (20)

7 ART E ADEQUAÇÃO DO MEIO BUCAL

Devido à falta de conhecimento e semelhança dos procedimentos, por vezes, o profissional confunde como sendo ART o mesmo que adequação do meio bucal. Porém, é importante esclarecer que se trata de duas técnicas distintas, enquanto o ART é um procedimento definitivo, a adequação do meio bucal apresenta-se como apenas uma fase do tratamento como um todo. ⁽¹⁴⁾

Entende-se por adequação do meio bucal o conjunto de medidas que tem como objetivo controlar a alta incidência de cárie no momento inicial do tratamento e restabelecer a função do elemento dental. Esta técnica limita-se a identificar, remover e controlar a incidência da doença. Realizando a remoção do biofilme através da profilaxia profissional e instruções de higiene oral, como também a escavação em massa de tecido cariado e imediato selamento da cavidade com cimento de óxido de zinco e eugenol. Consiste em uma fase preparatória de reintegração da cavidade bucal as condições normais de saúde. ^(14,22)

Porém, esses selamentos como já ressaltado, são provisórios e utilizados apenas com o intuito de melhorar a condição bucal do paciente, sendo que os mesmos serão substituídos por restaurações definitivas assim, que for verificada uma queda na atividade de cárie do indivíduo. Diante disso, pode-se afirmar que a adequação do meio bucal é apenas uma fase intermediária entre o diagnóstico e o controle da cárie. ^(14,19)

Já o ART deve ser considerado uma medida de saúde pública de caráter permanente, que tem como objetivo conter os avanços da doença cárie. ⁽¹²⁾

“O ART não é uma etapa de transição, e sim, um tratamento curativo definitivo, e, sob este aspecto, se distingue da adequação bucal.” ⁽²²⁾

8 ART NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE BRASILEIRO

O Tratamento Restaurador Atraumático surgiu como um meio de conter os avanços da doença cárie, e vem juntar-se aos demais esforços de controle e prevenção da patologia, e como já citado anteriormente tais medidas estão relacionadas aos fatores que contribuem para a não proliferação dessa condição, são eles: controle da dieta cariogênica, instruções de higiene oral e a aplicação de flúor. Vários autores chamam a atenção para o fato de que, para que tais mudanças aconteçam é necessário trabalhar o indivíduo de maneira contextualizada, ou seja, conhecê-lo de maneira geral, observando o meio que ele vive, para assim conhecer as suas reais necessidades, e dessa forma indicar o melhor tratamento. ^(15,2)

Como a demanda pelo serviço de odontologia na rede pública é grande, devido à alta prevalência de cárie e muitas vezes a falta de profissional qualificado, o ART vem como uma proposta alternativa completamente viável para sanar essas dificuldades. Unindo eficácia e baixo custo, seu objetivo é parar a progressão da doença, restaurando assim, sua saúde bucal, bem como a qualidade de vida. ⁽³⁾

Quando observa-se o resultado da doença cárie nas estruturas dentais, e a sua repercussão na vida do indivíduo, nota-se a necessidade de métodos que restabeleçam a saúde do mesmo. Pensando nisso, uma alternativa que não necessite de artifícios convencionais e simplicidade técnica, mostra-se interessante, como acontece no ATR. ^(3,15)

No decorrer dos anos, vários estudos foram realizados, com base na viabilidade do

ART como estratégia de controle da cárie no sistema público de saúde, e desde sua implementação tem se mostrado um recurso recomendável quando se fala em combate e prevenção da doença cárie. Isso se justifica tanto pelo desempenho de suas restaurações, que apresentam altas taxas de sucesso, bem como a diminuição da ansiedade e do tempo na cadeira odontológica, bem como a ausência de dor durante o procedimento. E referente ao custo, este pode ser considerado razoável, pois em comparação aos tratamentos convencionais, os recursos necessários para realização da técnica em questão apresentam-se reduzidos. ⁽²¹⁾

Mesmo com os resultados alcançados com ART no sistema público, que se mostraram consideravelmente satisfatórios, a propagação dessa técnica ainda encontra barreiras que dificultam a sua utilização, entre elas está principalmente o desconhecimento por parte do profissional em relação a sua operacionalidade e a desconfiança de sua eficácia, sendo a mesma considerada por muitos como “paliativa”. ⁽⁶⁾

O ART apresenta-se como uma medida promissora dentro do Programa de Saúde da Família, pois representa uma estratégia adequada aos indicadores socioeconômicos e de saúde bucal da população, bem como leva o indivíduo a ser tratado de maneira contextualizada, pois permite a abordagem do mesmo dentro de seu contexto social, transformando assim o paciente em coautor no processo de busca na melhoria de sua qualidade de vida. ^(4,22)

9 MATERIAL E MÉTODO

Nesta pesquisa realizou-se um estudo descritivo do tipo transversal. A população de estudo incluiu todos os cirurgiões-dentistas atuantes nas Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Carmo do Paranaíba- MG, entre os meses de maio e julho de 2015, representando um total de sete profissionais.

A realização da pesquisa foi oficialmente autorizada pela Coordenadora Municipal de Saúde Bucal de Carmo do Paranaíba, e o protocolo aprovado pelo coordenador e orientador do curso de Odontologia da Faculdade Patos de Minas (FPM), professor Fernando Nascimento. (anexo A)

Junto ao questionário aplicado aos cirurgiões-dentistas, foi anexado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por meio do qual o profissional era convidado a participar da pesquisa e esclarecido sobre a mesma, bem como sobre o sigilo das respostas. (anexo B)

Por sua vez, os dados foram coletados por meio de um questionário contendo 19 questões fechadas, elaborado para o presente estudo com base na pesquisa de Rios e Essado. ⁽¹⁴⁾ (anexo C)

O questionário foi então aplicado pela pesquisadora nos respectivos locais de trabalho dos profissionais e os dados extraídos e quantificados para posterior análise.

Realizou-se ainda um levantamento de material bibliográfico referente ao assunto em artigos de revistas especializadas que foram publicados entre os anos de 2003 a 2014 para dar suporte teórico às questões levantadas na discussão deste trabalho.

10 RESULTADOS

Foram aplicados sete questionários, sendo que (100%) destes foram respondidos. Dos respondentes, cinco (71%) eram do sexo feminino e dois (29%) do sexo masculino. Sendo que quatro (57%) concluíram a sua graduação em instituições privadas e três (43%) em instituições públicas. (Tabela 1)

Tabela 1: Características da amostra segundo sexo, setores trabalhados, tempo e instituição de graduação (n=7)

Características	N	%
Sexo		
Masculino	2	29
Feminino	5	71
Setores trabalhados		
Setor Público	4	57
Setor Público e Privado	3	43
Instituição de graduação		
Pública	3	43
Privada	4	57
Tempo de graduação		
0 a 5 anos	1	14
1 a 5 anos	0	0
6 a 10 anos	0	0
Mais de 10 anos	6	86

Em relação ao conhecimento da existência da técnica, apenas um entrevistado (14%) afirmou nunca ter ouvido falar da técnica. Sendo importante salientar que mesmo o cirurgião dentista que relatou nunca ter ouvido falar da técnica em questão respondeu ao questionário com base em sua prática clínica. (Tabela 2).

Tabela 2. Conhecimento sobre a técnica de ART pelos cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Saúde Carmo do Paranaíba– 2015

Já ouviu falar sobre o ART?	n	%
Sim	6	86
Não	1	14

Quanto as principais fontes de informação sobre o método à graduação seguida de publicações (Tabela3).

Tabela 3. Fontes de informação sobre o ART entre cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Saúde Carmo do Paranaíba– 2015

Fonte de informação	n
Graduação	5
Mestrado	0
Publicações	2
Atualização	0
Doutorado	0
Internet	0
Especialização	1
Congresso	1
Colegas	1
Outros	2

Dos seis profissionais, que afirmaram ter experiência com a técnica, quatro (57%) utilizam- na atualmente. (tabela 4).

Tabela 4: Experiência com o ART entre cirurgiões-dentistas da Secretaria Municipal de Saúde de Carmo do Paranaíba– 2015 (n =6)

Experiência com o ART	N	%
Sim, uso atualmente.	4	57
Não, e não pretendo utilizar.	0	0
Sim, já usei, mas não uso mais.	2	29
Não, mas pretendo utilizar.	1	14

Dentre os profissionais que realizam ou já realizaram a técnica, apenas dois (29%) obtiveram resultados satisfatórios (tabela 5) .

Tabela 5: Opinião sobre a eficácia do ART entre cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Carmo do Paranaíba– 2015 (n=7)

Opinião sobre a eficácia do ART	N	%
Satisfatório	2	29
Relativamente Satisfatório	3	43
Insatisfatório	1	14
Não sei	1	14

Dos profissionais que afirmaram utilizar à técnica mais da metade afirmam que a faixa etária mais assistida é a de bebês e crianças (tabela 6).

Tabela 6: Faixa etária mais assistida pelo ART entre cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Carmo do Paranaíba– 2015 (n=7)

Faixa Etária	N	%
Bebês	0	-
Crianças	0	-
Adultos	0	-
Bebês e crianças	4	57%
Crianças e adultos	1	14%
Todas as faixas etárias	0	-
Não realiza o tratamento	2	29%

Do total da amostra, apenas um (14%) não acreditam na eficácia do tratamento e três (43%) tinham dúvidas quanto a esta questão (Tabela 7).

Tabela 7: Aceitação do ART entre cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Carmo do Paranaíba– 2015 (n=7)

Aceitação	N	%
Acredita na eficácia	3	43
Não acredita na eficácia	1	14
Tem dúvidas	3	43

Em relação ao uso do ART no serviço público, apenas um (14%) não concorda com seu uso no combate a cárie no sistema público de saúde, já os outros entrevistados metade concorda e metade tem dúvidas (Tabela 8).

Tabela 8: Aceitação do ART como estratégia de combate a cárie no Sistema Público de Saúde pelos cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Carmo do Paranaíba– 2015 (n=7)

Concorda com a técnica no Sistema Público	N	%
Sim	3	43
Não	1	14
Tem dúvidas	3	43

Dos sete cirurgiões-dentistas que responderam às nove afirmativas do tipo Verdadeiro e Falso sobre o ART, nenhum conseguiu acertar todas as questões.

Aquelas que apresentaram maior índice de acerto foram relativas à indicação do ART para dentes anteriores e posteriores e o uso do ionômero de vidro como material restaurador, onde em ambas as perguntas todos os profissionais responderam de forma correta (tabela 9).

Os maiores percentuais de erro foram relativos às afirmativas sobre: a diferença entre o ART e a adequação do meio bucal, ART ser é um tratamento definitivo.

Tabela 9: Conhecimento sobre ART entre cirurgiões-dentistas da Secretaria Municipal de Saúde de Carmo do Paranaíba– 2015 (n = 7)

Afirmativas	Responderam Corretamente	
	n	%
Verdadeiras		
O ART pode ser usado em quaisquer pacientes (bebês, crianças, adolescentes, adultos, portadores de necessidades especiais, gestantes e idosos).	6	86%
O ART, diferentemente da adequação do meio bucal, é um tratamento restaurador definitivo.	4	57%
O ART pode ser usado tanto em dentes anteriores quanto posteriores.	4	57%
O material restaurador atualmente usado para a realização do ART é o ionômero de vidro.	4	57%
Para realizar o ART são necessários os seguintes instrumentais: cureta para dentina, recortadores, espátula, placa de vidro e aplicador.	6	86%
Para realização da técnica pode- se usar instrumento rotatório (ART modificado).	6	86%
Falsas		
O ART somente pode ser usado na dentição decídua	6	86%
O ART é o mesmo que adequação do meio bucal.	4	57%
A resina composta ou o cimento de óxido de zinco e eugenol (como por exemplo: IRM) também podem ser utilizados para a realização do ART.	6	86%

Quando questionados se tinham interesse em obter mais informações e/ou aprimoramento técnico sobre o ART, sete (100%) do total da amostra responderam que sim.

11 DISCUSSÃO

O ART foi criado devido à necessidade de combate a doença cárie que causava sérios danos ao paciente, levando muitas vezes a perda do elemento dental, inicialmente sua criação se deu para atender uma parte da população que não podia contar com instrumentos qualificados para o tratamento dental. No entanto, devido a ótimos resultados alcançados o mesmo passou a ser utilizado por principalmente pelos profissionais da rede pública de saúde.⁽¹⁸⁾

O método vem sendo cada vez mais difundido e estudado dentro do meio de saúde bucal, e não é diferente dentro da Secretaria de Saúde de Carmo do Paranaíba, onde se percebeu que a maioria dos dentistas 86% já ouviu falar da técnica atraumática, e mesmo se tratando de uma técnica relativamente nova, dentistas com um maior tempo de formado, relatam conhecer a técnica, usar ou já ter utilizado. Em um estudo realizado na Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, por Miranda e et al (23) 84, 6% dos entrevistados também relataram conhecer a técnica em questão. E na pesquisa de Menezes et. al (25) 89,3% dos entrevistados já tinha ouvido falar da técnica.

Com relação à fonte de informação a graduação seguida de publicações onde existe uma vasta literatura sobre o presente tratamento, foi onde os entrevistados afirmaram terem obtido o conhecimento sobre a mesma, diferente do estudo de Menezes et. al, (25) onde a maior fonte de informação foi em cursos e congressos. Outro dado a ser ressaltado, é que na presente pesquisa todos os entrevistados que terminaram sua graduação na rede pública de ensino afirmaram que o ART foi abordado dentro de suas grades escolares, porém, quanto aos entrevistados que se formaram na rede privada apenas 50% desses, obtiveram o conhecimento da técnica em suas respectivas faculdades. Tais resultados diferem da pesquisa de Massara et al(20), tal estudo mostrou que 100% dos cursos de odontologia pesquisados abordam conteúdos teórico- práticos sobre ART.

Como já citado anteriormente, a maior barreira do presente tratamento é a falta de conhecimento sobre a técnica, e um dos principais equívocos que o mesmo comete é confundi- lá com adequação do meio bucal e assim também acreditam não se tratar de um tratamento definitivo, isso pode ser um fator que faz com que uma boa parte dos profissionais não acreditem na eficácia da mesma, como mostra a pesquisa. Tais resultados assemelham- se a pesquisa de Rios e Essado (14) onde também relataram que os dentistas da rede pública de Goiânia têm a necessidade de um maior aprimoramento em relação a diferença das técnicas, sendo que esta questão foi onde ocorreu o maior número de erros por parte dos profissionais. A pesquisa de Busato et al. (7) também revelou que um grande parte do profissionais entrevistados na rede pública de Curitiba não concordam que o ART é uma técnica restauradora definitiva.

O presente tratamento é indicado como uma medida de saúde pública, pois os seus princípios estão intimamente ligados aos pressupostos que norteiam o modelo de atenção em saúde bucal, sendo: garantir resolatividade e qualidade através do compromisso de qualificação da atenção primária assegurar a integralidade de ações, seja no âmbito individual ou

coletivo através de ações de promoção e prevenção, como também recuperação da saúde do indivíduo. Mas, mesmo diante das semelhanças filosóficas, notou-se que uma parte dos profissionais entrevistados 43% tem dúvidas ou acredita que a mesma não deve ser utilizada no combate a cárie no sistema público 14%. O que não condiz com a pesquisa de Carlotto et al(24) onde 62,50% disseram ser um tratamento efetivo em saúde pública. Também não está de acordo com a pesquisa de Rios e Essado,(14) onde 56% dos entrevistados acham que a presente técnica deve ser utilizada no serviço público, porém deve ser ressaltado que uma relativa parte ainda tem dúvidas.

A falta de aceitação da técnica bem como a não indicação como medida de saúde pública, pode ser resultado das experiências vividas por esses profissionais, dos quais quando perguntados se usam a técnica atualmente mais da metade 57% responderam que sim, o que se assemelha a pesquisa de Menezes et al, (25) onde 74,3% dos profissionais que atuam na rede pública utilizam- na atualmente, porém quando perguntados sobre a eficácia da mesma apenas uma pequena parcela 29% relataram terem conseguidos resultados satisfatórios, sendo que mais da metade afirmaram que o mesmo é pouco satisfatório ou até mesmo insatisfatório. Os dados encontrados na presente pesquisa não se assemelham a pesquisa de Rios e Essado(14) visto que a mesma revelou que mais de 60% dos seus entrevistados obteve resultados satisfatórios em seus procedimentos.

No trabalho de Rios e Essado,(14) os maiores índices de acerto foram nas perguntas acerca do material restaurador usado na técnica atraumática, instrumentais usados, e que a mesma não necessita de equipamento elétrico para sua realização. Esses achados assemelham-se a presente pesquisa, onde o maior número de acertos também ocorreu em tais questões. É importante chamar atenção também para a questão sobre a indicação da técnica para dentes anteriores e posteriores, onde 100% dos profissionais entrevistados obtiveram êxito.

Diante disso, chega-se a um impasse, onde os profissionais entrevistados possuem certo grau de conhecimento sobre a técnica e suas indicações, mas uma relativa parte descredita de sua eficácia. E neste ponto que nos deparamos com a necessidade de um maior preparo técnico por parte desses profissionais. O que em relação aos cirurgiões dentistas entrevistados não representa obstáculo algum, pois todos afirmaram ter interesse em receber informações e aprimoramento sobre a técnica atraumática. Que também coincide com pesquisa realizada por Rios e Essado(14) onde grande parte dos entrevistados tem esse desejo e também com a pesquisa de Carlotto et. Al(24) realizada na rede pública da cidade de São Paulo -SP onde mais de 60% dos profissionais gostariam de obter mais treinamento teórico – prático sobre ART.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na breve revisão de literatura, bem como na pesquisa realizada no Município de Carmo do Paranaíba - MG, considerou-se que de fato os profissionais que atuam neste serviço público têm o conhecimento sobre a técnica de ART, porém, existem algumas dúvidas no que diz respeito à semelhança da mesma com a adequação do meio bucal, o que pode levar ao profissional desacreditar que a técnica trata-se de um tratamento definitivo, como afirma a literatura.

Diante disso, é importante conhecer as reais necessidades em que a técnica se aplica, pois, com base no estudo realizado, o presente tratamento trata-se de um recurso alternativo, e por mais que seja recomendável para todos os grupos, suas principais indicações são para crianças, idosos, pacientes com necessidades especiais, onde há pouca infraestrutura e com baixos recursos financeiros.

É recomendável que Secretária de Saúde de Carmo do Paranaíba -MG considere a possibilidade de recursos que incentivem a utilização do ART em seus centros de saúde bem como medidas que visem um maior aprimoramento técnico de seus profissionais.

REFERÊNCIAS

- 1 Monnerat FA, Souza CIM, Monnerat, LBA. Tratamento restaurador atraumático. Uma técnica que podemos confiar? Rev. bras. Odontol. 2013; 70(1): 33-6
- 2 Quariguasi G, Lima T, Neves MAP. Mínima intervenção tecidual do tratamento restaurador atraumático em programas de saúde. Rev. Pesq Saúde. 2012; 13(1): 60-4.
- 3 Stelmann PJ, Pivorane LC, Pinto MCE, Chevitarese L. T.R.A. no programa de saúde da família. Rev Rede de Cuidados em Saúde. [2007]: 1-14
- 4 Mossani TLCA, Pessoa PC, Oliveira BFA. Tratamento restaurador atraumático e sua aplicação na saúde pública. Rev de Odontologia da UNESP. 2006; 35 (3): 201-7
- 5 Brasil. Ministério da Saúde. SB Brasil 2010. Secretaria de Atenção à Saúde. [acesso em 20 set 2015] Secretaria de Vigilância em Saúde: MS – OS 2012/0335 Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_nacional_saude_bucal.pdf
- 6 Antunes FLJ, Roncalli GA, Frazão P, Narvani CP. Cárie dentária no Brasil: declínio, polarização, iniquidade e exclusão social. Ver. Panam Salud Publica. 2006; 19 (6): 385- 93.
- 7 Busato SMI, Gabarto LCM, França SHB, Moysés JS, Moysés TS. Avaliação da percepção das equipes de saúde bucal as Secretária Municipal da Saúde de Curitiba (PR) sobre o tratamento restaurador atraumático (ART).Ciência & Saúde Coletiva. 2011; 16 (Supl. 1): 1017- 22
- 8 Silvestre CAJ, Martins P, Silva VRJ, O tratamento restaurador atraumático da cárie dental como estratégia de prevenção e promoção de saúde bucal na estratégia de saúde da família. Sanare, Sobral. 2010;9 (2): 81-5
- 9 Araújo CN, Soares CSUM, Silva MNM, Gerbi MEM, Braz R. Considerações sobre a remoção parcial de tecido cariado. Recife. Int J Dent. 2010; 9 (4):202- 9
- 10 Garbin SAC, Sundfeld HR, Santos TK, Cardoso DJ. Aspectos atuais do tratamento restaurador atramático. RFO. 2008; 13 (1): 25-9.
- 11 Echeverria S, Pinheiro LS, Bressan CM, Imparato PCJ, Pellegrinetti BM. Avaliação as retenção do cimento de ionômero de vidro em cavidades atípicas restaurados pela técnica restauradora atramática. Pesq Bras em Odontopediatria e Clínica Integrada. 2005; 5 (3): 209- 13
- 12 Massara LM, Wambier D, Imparato PCJ. Tratamento restaurador atraumático (ART). Associação Brasileira de Odontopediatria Manual de referência para procedimentos clínicos em Odontopediatria/Associação Brasileira de Odontopediatria, 2009. p.185-93.

13 Carvalho SL, Aldrigui MJ, Bonifácio CC, Imparato PCJ, Raggio PD. Tratamento restaurador atraumático em cavidades atípicas. ROG, Porto Alegre. 2009; 57 (3): 357-362

14 Rios EL, Essado PER. Tratamento restaurador atraumático: conhecimento, uso e aceitação entre os cirurgiões dentistas as secretária municipal de saúde de Goiânia [monografia]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás; 2003.

15 Imparato PCJ, coordenador. Tratamento restaurador atraumático (ART): técnicas de mínima intervenção para o tratamento da doença cárie dental. Curitiba: Maio Editora; 2005.

16 Vieira MI, Louro LR, Atta TM, Navarro LFM, Francisconi SAP. O Cimento de ionômero de vidro na odontologia. Rev. Saúde. com. 2006; 2 (1) 75-84

17 Gibilini C, Ramalho FD, Souza RLM. Avaliação da autopreservação do tratamento restaurador atraumático pelo paciente infantil. RFO, Passo Fundo. 2011; 16 (1): 18- 24

18 Marra SP, Lagreca TB, Martins RV, Oliveira VA, Vils BA, Chevitarese L, et al. Tratamento restaurador atraumático: uma alternativa de recuperação da qualidade de vida. Rev de odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo. 2008; 20 (2): 204-8

19 Silva, GG, Campos CC, Xavier RL, Amaral RAM, Maia PTCG, Almeida SLFM. Tratamento restaurador atraumático e adequação do meio bucal: a importância na prática odontológica. Unimontes, Montes Claros.2013; 12(1).

20 Massara L, Imparato PCJ, Wambier SD, Noronha CJ, Raggio PD, Bonecher M. Tratamento Restaurador Atraumático Modificado (ARTm). Pesq Bras Odontoped Clin Integr, João Pessoa2012; 12(3): 303-06

21 Fonseca PML, Oliveira MBLA, Domingos SAP. Tratamento restaurador atraumático: alternativa viável para a promoção da saúde bucal. Uningá Review, Maringá, 2010; 3: 39- 49

22 Melaré NJ, Renó RFL, Silva MOMC, Khouri S, Gouvêa SF. Adequação do meio bucal e tratamento restaurador atraumático: promoção de saúde bucal em crianças com idade entre 4 a 6 anos. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. São Paulo: Universidade do Vale do Paraíba. 506- 9

23 Miranda CK, Melo LP, Passos AI, Sampaio CF, Oliveira FA. ART: conhecimento de Cirurgiões-Dentistas do município de João Pessoa. Rev. Tempus Actas de Saúde Coletiva. João Pessoa, 2008: 131-9

24 Carlotto AC, Raggio PD, Bonini CVAG, Imparato PCJ. Aceitabilidade do tratamento restaurador atraumático pelos cirurgiões- dentistas do serviço público em São Paulo. Rev Assoc Paul Cir Dent. São Paulo, 2014; 68 (1): 35-41

25 Menezes AV, Corrêa LCJ, Lima JN, Leitei FA, Grannville- Garcia AF. Percepção dos Cirurgiões-Dentistas da Cidade de Caruaru/PE Sobre o Tratamento Restaurador Atraumático. Pesq Bras Odontoped Clin Integr, João Pessoa,2009 9(1):87-93

ANEXO A

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À COORDENADORA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Carmo do Paranaíba, 01 de abril de 2015.

Prezada

LAURA LUÍZA OLIVEIRA MELO VACCARO

Coordenadora de saúde bucal

Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba

Venho através deste, pedir a Vossa Senhoria a autorização para que possa ser realizado um estudo na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carmo do Paranaíba, no qual será aplicado um questionário aos Cirurgiões Dentistas, com o objetivo de coletar dados para uma pesquisa que tem como título: *Tratamento Restaurador Atraumático (ART): Avaliação sobre o conhecimento, aplicação e aceitação pelos Cirurgiões- Dentistas do Município de Carmo do Paranaíba*. Este estudo está sendo realizado para que a aluna Letícia da Costa Moreira Rezende possa receber o título de bacharel em odontologia pela Faculdade Patos de Minas.

Atenciosamente,

Letícia da Costa Moreira Rezende
Acadêmica

Prof. Dr. Fernando Nascimento
Coordenador e Orientador

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Por gentileza, devolva-a junto com o questionário respondido. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar a acadêmica responsável pela pesquisa ou o professor orientador da mesma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: *Tratamento Restaurador Atraumático (ART): Conhecimento, aplicação e aceitação pelos Cirurgiões- Dentistas do Município de Carmo do Paranaíba*.

Pesquisadora Responsável: *Ac. Letícia da Costa Moreira Rezende*

Telefone para contato: (34) 9640-9704

Professor Orientador: Prof. Ms. Fernando Nascimento
Telefone para contato: (34) 8821-1611

Pesquisa a ser realizada para que a autora obtenha o título de bacharel em odontologia. Visa verificar através de um estudo transversal, informações sobre o conhecimento dos cirurgiões dentistas da rede pública municipal de Carmo do Paranaíba sobre o Tratamento Restaurador Atraumático (ART), informações sobre aplicação da técnica e sua aceitação por parte dos profissionais. Os dados serão coletados através de um questionário auto-aplicativo contendo 20 perguntas fechadas, que será entregue ao profissional de saúde. Após ser respondido será recolhido pela aluna responsável pela pesquisa. A pesquisa não provocará nenhum risco, prejuízo ou desconforto ao Cirurgião Dentista. Os dados bem como as informações coletadas serão sigilosas à pesquisadora e orientador. Em hipótese alguma serão divulgados os nomes dos participantes.

Carmo do Paranaíba, _____ de _____ 2015.

Nome

Assinatura

Letícia da Costa Moreira Rezende
Acadêmica de Odontologia

Prof. Ms. Fernando Nascimento
Orientador

ANEXO C

FACULDADE PATOS DE MINAS CURSO DE ODONTOLOGIA

Pesquisa: ***“Tratamento Restaurador Atraumático (ART): Conhecimento, aplicação e aceitação pelos Cirurgiões- Dentistas do Município de Carmo do Paranaíba”.***

Pesquisadora Responsável: *Ac. Letícia da Costa Moreira Rezende*

Professor Orientador: *Prof. Ms. Fernando Nascimento*

QUESTIONÁRIO

1- SEXO:

() Feminino () Masculino

2- ATUALMENTE TRABALHA EM QUAL (QUAIS) SETOR(ES)?

() Setor Público () Setor Público e Privado

3- QUANDO TERMINOU A GRADUAÇÃO?

() 0 a 5 anos () 1 a 5 anos

() 6 a 10 anos () mais de 10 anos

4- CONCLUIU A GRADUAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO:

() Pública () Privada

3-VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DO TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (ART)?

() Sim () Não

4- INFORME ONDE VOCÊ OUVIU FALAR SOBRE O ART:

- () Graduação () Atualização () Especialização
() Mestrado () Doutorado () Congresso
() Publicações () Internet () Colegas
() Outro. Qual? _____

5- QUAL É SUA EXPERIÊNCIA COM O ART? (SE VOCÊ USA OU JÁ USOU)

- () Sim, uso atualmente. () Sim, já usei mas não uso mais.
() Não e não pretendo utilizar. () Não, mas pretendo utilizar.

6- SE VOCÊ REALIZA O ART QUAL A FAIXA ETÁRIA MAIS ASSISTIDA?

- () Bebês () Crianças () Adultos () Bebês e crianças
() Crianças e adultos () Todas as faixas etárias () Não realiza o tratamento

7- QUE RESULTADOS VOCÊ TEM OBTIDO OU OBTEVE COM O ART?

- () Satisfatório
() Relativamente Satisfatório
() Insatisfatório
() Não Sei

8- VOCÊ ACREDITA NA EFICÁCIA DO ART?

- () Sim () Não () Tenho dúvidas

9- VOCÊ TEM INTERESSE EM OBTER MAIS INFORMAÇÕES E/OU APRIMORAMENTO TÉCNICO SOBRE O ART?

- () Sim () Não

10- VOCÊ ACHA QUE O ART É UMA BOA ESTRATÉGIA PARA O COMBATE DA DOENÇA CÁRIE NO SISTEMA PÚBLICO?

- () Sim () Não () Tenho dúvida

11- CLASSIFIQUE AS AFIRMAÇÕES A SEGUIR COMO VERDADEIRAS (V) OU FALSAS (F):

- () O ART pode ser usado em quaisquer pacientes (bebês, crianças, adolescentes, adultos, portadores de necessidades especiais, gestantes e idosos).
() O ART somente pode ser usado na dentição decídua.
() O ART é o mesmo que adequação do meio bucal.
() O ART, diferentemente da adequação do meio bucal, é um tratamento restaurador definitivo.
() O ART pode ser usado tanto em dentes anteriores quanto posteriores.
() O ART não pode ser usado em dentes com exposição pulpar ou história de dor prolongada.
() O material restaurador atualmente usado para a realização do ART é o ionômero de vidro.
() A resina composta ou o cimento de óxido de zinco e eugenol (como por exemplo: IRM) também podem ser utilizados para a realização do ART.
() Para realizar o ART são necessários os seguintes instrumentais: cureta para dentina, recortadores, espátula, placa de vidro e aplicador.
() Para realização da técnica pode-se usar instrumento rotatório (ART modificado).

História e evolução da auditoria em saúde bucal pública em Patos de Minas - MG

DOI-10.21745/ac06-11 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-11>

Victor da Mota Martins *

Diogo Alves de Araújo **

Roberto Wagner Lopes Góes ***

RESUMO

A Auditoria surgiu como instrumento de trabalho para auxiliar inúmeros profissionais, orientando-os sobre uma forma adequada de funcionamento, certificando-se de que decisões financeiras, administrativas, éticas e humanas pudessem ser tomadas da maneira mais correta possível. A auditoria manifestou-se há muitos anos e aos poucos vem atuando em um mercado muito dinâmico. Chegou ao Brasil através de contadores e entre meio a muitas outras áreas, vindo a fazer parte do dia a dia da Saúde Pública em 1956. Desde então, a odontologia utiliza os serviços de auditoria de diversas formas, e em parceria como Sistema Único de Saúde, realizaram vários procedimentos, que neste trabalho falando o Histórico e a Evolução da Auditoria em Saúde Bucal em Patos de Minas –MG, podemos perceber que nesta cidade, há auditoria desde 2002 e ainda há um vasto campo de informações precisando ser descoberto dentro da Odontologia.

Palavras-chave: Auditoria. Odontologia. Saúde Pública. Patos de Minas -MG

History and evolution of audit in public oral health in Patos de Minas - MG

ABSTRACT

The Audit has emerged as a working tool to assist many professional, guiding them to change, making sure that financial decisions, administrative, ethical and human could be taken to the most correct way possible. The audit started many years ago and has been working on a very dynamic market since then. It arrived in Brazil through different areas and it has been part of Public Health in 1956. Nowadays, the dentistry uses audit services in various ways, and in partnership with the National Health System, it has performed several procedures in this work concerning about The History and Evolution of the Audit Oral Health in Patos de Minas-MG, we can notice that although in this city has been doing audits since 2002 and there is still a wide field of information needing to be discovered in Dentistry.

Keywords: Audit. Dentistry. Public Health. Patos de Minas-MG

¹ Aluno Graduado em Odontologia pela Faculdade Patos de Minas. Patos de Minas/MG. victortag@hotmail.com

² Aluno de Graduação em Odontologia da Faculdade Patos de Minas. Patos de Minas/MG. diogoalves_15@yahoo.com.br

³ Cursos de Graduação em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1991), Pós-graduação em Atenção Básica e Saúde da Família da NESCOM/ UFMG e Sistemas de Auditoria pela Faculdade Patos de Minas. Patos de Minas/MG. Professor de Saúde Coletiva da Faculdade Patos de Minas. Patos de Minas/MG. robertolpgoes@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Auditoria é um termo usado para perícias, avaliações, regularidades, que vem ao longo do tempo, sofrendo diversas alterações em busca da formação, construção e disciplina dos processos operacionais. A proposta seria uma melhora nas decisões, com acesso a informações, visando a qualidade do serviço prestado e uma boa relação entre auditor e auditado. Com tantas normas, resoluções e manuais, a auditoria passa por uma reestruturação adaptando-se a um mercado, mais dinâmico e atualizado. Em Saúde Pública, mais precisamente no SUS (Sistema Único de Saúde), podemos observar como o termo Auditoria tem evoluído, transformando-se em uma ferramenta de gestão pública.

Frente as inúmeras mudanças ocorridas dentro do SUS, destacou-se a necessidade de uma ferramenta de controle, responsável pelo desempenho bem sucedido do serviço e com tantas modificações, tornou-se possível a evolução do conceito e das práticas da auditoria.

O termo é pouco conhecido atualmente por muitos cirurgiões-dentistas, mas necessário e utilizado em diversas áreas, de importância fundamental para o bom funcionamento do serviço ressaltando melhorias de âmbito geral.

Os serviços de Auditoria apresentam uma contribuição sem indagações para a Saúde, pois onde o sistema está inserido, ele procura, relaciona, avalia e demonstra onde deve-se melhorar.

O objetivo deste trabalho é distinguir o termo utilizado atualmente com o termo utilizado na época dos primeiros registros de Auditoria, relatar o desenvolvimento da profissão ao longo do tempo, identificar o papel da Auditoria em Saúde Coletiva e relatar a Evolução da Auditoria em Saúde Bucal Pública em Patos de Minas - MG desde seu surgimento até os dias atuais frente ao SUS.

Esta é uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e com base em uma pesquisa exploratória.

2 DEFINIÇÕES DE AUDITORIA

O termo auditor vem do latim e significa ouvinte, aquele que ouve, segundo experiências relatadas por famílias reais datadas há mais de 4000 anos a.C. Mas suas atribuições ganharam destaque pelo expansionismo da Inglaterra, onde do inglês 'toaudit' trouxe os seguintes significados (examinar, ajustar, corrigir, certificar) (1)

A verificação tomada pela auditoria é imprescindível em qualquer parte da execução do serviço tornando-se indispensável sua particularidade para obtermos parâmetros e resultados futuros.

Os dados obtidos pelo processo de auditoria são comparados aos parâmetros reconhecidos pelos Conselhos Federal de Odontologia, Conselho Regional de Odontologia e Conselho de Ética Odontológica e através deste Sistema Único de Saúde estabelece padrões aceitáveis visando a universalização, mudança na atenção e melhoria na qualidade de atenção de todos os cidadãos brasileiros.

Lembrando que todo Cirurgião Dentista está sujeito a processos pelo Código de Ética Odontológica em parceria com o Código Civil, Código de Defesa do Consumidor, Código Penal e Código de Processo Civil.(2)

Identificando qualquer falha nos processos executados, cabe a auditoria a visualização dos focos problemáticos propondo soluções adequadas e manuseio ideal, garantindo que todos os serviços tenham qualidade; uma exigência mínima quando tratamos do termo saúde.

A auditoria está presente em todas as áreas da Odontologia, embora tenha sido usada com mais frequência dentro das disciplinas da Odontologia Legal, que envolve identificação de humanos vivos, mortos ou partes, fragmentos, restos, manchas, líquidos intra, extra e perioral, perícias administrativas, civil, criminal e do trabalho, planejamento, elaboração de documentos, balística e imagens para fins de perícia. Dentro da Odontologia Coletiva, neste caso estabelecida a partir da década de 90, com a implementação do Sistema Único de Saúde, a auditoria realiza a formulação e organização dos projetos promovendo a adequação da saúde bucal onde ocorre a participação de um conjunto de profissionais que estabelecem e organizam, administram e controlam, educam e integram a vigilância sanitária à rotina da comunidade. E não menos importante, na Odontologia do Trabalho, que efetua a vigilância dos fatores que possam gerar risco em qualquer etapa de trabalho para o ser humano, fornecendo apoio, educação quanto a prevenção, proteção contra acidentes, assiduidade e higiene e estruturação do local de trabalho.(3)

O Prontuário tornou-se a forma mais completa de documentação, incluindo todos os dados necessários para que o Cirurgião Dentista possa executar seu trabalho dentro das devidas exigências, possuindo as seguintes etapas de preenchimento: um odontograma no início do procedimento e outro ao término de todos os procedimentos realizados durante o tratamento. Anamnese detalhada, constando condições físicas intra orais e extra orais, condições psicológicas, e quadro de saúde geral. Laudo médico quando for constatado alterações que possam ser agravadas antes, durante ou após o tratamento odontológico. Exames radiológicos feitos dentro do próprio consultório ou em Clínicas que prestam o serviço radiográfico. Modelos de estudo, receitas médicas, atestados, orientações pós operatórias, medicação utilizada, materiais de educação e prevenção, fotos e achados clínicos deverão ser arquivados com propósitos a garantir uma forma de defesa contra qualquer ação futura.(2)

Mas a auditoria destaca-se pela avaliação, quanto aos serviços de inserção e atuação prestados ao sistema público de saúde.(4)

A Direção Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) criou o Sistema Nacional de Auditoria (SNA) com o intuito de responsabilizar o órgão pela coordenação, administração e finanças do programa em todo país(5), pelo decreto nº 1651 de 28 de setembro de 1995, definido pela Lei Federal nº 8.689 de 27 de julho de 1993.(6)

O Pacto pela Saúde firmado em 22 de fevereiro de 2006 foi um dos programas que priorizou a Auditoria como principal forma de atuação frente a organização, disciplina e resultados.(7)

São de fundamental importância, conhecimento, experiências, práticas e técnicas somadas a mais algumas qualidades indispensáveis do auditor, como:

- ser imparcial; correto, justo, direto
- ser prudente; evitando tudo que julga erro ou dano, com cautela, precaução.
- ser diplomata, ligado ao Estado.

Propondo sempre que necessário, ações de suporte e auxílio quando identificar falhas.(8)

Segundo a Resolução 20/2001 do Conselho Federal de Odontologia ficam decretados os seguintes artigos.

Art. 5º. São atribuições específicas do auditor seguir as normas técnicas administrativas da empresa em que presta serviço, observar se tais normas estão de acordo com os preceitos éticos e legais que norteiam a profissão do cirurgião-dentista, recusando-se a cumpri-las caso estejam em desacordo com o Código de Ética Odontológica.

§ 1º. Aplicar medidas técnicas e administrativas que visem corrigir a cobrança de procedimentos odontológicos indevidos ou equivocados com avaliação da exatidão e procedência dos valores e serviços apresentados para o pagamento (auditoria corretiva).

§ 2º. Efetuar auditoria prévia, quando a empresa assim o determinar e analisar o plano de tratamento proposto inicialmente, guardando cópia em arquivo próprio.

§ 3º. Efetuar auditoria final, verificando se o resultado, proposto inicialmente no plano de tratamento, foi alcançado.

§ 4º. Assessorar a operadora em todas as questões legais e administrativas, que se relacionam com o programa de assistência odontológica, e analisar críticas, reclamações, sugestões, reivindicações dos usuários, das operadoras e da rede prestadora (elo técnico)(9)

Deixando bem claro alguns conceitos exigidos ao auditor que prestará o serviço, a resolução considerou o aumento das empresas contratadas para prestar serviços de melhorias na saúde e as empresas que optaram por adquirir tais serviços. A relação entre auditor e auditado, é mantida sob responsabilidade do Conselho Federal de Odontologia e do Conselho Regional de Odontologia. O acompanhamento e avaliação das ações praticadas pelos órgãos prestadores de serviço aos recebedores, visam proporcionar a estes um desempenho superior, com melhores respostas frente a qualquer obstáculo(9).

Art. 15. Fica estabelecido que é primordial à função de perito/auditor conhecimento técnico e humanístico, formação moral, discrição, idoneidade, imparcialidade, moderação e dignidade profissional em todas as circunstâncias, evitando fazer qualquer comentário perante colegas e terceiros a respeito do trabalho auditado/periciado, ficando sujeito o infrator(9)

Independente da familiaridade ou intimidade com pessoas e empresas, o auditor deverá sempre optar pelo lado profissional, o lado humano torna-se essencial mas sem influenciar na sua conduta ou nos resultados encontrados na busca de soluções. Colocar-se no lugar dos prestadores de serviço e do outro lado, colocando-se no lugar do que receberam o serviço, e vice-versa, observando as duas posições frente a mesma ação.

Entre profissionais que desejam a busca por informações e soluções quanto ao estado físico e mental do paciente é utilizado o Código Internacional de Doenças (CID), obtendo em partes o sigilo profissional.(2)

Após anos de muita luta, a auditoria tem recebido diversas modificações no intuito da melhora do serviço, recebendo um peso a mais quando passou a se enquadrar na Resolução 20/2001 em 16 de agosto de 2001 do Conselho Federal de Odontologia. “Art. 25. Esta Resolução aplica-se a todas as auditorias assistenciais, inclusive àquelas no âmbito do SUS”. (9)

A auditoria atua de forma organizada e padronizada frente aos profissionais com capacidades adequadas à modalidade do trabalho, composta pelas esferas federal, estadual e/ou municipal. Quando uma repartição do Sistema Nacional de Auditoria atua no processo, ele é denominado ‘Direto’. Quando duas repartições ou mais dentro do Sistema Nacional de

Auditoria participam da atuação, o processo é denominado ‘Integrado’. Quando há a união dos profissionais do Sistema Nacional de Auditoria juntamente com outros responsáveis pelo serviço dentro e fora do sistema, a operacionalização é definida como ‘Compartilhada’. (10)

A auditoria pode ser implantada diretamente na estruturação e projetos antecipadamente, sendo caracterizada por sua fiscalização denominada como “Regular ou Ordinária” ou posteriormente, após reclamações, com o objetivo de avaliação e comparação de parâmetros visando esclarecer ações específicas conhecida como “Especial ou Extraordinária”.(10)

Os gestores são responsáveis por manter sempre a integridade, a ética, o amparo, o apoio, a fiscalização, o planejamento, os bens adquiridos, dentro da legislação pertencente, estando sujeito a todos os processos referentes a sua área de atuação dentro da auditoria classificado como uma ferramenta da auditoria denominada ‘Conformidade’. Possuindo após toda e qualquer forma de atuação, a observação, a vistoria, a avaliação, metas e objetivos estimados visando a positividade, a coerência e o sucesso, a ferramenta da auditoria é denominada como ‘Operacional’.(10)

Para realizar os serviços de auditoria, definimos as metas a serem alcançadas, iniciamos a etapa de coleta de informações, buscamos em lugares de fonte segura a base para efetuarmos as inspeções iniciais, visando a amplitude de forma geral, definindo assim as formas apropriadas de estruturação do trabalho. (10)

3 EVOLUÇÃO DA AUDITORIA NO BRASIL

Em um templo sacerdotal, datado de 4.500 anos a.C já houve a visualização e a fiscalização de documentos de uma família real, dando assim uma característica fundamental da auditoria. Há também, relatos de ações de auditoria registradas em cartas entre 97-117 d.C.(1)

Por possuir poder sobre toda e qualquer ação dentro e fora dos mares, ser potência comercial, ter acesso aos lucros a Inglaterra foi a pioneira na prática da auditoria moderna, pois precisava garantir que o recebimento das mercadorias ocorresse de uma forma evitando prejuízos, então exigiu a fiscalização. O Conselho de Londres era responsável pela execução dos serviços de auditoria em 1310. Veneza em 1581, Paris em 1640 e Milão em 1685.(1,11)

Em 1887, foi criado o Instituto Americano de Contadores Associados, garantindo legalmente o exercício da profissão mantendo a proteção e sigilo dos profissionais, deslanchando em 1900 devido o capitalismo expansivo.

Chegando ao Brasil em 1940, os primeiros registros de auditoria foram definidos por contadores, onde em 1960 organizaram uma classe denominada “Instituto dos Contadores Públicos do Brasil”, em 1971 foram chamados de “Instituto dos Auditores Independentes” e em 1972 reconhecido como IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores.(12)

Mas a auditoria ingressou paralelamente com a saúde em 1956, quando notou-se a necessidade de observar os resultados dos processos executados nos serviços de saúde.(13)

Em 1988, a Constituição Federativa do Brasil deu origem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para que todo brasileiro tivesse por direito, acesso a saúde. Em 1990, a Lei Orgânica nº8080 criou o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), para orientar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde por todo Brasil. Em 1993, definido pela Lei Federal nº 8689 e em 1995 pelo decreto nº 1.651, ficou editado e confirmado o Sistema Nacional de Auditoria como órgão competente para administrar, orientar, fiscalizar e avaliar as ações do Sistema Único de Saúde. Até meados de 1999, o Ministério da Saúde coordenava o Sistema Nacional de Auditoria, quando resolveu dividir as obrigações, criando em 1º de junho de 2000 o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) que visa as práticas de auditoria, com exames, perícias, apenas acompanhando e organizando, sendo dividido em três grupos

de controle em 2004; a Coordenação dos Sistemas de Informação, a Coordenação Geral da Auditoria, que distribui-se nas regiões Centro-oeste e Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, e a Coordenação Geral de Desenvolvimento, Normatização e Operacionalização Técnica que visa o controle interno e externo do sistema. E a Secretaria de Assistência a Saúde (SAS) que regulamenta, atua com parceria, orienta e avalia também, datada em 2000.(14)

O Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) dividiu em 2004 as atividades da auditoria para as Divisões de Auditoria (DIAUD) e para o Serviço de Auditoria (SEAUD) responsabilizando o Estado pelos acontecimentos registrados pela auditoria frente ao SUS.(14)

Em 2005, o DENASUS refez uma série de manuais orientando os auditores sobre o serviço a ser executado dentro da odontologia, do hospital, do ambulatório, contendo técnicas, informações e como administrar financeiramente o programa. (14)

Foi criado em 2006, o Sistema Informatizado de Auditoria (SISAUD-SUS) que por acesso a internet, as esferas federal, estadual e municipal têm acesso aos dados salvos no Departamento de Informática do SUS (DATASUS), onde o SISAUD-SUS responde as exigências definidas pelo DENASUS.(14)

O Pacto pela Saúde, firmado também em 2006, fez inúmeras exigências frente a União, visando a cooperação, comando, elaboração e estruturação da Política Nacional de Regulação da Atenção a Saúde frente ao Distrito Federal, ao Estado e aos Municípios, deixando sob responsabilidade do último, o controle sobre as transações financeiras por transferências e convênios, verificar se os usuários do SUS estão sendo atendidos pelo programa, registrados em planilhas e gráficos de desempenho, atualizar sempre o cadastro dos estabelecimentos e dos profissionais, acompanhar e exigir qualidade entre requerentes e contratados, convênios e conveniados, por fim, elaborar normas, mantendo a originalidade das esferas estadual e federal, moldando-as frente as necessidades do seu município.(7)

4 EVOLUÇÃO DA AUDITORIA EM PATOS DE MINAS MG

A Prefeitura Municipal de Patos de Minas elaborou em 31 de janeiro de 1997 a Lei Complementar nº 045 que cria o cargo de Auditor Médico e em 28 de novembro de 2002 a Lei Complementar nº 183 que criou os cargos de Coordenador de Auditoria, Auditor Odontólogo e Auditor Enfermeiro, assumindo as responsabilidades pelas despesas geradas com a criação da lei complementar utilizando de recursos do Orçamento Municipal da época, vigorando a lei a partir da data da publicação.(15)

As funções do Auditor Odontólogo:

1. Auditar a regularidade dos procedimentos técnico-científicos, a área odontológica, bem como os contábeis, financeiros e patrimoniais praticados por pessoas físicas e jurídicas no âmbito do SUS.
2. Verificar a adequação, a resolutividade e a qualidade dos procedimentos e serviços de saúde disponibilizados à população.
3. Verificar a otimização, eficiência e eficácia na aplicação de recursos.
4. Proceder a apuração de denúncias relativas aos profissionais, atos e procedimentos odontológicos.
5. Verificar o preenchimento correto de documentos do sistema (Ficha Clínica, Boletim de Produção Ambulatorial, etc)
6. Proceder ao exame pericial de pacientes atendidos, confrontando-o com a ficha clínica
7. Elaborar o Plano Anual de Auditoria(15)

O SUS do Município possui 1 Auditor Odontólogo, 55 Cirurgiões Dentistas, 38 Auxiliares de Saúde Bucal (ASB), 2 Técnicos de Saúde Bucal (TSB) e 20 consultórios odontológicos distribuídos de acordo com a necessidade de cada região detalhados na tabela abaixo.(15)

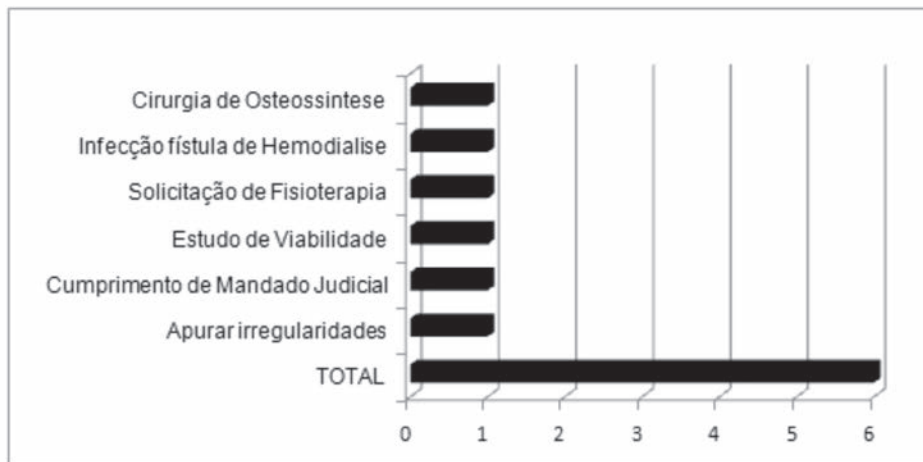
**TABELA 1: Consultórios Odontológicos e Equipe de Saúde Bucal
Responsáveis pelo SUS – Patos de Minas MG**

CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS	PROFISSIONAIS: DENTISTA/ TSB/ASB
	RESPONSÁVEIS
1 - Consultório Odontológico Alvorada	Dentista: 1 TSB/ASB: 1
2 - U.S.F. “Centro Social Urbano” (CSU)	Dentistas: 2 TSB/ASB: 1
3 - U.S.F. “Dr. Paulo Corrêa S. Loureiro (Caic)	Dentistas: 3 TSB/ASB: 5
4 - U.S.F. “Dr. Geraldo Resende de Lima”(Cristavo)	Dentistas: 3 TSB/ASB: 3
5 - U.B.S. “Dr. Erival Albino de Oliveira”(Lagoinha)	Dentistas: 3 TSB/ASB: 2
6 - U.B.S. “Irmã Dora”	Dentista: 1 TSB/ASB: 1
7-CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO “PADRE RUI” - CÁRIE ZERO	Dentistas: 2 TSB/ASB: 2
8-Centro de Saúde Dr. Eufrásio Rodrigues	Dentista: 1 TSB/ASB: 1
9-Pronto Socorro Odontológico – UPA I	Dentistas: 7 TSB/ASB: 3
10-Traillers Odontológicos I e II	Dentistas: 4 TSB/ASB: 2
11-Consultório Odontológico do Hospital Regional Antonio Dias	Dentistas: 3 Dentistas: 2
12-Consultório Odontológico da APAE	Dentistas: 10 TSB/ASB: 10
13-CEO (Centro de Especialidades Odontológicas).	Protéticos: 1 Assistente: 1
14-Consultório Odontológico Guanabara	Dentista: 1 TSB/ASB: 1
15-Consultório Odontológico Casa das Meninas	Dentistas: 4 TSB/ASB: 2
16-Consultório Odontológico Santana de Patos	Dentista: 1 TSB/ASB: 1
17-Consultório Odontológico Pilar	Dentista: 1 TSB/ASB: 1
18-Consultório Odontológico Nossa Senhora de Fátima	Dentista: 1 TSB/ASB: 1
19- Consultório Odontológico Alto da Colina	Dentista: 1 TSB/ASB: 1
20- Consultório Odontológico Adelaide Maciel	Dentistas: 3 TSB/ASB: 2

Fonte: (15)

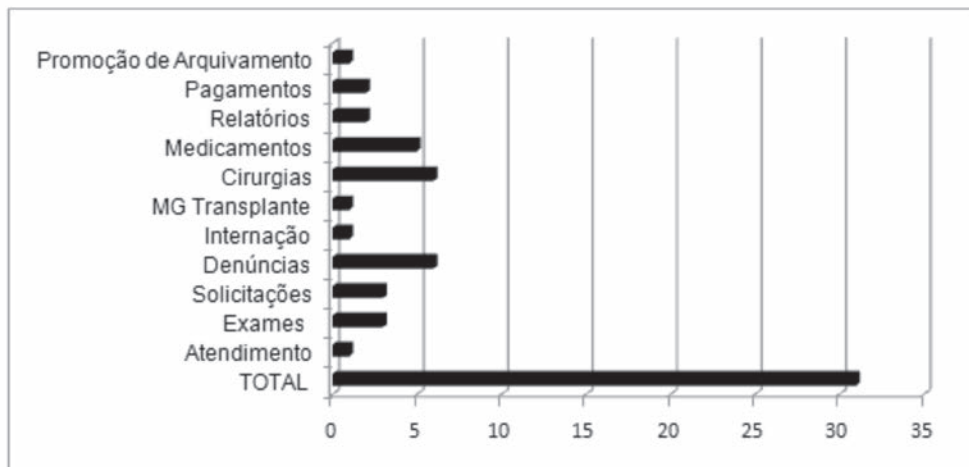
Em dados fornecidos pela Prefeitura de Patos de Minas, pode-se observar os processos de auditoria registrados de forma geral entre atendimentos, realização de exames, tratamentos, cirurgias, reembolsos, solicitação de medicamentos, irregularidades entre outros, com 53,5% dos casos concluídos e 46,5% em andamento desde a criação da lei complementar aos dias atuais.(15)

Gráfico I: Processos Auditados em 2010



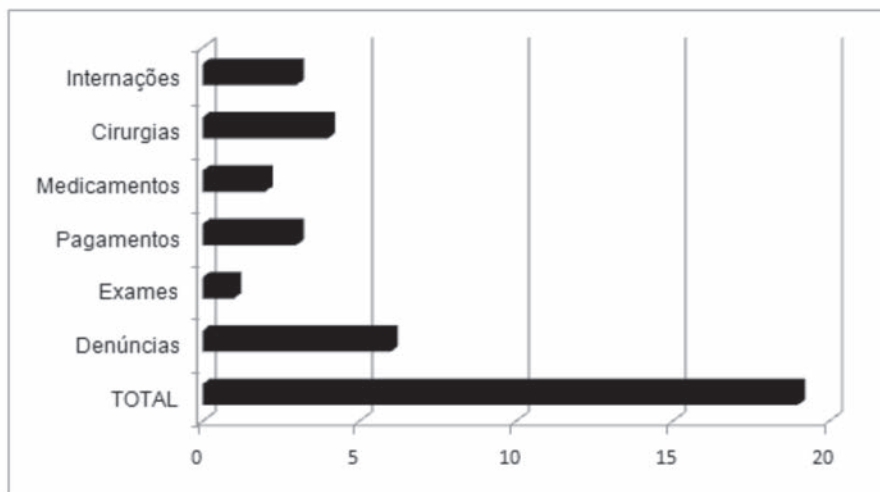
Fonte: (15)

Gráfico II: Processos Auditados em 2011



Fonte: (15)

Gráfico III: Processos Auditados em 2012



Fonte: (15)

Fora estes, foi registrado apenas 1 caso de Auditoria que faz referência a tratamentos odontológicos, registrado em um Relatório de Auditoria datado em 2008.(15)

5 CONCLUSÃO

A Auditoria é um assunto bem amplo e com uma imensidão de detalhes, tornando-se um trabalho multidisciplinar que exige a busca constante do conhecimento e responsabilidade. Esta, surgiu no intuito de identificar as falhas existentes no material humano, nos recursos físicos, no planejamento e na execução dos serviços.

Percebemos que o surgimento da auditoria no Brasil veio por volta da década de 50, mas destacou-se paralelamente à criação do SUS, por volta de 1990, chegando a Patos de Minas em 1997.

Embora pouco conhecida, a Auditoria em Saúde Bucal Pública de Patos de Minas – MG, já é exercida há mais de 10 anos, desde 2002. O Auditor Odontólogo assume o cargo, onde o mesmo deverá possuir o diploma de Graduação em Odontologia, o critério para seleção é definido pela Lei Complementar nº 183 de 28 de novembro de 2002.

Encontramos limitações devido a escassez, a quantidade insuficiente de documentos e materiais existentes no município. Observamos casos diversos de auditoria em inúmeras áreas, apresentando assim, nos serviços de Odontologia prestados pelo SUS do Município, um único caso em tantos anos de existência.

Todos os processos de Auditoria realizados até então, foram mediante denúncias, feitas pela população.

Destacamos então a deficiência de registros e a necessidade de fazê-los, para enriquecimento de trabalhos específicos futuros, melhora do campo de pesquisa e facilidade para estudantes na fase da busca por informações.

REFERÊNCIAS

1. Gomes ED, Araújo AF, Barboza RJ. Auditoria: alguns aspectos a respeito de sua origem. *Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis*. 2009; 7(13): 1-5. Disponível em: <http://www.revista.inf.br/contabeis/pages/artigos/ART06-ANOVII-EDIC13-MAIO2009.pdf> [Acesso em 17 abr 2013]
2. Peres AS, Peres SHCS, Silva RHA, Ramires I. O novo código de ética odontológica e atuação clínica do cirurgião dentista; uma reflexão crítica das alterações promovidas. *Revista Odontológica de Araçatuba*. 2004; 25(2): 09-13.
3. Brasil. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO 63/2005: aprova a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia. Disponível em: www.forp.usp.br/restauradora/etica/res_cfo_63_05_consol.pdf [Acesso em 02 maio 2013].
4. Coleman G, Moreira ML, Sanchez MC. Auditoria, controle e programação de serviços de saúde. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.bvs-sp.fsp.usp.br/tecom/docs/1998/cal001.pdf> [Acesso em: 17 abr 2013].
5. Brasil. Governo Federal. Lei Orgânica da Saúde, n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm [Acesso em 17 abr 2013].
6. Brasil. Lei Federal n. 8.689 de 27 de julho de 1993, Art. 6º. Institui no âmbito da saúde o Sistema Nacional de Auditoria. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes_210611.pdf [Acesso em: 17 abr 2013].
7. Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 399, de 22 de fevereiro de 2006 - Pacto pela Saúde Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html. [Acesso em 02 maio 2013].
8. Castro DP. Análise de implantação do componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS: proposta de um instrumento de avaliação. 2004. 127 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
9. Brasil. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO 20/2001: normatiza Perícias e Auditorias Odontológicas em Sede Administrativa. Disponível em: <http://www.dr3.com.br/auditoria/ResCFO-20-2001.pdf> [Acesso :13 abr 2013].
10. Auditoria do SUS: orientações básicas / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. – Brasília. 2011. Disponível em: http://sna.saude.gov.br/download/LivroAuditoriaSUS_14x21cm.pdf
11. Sá AL. Curso de auditoria. 8ª Ed. São Paulo: Atlas 1998
12. Motta JM. Auditoria: Princípios e técnicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 1992
13. Priszkulnik G. Auditoria no sistema público de saúde no Brasil. *Fronteiras da auditoria em saúde*. São Paulo: 2008. p. 125–132.

14. Melo MB. O Sistema Nacional de Auditoria do SUS: estruturação, avanços, desafios e força de trabalho. [Tese]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz; 2007.

15. Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Secretaria Municipal de Saúde. Departamento de Auditoria.

ANEXO A



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG

Patos de Minas, 14 de junho de 2013.

Assunto: Estudo de Trabalho de Conclusão de Curso.

Recebemos a visita de Víctor da Mota Martins, à respeito de seu trabalho de faculdade TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), em relação à "Histórico e Evolução da Auditoria Bucal Pública de Patos de Minas – MG". Fornecendo dados necessários e disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde, no setor de Auditoria.

Atenciosamente,


Acir Vieira Caixeta
Auditoria - SMS


Ludimila Silva
Auditoria - SMS

***DOSSIÊ ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO ORGANIZACIONAL***



O cooperado e a aprendizagem organizacional de uma cooperativa.

DOI-10.21745/ac06-12 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-12>

Douglas Royer *
Frederico Fonseca da Silva **
Estanislau Gonçalves Jovtei ***

RESUMO

O estudo se configura em uma pesquisa social, com enfoque qualitativo, apresentando caráter exploratório-descritivo de seu objeto de estudo “Aprendizagem Organizacional - AO”, tendo uma cooperativa agroindustrial como unidade de estudo. Após revisão sobre a aprendizagem organizacional e as características das organizações cooperativistas, foram implementadas entrevistas não diretivas para compreender o processo de aprendizagem organizacional na unidade de estudo. A pesquisa empírica e o referencial teórico possibilitaram a análise dos momentos da aprendizagem organizacional na cooperativa, sob a perspectiva da organização tendo o cooperado como indivíduo.

Palavras-chave: Aprendizagem Organizacional. Agroindustrial. Cooperativa. Organizações.

The cooperative and organizational learning of a cooperative.

ABSTRACT

The study is a social research with qualitative approach, with exploratory and descriptive nature of its subject matter Organizational Learning, with an agribusiness cooperative as a unit of study. After review of the learning organization and the characteristics of cooperative organizations, non-directive interviews were implemented to understand the process of organizational learning in the study unit. The empirical research and the theoretical framework made possible the analysis of organizational learning moments in the cooperative, from the perspective of the organization having the cooperated as an individual.

Keywords: Organizational learning. Agroindustrial. Cooperative. Cooperativism.

¹ Mestre em Administração pelo Consórcio entre Universidades Estaduais de Londrina e Maringá no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA UEL/UEM). douglas@royer.com.br

² Doutor e Mestre em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). frederico.silva@ifpr.edu.br

³ Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). estangj@yahoo.com.br

Introdução

O agronegócio tem um enfoque moderno e sistêmico, contempla todas as organizações, cooperativas ou não, que produzem, processam e distribuem produtos agropecuários, envolvendo um sistema denominado negócio agrícola, agronegócio ou agribusiness, que engloba sistemas e subsistemas menores.

A capacidade da cooperativa, enquanto organização, em se estruturar como um sistema de aprendizagem colabora com a construção de uma estratégia mais dinâmica e pertinente ao cenário competitivo atual, que é acentuada no agronegócio.

A opção por uma cooperativa agroindustrial como unidade de estudo se estabelece pela complexidade de um sistema cooperativista enquanto uma organização, uma vez que tanto para a criação quanto para a consolidação de organizações cooperativistas depende-se do fomento de um sistema auxiliar para ampliar a dinamicidade das capacidades sociais e produtivas nas comunidades rurais, buscando promover o desenvolvimento enquanto um processo no qual a inclusão social e produtiva seria um dos aspectos fundamentais para alcançar o fortalecimento e utilização do capital social existente por meio do sistema cooperativista, envolvendo pequenos e médios produtores rurais para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos por meio do aumento da renda e ganho de sinergia produtiva da rede, isto é, expansão da cooperativa e inclusão dos cooperados na gestão.

É neste contexto que se apresenta a problemática que conduziu ao desenvolvimento do estudo: Qual a participação do cooperado na aprendizagem organizacional de uma cooperativa agroindustrial?

1. As Organizações Cooperativistas

A cooperação é praticada desde a antiguidade. Segundo Pedrozo (1991) existe registro de atitudes de cooperação na Palestina, na Grécia, no Império Babilônico, no Império Romano, Inca e Asteca, registro que vão de 326 a.C a 426 d.C. Já Bialoskorski Neto (2001) se reporta a atitudes de cooperação de maneira evolutiva desde a pré-história até a idade contemporânea.

Segundo Bialoskorski Neto (2001), o cooperativismo tem seus princípios doutrinários influenciados pelo pensamento vigente na época sobre igualdade, liberdade, solidariedade e fraternidade, que implicariam nos conceitos: de gestão democrática; da livre adesão; da taxa limitada de juros ao capital; da distribuição de sobras; da neutralidade política e religiosa; da cooperação entre as cooperativas; e, da educação cooperativista.

Para Silva et al. (2004), as relações de cooperação acompanham a própria história de suas organizações, pois esta forma de relacionamento se manifesta nos princípios do cooperativismo e aos valores morais, ou seja, está relacionada à cultura de cooperação recíproca. O cooperativismo se consolida a partir de princípios éticos como transparência, honestidade, preocupação com o semelhante e responsabilidade social, cujos fundamentos organizacionais, promulgados em 1995 no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em Manchester (ACI, 2005), são: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática; Participação Econômica

dos Sócios; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; e, Preocupação com a Comunidade.

Segundo Nascimento (2000), o cooperativismo como um instrumento de mudança é capaz de propiciar: a junção de forças dispersas; restabelecer o equilíbrio do mercado melhorando a economia; melhorar a distribuição de renda; melhorar a capacidade de investimento do estado, uma vez que melhora a economia, dentre outras.

Em função disso, o cooperativismo assumiu proporções consideráveis em escala global. No Brasil, a entidade máxima representativa das cooperativas é a OCB, que por sua vez é constituída por uma OCE e pelas Sociedades Cooperativas. A OCEPAR, fundada em 1971 representa as cooperativas paranaenses junto à OCB e a outros organismos governamentais ou não.

Com o mercado de um lado e os investimentos e interesses dos cooperados do outro, as cooperativas funcionam como organizações intermediárias tendo como objetivo a integração desses lados e o incremento dos negócios, desta forma, não são autônomas como outras sociedades mercantis, uma vez que dependem dos seus cooperados para a prestação de serviços (BIALOSKORSKI NETO, 2001). Este papel das cooperativas é relevante para a economia brasileira, na medida em que atua apoiando o desenvolvimento econômico e social, principalmente das pequenas propriedades rurais. Atuam no fomento e na comercialização dos produtos agrícolas, inclusive implantando novos cultivos e agregando valor aos produtos por meio de complexos agroindustriais (BRANDÃO, 1998).

Nas cooperativas, que são associações/sociedades de pessoas, cada associado tem o direito de um voto apenas, diferente do que ocorre nas sociedades de capital, onde o voto é sempre proporcional ao capital que cada investidor possui (BIALOSKORSKI NETO, 1997), assim, entende-se que as cooperativas não tenham uma existência independente e autônoma em relação aos seus membros, tendo como base o lado econômico, diferentemente do que acontece nas sociedades de capital. Talvez estes sejam os motivos para um percentual superior a 80% de pequenos proprietários integrando os quadros societários das cooperativas de produção brasileiras, o que demonstra o valor social destas organizações (SILVA, 1994). Entretanto, apesar de não serem objetivo principal, as sobras operacionais (lucro) são necessárias porém nunca suficientes para assegurarem o bem estar social dos cooperados, devido ao fato de serem distribuídas entre eles e porque muitas vezes objetiva-se, exclusivamente, assegurar a manutenção das atividades produtivas. Dessa forma, nas cooperativas, o centro são as pessoas, cada cooperado, sem considerar-se o seu poder econômico, pois cada associado tem assegurado o direito a um voto na Assembléia Geral (SILVA, 1994), portanto, no cooperativismo, o direito à participação no controle societário não obedece à regra de proporcionalidade ao capital investido.

⁴ ACI - Aliança Cooperativista Internacional, fundada em 1985, e que coordena organizações representativas na maioria dos países.

⁵ Organização das Cooperativas Brasileiras

⁶ Organização das Cooperativas em cada Estado

⁷ OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

Bialoskorski Neto (1997) ressalta que a obrigação fundamental das cooperativas é operar como mediadora entre o mercado, os investimentos e as economias dos seus associados/cooperados. As especificidades das cooperativas, que as tornam distintas dos outros tipos de organizações, foram elencadas por Pedrozo (1993) como: as pessoas e não o capital é que formam a sociedade; a tomada de decisão é baseada em voto com peso igualitário a todos os cooperados; as sobras operacionais (lucros ou resultados) voltam para os cooperados; muitas pessoas são proprietárias do sistema, todas com poder de decisão; o cooperado é cliente, consumidor e proprietário; e, por fim, a falência não ocorre no caso de resultados negativos.

2. AO - Aprendizagem Organizacional

Segundo Prange (2001), a AO atingiu um patamar de destaque como estudo organizacional entre as décadas de 80 e 90, contando com várias publicações internacionais, das quais, alguns dos trabalhos que obtiveram maior número de referências seriam os de Argyris e Schön (1978), que apresentaram a aprendizagem de ciclo simples e duplo e as teorias de ação esposada e em uso. Assim como os trabalhos de Nonaka e Takeuchi (1997), com muitas referências devido a apresentação da espiral de conhecimento e os modos de transferência. A popularização da AO advém da expressão “Organizações de Aprendizagem” (SENGE, 1990), estudo muito referenciado.

Existem quase tantas definições de AO como há escritores sobre o assunto, o que geralmente leva à falta de consenso sobre uma definição, metodologia, teorias, modelos, processos ou procedimentos (BLANKENHAGEN, 1994; TSANG, 1997). A preocupação de alguns autores (RUAS; ANTONELLO; BOFF, 2005) reside na possibilidade da AO não alcançar a legitimação necessária para os estudos científicos organizacionais, tornando-se um tema pontual ou temporário, dúvida que se origina do caráter heterogêneo das publicações sobre aprendizagem organizacional.

O certo é que ao longo do tempo, a definição de AO tem recebido a colaboração de vários autores precursores, em acordo com Huber e Daft (1987), o termo AO surge na teoria organizacional por volta dos anos 50. Neste embate, a institucionalização da AO engloba três níveis, em acordo com os agentes impactados que desencadeiam pelo menos quatro processos segundo Crossan et al. (1995). Onde, enquanto procura institucionalizar a AO, a organização trabalha conhecimentos acumulados e sistematizados, disponíveis em sua memória. De outro lado, a intuição enquanto processo serve como início para ações investigativas para o alcance ou desenvolvimento de nova aprendizagem, a partir do conhecimento implícito nos indivíduos, os quais apresentam intuições, e que integram a organização, que podem promover a institucionalização da aprendizagem.

Já a interpretação seria utilizada nos processos intermediários, integrando o que foi aprendido pelo indivíduo com o seu grupo, enquanto a integração estabeleceria a ponte entre grupos de indivíduos e a organização. Os quatro processos acontecem de maneira mútua, não necessariamente em todos os níveis de aprendizado, se autoinfluenciando num processo contínuo e não linear, de forma que promovam o conflito entre inovar e conservar, a partir de novos e antigos conhecimentos resultantes da aprendizagem.

Em síntese, os autores sugerem acatar a complexidade teórica envolvida no estudo

da AO, concebendo a organização como fluxos de conhecimento, parece ser o lugar da aprendizagem nos estudos organizacionais, que não guarda correspondência com as perspectivas racional, natural e sistêmica. Constata-se que os estudos em AO têm procurado identificar os fatores que possam dificultar ou facilitar a aprendizagem enquanto processo, independente de onde ou com quem se encontrem na organização (SOUZA, 2004).

Se em suas abordagens iniciais, no contexto da teoria econômica da firma, falar em aprendizagem organizacional significa avaliar resultados de desempenho, na medida em que o conceito é apropriado pela teoria das organizações, o foco passa a serem os processos. Trata-se, assim, de buscar responder, por meio do conceito, como organizações agem para conquistar os resultados que indicam a realização de aprendizagens. Busca-se compreender que estruturas organizacionais, que políticas de gestão de pessoas, que cultura, que valores, que tipos de liderança, que competências, que aspectos, enfim, podem favorecer ou obstaculizar processos de aprendizagem. (SOUZA, 2004, p.4)

A conceituação em relação ao aprendizado organizacional está sendo estabelecida como transformadora das organizações em entidades com condições para redirecionar constantemente suas estratégias e ações, de forma constante como um processo, possibilitando uma melhor adaptação às mudanças ambientais de um mercado que passa por transformações. Neste contexto, a AO pode agir em vários níveis da organização (DOGSON, 1993) estabelecendo a possibilidade de uma empresa aprender, uma vez que se envolve diretamente na concepção de estratégias, melhoria dos processos e modificação de estruturas da organização, chegando a impactar nas questões culturais (COOK; YANOW, 1996).

Nestes termos, a AO não significa o mero acúmulo da aprendizagem dos indivíduos, uma vez que as organizações contam com sistemas cognitivos e memórias, adotando conceitos ideológicos e visão de mundo que podem estar representados em mapas mentais, normas e valores, extrapolando para além dos indivíduos sua ideologia organizacional, o que segundo Argyris e Schön (1978), não significa que em algumas organizações um ou alguns indivíduos não possam deter um conhecimento superior ao organizacional.

Destacam-se os conceitos precursores de que: as organizações aprendem, pois apresentam um comportamento adaptativo ao longo do tempo como os indivíduos desenvolvem durante o processo de aprendizagem, e que as organizações utilizam cada um dos seus indivíduos como instrumentos para aprender (CYERT; MARCH, 1963), e, a AO deve ser encarada como uma série de interações entre as adaptações no nível individual, no subgrupo e no organizacional (CANGELOSI; DILL, 1965).

3. Aspectos Metodológicos

Este estudo pode ser caracterizado como pesquisa social, apresentando caráter descritivo numa abordagem qualitativa com o **objetivo principal de descrever os momentos da aprendizagem organizacional em cooperativa agroindustrial, sob a perspectiva da organização tendo o cooperado como indivíduo.**

A estratégia adotada foi o Estudo de Caso, a qual está associada à técnica de métodos qualitativos, portanto, não se pretende ou se pode generalizar os resultados para outras populações, sequer espera-se alcançar a representatividade amostral, em relação à lei da probabilidade. Segundo Yin (2004), a estratégia é apropriada quando se analisa fenômenos contemporâneos no mundo real e quando os eventos não podem ser controlados, é aplicável nas situações quando se quer manter as características holísticas e significativas dos eventos, ou seja, quando se entende que o contexto é pertinente ao fenômeno em estudo, no caso dos processos administrativos e organizacionais.

Em termos de instrumentos para coleta de dados, adotou-se exclusivamente a Entrevista Não Diretiva. O processo de apresentação, análise e interpretação de materiais consistiu em extrair sentido dos materiais de transcritos obtidos a partir do material original gravado durante as entrevistas realizadas. Para a análise de conteúdo, adotou-se o método proposto por Moraes (1999), cujas atividades se desenvolveram em cinco etapas: a preparação; a unitarização; a categorização; a descrição, e, a interpretação.

4. O Cooperado e a Aprendizagem de uma Cooperativa

A estrutura da AO cooperativista possibilita que um micro produtor rural possa, ao se associar a uma cooperativa, participar de reuniões e, ao longo do tempo, em função da aprendizagem desenvolvida mediante a participação democrática, ascender em termos de conhecimento holístico do sistema e do mercado ao ponto de assumir cargos representativos na organização. Estes momentos, além de trabalhar os insights também preservam a memória cooperativista a partir da socialização de informações e opiniões (WICK; LEÓN, 1996) colaborando para que a organização cooperativa construa sua própria realidade e sua memória (BITENCOURT, 2004). Talvez este seja um dos principais motivos para que os demais cooperados, ao observarem estes exemplos de ascensão, encontrem nestes resultados, que em acordo com Kim (1993), seriam respostas ambientais, a lógica para a manutenção do sistema de aprendizagem organizacional cooperativista.

Os clubes de jovens cooperativistas (CJC), que podem funcionar preventivamente ao chamado problema de incentivo que se dá quando os cooperados não participam efetivamente da organização cooperativista (COOK, 1995), são voltados à formação dos sucessores para a propriedade rural e para o sistema cooperativo a partir de palestras sobre associativismo e cooperativismo, os jovens são atraídos a participarem dos clubes por meio de atividades simultâneas que envolvem recreação, esporte, lazer, cultura e entretenimento.

Geralmente, além de atividades recreativas, os encontros dos clubes são destinados às palestras e capacitação, uma das preocupações é que o jovem entenda como funciona o “jogo democrático” na participação da sucessão e para a gestão do sistema, tendo treinamentos práticos como integrar mesa de líderes do clube, redigir atas, argumentar, acatar opiniões, ter uma postura proativa, respeitar e se comprometer com o cooperativismo. Através da promoção do conhecimento e compreensão do ambiente, basicamente, os CJC “plantam a semente” que, no futuro da organização, poderá significar a melhoria das ações cooperativistas, trabalhando direta e indiretamente fatores importantes como a cultura, a estratégia, a estrutura e o meio ambiente (FIOL; LYLES, 1985).

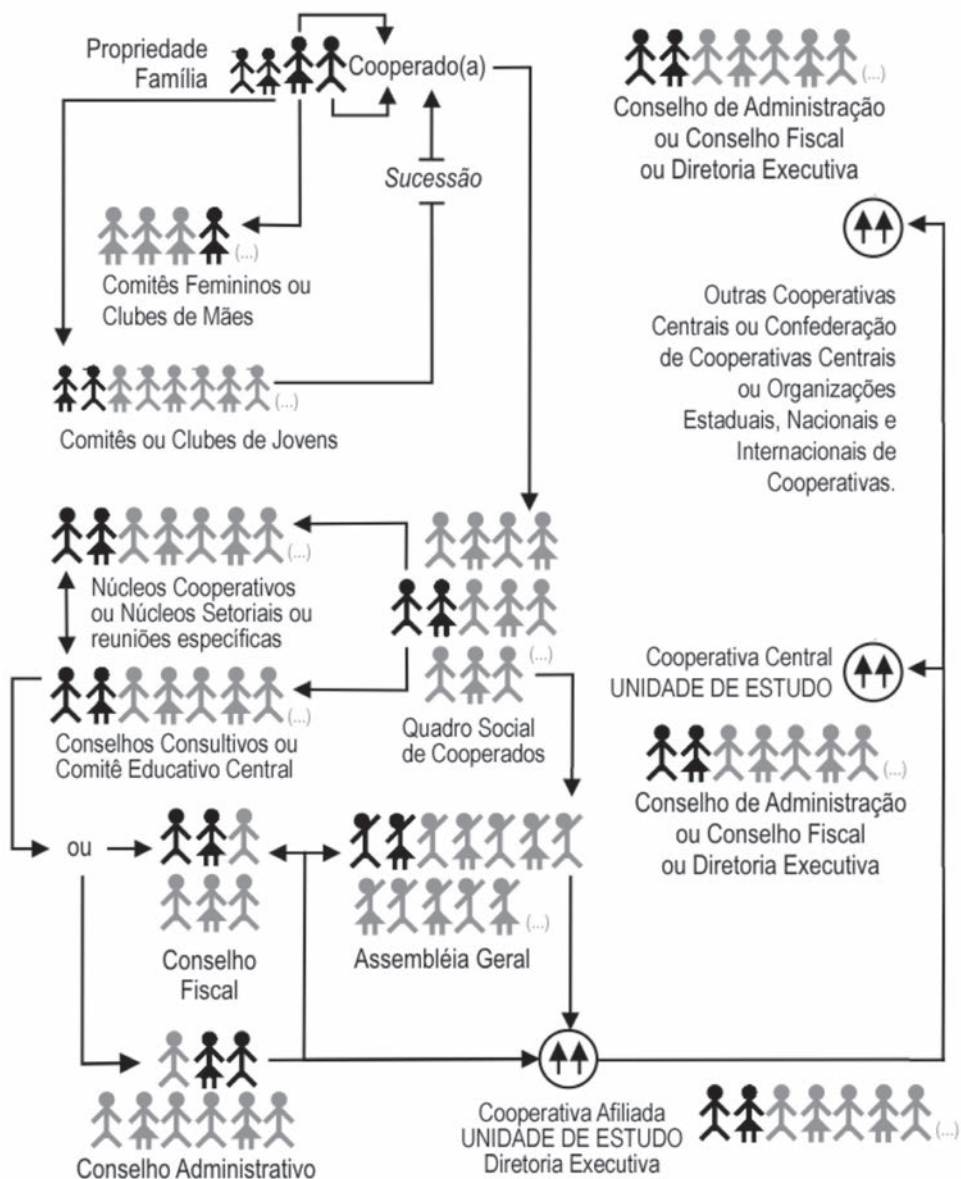


Figura 1 – Possibilidade de Participação do Cooperado no Sistema Cooperativista
 Fonte: Royer (2010).

São nos CJC em que a cultura cooperativista ou *weltanschauung*, segundo Kim (1993), começa a ser compartilhada para a formação de um futuro gestor cooperativista que, ao que parece, o sistema cooperativista o prepara com uma base de significados compartilhados que auxiliariam a compreensão do meio vivencial enquanto crença mantida pelas informações e re-alimentada pela interpretação como forma de construir ou propor novos significados que possam vir a ser considerados como verdades (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). Para tanto, as cooperativas vêm proporcionando apoio e incentivos para que o jovem filho de cooperado possa buscar a graduação e a especialização acadêmica, como forma de manter o negócio da família e para colaborar com a ampliação do cooperativismo.

Os clubes de mães, senhoras ou mulheres cooperativistas visam o estímulo à participação por parte das mulheres no sistema cooperativista e nos negócios de sua família, além de programas voltados a ações sociais e de aprendizagem para a administração do lar. Uma cooperativa pode ser considerada um “terreno fértil” para ações sociais e para implantar avançadas práticas de gestão, em um mercado altamente competitivo e sujeito a mudanças macro-ambientais, os núcleos cooperativos ou comitês educativos e os núcleos setoriais são o “manancial que alimenta” a organização no dia-a-dia, seja em termos de atos administrativos, decisões estratégicas e a autocritica do próprio sistema.

Nos núcleos cooperativos reside o desenvolvimento da expertise do negócio e de sua competitividade, já nos núcleos cooperativos ou comitês educativos encontra-se a base da gestão e da participação nas deliberações por parte dos cooperados, um local de relacionamento entre indivíduos que estão disponíveis para partilhar e, portanto, ideal para a transferência do conhecimento (VON KROGH; ICHIJO; NONAKA, 2001). Os núcleos cooperativos discutem o core business da organização, como a produção, industrialização e comercialização grãos, suinocultura, lácteos, avicultura... Estes núcleos asseguram ainda a capacidade para as ações individuais e agilizam o processo de acompanhamento dos resultados operacionais ou desempenho cooperativista.

Os núcleos seriam a forma que as organizações cooperativistas encontraram para debater todos processos utilizados pelas organizações e se defender da realidade utilizando o conhecimento como forma de melhorar sua posição entre as demais organizações no ambiente de atuação (HEDBERG, 1981), ou seja, onde aproveita-se o conhecimento advindo da relação entre a organização e o ambiente em desenvolvimento (DAFT; WEICK, 1987).

Basicamente, são nestes núcleos ou comitês em que acontece verdadeiramente a gestão cooperativista, deles emergem a cultura organizacional e as rotinas que mantêm a estrutura cooperativista operacional, podendo fazer frente aos problemas de controle e de influência na organização cooperativista que levam ao afastamento de alguns cooperados e a possibilidade de estabelecimento de grupos que defendam seus próprios interesses (COOK, 1995).

Para que esta estrutura se mantenha, cada cooperativa afiliada conta com núcleos/comitês/clubes centrais e com pelo menos um setor específico para coordenação e suporte, o qual conta com o empenho de toda a estrutura organizacional da cooperativa, pois nas reuniões destas instâncias as pautas/agenda são estabelecidas e conduzidas pelos próprios cooperados e as áreas/profissionais que se envolverão/participarão das reuniões são determinadas pelo conselho de administração ou, quando o caso, diretoria executiva. Esta manutenção do sistema seria uma forma (SOUZA, 2004) da organização cooperativista se manter com-

petitiva através da aprendizagem individual e coletiva em consonância com sua cultura organizacional e cumprindo com o papel de instrumento de mudança social (NASCI-MENTO, 2000). Uma competitividade construída na lógica do “Ciclo de Aprendizagem para Formulação de Estratégias e Formação de Competências” de Munck e Munck (2008, p. - 72), pelo qual:

Inicialmente, a organização identifica seus recursos ou a falta ou o excesso destes. Em seguida, ela trabalha no preenchimento de lacunas, se houver, e depois na articulação, a fim de constituir ou identificar competências. Com base nas competências identificadas, estuda-se a melhor estratégia a ser utilizada. Na execução da estratégia, a aprendizagem ocorre por meio de erros, acertos, carências e sobras, no que se refere a recursos e competências. Conseqüentemente, desencadeia-se um processo de mudança para adquirir, aprimorar ou corrigir os recursos e as competências.

Através dos núcleos ou comitês/encontros específicos que, podem minimizar o problema de horizonte do cooperado em buscar retornos de curto prazo e o problema de portfólio que leva ao não investimento em tecnologia, marketing e distribuição (COOK 1995 apud ZYLBERSZTAJN, 2002), talvez se possa realmente assegurar a observação e entendimento do que acontece na prática, uma forma de alimentar os modelos mentais individuais e promover o seu compartilhamento para que, mais que adaptar-se, se tenha uma real percepção da organização com base na trajetória ao longo de sua existência (DI BELLA; NEVIS, 1998). Nos núcleos e conselhos participam representantes eleitos pelos cooperados, geralmente existem núcleos em cada unidade/filial ou entreposto da cooperativa, que aglutina e encaminha as deliberações e solicitações como um todo.

Os núcleos cooperativos ou comitês educativos é que determinam para o sistema cooperativista a forma e ritmo em que o compartilhamento dos modelos mentais e, por consequência, a aprendizagem organizacional. Neles é que acontecem a adaptação, a partilha de suposição, o desenvolvimento do conhecimento a partir das relações e, a institucionalização das experiências (SHRIVASTAVA, 1983).

Os núcleos cooperativos funcionam como agentes de mudanças da estrutura cognitiva das cooperativas, um processo social a partir do qual as identidades organizacionais são construídas, em função da operacionalização de mudanças capazes de moldarem a própria organização, uma tentativa de, com base no passado, alterar o comportamento futuro enquanto organização (NICOLINI; MEZNAR, 1995).

Dos núcleos ou comitês saem os integrantes para a composição da chapa que representa a situação no processo de eleição dos novos conselhos, administrativo e fiscal, nas cooperativas afiliadas e, também, daí são escolhidos os delegados que, juntos com o presidente e secretário da cooperativa afiliada, representarão os cooperados no conselho de administração das cooperativas centrais. Todo o cooperado, que desejar, pode participar dos núcleos cooperativos ou comitês educativos que são voltados à formação da base cooperativista com capacitação e aperfeiçoamento em gestão cooperativista, devido ao fato de que as organizações cooperativistas são sociedades de pessoas (BIALOSKORSKI NETO, 1997). Nestes núcleos ou comitês é analisada e discutida a gestão cooperativa a partir de relatórios e palestras, onde ocorre o concordar e discordar importante para a inovação (BITENCOURT, 2004), inclusive com o estudo e a pré aprovação de balanços e atos que serão posteriormente submetidos às assembleias gerais ordinárias ou não.

5. Considerações Finais

Em acordo com a descrição dos momentos de aprendizagem organizacional na unidade de estudo, alcançado com base nos relatos dos entrevistados, chegou-se a conclusão de que os principais momentos que sustentam a estrutura de compartilhamento de aprendizagem entre o cooperado e o sistema cooperativista em relação à gestão, são: assembléias gerais (ordinárias e extraordinárias); conselhos fiscais; conselhos administrativos; reuniões de diretoria; núcleos cooperativos ou comitês educativos; clubes de jovens cooperativistas; clubes de mães ou senhoras cooperativistas ou de mulheres cooperativistas; e, núcleos setoriais. Estes momentos demonstram de forma prática que:

...a competência individual tem íntima ligação com as competências organizacionais e conseqüentemente com o sucesso da estratégia, na maior parte dos casos. A articulação de recursos, chave do processo, é totalmente dependente da competência individual em realizá-la. Portanto, a articulação e a rearticulação de recursos perante as demandas, passando por um processo de aprendizado, tendem a conduzir para uma facilitação da aquisição, da legitimação e do reconhecimento da competência (MUNCK; MUNCK, 2008, p.72)

São nestes momentos baseados em rotinas, dependentes da história e orientados para metas (LEVITT; MARCH, 1988) e que representam a valorização da inteligência geral (ACKERMAN; STERNBERG; GLASER, 1989) e da prática com a valorização das experiências, onde realmente ocorre a teoria de aprendizagem significativa de Ausubel (MOREIRA; MASINI, 1982), análise e opinião individual em que as organizações cooperativistas se apropriam dos modelos mentais de seus cooperados, que após discutidos em outros núcleos/comitês/clubes são complementados e assimilados pela organização cooperativista para depois serem disseminados em novos encontros ou através de informativos dirigidos (em sua maioria impressos e programas de rádio no horário do almoço), uma vez que a informação e a tradição são as formas de promover o compartilhamento direto do conhecimento (SVEIBY, 1998; POLANYI, 1997) e no cooperativismo colabora diretamente para que a organização possa entender seu desenvolvimento (WEICK, 1973).

Referências

- ACKERMAN, P.L.; STERNBERG, R.J.; GLASER, R. **Learning and individual differences**. New York: Freeman, 1989.
- ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Princípios Cooperativistas**. Disponível em: < <http://ica.coop/en/what-co-operative> >. Acesso em: 24/06/2015.
- ARGYRIS, C.; SCHÖN, D.A. **Organizational learning: a theory of action perspective**. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1978. 344 p.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio cooperativo. In BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo, Atlas, capítulo 12, p 628-655, 2001.
- _____. Gestão do Agribusiness Cooperativo. In: BATALHA, M. O.(coord.). **Gestão agroindustrial**. Cap. 10, p.515 a 543. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- BITENCOURT, C.C. A gestão de competências gerenciais e a contribuição da aprendizagem organizacional. **RAE**, v.44, n.1, 2004.

BLANKENHAGEN, E.E. **Organizational learning in the development of doctrine in the U.S. Army, 1976-1986**: A historically based study. Unpublished Dissertation, George Washington University, Washington, D.C, 1994.

BRANDÃO, V. Encruzilhada cooperativa. **Revista Expressão**. Florianópolis: AZ Comunicações, n. 8, p. 21- 24, 1998.

CANGELOSI, V.E.; Dill, W.R. Organizational learning: Observations toward a theory. **Administrative Science Quarterly**, 10(2), 1965.

COOK, M.L. The future of U.S. Agricultural Cooperatives: a neo-institutional approach. In **American Journal of Agricultural Economics**, [S.l.], v. 77, n. 5, p. 1153-1159, 1995.

COOK, S.; YANOW, D.; Culture and organizational learning. In COHEN, M.; SPROULL, L (org). **Organizational learning**. Londres: SAGE, 1996, pp. 430-460.

CYERT, R.; MARCH, J. **A behavioral theory of the firm**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1963.

DAFT, R.L.; WEICK, K.E. Toward a model of organizations as interpretation systems. In **Academy of Management Review**. v. 9, n. 2. p. 284-295, 1987.

DI BELLA, A.; NEVIS, E.C. **How organizations learn**: an integrated strategy for building learning capability. San Francisco: Jossey Bass, 1998.

DODGSON, M. Organizational learning: a review of some literatures. **Organizations Studies**, v. 14, p.375-394, 1993

FIOL, M.; LYLES, M. Organizational learning. **Academy of Management Review** (pre-1986); oct 1985.

HEDBERG, B. **How organizations learn and unlearn**, in P. C. Nystrom e W. H. Starbuck (orgs.), **Handbook of Organizational Design**, Londres, Oxford University Press, 1981.

HUBER, G.P.; DAFT, R.L. (1987). The information environment of organizations. In JABIN F. M.; PUTNAM, L. L.; ROBERTS, K. H; PORTER L. W. Eds. **Handbook of Organizational Communication: An Interdisciplinary Perspective**. Newbury Park, CA: Sage Publications.

KIM, D.H. The link between individual and organizational learning. **Sloan Management Review**. [], out 1993. p. 37-50.

LEVITT, B.; MARCH, J. Organizational learning. In **Annual Review of Sociology**, 14, p. 319-340, 1988.

MORAES, R. Análise de conteúdo. In **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, Porto Alegre, 1999.

MOREIRA, M.A., MASINI, E.F.S. **Aprendizagem significativa, a Teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

MUNCK, M.G.M. ; MUNCK, L. Gestão organizacional sob a lógica da competência: aplicação na pequena empresa. **RAM. Revista de Administração Mackenzie** (Impresso), v. 9, p. 25-39, 2008.

NASCIMENTO, F.R. **Cooperativismo como alternativa de mudança**: Uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NICOLINI, D.; MEZNAR, M.B. The social construction of organizational learning: conceptual and practical issues. In **Human Relations**, 48 (7), 1995.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEDROZO, E.A. Análise de Cooperativas Agrícolas através da Utilização de Estratégias Industriais. In **ANAIS - ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD**, 1993, Salvador - Bahia, Curitiba - Paraná, 27 a 29 de setembro de 1993, p.10-13.

_____. **O uso de modelos de estratégias industriais em cooperativas de produção**: “Um estudo exploratório”. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado, EAD, 1991.

POLANYI, M. Tacit Knowledge. In PRUSAK, L. (ed.) **Knowledge in Organizations**, Newton, MA: Butterworth-Heinemann, 1997, cap. 7, p. 135-146.

PRANGE, C. Aprendizagem organizacional - desesperadamente em busca de teorias? In **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem** - desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

ROYER, D. **O processo de aprendizagem organizacional em central cooperativa agroindustrial**: o caso Frimesa. Londrina: PPA UEL/UEM, Dissertação de Mestrado, Orientador Luciano Munck, Programa de Pós Graduação em Administração do Consórcio entre Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, 2010.

RUAS, R.L.; ANTONELLO, C.S.; BOFF, L.H. **Os novos horizontes da gestão**: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SENGE, P. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

SHRIVASTAVA, P.A tipology of organizational learning systems. In **Journal of Management Studies**, vol. 20, nº1 pp 7-28. (1983).

SILVA, T.N.A participação de cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo (RS), UNISSINOS, v.29, n.86, jul./set. 1994.

SILVA, T.N.A.et al. Relações de cooperação e confiança entre organizações cooperativas promovendo o capital social. **Administração em diálogo/** Programas de Estudos Pós graduados em administração PUC – SP – n.6 (nov.2004). São Paulo: Saint Paul, 2004.

SOUZA, Y.S. Organizações de aprendizagem ou aprendizagem organizacional. In **RAE-eletrônica**, v.3, n.1, Art. 5, jan./jun. 2004, Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a08> >. Acesso em: 24/06/2015.

SVEIBY, K.E. **A nova riqueza das organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TSANG, E.W.K. (1997). Organizational learning and the learning organization: A dichotomy between descriptive and prescriptive research. **Human Relations**, 59(1), 73-89.

VON KROGH, G.; ICHIJO, K; NONAKA, I. **Facilitando a criação do conhecimento**: reinventado a empresa com o poder da inovação contínua. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

WEICK, K. **A psicologia social da organização**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

WICK, C.; LÉON, L. **O desafio do aprendizado**. São Paulo: Nobel, 1996.

YIN, R. **Estudo de caso**. 2ª edição. Bookman. Porto Alegre, 2004.

ZYLBERSZTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **Working Papers**, nº 02/017. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2002.

***DOSSIÊ COMUNICAÇÃO
E LINGUAGENS***



A MULHER DE *TPM*: A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA E DISCURSIVA DA MULHER NAS CAPAS DA REVISTA *TPM*¹

DOI-10.21745/ac06-13 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-13>

Suzana Rosa Arantes **

Marcelo Marques Araújo ***

RESUMO:

O presente trabalho analisa como a mulher é representada nas chamadas e fotos de capa da revista TPM (Trip Para Mulher) nas edições de Abril, Maio e Junho de 2012, para identificar simbolicamente qual e como é a mulher de TPM. Para isso buscou-se compreender o interdiscurso presente no espaço e no campo discursivo feminino deste periódico. Este que tem em sua linha editorial o objetivo de representar a mulher de forma diferente das revistas femininas tradicionais. A identidade, o gênero, a imprensa feminina e a análise do discurso francesa são os alicerces teóricos dessa pesquisa.

Palavras-chave: Identidade; Gênero; Imprensa feminina; Discurso. TPM

ABSTRACT:

This study analyzes how women are represented in calls and magazine cover photos TPM (Trip To Woman) in the April editions, May and June 2012, to identify which symbolically and how the TPM woman. For this we sought to understand the interdiscourse present in space and female discursive field of this journal. This has in its editorial line in order to represent women differently from traditional women's magazines. The identity, gender, women's press and the analysis of the French discourse are the theoretical foundation of this research.

Keywords: Identity; Genre; women's press; Speech. TPM

Ao longo dos séculos, muita coisa mudou na vida das mulheres. Hoje a mulher participa ativamente da vida social, política e econômica do país. Mas para a pesquisadora francesa Michelle Perrot (2007), mesmo diante das transformações e conquistas que a mulher contemporânea alcançou (e ainda alcança), ainda temos o “modelo triunfante” de mulher, ou seja, aquela que lava, passa, cozinha, que é excelente esposa, mãe, cuida bem da casa, dos filhos etc. E com a contemporaneidade, a mulher,

¹ Artigo produzido a partir de investigação mais ampla referenciada na monografia apresentada ao curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2013.

² Graduada em Letras (2003-2007) e em Comunicação Social: habilitação em Jornalismo (2009-2013) pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. E-mail: suzanaarantes27@gmail.com

³ Professor do Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Uberlândia – MG / Brasil. Professor e Orientador no Programa de Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação (FACED/UFU). Orientador do trabalho. E-mail: marcelo.araujo@ufu.br

aindacom suas atividades profissionais, não deixou de desempenhar o seu papel de mulher na esfera privada.

A mídia contribui para que certos valores e costumes sejam transmitidos e absorvidos pela sociedade. De acordo com Wolf (2002), quanto mais dura e complicada é a vida moderna, mais as pessoas se sentem tentadas a agarrar-se a clichês que parecem conferir uma ordem àquilo com que, de outra forma, seria incompreensível. Ainda segundo Wolf (2002), a cultura de massa forma um sistema de cultura, constituindo-se como um conjunto de símbolos, mitos e imagens que dizem respeito, quer à vida prática, quer ao imaginário coletivo. E os meios de comunicação (televisão, revista, internet, rádio) detêm forte influência na formação da identidade das pessoas. No caso do imaginário feminino, a mídia revista se configura como uma das grandes aliadas da mulher nessa busca de formação, moldagem e solidificação de identidade (o que vestir, pensar e como se comportar).

A revista TPM (Trip Para Mulher), da TRIP Editora, está no mercado editorial brasileiro desde 2001 e tem o público feminino como foco. A publicação segue uma linha editorial que tem o propósito de representar a mulher de forma diferente das revistas femininas convencionais, para não ficar restrita ao que Buitoni (1990) identificou como trio de sustentação das publicações para mulheres – moda, casa e coração. A revista traz matérias inteligentes e aprofundadas, ao lado das seções de roteiro cultural e comentários humorísticos; propondo outras visões de consumo. Mas quais são as representações e características da imagem da mulher contemporânea construídas pela TPM?

O mês de maio é um período conhecido como o “mês das noivas”, em que acontecem muitas cerimônias de casamento, e por ser o mês das mães. Dessa forma, a edição do mês de maio de 2012 da revista TPM foi selecionada para a realização de uma análise do discurso francesa das suas chamadas e fotos de capa para compreendermos a representação da mulher nessa publicação, buscando observar os seguintes elementos: representação da mulher, o campo, espaço e posicionamento discursivo, interdiscurso, heterogeneidade, deslocamento e apagamento e dialogismo. Isso tudo a partir dos estudos de Pêcheux.

Para Fernandes (2005), o fato discursivo implica uma exterioridade à linguagem, devendo ser apreendido no social, colocando em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos diferentes contextos sociais. O autor refere-se a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Esse é o terceiro momento da Análise do Discurso (AD), em que opera-se a desconstrução da noção de “maquinaria discursiva fechada”. Aqui, há o “reconhecimento da não neutralidade da sintaxe; a noção de enunciação passa a ser abordada e as reflexões sobre a heterogeneidade enunciativa levam à discussão sobre o discurso outro” (FERNANDES, 2005, p. 83 apud PÊCHEUX, 1990, p. 315). De acordo com o autor, a identidade do discurso se constrói na relação com o outro, esteja esse outro marcado ou não linguisticamente.

Teóricos da contemporaneidade, tais como Guiddens (2002), Hall (2004) e Kellner (2001) comprovam que as identidades são construídas nas e pelas múltiplas relações que indivíduos e grupos estabelecem com diversos contextos sociais e culturais que, nos tempos de hoje, envolvem também os produtos culturais que circulam na mídia, na qual o sujeito

se inspira para construir sua narrativa biográfica. Emídia e sociedade se refazem constantemente, uma transformando a outra e vice-versa.

Hall (2004) nos coloca três concepções muito diferentes de identidade, que são: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que “emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo”. (HALL, 2004, p. 10-11)

Já na noção de sujeito sociológico, segundo o autor, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. As identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. (HALL, 2004, p. 12)

principalmente, políticas. Segundo Mikhail Bakhtin, no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de 1979, tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo, e sem este não há ideologia.

Hall (2004) é consoante com o pensamento de Kellner (2001), mas, para este, apesar de, na modernidade, a identidade torna-se mais móvel, múltipla, pessoal, reflexiva e sujeita a mudanças e inovações, ela também é social e está relacionada com o outro. Portanto, “as identidades ainda são relativamente fixas e limitadas, embora os limites para identidades possíveis e novas estejam em contínua expansão”. (KELLNER, 2001, p. 296)

Na modernidade, segundo Kellner (2001), há uma estrutura de interação com papéis, normas, costumes e expectativas socialmente definidos e disponíveis; e que “precisamos escolhê-los e reproduzi-los para obtermos identidade num processo complexo de reconhecimento mútuo” (KELLNER, 2001, p. 296). Para Guiddens (2002), as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais e a seu impacto global.

A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual e, portanto, com o eu. Uma das características distintivas da modernidade, de fato, é a crescente interconexão entre os dois “extremos” da extensão e da intencionalidade: influências globalizantes de um lado e dispositivos pessoais de outro. (GUIDDENS, 2002, p. 9)

E o sujeito mulher? Quem construiu, estabeleceu o papel, a distinção entre o sexo feminino e o masculino? De acordo com Lavinias (1997 apud BARCHET, 2010, p. 16), a concepção do gênero como uma construção sociocultural é um sistema de representações que atribui diferentes significados (identidade, valor, status dentro da hierarquia social e prestígio) a indivíduos dentro de uma mesma sociedade.

Segundo a estudiosa Del Priore (1997), a “toda-poderosa” Igreja exercia (e ainda exerce) forte pressão sobre o “adestramento da sexualidade feminina”. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher, segundo a autora, era simples: o homem era superior e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade. O macho (marido, pai, irmão etc.) representava Cristo no lar. A mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca.

Del Priore (1997) diz que a retomada por um “velho discurso” que tenta justificar as teorias e práticas liberais – que, embora comprometidas com o princípio da igualdade, negavam às mulheres o acesso à cidadania, através da ênfase na diferença entre os sexos – seria revigorada a partir das descobertas da medicina e da biologia, que ratificavam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão versus mulheres; coração, sensibilidade, sentimentos. Dessa forma, a construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce etc. “Aqueles que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais”. (DEL PRIORE, 1997, p.334)

Além disso, a maternidade era considerada, nas perspectivas médicas e psicológicas, como a verdadeira essência da mulher, inscrita em sua própria natureza. A mulher permaneceu consumindo ideias e produtos que possam ajudá-la a parecer mais jovem. A submissão ao homem deu espaço à submissão aos valores da beleza e da juventude.

Ainda segundo a autora, muitas distinções entre os sexos eram estabelecidas. Entre elas, as

fronteiras entre a esfera pública, definida como essencialmente masculina, e a privada (a casa, o lar), vista como lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos. Assim, a mulher deve se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público, diz Del Priore (1997).

Autoridades e homens de ciência do período consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica. Até a década de sessenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino. (DEL PRIORE, 1997, p. 604)

No Brasil, segundo Del Priore, os anos 1950 eram ainda uma época em que os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. De acordo com Del Priore, a mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto maternal, pureza, resignação e doçura. “Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional”. (DEL PRIORE, 1997, p. 608)

Sabemos que muita coisa mudou na história das mulheres em relação a épocas passadas. Mas, segundo a historiadora francesa Michelle Perrot, mesmo com tantas conquistas e mudanças ao longo do tempo, ainda encontramos o “modelo triunfante de mulher”.

Os autores Berger e Luckmann (1985) discutem como se dá a legitimação dos papéis e dos modelos de sociabilidade seguidos pela sociedade. Para eles, a origem do universo simbólico está relacionada à “legitimação”, processo este que “não apenas diz ao indivíduo por que deve realizar uma ação e não outra; diz-lhe também por que as coisas são o que são” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 129).

Para Thompson (2011), o desenvolvimento de uma variedade de instituições de comunicação a partir do século XV até os nossos dias, os processos de produção, armazenamento e circulação têm passado por significativas transformações. Ele explica que:

estes processos foram alcançados por uma série de desenvolvimentos, as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escalas sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno. (THOMPSON, 2011, p. 35)

Para Thompson (2011), uma grande variedade de instituições assume um papel particular historicamente importante na acumulação dos meios de informação e de comunicação. Estas incluem instituições religiosas que se dedicam essencialmente à produção e difusão de formas simbólicas associadas à salvação, aos valores espirituais e crenças transcendentais; instituições educacionais que se ocupam com a transmissão de conteúdos simbólicos adquiridos e com o treinamento de habilidades e competências; e instituições da mídia, que se

orientam para a produção em larga escala e a difusão generalizante de formas simbólicas no espaço e no tempo, sendo produzidas e distribuídas pelo mundo social.

Pinto e De Souza (2009) afirmam que os meios de comunicação (televisão, revista, internet, rádio) detêm forte influência na formação da identidade, desempenhando um papel fundamental para o encontro de culturas, sua apropriação e ressignificação, ao mesmo tempo em que contribuem para moldar nos indivíduos as maneiras de apreender o mundo, participando da estruturação da sociedade e sendo por ela estruturada.

De acordo com Debord (2006), “muitos ritos já foram incorporados na cultura popular, cujo processo de reconfiguração dos atos humanos implica dependência de realidades espetacularizadas” (DEBORD, 2006 apud PINTO; DE SOUZA, 2009, p. 130). E o espetáculo (difundido pelos meios de comunicação) mantém a ordem vigente, ou seja, “[...] constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”. (DEBORD, 2006, p. 14 apud PINTO; DE SOUZA, 2009, p. 131).

Em todas as sociedades, para Thompson (2011), os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdos simbólicos. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de usos da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e o conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social. Mas com o desenvolvimento de uma variedade de instituições de comunicação a partir do século XV até os nossos dias, os processos de produção, armazenamento e circulação têm passado por significativas transformações, como explica Thompson:

Estes processos foram alcançados por uma série desenvolvimentos, as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escalas sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno. (THOMPSON, 2011, p. 35)

Nessa linha, o autor afirma que a comunicação é um tipo distinto de atividade social, que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas. Essa comunicação, para Thompson, é a que recebemos como produtos da mídia, uma parte integrante das atividades constitutivas da vida diária. E a mídia revista, principalmente para o imaginário da mulher, é um suporte que materializa e dá credibilidade a esse intercâmbio simbólico, moldando e remodelando o seu imaginário de acordo com os arquétipos, padrões e mitos que formam (e formaram) o cotidiano, a maneira de pensar e agir da mulher moderna. O comportamento, a forma de agir, pensar, se vestir, também é e continua sendo moldada por essa mídia na mulher contemporânea.

As revistas femininas brasileiras da década de 50, período conhecido como Anos Dourados, funcionaram como um reforço à identidade feminina criada e permanente até então. As páginas das revistas tratavam, segundo Del Priore (1997), de “assuntos femininos” daquela época, levando-as ao encontro das ideias sobre a diferença sexual predominante nessa sociedade.

Jornal das Moças, Querida, Vida Doméstica e Você, segundo Del Priore, eram revistas que

traziam imagens femininas e masculinas, o modelo de família (branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos), regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Essas imagens, mais do que refletir um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes, promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes de sua época. “As revista influenciaram a realidade das mulheres de classe média de seu tempo assim como sofreram influências das mudanças sociais vividas – e algumas, também promovidas – por essas mulheres” (DEL PRIORE, 1997, p. 609)

Quando indivíduos codificam ou decodificam mensagens, segundo Thompson (2011), eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelos meios técnicos (rádio, jornal, revista, televisão, internet, discos, filmes etc.), mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico.

Moscovici afirmou que as representações são responsáveis por comportamentos e atitudes dos indivíduos da coletividade, mas sofrem alterações a partir da vivência na qual é forjada. “A construção das representações é multifatorial, e elas serão tão diversas quantas forem as opiniões de onde nasçam e os objetos passíveis de representação”. (MOSCOVICI, 1978, p. 62)

Segundo o autor, pensando dessa forma, estudar as representações poderia ser uma maneira de desvendar a sociedade tal como ela é percebida por seus atores. As representações sociais explicariam como alguns comportamentos vistos como naturais foram, em verdade, construídos “naturalmente” através do contato social. Uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam. A representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos.

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro. As relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. (MOSCOVI, 1978, p. 41)

Para Barchet (2010), tanto os meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio e impressos) quanto os novos (internet) insistem em exibir boas meninas e mulheres bonitas que retratam o modelo feminino ideal. Imagens que se repetem e se somam na mesma mensagem, sobre como as mulheres devem ser e como elas deveriam gostar de ser.

De acordo com Moreno (1990apud BARCHET, 2010, p. 23), “a mídia com seus estereótipos multiplicados ao infinito fornece um modelo de felicidade, de bom/premiado e mau/punido comportamento”. Dessa forma, a mídia mostra apenas o que considera preocupações e problemas “legítimos”, inviabilizando, ridicularizando ou criminalizando alternativas e questionamentos que não lhe interessa divulgar.

No que diz respeito às revistas femininas, essa homogeneização do gênero, segundo Strey (2008 apud BARCHET, 2010, p. 24), também é uma forma de normalizar as massas, pois não dá margem a diferenças. O autor afirma que as capas das publicações femininas são estampadas por um perfil predominante: são mulheres brancas, olhos e cabelos claros, na faixa dos 25 aos 35 anos, heterossexuais, bonitas, sensuais, magras, famosas, contemporâneas, financeiramente bem sucedidas e felizes. Para Zucco (2006apud BARCHET, 2010, p. 24), este tipo de publicação não somente esboça uma identidade feminina, mas a reafirma na condição de uma natureza.

Buitoni (2009) nos diz que a imprensa feminina é representada, principalmente, pela mídia revista, que ainda hoje tem um grande peso no contexto cultural das mulheres. A

imprensa feminina também é marcada por ambiguidades, como afirma Buitoni (2009).

O corpo, para ser bonito, deve ser invadido por uma prótese. Próteses como requisito imprescindível para conquistar o homem e discussões sobre gravidez de adolescentes; a roupa mais cara e a fome na África; a fala inconsequente de uma participante de reality show e a reportagem sobre sustentabilidade: paradoxos, contradições e ambiguidades fazem a revista feminina. (BUITONI, 2009, p. 15)

Essa ambiguidade, de acordo com Buitoni (2009), se faz presente já que essa imprensa foi um instrumento de democratização da moda, trouxe informações sobre sexo, contribuiu para a revolução sexual. No entanto, sugere a colocação de próteses como uma grande conquista de beleza e identidade.

Com o levantamento dos principais teóricos que abordam ostemas da identidade, gênero, representação social e análise do discurso, foi feita a análise de discurso das chamadas e foto de capa da edição de maio de 2012 sob a forma de matrizes. A partir dos elementos discursivos da matriz, observamos algumas questões que envolvem a representação da mulher na sociedade e na mídia, principalmente na revista TPM. Dessa forma, temos a Matriz Discursiva Referencial.

Matriz Discursiva Referencial
Corpus de Análise: Revista TPM
Ocorrência no Corpus: Capa Maio/2012



Enunciado	Grazi gravídissima – A estreia no cinema, a vida com Cauã, a chegada da primeira filha: “É um medo gostoso, misturado com ansiedade e amor”
Representação da Mulher	Mulher exemplar: mãe, profissional de sucesso, bonita, casada
Campo Discursivo	Discurso Feminino
Espaço Discursivo	Discurso sobre o papel da mulher contemporânea
Formações Discursivas	Seguir o que foi “legitimado” para a mulher, como casar, ter filhos, ser boa esposa.
Interdiscurso	Moral, religioso, familiar.
Heterogeneidade mostrada ou Constitutiva	Heterogeneidade mostrada: “É um medo gostoso, misturado com ansiedade e amor” Heterogeneidade constitutiva: O enunciado representa o modelo de mulher mãe, bonita, de sucesso profissional e bem casada.
Posicionamentos Discursivos	Seguir o modelo de mulher construído ao longo do tempo
Deslocamento e Apagamento	Ser mãe, bonita, com sucesso na profissão e boa esposa. A mulher só tem uma escolha: ser mãe.

Dialogismo, Imagem e Discurso	<p>A capa de Maio/2012 retoma outros discursos numa identidade dialógica que assevera posicionamentos discursivos que são contraditórios à linha editorial da revista (são outros discursos retomados a partir da presença de enunciados constitutivos de apagamentos e não ditos, entre falas entre aspas, pronunciadas por mulheres bem sucedidas, autoridades femininas, etc.). A imagem da foto de capa reflete os padrões que devem ser seguidos pelas mulheres: ser bonita, se casar e ser mãe, o que implica em ser feliz e completa. Assim, texto (discurso) e imagem se unem para desempenhar essa função.</p>
Análise	<p>A matéria de capa da edição do mês de maio – este que é considerado o mês das noivas e no qual se comemora o dia das mães – representa a mulher no seu papel mais tradicional e considerado natural: a mulher mãe; ou seja, a mulher no ápice do seu “modelo triunfante”, de acordo com Perrot (2007). Aqui, podemos fazer uma analogia com as publicações femininas dos Anos 50, pois estas traziam em suas capas o modelo de família (branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos), regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Isso também é visto nessa capa da revista TPM em análise, pois além de uma brincadeira com o nome da atriz (Graziela – Grazi), aliado ao termo “gravidíssima”, no superlativo, há um reforço à condição considerada natural da mulher: ser mãe. A formação discursiva anuncia às mulheres que sigam o que foi “legitimado” para elas, como casar, ter filhos, ser boa esposa. Além disso, representa um modelo, um padrão da mulher contemporânea aliada àquele modelo, àquelas representações consideradas como “fundamental” para a mulher, ou seja, aquela que, além de seu papel triunfante (mãe, dona de casa, esposa, etc.), agora trabalha fora e dentro de casa, tendo que desempenhar o seu papel no espaço privado e também no espaço público. A felicidade da mulher está representada, contemplada, pois, além da beleza, do sucesso profissional, o casamento e a chegada do primeiro filho, pode-se observar que o amor é um atributo, uma condição inerente para a mulher. Isso pode ser visto na heterogeneidade mostrada “É um medo gostoso, misturado com ansiedade e amor”. A chamada da matéria de capa da referida edição funciona como uma receita de como se deve fazer para ser o modelo de mulher feliz, realizada (bonita, mãe, boa esposa, de sucesso profissional, etc.). O posicionamento discursivo da chamada e da foto de capa dessa edição retrata que ser mãe é uma obrigação a ser cumprida por todas as mulheres. O apagamento discursivo sugere que a maternidade tem que ser cumprida de qualquer forma pela mulher. Não ser mãe, assim como não se casar, significa uma feminilidade incompleta e, de certa forma, um fracasso social para a mulher. Também podemos observar que há a confirmação da instituição família, que, para Perrot (2007), é a célula elementar da sociedade.</p> <p>Foto de capa – A foto de capa dessa edição, como sendo do mês de Maio, representa o que uma mulher deve ser (mãe e esposa) e como ela deve se comportar (religiosa, bem comportada), reforçando o padrão de mulher criado e construído ao longo do tempo. Isso contradiz totalmente com a linha editorial da revista, porque a TPM tem como foco representar a mulher de forma diferente das outras mídias impressas voltadas para a mulher. Dessa forma, pode-se constatar que tanto as mulheres quanto as mídias que se propõem a ser diferentes, ainda continuam alicerçadas, seguem o “modelo triunfante de mulher” e o modelo triunfante de atributos considerados inerentes, naturais ao sexo feminino. Dessa forma, texto e imagem representam harmonicamente a mulher no seu papel mais tradicional.</p>

Com base na análise do discurso da chamada e foto de capa realizada, observa-se que o interdiscurso da revista TPM ainda tem e reflete uma formação discursiva do “modelo triunfante de mulher”, postulado por Perrot (1997). Desta maneira, através dos apagamentos, deslocamentos, do dito e do não dito, verifica-se certas regularidades discursivas que, portanto, oferecem essa constatação.

Os discursos do enunciado da revista TPM e a utilização da imagem feminina por esta mídia trazem imbricadas a construção de novos comportamentos e atitudes que formam estilos de vida para as mulheres, mas refletindo o espaço subjetivo da família, da mãe, da esposa, da mulher-bela e burra, da dona de casa, a partir da naturalização de estereótipos e mitos, ao mesmo tempo em que imprime na mulher uma representação do estabelecimento de novos padrões de comportamento e conduta, instigada pelo excessivo consumo, reivindicações sociais e valores estéticos estereotipados.

A atriz GraziMassafera aparece vestida com roupa de cor preta. Esta que é a cor mais escura do espectro, definida como “a ausência de luz”. O preto é a cor que absorve todos os raios luminosos (todas as outras cores), mas não reflete nenhum. Por isso a cor preta é considerada como desprovida de clareza. Além disso, a cor preta tem a simbologia do mistério, do pessimismo, da maldade, da introspecção e sugerisilêncio. Temos aqui o interdiscurso religioso que permeia o espaço discursivo feminino, pois, segundo Del Priore (1997), a mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. E, na cultura ocidental, a cor preta está associada à morte, às trevas, ao mal e outras conotações negativas.

Além disso, a cor preta, como sendo considerada desprovida de clareza, cumpre também a função de reforçar a submissão da mulher, desprovida de discernimento intelectual e protagonista apenas no espaço privado. Portanto, sem voz, sem participação ativa nenhuma na sociedade. O preto também é visto como uma cor que emagrece, considerada “chic”, clássica, elegante; atribuições estas – emagrecer, “chic”, elegância – que estão ligadas à mulher, à beleza. Outra regularidade encontrada é o fato de sua roupa – camisa aberta e biquíni – deixar exposta determinadas partes do corpo, como coxas e pernas, o que maximiza, de certa forma, a imagem da sensualidade. Assim, a emancipação feminina é evocada pela TPM, mas na verdade trata-se de um processo que continua coisificando a mulher. Segundo Buitoni (2009), podemos observar alguma evolução no processo metafórico em relação à forma da expressão, mas a forma do conteúdo permanece a mesma, ou seja, a mulher de TPM está, metaforicamente e metonimicamente, ligada aos seus papéis sociais básicos que ainda persistem, tanto no imaginário social quanto no imaginário editorial da TPM.

A mulher de TPM se insere no que Buitoni (2009) postulou como um “novo” que é, na verdade, “um simulacro da mudança”. E em termos sociais, ainda segundo a autora, esse “novo” só serve à manutenção dos sistemas vigentes. Para ela, o significado profundo desse “novo” é conservador e apenas ajuda a manutenção do status quo; oculta a permanência.

As regularidades discursivas presentes na chamada e foto de capa nos fornecem resquícios implícitos e explícitos que muitas simbologias, mitos e representações sociais criadas e construídas ao longo do tempo ainda têm grande força no imaginário social. “Ainda persiste o mito da feminilidade que vincula a ideia de mulher à da negação de mudança”. (MATTERLT, 1997, p. 34 apud BUITONI, 2009, p. 198)

Na TPM, a mulher é estimulada a ser independente (financeiramente, culturalmente, esteticamente), mas continua a depender do olhar masculino. Para Buitoni (2009), algumas normas com relação à moda e à beleza afrouxaram, em nome da liberdade e da diversidade, mas principalmente porque favorecem o aumento do consumo.

A sigla TPM, Trip Para Mulher, refere-se também à tensão pré-menstrual, indicando

o tipo de público que a revista pretende atingir: mulheres ousadas, fortes, que se permitem ter variações de humor – como acontece com a maioria das mulheres durante o período pré-menstrual, que não se encaixam nos estereótipos femininos tradicionais, nem naqueles que as outras revistas femininas propõem. Porém, as regularidades discursivas presentes em suas chamadas e foto de capa possuem formações discursivas que refletem o “modelo triunfante de mulher”, o que colabora para mitificação e a mistificação do ser feminino, ajudando a manter padrões e representações da mulher (mãe, esposa, casamento, doce, bela e burra, frágil etc.). Da mesma forma, o nome *TPM* é uma maneira de aprisionar a mulher a antiquíssimas representações do feminino.

A *TPM*, sempre que possível, procura deixar claro seu objetivo de não ser um manual de autoajuda. *ATPM* apresenta matérias inteligentes e aprofundadas, ao lado das seções de roteiro cultural e comentários humorísticos e propõe outras visões de consumo, embora dentro de uma economia capitalista.

Para Buitoni (2009), a revista *TPM* é uma nova tendência no segmento feminino. Para ela, é nesta revista que se encontra a preocupação da construção de uma visão crítica e da politização feminina. A independência feminina só é possível ser encontrada nesta publicação. A revista defende a ideia do bem-estar feminino acima de tudo. Sendo assim, a *TPM* apresenta uma tendência que contradiz as críticas elencadas por Buitoni (1990) a respeito da imprensa feminina. Agora, com esse aspecto crítico e sem estimular a dependência feminina em relação ao homem, a *TPM* busca a construção de uma consciência crítica da leitora, sem caráter alienador.

Muitos padrões de beleza feminina são quebrados nessa publicação. Mas a mulher de *TPM* que estampa a chamada e foto de capa realmente é livre de tudo o que foi imposto, construído para ela? Essa mulher se sente livre e age livremente sem as imposições da sociedade? Essa mulher se vê e se sente fora do padrão legitimado para ela? Não casar, não depender de marido, não ter filho, não saber ou não gostar de cozinhar, passar roupa etc., traz infelicidade para a mulher e é a antítese da feminilidade? Ser independente das normas e legitimações impostas a elas é errado?

O caráter alienador das publicações femininas convencionais apenas é contado e transposto de outra maneira pela revista *TPM*. Através das regularidades discursivas observadas, a revista ainda reflete o “modelo triunfante” de mulher, reproduzindo também o mesmo triunfalismo das revistas femininas tradicionais. Os elementos principais do universo feminino – moda, beleza, comportamento – ainda moldam o tripé de conteúdo da *TPM*. Apesar de observarmos na contemporaneidade os casamentos por amor (e não mais aqueles “arranjados” ou “sem amor”) e as mulheres fora do seu espaço privado (o lar, o ambiente doméstico), ainda persiste a exigência do “modelo triunfante” nessa mulher. Ela tem que ser companheira, ter dupla jornada de trabalho (no espaço público e no espaço privado), estar sempre sorridente, feliz, ser boa mãe e esposa, profissional exemplar, manter e cuidar da sua beleza. Essa existência naturalmente aceita e rotinizada na sociedade com relação ao papel e a representação da mulher parece não permitir uma ameaça mais aguda.

Alguns modelos acabam por tornar “naturais” certas posições que são construídas socialmente. E apesar dos avanços, a desigualdade ainda existe e há muitos obstáculos nos caminhos da cidadania feminina. Mesmo depois de muitas lutas vencidas contra a dominação masculina, a representação estereotipada das mulheres nas revistas parece não ter fim e continua. E isso fica visível nas regularidades discursivas da chamada e foto de capa registradas na revista *TPM*, que indicam caminhos para sua leitora ser uma mulher independente, aventureira, descolada, diferente do “modelo triunfante” de mulher.

Para Buitoni (2009), a imagem apresentada pela imprensa feminina inclui poucos elementos de inovação; é uma tradição camuflada de nova. A transformação ocorrida com a imagem da mulher nas revistas femininas é quase nula quando analisada em seus significados mais profundos, pois não ultrapassa os limites de adaptação às normas vigentes. Isso

é observado na capa e chamadas de capa da revista *TPM*, que têm em sua linha editorial o objetivo de representar a mulher diferentemente das revistas femininas tradicionais, mas não consegue se desvencilhar desses padrões, recriando diferenças entre o discurso e a realidade concreta. Seu discurso continua reproduzindo o mesmo modelo de mulher construído à base de estereótipos e padrões criados para a mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARCHET, Rita. **A construção da identidade da mulher na revista feminina Trip Para Mulher**. Tese de Conclusão de Curso. Faculdade Ruy Barbosa (BA), 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

GUIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MORIN, Edgar. **As idéias, seu habitat, sua vida, seus costumes, sua organização**. vol. 4. Rio Grande do Sul: Sulina, 1997.

MOSCOVICI, Sergio. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho. Bauru, SP: Edusc, 2001.

MOSCOVICI, Sergio. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, A. J. A.; SOUZA, S. R. de S. (Org). **Opinião, mídia televisiva, gênero e cultura na contemporaneidade**. In: Opinião na mídia contemporânea. São Paulo: Arte e Ciência, 2009. 123-137p.

SIMBOLOGIA DA COR PRETA. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>>. Acessado em: 14 de março de 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 12. ed. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação. Mass Media**: contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking. 7ª ed. Lisboa: Presença, 2002.

Táticas argumentativas no discurso religioso midiático neopentecostal

DOI-10.21745/ac06-14 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-14>

André Luiz de Castro Silva *

Marcelo Marques Araújo **

Resumo

O presente artigo analisa as táticas argumentativas usadas pela mídia eletrônica da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. Tal instituição religiosa se apropria tanto no rádio quanto na televisão de argumentos que funcionam de maneira estratégica e atraente a partir de elementos que qualificam o dizer com o intuito de promover a interação e a fidelização dos fiéis. Aqui apresentaremos um recorte da pesquisa desenvolvida no mestrado que apresenta os efeitos de sentido do discurso religioso praticado pela denominação liderada pelo bispo Robson Rodovalho. A pesquisa de caráter exploratória e qualitativa expõe os conceitos relativos à argumentação e o campo religioso. Através da análise de sequências discursivas do programa “Vida com Esperança” veiculado na Rede Gênese de Televisão e na Rádio Sara Brasil FM verificamos as tipologias argumentativas, os recursos e elementos argumentativos construídos a partir dos quadros teóricos dos estudos da argumentação apoiados principalmente em Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) e Ducrot (2009). As análises apresentaram enunciados que provocam efeitos de sentido aos quais destacamos a referência ao mundano, à obediência ao divino, a eficiência da palavra, a credibilidade de exemplos triunfais, a segurança pela “verdade bíblica” e a confiança plena em Deus.

Palavras-chave: Argumentação, religião, mídia.

Abstract

This article analyzes the argumentative tactics used by electronic media of the Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. This religious institution appropriates both in radio and in television arguments that work in strategic and attractive way from elements that qualify to say in order to promote interaction and loyalty of the faithful. Here we present a research crop developed the master that shows the effect of meaning of religious discourse practiced by the denomination led by Robson Rodovalho. The exploratory and qualitative research study exposes the concepts relating to argument and the religious field. Through the discursive sequence analysis program “Vida com Esperança” aired on Rede Gênese de Televisão and Rádio Sara Brasil FM verified argumentative types, resources and argumentative elements constructed from the theoretical frameworks of argumentation studies supported mainly Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) and Ducrot (2009). The analyzes presented statements that provoke effects of meaning to which we emphasize the reference to the mundane, obedience to the divine, the word efficiency, credibility triumphal examples, the safety “biblical truth” and full trust in God.

Keywords: Arguing, religion, media.

¹ Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação pela UFU. Graduado em Comunicação Social pelas Faculdades Integradas de Caratinga. E-mail: profalucaastro@yahoo.com.br

² Professor do Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Uberlândia – MG / Brasil. Professor e Orientador no Programa de Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação (FACED/UFU). Orientador do trabalho. E-mail: marcelo.araujo@ufu.br

1 INTRODUÇÃO

O discurso é efeito de sentido que surge a partir da expressão comunicativa, quando alguém se dirige a outro com o objetivo de comunicar ou expor. Pesquisadores indicam que a mídia é lembrada como ferramenta essencial para a difusão da mensagem religiosa. Este artigo é resultado de uma pesquisa que é fruto de uma percepção no cotidiano pessoal voltada para os programas radiofônicos e televisivos evangélicos que são apoiados nas mensagens de apelo emocional, pelas multidões de pessoas que compartilham e testemunham histórias de problemas das mais variadas formas com mensagens de fácil assimilação sob a mediação de pastores-apresentadores que contavam com argumentações cada vez mais convincentes.

No Brasil, uma das denominações que mais tem investido nos meios radiofônicos e televisivos para atingir novos espaços e expandir suas mensagens é a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (SNT). A denominação criada em 1992 em Brasília conta com um número expressivo e crescente de fiéis que apresenta discursos que tratam do cristianismo agregada com elementos que abordam o modo de viver das pessoas no âmbito pessoal ao qual se destacam a vida familiar, financeira, a formação acadêmica, o relacionamento interpessoal e intrapessoal. As mensagens apresentadas pela denominação através da mídia eletrônica (rádio e TV) também abordam regras para uma vida profissional de êxito com enfoque na carreira e nos negócios.

Nesse artigo apresentaremos um recorte das análises dos eixos argumentativos da pesquisa que foi desenvolvida no programa de pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da UFU. Seguimos aqui os preceitos da Teoria da Argumentação baseados especialmente em Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005) e Ducrot (2009). Avaliamos ainda a relação entre a mídia e a religião cujos principais referenciais são Fausto Neto (2004), Campos (2008) e Cunha (2007). A materialidade linguística está registrada em sequências discursivas com origem nos discursos enunciados por pastores da SNT ao qual enfatizamos nas análises a tipologia argumentativa, os recursos argumentativos e os efeitos de sentido que atravessam os discursos religiosos. A materialidade discursiva foi extraída do programa “Vida com Esperança” veiculado na rádio Sara Brasil FM e na Rede Gênese de Televisão.

2 A BUSCA DO SAGRADO PELA RELIGIÃO MIDIÁTICA

Aragão (2012, s/p) destaca que atualmente 2,5 bilhões de pessoas assistem e ouvem programas cristãos de rádio e TV todo o mês no mundo. A previsão para o autor é de que esse número chegue a 3,8 bilhões em 2025. Isso sem contar a internet que sequer pode ser medida a priori. A título de comparação, o autor afirma que em 1982 cerca de 750 milhões de pessoas tinham acesso a programas cristãos nos meios de comunicação, ou seja, quase cinco vezes menos em relação aos dias atuais.

A história da civilização humana nos mostra que sempre o homem de alguma maneira está à procura de um ser superior a quem possa recorrer a fim de solicitar uma ajuda, responder perguntas, indagações, inclusive realizar milagres. Esta instituição é a Igreja. Atualmente ligamos a televisão ou o rádio e por algum momento sintonizamos em um programa religioso. Estes podem ser católicos, protestantes, pentecostais, neopentecostais, espíritas, umbandistas, entre tantos outros. No campo da religião todas as denominações são organizadas socialmente.

A quantidade crescente de programas religiosos na mídia eletrônica evidencia uma disputa pelos espaços midiáticos entre as denominações cristãs, ao qual destacamos as igrejas cristãs neopentecostais brasileiras, seja no investimento em horários em emissoras terceiriza-

das ou na formação de emissoras próprias. Para Klein (2006), “ampliar a voz do evangelho pelos meios eletrônicos de comunicação é, antes de tudo, uma estratégia missionária, o falar com a finalidade de arrebatar novos fiéis”. (KLEIN, 2006, p.143).

Se por um lado os templos se mantêm de pé, o campo religioso se pluralizou para espaços que, segundo Fausto Neto (2004, p.141) é conhecido como “Templo Midiático”. Para ele, as religiões não contam com a pré-dica de religião abstrata, mas ela necessita de uma “economia de contato”, ou seja, é aquela que usa da mídia para criar um “ambiente SOS” e deterapeutização por meio de uma “palavra pronta”. A religião, mesmo sendo um sistema de fé ou de crença, se difere da crença privada na medida em que se tem um aspecto público.

Ela acabou tomando uma nova formatação a partir do momento que adotou a mídia como ferramenta de propagação de seus valores, criando métodos de interação através de discursos distintos, com argumentos variados e diretos. Surge assim a Religião Midiática ou Religião da Mídia, que se reporta, segundo Fausto Neto e Valdetaro (2010) a uma arquitetura comunicacional midiática, promovendo relações entre produtores e receptores de mensagens, levando em conta as transformações sociais e econômicas existentes em seu macroambiente.

Essa Religião Midiática é resultante de um fenômeno que Gomes (2008) chama de Miatização. Para ele, o fenômeno é uma reconfiguração de uma ecologia comunicacional, ou seja, é a transformação da sociedade dos meios – não relacionada apenas com a existência de ferramentas sócio-técnico-discursivo que promove a intermediação e a interação entre os campos sociais – “em uma sociedade onde a cultura, lógicas e operações midiáticas afetam, relacional e, transversalmente, a própria sociedade, no âmbito mesmo de suas diferentes práticas” (GOMES, 2008, p.03). Ele reforça ainda que a miatização é a chave hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade, ou seja, a sociedade se percebe a partir do fenômeno da mídia que foi ampliado a partir do rádio e da televisão. Isso acaba possibilitando a condição da mídia, para o estudioso, como locus da compreensão da sociedade.

Acceptar a miatização como um novo modo de ser no mundo põe-nos numa nova ambiência que, mesmo que tenha fundamento no processo até agora desenvolvido, significa um salto qualitativo no modo de construir sentido social e pessoal. Mesmo que as mediações material e simbólica estejam unidas no processo de miatização, essa não é um degrau a mais no processo evolutivo, mas um novo qualitativo, síntese na dialética sujeito/objeto. (GOMES, 2007, s/p)

Para o autor, a miatização está para a história humana assim como está para a invenção da escrita. Quer dizer que à medida que os meios de comunicação foram se desenvolvendo as instituições religiosas foram se apropriando desses meios como extensões da voz, da imagem e da própria ação.

Fausto Neto (2004) destaca que a miatização, especialmente no campo religioso, evolui no Brasil por três diferentes fatores: primeiro ele afirma ser por conta da Indústria Cultural, pois capturar fiéis é uma ação que pode ser compreendida se observarmos o alto investimento das

³ Etimologicamente, o termo Igreja vem do grego *ekklesiaque* é composta por dois radicais: *ekque* significa para fora e *klesia* que significa chamados, ou seja, “os que foram chamados”. Designa também as assembleias do povo ou a reunião de pessoas. Desde o século IV também indica um templo religioso. (O QUE É A IGREJA? Disponível em: <<http://www.gotquestions.org/Portugues/definicao-igreja.html>>. Acessado em: 20 mar.2015

igrejas na propagação de suas mensagens nas emissoras de rádio e televisão comerciais no Brasil. A SNT, por exemplo, investiu na aquisição da Rede Gênese e na Rádio Sara Brasil; na internet investiu em lojas virtuais com estruturas de e-commerce para vendas; na comercialização de CD's e DVD's através da gravadora Sara Music, além da participação dos líderes da denominação em eventos ao qual destacamos obispo Robson Rodovalho. Mesmo sendo líder religioso, ele ministra palestras em conferências com temas ligados a ciência, a física quântica e a administração financeira para pessoas físicas e pessoas jurídicas (empresas com ou sem fins lucrativos). Já a bispa Lúcia Rodovalho – esposa do líder da SNT – pela sua formação na área de psicologia com especialização em terapia familiar, apresenta palestras para públicos diversos com temas ligados a gestão do tempo, o poder da mente, vida familiar, sexualidade na adolescência e relacionamentos voltados para casais e solteiros, dentre outros.

Seguindo o mesmo raciocínio de Fausto Neto (2004), o segundo motivo da evolução da midiática no campo religioso brasileiro se deve a existência de um mercado religioso para as ofertas que são apresentadas na mídia. Promessas de transformações, de curas milagrosas, de restauração na vida sentimental, na restituição da vida financeira. A SNT atinge diretamente uma classe populacional diversa que, tradicionalmente, “saíram em busca de uma vida mais digna [...] e que são alvo das mais diferentes políticas públicas, sociais, assistenciais e religiosas postas em práticas pelas instituições” (FAUSTO NETO, 2004, p.146, 147).

O terceiro motivo deve-se ao protagonismo do campo religioso em virtude da falta de envolvimento do Estado e outras instituições perante a ações político-assistenciais. Segundo o autor, a religião deixa de ser uma abstração. A SNT, por exemplo, se coloca como um horizonte de resolução, mesmo que provisória, dos problemas cotidianos de um espaço social. Para confirmar esses dizeres abaixo colocamos uma sequência discursiva com o sujeito pastor Jean na Rádio Sara Brasil FM que relata um questionamento que ele recebeu sobre a participação da SNT em atividades que são de responsabilidade do Estado.

O ateu não acredita que Deus existe. Eu tenho um conhecido que tava questionando as igrejas falando que as igrejas teriam que pagar para poder fazer os cultos, que não poderia ser daquela maneira e aí, um amigo meu que é pastor também. Ele se levantou e falou: “por que nós temos que pagar (o Parceiros de Deus)? Por que que nós temos que pagar?” Por que nós fazemos o trabalho que o governo não faz e nós temos que pagar ainda por isso? [...] Então... nós temos que fazer o trabalho do governo e ainda pagar! O governo é que deveria tá nos ajudando. É o próprio governo, o próprio Estado que deveria estar nos ajudando porque nós estamos fazendo o trabalho deles!

Pastor Jean Fanurakis
Vida com Esperança – Rádio Sara Brasil FM
26/08/2015

⁴ Examinada por Matta (1999) destaca o papel dos meios em tentar a presença, na esfera pública, de rostos e vozes, ou seja, os meios destacam-se como lugar de encontro, de realização de uma comunidade inclusiva.

Fica evidente pela sequência discursiva apresentada que a própria SNT sabe do papel dos governantes no que se refere à manutenção da qualidade de vida da população. Mesmo assim, a denominação assumiu a responsabilidade de ajudar com creches, clínicas de recuperação para usuários de drogas, serviços escolares, por exemplo, para uma camada da população que pode ser desprovida do suporte que é prioritariamente do Estado.

A reflexão feita pelo autor significa que na sociedade da comunicação, a tecnologia midiática trabalha na construção de sentido, induzindo a partir de então uma forma de organização social. As grandes mudanças nos aspectos social e cultural das sociedades modernas contemporâneas têm acarretado, inclusive, mudanças inclusive na ordem do discurso. De acordo com Habermas (1984), estas mudanças discursivas são reflexos da colonização do mundo da vida pelos sistemas do Estado e da economia. Dessa forma, ocorre um movimento de extensão deste mercado que está reconceituando suas atividades como produção e marketing para consumidores. Isso dá a entender que o discurso religioso se vê afetado por essas transformações e seus conteúdos apresentados na mídia eletrônica não refletem apenas crenças e valores do que é denominado religioso ou da esfera espiritual. Eles expressam, ainda, outros interesses, significados e sentidos.

A crescente valorização dos meios de comunicação e o excesso de informações geradas por eles produziram receptores passivos, desmobilizados diante de uma realidade em que a economia capitalista e globalizada gera a impressão de que o mundo está sem limites. A mídia eletrônica possibilitou novas sociabilidades. Vemos à medida que os anos passam religiões cada vez mais presentes nos meios de comunicação. Tal circunstância possibilitou uma busca maior das pessoas pela religiosidade, fazendo com que eles se abasteçam de repertórios religiosos peculiares que são desenvolvidos constantemente.

Para Pulga (2006), ao longo da história, o comportamento da Igreja se orientou pelo exercício da censura e repreensão, ou inquisição no que diz respeito aos processos de reprodução da palavra escrita, pois desde Gutemberg apropriou-se do primeiro meio de comunicação de massa – a prensa – e no início do século 20, a religião, no que diz respeito aos meios, avançou para inúmeros espaços sociais. O homem passou a ter um maior contato com o universo religioso sem ter a necessidade de buscar uma instituição social que pudesse auxiliar em tal contato.

O uso dela enquanto meio de transmissão, de difusão, pelo menos por parte do cristianismo é antiga. Para Fausto Neto (2004), a pluralidade social, o trânsito cultural, a estetização da vida cotidiana, a predominância das imagens, o simulacro, o virtual, o hedonismo e a intensidade de percepções fez com que o mundo se tornasse reencantado. A mídia eletrônica se tornou uma das principais fontes supridoras dos desejos e emoções do homem contemporâneo.

Hoje as igrejas se tornaram midiáticas e, conseqüentemente, tornaram públicos os sermões ou pregações e proporcionaram aos ouvintes e telespectadores a chance de se envolverem com as denominações. Esse novo clima cultural trouxe consigo uma forte demanda por mensagens de autoajuda, otimismo e esperança, as quais produziram esforços dos clérigos e leigos no atendimento de desejos e necessidades temporais dos fiéis. As mídias, segundo Fausto Neto (2004) foram reconhecidas como atividade social.

⁵ Projeto missionário coordenado pela SNT que promove atividades assistenciais a comunidades carentes de Brasília e de outras capitais brasileiras.

3 A ARGUMENTAÇÃO NA MÍDIA ELETRÔNICA RELIGIOSA

Podemos dizer que a argumentação é tudo aquilo que ilumina ou que proporciona uma percepção de uma ideia que leva a compreensão. Segundo Plantin (2008), este tema é estudado há muito tempo, desde a Grécia antiga. O autor relata que no referido tempo era apreciada a retórica – a arte do bem falar, da erudição e da oratória – e que tinha como objetivo persuadir e convencer. Fiorin (2015, s/p) afirma que a retórica surgiu na Grécia, em especial na Sicília – então território grego – e a expressão vem de *recceis* que significa “dizer”, ou seja, estuda o ato de dizer, o ato de argumentar. O autor ainda destaca que tudo que enunciamos com vistas a estar contra ou a favor de um determinado ponto de vista é um argumento. Plantin (2008) relata a vinculação da argumentação à arte de pensar corretamente (lógica), à arte de falar bem (retórica) e a arte de dialogar (dialética). Ducrot (1981) e Koch (2011) afirmam que a argumentação é um elemento básico da linguagem. Para Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação é uma ação que promove a adesão dos interlocutores e é instrumento de atuação nos espíritos. É um ato de persuasão e de convencimento. Orlandi (1998) afirma que a argumentação se faz presente em inúmeras perspectivas nos estudos da linguagem e pode ser considerado o ornamento do dizer.

Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005) propuseram uma teoria que tem como objeto o estudo das técnicas discursivas que permitam provocar ou aumentar a adesão dos receptores. Para tanto, o autor considera que, na argumentação, devem ser levadas em conta uma lógica dos juízos de valor, que pudesse fornecer critérios objetivos e universais para a aceitação de valores. O criador do Tratado da Argumentação não concordava com a posição positivista, retomando a noção de acordo – consequência natural de uma proposição verdadeira.

Na argumentação elaborada por Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005) o que importa é o valor da decisão, de uma opção ou ação, considerada como justa, razoável ou honrosa. Sua pesquisa “foi direcionada no sentido de retomar e ao mesmo tempo renovar a retórica dos gregos e dos romanos, concebida como a arte do bem falar, ou seja, a arte do falar de modo a persuadir e a convencer, e retomar a dialética e a tópica, artes do diálogo e da controvérsia” (PACHECO, 2006, p.07).

Para a argumentação ser validada, se faz necessário a presença de ouvintes ou espectadores, confirmando o processo comunicativo que se deseja estabelecer. A efetivação dessa comunicação se dá através do alcance dos objetivos traçados pelo orador, algo que não é meramente um desejo, mas um objeto de desejo. Por isso, a linguagem empregada deve denotar uma relação de desejo e de poder, onde quem estiver falando é o que tem autoridade sobre quem está ouvindo.

⁶ Segundo Pacheco (2006), a ótica positivista demonstra a veracidade de alguns fatos e de proposições lógicas e matemáticas, mas nunca de um juízo de valor, que será sempre controvertido. Para ele pode-se provar que $2+2=4$, mas não que uma determinada atitude é mais justa do que a outra.

A forte presença da argumentação no discurso religioso midiático e o grande número de pessoas que se envolvem com tal discurso a ponto de fazerem peregrinações para conhecerem igrejas, padres ou pastores, inquietaram-nos a ponto que o presente estudo surgiu para compreender as estratégias argumentativas da SNT já que, atualmente, conseguem atingir cada vez mais alocutários por meio da televisão e do rádio para fazer com que suas ideias conquistem o maior número possível de fiéis. Fiorin (2015, s/p) corrobora com isso afirmando que o argumento é “uma sustentação a favor ou contra um determinado ponto de vista ou tese”. Tudo que enunciamos com vistas a estar contra ou a favor de um determinado ponto de vista é um argumento.

O primeiro princípio da argumentação, segundo Fiorin (2015, s/p) é a antifonia. Ela é a voz contrária, ou seja, aquilo que é construído pelo discurso e pode ser destruído pelo discurso contrário. Plantin (2008, p.52) reforça que a argumentação reforça no contrário, já que é grande a importância da manipulação dos contrários no discurso argumentativo. O princípio da argumentação é, para Fiorin (2015), o princípio da contraditoriedade, consagrado no direito de todos os países civilizados.

Não é possível ter julgamento sem que se obedeça ao princípio do contraditório. Eles estão na base da criação da retórica. Aristóteles foi um compilador da base retórica, como um criador. Sua retórica tem três partes, ou seja, a argumentação trata: o orador e suas qualidades. Depois aborda o auditório e as paixões que o move e a movimentação das paixões por conta do orador. E, por fim, trabalha com a organização do discurso, ou seja, como é o argumento. É abordado ainda a lógica de Aristóteles que aborda as diferenças entre o raciocínio lógico do raciocínio retórico e como os argumentos são organizados e como são feitos os sofismas, como são feitos os argumentos falaciosos para vencer uma discussão. (FIORIN, 2015, s/p)

A noção de organização dos argumentos mencionada pelo autor se complementa com o que diz Orlandi (1998, p.77) ao afirmar que argumentar é antecipar, prever reações a partir do jogo de imagens das interações e por meio dele a argumentação tem como objetivo “transformar o ouvinte ou identificar-se a ele”. Mosca (2004, p.17) destaca a argumentação como uma consideração do outro como capaz de reagir e interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas, ou seja, “conferir-lhe status e a qualificá-lo para o exercício da discussão e do entendimento, através do diálogo”.

O discurso religioso midiático enunciado pelos pastores na mídia eletrônica da SNT pode ser visto, seguindo o raciocínio de Plantin (2008, p.70, 74-75), enquanto modo de construção de respostas a perguntas que organizam um conflito discursivo, além de ser um modo de gestão da diferença e um tipo de atividade linguística desenvolvida em uma situação argumentativa. De acordo com o autor, para se configurar uma situação linguística argumentativa é necessária que nela haja uma oposição de discurso, ou seja, dessa maneira a argumentação se fundamenta nos contrários, já que para ele é importante a manipulação dos contrários no discurso argumentativo.

Uma das bases para a análise registrada nesse artigo se refere às técnicas ou tipologias argumentativas. Aqui corroboramos com Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005). Citaremos os tipos que verificamos estar diretamente relacionados com o discurso religioso midiático. O primeiro é o argumento de reciprocidade que promove, de acordo com os autores, a aplicação do mesmo tratamento a duas situações correspondentes, ou seja, uma relação recíproca, de empatia, de condutas complementares, uma relação simétrica.

Os argumentos de reciprocidade realizam a assimilação de situações ao

considerar que certas relações são simétricas [...] facilitando a identificação entre os atos, entre os acontecimentos, entre os seres, porque enfatiza um determinado aspecto que parece impor-se em razão da própria simetria posta em evidência” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.251)

Tais argumentos possibilitam a apresentação do antes e o depois de uma mesma relação. Quer dizer que tal argumento existe na medida em que quanto maior for a ação, positiva ou não, maior será a consequência. No discurso religioso midiático da SNT os argumentos de reciprocidade são referências. Uma das propostas do referido discurso é proporcionar ao fiel a oportunidade de se envolver mais intensamente com o que é santo, ou seja, com o que é de Deus. Porém, caso o envolvimento com o divino não aconteça, os sujeitos pastores apresentam consequências negativas para os que não acatam tal argumento. Vejamos abaixo um exemplo por meio de uma sequência discursiva que apresenta tal argumento:

Como eu disse agora há pouco: nós precisaremos de um programa inteiro para ministrar todos os testemunhos que Deus tem feito como fez para a Dona Purificação [...] de onde ela conseguiu isso Pastor Jean? [...] Uma coisa simples é que a oferta do Parceiro de Deus pra quem não entende é voluntária! É algo entre você e Deus! Você determina o valor diante de Deus da sua oferta, faz a sua semente e através da sua semente a tua fé é aumentada. E sabe que quando ela aumenta o milagre acontece! O milagre acontece! [...] Ele (Deus) precisa do seu posicionamento, da sua atitude! Você quer libertar a tua vida, não quer mais ficar ouvindo testemunhos? Você quer experimentar o que Deus está fazendo? Pegue o seu telefone nesse momento agora, nessa hora e ligue aqui! Pode ligar agora!

Pastor Saulo Quaresma

Vida com Esperança – Rádio Sara Brasil

26/07/2015

A segunda tipologia é o argumento de transitividade que é uma propriedade formal de certas relações que autoriza ou permite passar da afirmação à conclusão, possibilitando relações de igualdade, superioridade, inclusão e ascendência através de demonstrações. Segundo os autores, o uso de argumentos transitivos é inestimável nos casos quando existem ordenamentos de seres, de acontecimentos na qual a confrontação direta não pode existir. Os autores citam um exemplo interessante se levarmos para o ponto de vista quanto ao discurso religioso midiático.

Se o jogador A venceu o jogador B e se o jogador B venceu o jogador C, considera-se o jogador A é superior ao jogador C. Poderia ser que, num embate efetivo, o jogador C vencesse o jogador A. Mas esse embate muitas vezes é impossível de se realizar; o sistema das provas eliminatórias em todo o caso o exclui. A hipótese de transitividade é indispensável, se quisermos prescindir de um confronto direto de todos os jogadores. A classificação que resulta dessas relações transitivas só é, aliás, tornada possível porque raciocinamos sobre a pessoa baseando-nos em algumas dessas manifestações. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.260)

Quando o fiel passa por uma fase difícil e se interage com o programa religioso na mídia eletrônica, ele é desafiado a “semear na obra de Deus”, ou seja, ajudar com uma oferta em dinheiro. A medida que os testemunhos de fiéis alegando êxito na vida são apresentados há uma argumentação transitiva para com o fiel que enfrenta dificuldades (jogador C). Este pode deixar de viver uma vida em pecado e de enfrentar adversidades nas mais

variadas áreas quando, por exemplo, o sujeito pastor apresenta um argumento de transitividade ao afirmar que o alocutário quando “aceita a Jesus” terá uma nova história. Afinal, Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005) relatam que “a prática argumentativa não utiliza todas as implicações que a lógica formal pode definir, mas faz largo uso da relação de consequência lógica” (PERELMAN & OLBRECTHS-TYTECA, 2005, p.260).

Há também o argumento de comparação. Neste caso, para os autores, ele é determinado pela oposição (o bem e o mal) e por ordenamento (mais forte que, mais fraco que). Segundo Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005), as interações entre termos de comparação podem ser devidas à percepção de vínculos reais entre o que se busca independente de sua origem. Para eles os termos de comparação adaptados ao auditório podem ser elementos essenciais para a obtenção da eficácia argumentativa. Um dos elementos do argumento de comparação é o uso do superlativo.

A última tipologia que encontramos para a constituição de nossa análise é o argumento de autoridade. Ele é um tipo de argumento que é validado pela integridade e respeitabilidade que o locutor passa para o alocutário, ou seja, pelo modelo, pela referência, pela qualificação, pelas experiências vivenciadas que, no caso, o sujeito pastor deve ter. “Quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras. No limite a autoridade divina sobrepuja todos os obstáculos que a razão poderia opor-lhe” (PERELMAN & OLBRECTHS-TYTECA, 2005, p.351).

As tipologias argumentativas no discurso religioso midiático possibilitam o envolvimento do sujeito pastor com o fiel. Isso não se difere da relação face a face, já que a influência ou aceitabilidade pode ser obtida pela audiência.

Devido a influência que o auditório virtual exerce na interação, o contexto conversacional é construído no decorrer da própria interação, de modo que o falante monitora seu discurso constantemente, a fim de atingir seus objetivos e manter a atenção de seu público, para isso o falante rearranja seu discurso todo o tempo, haja vista o planejamento da fala não ser determinado previamente. (STORTO, 2015, p.138, 139)

A seguir realizaremos a análise das táticas argumentativas, ou seja, analisaremos um discurso que deve ser observado, segundo Andrade (1998), como um efeito de sentido desenvolvido dentro de um determinado contexto (religioso) que é materializado por meio de um gênero discursivo (falada, sermão, homilia, pregação), veiculado em um determinado suporte material (mídia eletrônica) com o intuito de constituir uma determinada interação com o público alvo. A autora destaca que

devemos levar em conta os traços linguísticos que permitem reconhecer a intencionalidade do enunciador (escritor/falante), os efeitos de sentidos construídos por esse enunciador ou pelo locutor por ele instaurado/instituído, e a persuasão ou manipulação que o enunciador busca exercer sobre o enunciatário (leitor/ouvinte). (ANDRADE, 1998, p.02)

Não discutiremos sobre religião, dogmas, doutrinas, nem a respeito de Deus. Nosso intuito é analisar o discurso religioso midiático do programa Vida com Esperança para compreender as táticas argumentativas usadas pela mídia eletrônica da SNT, ou seja, essa análise é de cunho científico e não teológico.

Na sequência apresentamos as análises e os resultados referentes à análise do discurso religioso midiático.

4 ANÁLISE BASEADA NA MATRIZ DISCURSIVA

Com o intuito de construir uma organização metodológica da análise dos eixos argumentativos efetivamos a construção da matriz discursiva desenvolvida por Araújo (2011). Os elementos da análise estão registrados da seguinte forma: categoria; sequência discursiva extraída do programa “Vida com Esperança”; tipologia argumentativa – que apresenta o estilo e as táticas argumentativas desenvolvidas pela SNT com base em Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005) e os recursos argumentativos que mostram as ferramentas que qualificam a mensagem transmitida.

Aqui definimos o recorte temático após sistematizarmos a gravação do programa “Vida com Esperança” no dia 13 de fevereiro de 2015 na Rádio Sara Brasil FM de acordo com um dos efeitos produzidos pelas igrejas neopentecostais no cristianismo segundo a linha mencionada por Cunha, que aborda o desenvolvimento de uma prática religiosa avivalista, ou seja, que possui ênfase emocionalista.

Matriz Discursiva	
Categoria: Libertação Lúcia Rodovalho Vida com Esperança Rádio Sara Brasil – 13/02/2015	
Sequência discursiva (Libertação)	E hoje eu quero chegar para você com palavras que saram, palavras que curam, palavras que liberem o seu coração. Hoje eu quero falar sobre a culpa. A culpa é um sentimento que aflige muitas mulheres e muitos homens. As mulheres se manifestam mais. Os homens ficam calados e carregam esse peso. E a única coisa que pode nos libertar do poder desmedido da culpa é a paz e o perdão de Jesus Cristo. Nós precisamos enfrentar os nossos problemas pessoais, encarar que eles existem e que eles precisam ser tratados. Ao assumirmos trazermos a luz de Deus, o Espírito Santo derrama o seu óleo sobre nós, ele derrama o óleo sobre casas que foram deformadas no decorrer de nossa vida por tanto sofrimento que nós enfrentamos. Casas que cobrem o nosso coração, que

⁷ “Esse se expressa reputando algum objeto seja superior a todos os seres de uma série, seja incomparável e, por isso, único em seu gênero” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.279).

⁸ A aceitabilidade está relacionada a aceitação ou não pelo alocutário acerca da mensagem que ele lê ou escuta. “É a expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil, relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos dos produtos” (VAL, 1999, p.11)

⁹ Segundo Pechêux (1990), Efeitos de Sentidos são os diferentes sentidos possíveis que um mesmo enunciado pode assumir. Esses sentidos mudam conforme a formação ideológica dos atores do processo comunicativo incluindo quem interpreta. O sentido nunca é dado e não existe enquanto produto acabado. Está sempre em curso, se move e se produz dentro de uma determinação histórico-social. Parecem ser evidentes, porém correspondem a efeitos ideológicos que provocam a ilusão de que um enunciado quer dizer o que realmente diz. Vale frisar que o próprio Pechêux (1990, p.160) relata que as palavras, expressões ou preposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou seja, elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas.

	encobrem o seu verdadeiro “eu” e Deus vai conduzindo tudo. Só o fato de assumirmos com sinceridade que temos ferida, que estamos feridos já estaremos em grande parte andando para a libertação. Que Deus te abençoe!	
Tipologia Argumentativa	Comparação: <i>A culpa é um sentimento que aflige muitas mulheres e muitos homens. As mulheres se manifestam mais. Os homens ficam calados e carregam esse peso.</i>	Autoridade: <i>E hoje eu quero chegar para você com palavras que saram, palavras que curam, palavras que liberem o seu coração.</i>
	Transitividade: <i>Só o fato de assumirmos com sinceridade que temos ferida, que estamos feridos já estaremos em grande parte andando para a libertação.</i>	Reciprocidade <i>E a única coisa que pode nos libertar do poder desmedido da culpa é a paz e o perdão de Jesus Cristo. Nós precisamos enfrentar os nossos problemas pessoais, encarar que eles existem e que eles precisam ser tratados.</i>
Recursos Argumentativos	<ul style="list-style-type: none"> - Metáforas: “a luz de Deus”, “casas que cobrem o nosso coração”, “derrama o óleo sobre casas”, “derrama o óleo sobre nós”. - Pausas - Entonação vocal - Música instrumental - Intertextualidade - Operador argumentativo de restrição: só (1) - Operador argumentativo de mudança de estado: já (1) 	

Na sequência discursiva detectamos no eixo argumental um discurso de autoridade a partir do momento que a bispa Lúcia Rodovalho menciona “[...] eu quero chegar para você com palavras que saram, palavras que curam, palavras que liberem o seu coração”. Esse eixo vai, de certa forma, atingir um objetivo claro que é produzir um efeito de sentido na mente do alocutário. Pode atuar diretamente no emocional e em outros sentidos que perpassam esse efeito de sentido, por exemplo, a ideia de autoridade pela posição, por ser líder na denominação – o senhorio – através de uma referência (a bíblica), além das relações de poder estabelecidas no discurso. O argumento de autoridade produz um efeito de sentido de valor. Ele dá força, credibilidade na fala do sujeito pastora Lúcia Rodovalho.

A procura pela mídia eletrônica religiosa por parte do fiel ou a enunciação do discurso religioso pela denominação através da mídia eletrônica focam normalmente em outro detalhe observado nessa sequência discursiva: o argumento de transitividade. Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005, p.282), tal tipologia argumentativa apresenta um contexto baseado em transformações passando da afirmação do que já existe para algo imaginável. A transformação não corresponde a cura definitiva, mas a libertação de problemas, ou seja, dos males da vida que a mídia eletrônica da SNT enfatiza em sua programação – doenças, ansiedade, dívidas, desemprego, entre outros.

Ao dizer que “nós precisamos enfrentar os nossos problemas pessoais, encarar que eles existem e que eles precisam ser tratados”, a bispa Lúcia Rodovalho usa da empatia para mostrar que ela também já viveu ou vive a conjuntura citada, porém aconselha as pessoas a estarem mais próximas de Deus, não afirmando diretamente que este é o caminho da resolução dos males da vida. Aqui ela usou um argumento de proximidade. Ela relata na continuação que “só o fato de assumirmos com sinceridade que temos ferida, que estamos feridos já estaremos em grande parte andando para a libertação”. Isso dá a entender que o eixo argumentativo usado por ela possibilitou obter um efeito de sentido mais pelo discurso da emoção do que propriamente da solução lógica.

No discurso religioso midiático apresentado nessa sequência discursiva não há a determinação do racional, do tangível e do objetivo para a libertação anunciada pela líder religiosa. Depende propriamente de uma iniciativa do indivíduo que precisa se relacionar com a denominação, com seus princípios e acatar os argumentos apresentados. Não há uma garantia para a resolução do problema, mas o efeito de sentido possibilitado pelo argumento pode gerar um novo comportamento, uma nova postura por parte do fiel.

A segunda tipologia apresentada na Sequência Discursiva é a Comparação. “A culpa é um sentimento que aflige muitas mulheres e muitos homens. As mulheres se manifestam mais. Os homens ficam calados e carregam esse peso”. Aqui há um argumento de oposição entre homens e mulheres, no qual a bispa Lúcia Rodovalho destaca a figura feminina como mais emotiva do que a masculina. A comparação promove as diferenças, porém no discurso religioso midiático ela serve de base para sustentar o argumento principal que, no caso da sequência discursiva, foi o argumento de Reciprocidade. “E a única coisa que pode nos libertar do poder desmedido da culpa é a paz e o perdão de Jesus Cristo. Nós precisamos enfrentar os nossos problemas pessoais, encarar que eles existem e que eles precisam ser tratados”. A bispa Lúcia Rodovalho, ao argumentar que a culpa cessa através da paz e do perdão vindo de Jesus Cristo, apresenta indiretamente que não importa a diferença que exista entre homens e mulheres. A “igualdade” gera unidade de interesses por parte dos alocutários que pode existir e ser tratado. A bispa Lúcia Rodovalho, ao final, apresenta a tomada de atitude necessária para a mudança de vida do alocutário.

Outro tipo de argumento que encontramos foi o de Transitividade. “*Só o fato de assumirmos com sinceridade que temos ferida, que estamos feridos já estaremos em grande parte andando para a libertação*”. Fica evidente que a tipologia, seguindo os preceitos de Perelman&Olbrechts-Tyteca (2005) mostra que uma afirmação (assumir com sinceridade que tem uma ferida) que é recebido pelo alocutário pela mídia eletrônica imagina o contexto de transição (estaremos em grande parte andando para a libertação) acontecendo a seu favor.

Aqui não foi detectada por parte do público alguma reação durante a mensagem. O nome do quadro apresentado pela bispa Lúcia Rodovalho é “Palavras que saram”. Quando se analisa o nome do quadro podemos fazer duas analogias: a primeira é relativa ao sarar que pode ser relativo ao nome da denominação “Sara Nossa Terra”. A outra pode ser relacionado a cura ou a um simples alento para o fiel que enfrenta problemas na vida.

A líder religiosa aborda assuntos ligados a mente, a consciência, ao caráter, a humildade, a transformação de vida e a moral cristã. Quando ela diz que “*Ao assumirmos trazermos a luz de Deus, o Espírito Santo derrama o seu óleo sobre nós*” ela trata da importância da oração.

A análise respaldada na Matriz Discursiva sinalizou para um discurso não voltado para a persuasão. A mensagem emitida pela bispa Lúcia Rodovalho focou em argumentos voltados para a consciência cristã, para o caráter do indivíduo com base em argumentos de transitividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso religioso midiático é subjetivista, busca a sensibilização, o emocionalismo e está focado de forma egoísta no indivíduo. O que vale é o sujeito, não o coletivo, negando a ideia de igreja porque tal palavra significa “comunidade” ou “coletivo”. O discurso religioso potencializa a resolução de problemas de uma vida quebrando a lógica da comunidade. É muito significativo, interferindo em uma série de assuntos e contribuindo diretamente para a organização social, para a produção de saberes, além da construção de sentidos.

A mídia impacta diretamente as pessoas em seus lares, por meio de demonstrações técnicas de efeito, de luz, de som. Vários cultos são estáticos, parados. A mídia eletrônica ofereceu a chance do “extáticos” – aquilo que produz êxtase, muita gente junto gritando, gerando um espetáculo, cumprindo a função social da religião, talvez não cumprindo a função espiritual. Com a mídia, há um desagregamento do templo. Há um esvaimento do culto espiritual da prática religiosa coletiva, da ideia de fraternidade, ou seja, estar com o outro.

O discurso religioso midiático da SNT normalmente apresenta o argumento de autoridade como tipologia argumentativa principal e permanente, ou seja, ele está diretamente intrínseco a todos os outros modais argumentativos que encontramos nas análises, seja autoridade bíblica ou pastoral, pois os sujeitos pastores se apresentam enquanto porta-vozes de Deus, do divino.

A denominação, na mídia eletrônica, apresenta argumentos estratégicos para atingir o emocional do alocutário a partir do momento em que os sujeitos pastores analisados afirmam que para ser abençoado é necessário “fazer uma escolha”, ou seja, é preciso acreditar na “verdade” que afirmam ser a Palavra de Deus. Quer dizer que não basta obedecer ao que os sujeitos pastores instruem e nesse caso aparece o argumento de transitividade que reitera a oferta ao “Parceiros de Deus” e uma postura santa dos fiéis que devem se libertar dos pecados que cometem para terem acesso ao que almejam.

A argumentatividade desenvolvida se apropria dos testemunhos tanto de pessoas desconhecidas quanto dos sujeitos pastores. Os exemplos de mudança de vida testemunhados apresentam a eficiência da Palavra de Deus (discurso bíblico). E fechando esses elementos argumentativos, caso venha atingir o emocional do alocutário, a mídia eletrônica da SNT reforça a credibilidade dos exemplos triunfais por meio de entrevistas, de longos testemunhos na programação e até mesmo de intervenções das pessoas desconhecidas convidando os alocutários para “aceitarem o desafio” e “fazerem um voto de fé”.

Vale lembrar que esses elementos discursivos argumentativos não são exclusivos nem definitivos. Pode haver outras conjunturas ainda mais complexas a serem pesquisadas, estudadas e desenvolvidas em novos trabalhos. São táticas que visam promover junto ao fiel a renúncia, a obediência, a crença e a confiança. Tudo com o intuito de persuadir e promover a imagem da denominação enquanto comunidade que busca se apresentar como cristã na essência, seguindo uma cultura local com necessidades espelhadas no real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. **Língua falada e língua escrita: como se processa a construção textual**. Apresentado no SBPC, 1998, em Natal, na UFRN. Disponível em: <<http://www.fllch.usp.br/dlcw/lport/pdf/maluv013.pdf>>. Acesso em: out 2015.

ARAGÃO, Jarbas. **Número de religiões no mundo passa de 10 mil**. 2012. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/numero-de-religoes-no-mundo-passa-de-10-mil/>> Acesso em: 18 ago.2015.

ARAÚJO, Marcelo Marques. **Comunicação, língua e discurso: uma análise terminológica de um dicionário de especialidade**. São Paulo: Mackenzie, 2011. 339 f. Tese (Doutorado em Letras e Comunicação). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Evangélicos e Mídia no Brasil: uma história de acertos e desacertos**. Revista de Estudos da Religião, São Paulo, set. 2008. Disponível em: <www.pucsp.br/rever/rv3_2008/t_campos.pdf>. Acesso em: 23 fev.2015.

CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X/Instituto Mysterium, 2007.

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

_____. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. Tradução de Tradução de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar Teodoro País. São Paulo: Global Universitária, 1981.

FAUSTO NETO, Antônio. **A Igreja Doméstica: estratégias televisivas de construção de novas religiosidades**. São Leopoldo: Cadernos IHU, ano 2, n.7, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio e VALDETTARO, Sandra (directores). Mediatización, Sociedad y Sentido: Diálogos entre Brasil y Argentina. ColoquiodelProyecto**Mediatización, sociedad y sentido: aproximaciones comparativas de modelos brasileños y argentinos**. Programa de Cooperación Científico-Tecnológico MINCYT-CAPES 2009-2010. Cod. BR/08/21

FIORIN, José Luiz. **Ciclo de conferência CPS 2015: Enunciação e Argumentação**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9BzCo3TM-Gw>> . Acesso em 21 ago. 2015.

GOMES, Pedro Gilberto. **Midiatização e processos sociais na América Latina**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, Natal, set.2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0880-1.pdf>>. Acesso em: 16 set.2015.

_____. **Processo de midiatização: da sociedade à Igreja. Entrevista especial com Pedro Gilberto Gomes**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrev>>

istas/10141-processo-de-midiatizacao-da-sociedade-a-igreja-entrevista-especial-com-pedro-gilberto-gomes> Acesso em: 15 set. 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KLEIN, Alberto. **Imagens de culto e imagens da mídia**. Interferências midiáticas no cenário religioso. Porto Alegre: Sulina, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTA, Maria Cristina. De la cultura massiva a la cultura mediática. **Revista Diálogos de la Comunicación**. Lima: Felafacs, 1999.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____ (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3.ed. São Paulo: Humanitas, 2004, p.17-54.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. Fórum **Linguístico**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Imprensa Universitária, v. 1, n. 1, p. 73-82, jul.-dez. 1998.

PACHECO, Gustavo de Brito F. **Retórica e Nova Retórica: a tradição grega e a teoria da argumentação de Chain Perelman**. Disponível em < <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/retorica-e-nova-retorica-tradicao-grega-e-teoria-da-argumentacao-de-chain-perelman> > Acesso em 29 abr. 2015.

PECHÊUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

PERELMAN, Chain; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. **L'argumentation: Histoire**, théories et perspectives. Paris: Presses Universitaires de France. Collètion Quissais-je?, 2008.

PULGA, Carmem Maria. **Interface - Igreja e mídia: uma experiência de comunicação religiosa na web**. 2006. 172 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STORTO, Leticia Jovelina. **Discurso religioso midiático: argumentação e língua falada em pregações evangélicas**. Londrina: UEL, 2015. 323 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991

DIALOGISMO E DISCURSIVIDADE NAS RESENHAS DA REVISTA ROADIE CREW

DOI-10.21745/ac06-15 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-15>

Igor Custódio Miranda *

Marcelo Marques Araújo **

Resumo:

O Trabalho de Conclusão de Curso a seguir analisa a forma de construção das resenhas da revista RoadieCrew a partir dos fatores de discursividade, opinião, cultura e especialização. A publicação só trata de trabalhos culturais lançados no âmbito dos gêneros musicais classic rock e heavy metal, bem como suas vertentes. Para isso, foram selecionadas duas resenhas de três edições da revista, correspondentes aos meses de maio, setembro e outubro de 2014. São utilizados os conhecimentos da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente conceitos como discurso, dialogismo e sentidos, associados às compreensões sobre jornalismo opinativo, especializado e cultural, em uma metodologia dividida em quatro momentos: gesto de leitura jornalística, análise da nota, análise discursiva e dialógica e análise de sentidos.

Palavras-chave: Análise do Discurso, dialogismo, heavy metal, RoadieCrew, jornalismo cultural.

Abstract

This Final Paper analyzes the construction of the Roadie Crew magazine reviews from the multiple factors of discourse, opinion, culture and specialization. The publication only deals with cultural works released under the musical genres classic rock and heavy metal, and its ramifications. For this, two reviews from three issues of the magazine were selected, corresponding to the months of May, September and October 2014. Knowledge from French Discourse Analysis, especially concepts such as discourse, dialogism and senses, associated with insights from opinative, specialized and cultural journalism were used, in a methodology divided into four moments: journalistic reading gesture, analysis of the note, discursive and dialogical analysis and analysis of senses.

Keywords: Discourse Analysis, dialogism, heavy metal, Roadie Crew, cultural journalism

¹ Graduando em Comunicação Social – Jornalismo.

² Professor do Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Uberlândia – MG / Brasil. Professor e Orientador no Programa de Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação (FACED/UFU). Orientador do trabalho. E-mail: marcelo.araujo@ufu.br

1 INTRODUÇÃO

Opinião, especialização e cultura articulam e dão norte a este artigo, que analisa o discurso de autores em textos opinativos – em especial a resenha crítica, típica do jornalismo cultural – da revista *RoadieCrew*, que trata sobre música, mais especificamente dos gêneros *classic rock* e *heavy metal*.

Parte mais subjetiva dos veículos midiáticos, o jornalismo opinativo é uma vertente mais ampla em comparação ao jornalismo informativo, que se restringe à reprodução do fato. Em revistas, é mais comum a presença de gêneros opinativos, sendo eles: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, crônica e carta do leitor. De acordo com Melo (2003, p. 129), a resenha, que traz opinião sobre produtos culturais, tem maior objetividade (apesar da clara manifestação opinativa), necessidade de descrição e orientação mercadológica (pois orienta a compra).

A opinião jornalística na produção das resenhas da revista *RoadieCrew* é marcada por uma subjetividade opinativa peculiar. Não apenas na forma de articulação do texto opinativo: a linguagem aplicada nos textos da revista é diferenciada do padrão, pelo uso de termos técnicos e jargões específicos da área. Trata-se de um veículo especializado.

Serão analisados os discursos que constituem as resenhas, registrando as formações discursivas constitutivas dos discursos jornalísticos, além das ocorrências de dialogismo nos textos. Além da análise do discurso, tópicos específicos do estudo das áreas de jornalismo cultural e opinativo servirão de apoio para fundamentar o trabalho.

A revista *RoadieCrew*, de periodicidade mensal, surgiu em 1994 como fanzine e tem distribuição em bancas desde maio de 1998 em todo o Brasil e em Portugal. Os editores são Airton Diniz (também jornalista responsável pela publicação) e Claudio Vicentin e o redator-chefe atual é Ricardo Batalha. De acordo com um release (Anexo A), com dados obtidos em dezembro de 2012 (último fechamento de pesquisa feito pela administração), a tiragem tinha uma variação entre 22.000 a 30.000 exemplares e a revista tem 7.500 assinantes.

Segundo as informações disponibilizadas pela revista (Anexo B), a região do Brasil que mais consome a revista é a Sudeste (67%), seguida de Sul (16%), Nordeste (9%) e Centro-Oeste e Norte (ambas 4%). Em relação às classes sociais, a C (42%) é a que mais compra a revista, seguida de D e E (37%) e A e B (21%). A faixa etária predominante do público está entre 19 a 30 anos (48%), seguida de até 18 anos (29%) e acima de 31 anos (23%). O sexo masculino (59%) compõe o maior público, em detrimento à feminina (41%).

No segmento do *classic rock* e *heavy metal*, a única concorrente da *RoadieCrew* é a revista *Rock Brigade*, fundada em 1981. A publicação deixou de ser um fanzine cinco anos depois, mas hoje tem a periodicidade comprometida (a última edição é de abril de 2014). Nas décadas de 1980 e 1990, outras publicações tinham enorme relevância em território brasileiro, como *Bizz*, *Revista Metal* e *Som Três*, entre outras. Todavia, muitas dessas sucumbiram a esta concorrência altamente especializada e técnica.

Nota-se na revista *RoadieCrew* que a opinião do autor é construída de uma forma muito peculiar, o que é comum em revistas especializadas. É frequente o uso de termos técnicos e jargões da área musical. Mesmo assim, a publicação é influente a ponto de ser uma das mais respeitadas no ramo das publicações musicais – a revista tem 20 anos e, mesmo em época de popularização da internet, mantém a circulação firme.

O objetivo deste trabalho é analisar a forma de construção das resenhas críticas da revista *RoadieCrew* a partir dos fatores de discursividade, opinião, cultura e especialização. Para isso, será preciso descrever a linguagem segmentada (jargões e termos técnicos) e in-

vestigar a dialogicidade, que é constitutiva de todos os discursos, inclusive das resenhas jornalísticas.

Para isso, será utilizada a Análise do Discurso de linha francesa, com destaque para o dialogismo. Os elementos evidenciarão os sentidos e os dialogismos que atravessam o discurso jornalístico opinativo que constitui as resenhas da revista *RoadieCrew*.

Será escolhida a resenha crítica em destaque na primeira página da seção “Releases”, destinada ao gênero, na edição 189 (outubro de 2014). A escolha se deu em função da correspondência à parte central do ano de 2014. A seleção aconteceu desta forma porque o mercado fonográfico é mais movimentado com novos lançamentos entre o final do primeiro semestre e o início do segundo. Além disso, boa parte das bandas abordada na revista é do Hemisfério Norte e os lançamentos, geralmente sucedidos por turnês de divulgação, são feitos em períodos de primavera e verão.

Entende-se, inicialmente, que a opinião seja escrita e expressa de forma muito especializada porque deve estar em contato com diversos outros especialistas. A proposta afasta públicos que têm potencial de fidelização ao veículo, mas não são tão especializados; no entanto, aproxima leitores que já são especializados no assunto.

É evidente que um veículo especializado deve orientar seu conteúdo pelo público-alvo. Mas existe um problema sério nas publicações sobre música, em especial na revista *RoadieCrew*: a orientação é feita por, muitas vezes, critérios excessivamente pessoais. Além disso, o apreço pela banda que produziu o material analisado é tamanho que, muitas vezes, impede uma análise fundamentada e pormenorizada. Desta forma, muitos autores de resenhas acabam se portando como torcedores, deixando o pensamento crítico de lado para defender algo sem muitos argumentos ou fundamentação.

2 BARULHO EM FRASES: O JORNALISMO METÁLICO

2.1A especialização no jornalismo: busca por identidades

A ideia de estar inserido em um grupo – uma comunidade – assimila-se com o conceito de identidade, de Bauman (2003, p. 20-21), em que há uma traição da origem do indivíduo para impedir que este seja somente um “substituto” de antepassados. “‘Identidade’ significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar” (BAUMAN, 2003, p. 21).

No caso do *heavy metal* e do estilo que o deu origem, o rock, a identidade entre os ouvintes foi criada na década de 1950, com o surgimento do estilo. Tom Leão (1997, p. 13) destaca que, antes do nascimento do rock, os jovens só tinham, como opção musical, discos de jazz dos pais e não havia ídolos que se comunicassem com a linguagem deles.

O boom adolescente que britânico que começou nessa época baseou-se nas concentrações urbanas de moças relativamente bem pagas nos escritórios e lojas em expansão, muitas vezes com mais para gastar do que os rapazes, e naquela época menos comprometidas com os padrões masculinos de gastos em cerveja e cigarro. [...] Pode-se medir o poder do dinheiro jovem pelas vendas de discos nos EUA, que subiu de 277 milhões de dólares em 1955, quando o rock apareceu, para 600 milhões em 1959 e 2 bilhões em 1973 (HOBBSAWN, 2000, p. 321).

Os jovens, portanto, se tornaram um público em potencial: se há um movimento artístico que dialoga com eles, também surge a necessidade de trabalhar com uma mídia especializada que trate do assunto de uma forma que o público-alvo se sinta, de fato, identi-

ficado. A busca pelo diálogo com a própria identidade, até mesmo em veículos de imprensa, fomenta o jornalismo especializado. E, reconhecidamente, a RoadieCrew é uma revista especializada em heavy metal, segundo Abiahy (2000, p. 21), que também ressalta a variedade de opções de publicações segmentadas sobre música de acordo com gêneros musicais. Entende-se, portanto, que:

[...] as produções segmentadas são uma resposta para determinados grupos que buscavam, anteriormente, uma linguagem e/ou uma temática apropriada ao seu interesse e/ou contexto. Esses grupos agora encontram publicações ou programas segmentados com o qual possam se identificar mais facilmente. Neste caso, o papel de coesão social no jornalismo especializado passa a cumprir a função de agregar indivíduos de acordo com suas afinidades ao invés de tentar nivelar a sociedade em torno de um padrão médio de interesses que jamais atenderia à especificidade de cada grupo (ABIAHY, 2000, p. 6).

De acordo com Faro (2007, p. 143), apenas na área cultural, há mais de 20 revistas especializadas em seus diversos segmentos. Existe, portanto, um interesse muito grande, o que gera uma demanda pelo jornalismo especializado. É uma forma natural de organização. “A sensação de atordoamento com o bombardeio de informações a que temos acesso nas últimas décadas nos leva a procurar uma maneira de organização, de seleção mais eficaz do material informativo” (ABIAHY, 2000, p. 24). Como há a segmentação do público, também é perceptível que a linguagem utilizada para dialogar com o mesmo é diferenciada.

[...] o jornalismo especializado sente-se tentado a abordar os temas segundo uma linguagem específica. Ou seja, usando termos e expressões predominantes no universo do leitor daquele tema. Mas quando esta linguagem é recebida em outras esferas pode ser considerada alheia. Em termos, isso acontece devido à especificidade que é adotada como um recurso para abordar os leitores, mas não é bem vindo porque o jornalismo não deve se tornar hermético (ABIAHY, 2000, p. 23).

Desta forma, cria-se um vínculo muito forte com a identidade cultural do grupo que é alvo desse jornalismo especializado, o que também abre precedentes mercadológicos. “Historicamente, a especialização periodística está associada, em sua maioria, à evolução dos meios de comunicação e a formação de grupos sociais consumidores de mídia cada vez mais distintos” (TAVARES, 2009, p. 117).

A necessidade de se sentir contemplado por um grupo social acompanha um desfruto do regozijo consumista, preenchido pelo desenvolvimento do jornalismo especializado. Segundo Gilles Lipovetsky (2004), trata-se do momento vigente de hipermodernidade, com o hiperconsumismo em voga.

Uma das consequências mais perceptíveis do poder do regime presentista é o clima de pressão que ele faz pesar sobre a vida das organizações e das pessoas. [...] Sempre mais exigências de resultados a curto prazo, fazer mais no menor tempo possível, agir sem demora: a corrida da competição faz priorizar o urgente à custa do importante, a ação imediata à custa da reflexão, o acessório à custa do essencial” (LIPOVETSKY, 2004, p. 77).

Miranda (2005, p. 82) entende, justamente, que a especialização é um risco do jornalismo cultural, ao mesmo tempo em que pode salvá-lo. Apesar de o texto ter a chance de ficar mais rebuscado e utilizar de recursos discursivos mais completos, o perigo da “propaganda especializada” é iminente. Isso acontece em outras especialidades, mas na cultural é ainda mais forte.

2.2 Cultura, música e heavy metal no jornalismo

Apesar de uma série de fãs de determinadas práticas artísticas darem muita importância à prática do jornalismo cultural, este é colocado em segundo plano por muitos veículos de comunicação. Profissionais da área se acostumaram a trabalhar em estruturas menores e mais humildes do que jornalistas de outros setores, como esporte, política ou factuais gerais. “Jornalismo cultural é a especialização jornalística de mais baixo status na maioria das redações, e fico triste em reconhecer isso. A verdade é que as artes não constituem a área que concentra a atenção da maioria das empresas de comunicação” (SZANTÓ, 2007, p. 37).

No entanto, acultura é um elemento imprescindível para o funcionamento da sociedade. Não há um consenso entre os estudiosos da antropologia sobre o que é cultura, mas o primeiro conceito historicamente trabalhado na área é entendido como “[...]este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. (TYLOR apud LARAIA, 2001, p. 25).

No entanto, para este trabalho, é essencial compreender que diversos veículos do jornalismo cultural utilizam conceitos generalizados de cultura.

Apesar da amplitude da abordagem do conceito dessas disciplinas (antropologia e sociologia), o uso generalizado imprime ao conceito de cultura um gama de significados como: 1) estado de desenvolvimento da mente (uma pessoa culta); 2) os processos deste desenvolvimento (os “interesses culturais” ou os “processos culturais”) e 3) os meios destes processos (as artes e as “produções intelectuais”) (VILLA, 2000, p. 5).

O terceiro significado acima apontado é o que está mais presente nas publicações culturais especializadas. Há publicações em todas as sete artes, estabelecidas pelo “Manifesto das sete artes”, de Ricciotto Canudo, produzido em 1923: música, dança, pintura, escultura e arquitetura, teatro, literatura e cinema. Acrescentam-se, também, as inserções e atualizações do manifesto: fotografia, banda desenhada, jogos eletrônicos e arte digital.

As manifestações culturais que são analisadas neste trabalho, por serem as mesmas da revista *RoadieCrew*, são os estilos musicais classic rock e heavy metal – o segundo, uma espécie de evolução do primeiro. Tom Leão (1997, p. 10) define o heavy metal, atualmente, como algo além da música – é, segundo ele, “um estilo de vida”, que não se caracteriza mais pelo estereótipo do sujeito que ouve “música barulhenta”. Após um apanhado histórico, o escritor afirma que o heavy metal nasceu, ao mesmo tempo, nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Assim como uma série de apreciadores de outros estilos musicais, “O fã de heavy metal espera ansiosamente pelos resultados dessas produções. Ele acompanha pelos meios de comunicação o andamento das gravações, qual banda entrou em estúdio [...]” (CAMPOY, 2010, p. 19). Neste espectro, compreende-se o jornalismo especializado em cultura, ou, mais especificamente, em música, pois é o principal canal de comunicação entre as bandas e os

fãs – mesmo com o crescimento das mídias sociais virtuais.

Não apenas um regozijo individual, como sugere Lipovetsky (2004, p. 24): os fãs de heavy metal podem ser compreendidos sob o conceito de identidade. Segundo Campoy (2010, p. 22), o heavy metal foi “às ruas” e, desde então, representa um fator de agregação social. “Ao fã não basta ter o disco, ouvi-lo e, esporadicamente, comparecer a algum show de suas bandas favoritas. Ele deixa seu cabelo crescer, veste-se de couro negro e sai à procura de outros apreciadores do estilo” (CAMPOY, 2010, p. 22).

Para compreender esse fenômeno, torna-se necessário recorrer aos conceitos da sociologia da música, que, de acordo com Mueller (2002, p. 584), é a aplicação e o desenvolvimento de teorias e métodos sociológicos para compreender comportamentos e atos musicais enquanto ações sociais em outras disciplinas da área da música, como a musicologia e a educação musical. Ou seja, para se entender a função social da música, é necessário ir além das partituras. A música conversa – não só com o indivíduo, mas com a sociedade. “O que da linguagem artística autônoma da música resta no espírito do tempo é uma linguagem comunicativa” (ADORNO, 2011, p. 114).

Segundo Campoy (2010, p. 35), a prática musical não é autônoma, nem mesmo feita por um indivíduo autônomo. Associam pessoas com instrumentos, partituras, aprendizagem, gravações e elementos sociais. A arte em questão dialoga com os processos sociais que a legitimam e a tornam, simplesmente, reais. “[...] música é mais do que harmonias, melodias e ritmos” (CAMPOY, 2010, p. 35).

Tia DeNora (2003, p. 151) entende que a sociologia da música separa, justamente, a música da sociedade. “Isto também implica que a tarefa dos estudos sociomusicais consiste de várias tentativas de ver o social na música – como influência na forma e estilo musicais, e como ideologia a ser revelada no conteúdo musical” (DENORA, 2003, p. 151). Apesar disso, a tarefa ainda é válida, especialmente porque:

[...] o desígnio do compositor se atualiza, como o do mito, através do ouvinte e por ele. Em ambos os casos, observa-se com efeito a mesma inversão de relação entre o emissor e o receptor, pois é, afinal, o segundo que se vê significado pela mensagem do primeiro: a música se vive em mim, eu me ouço através dela. O mito e a obra musical aparecem, assim, como regentes de orquestra cujos ouvintes são os silenciosos executores (LÉVI-STRAUSS, 2004, p. 37).

Apesar de o jornalismo cultural conferir efemeridade à música, nichos como o de fãs do heavy metal não têm tal prática. Campoy (2010, p. 22) ressalta que o admirador deste estilo é muito próximo do mesmo, com uma série de atividades práticas que garantem o envolvimento do indivíduo. Não é só música – trata-se, mesmo, de um estilo de vida para grande parte dos adeptos.

Os musicólogos estão cientes de que a inscrição da música é um contínuo embate social. [...] o registro dessa arte em matéria que sobrevive à sua execução arregimenta uma série de agentes e técnicas em lados opostos, disputando quais formas de materializar a música serão praticadas. [...] Suas nomeações não dissolvem as crenças de outros agentes que outras práticas são melhores (CAMPOY, 2010, p. 96).

Assim como o heavy metal, o seu progenitor, o rock, tem uma relevância ainda maior para a sociologia da música. Para Beras (2013, p. 16-16), o rock está em um momento pendular. Ora representa a rebeldia, ora foge do status quo, ora foge de ser absorvido pela in-

dústria cultural, teorizada por Adorno e Horkheimer, fruto da apropriação da cultura. “Orock tem relevância como objeto de estudo social, pois tem autonomia enquanto objeto de estudo, com características próprias e tempos próprios” (BERAS, 2013, p. 1). Desta forma, entende-se que a música:

[...] não é meramente um meio “significativo” ou “comunicativo”. Ela faz muito mais do que exprimir através de meios não verbais. No nível da vida diária, a música tem poder. Ela está implicada em muitas dimensões do agenciamento social, [isto é, está implicada com] sentimento, percepção, cognição e consciência, identidade, energia, incorporação [...]. (DENORA, 2000, p. 16).

Inseridos na indústria fonográfica, o heavy metal e o classic rock são, legitimamente, manifestações culturais. Como ressaltado anteriormente, contam com publicações especializadas, que se dedicam a abordar tais gêneros. Uma série de estudiosos entende o jornalismo cultural como jornalismo de variedades, pois vai além das artes e cobre, também, o que está relacionado ao lazer e até à vida pessoal de celebridades. “[...] o uso corrente do termo jornalismo cultural é lacunar; define por cultura aquilo que, nos veículos midiáticos, é destinado às manifestações artísticas, muitas vezes às variedades, pautado, sobretudo, pela marca do tempo de lazer” (GOLIN, 2009, p. 28). Há de se destacar, também, que:

[...] a influência televisiva no jornalismo cultural impresso resultou no entrelaçamento cada vez mais evidente entre informação jornalística e entretenimento. Como resultado, o debate de ideias, uma das marcas históricas do jornalismo cultural, perdeu espaço (ALZAMORA, 2009, p. 40).

Nota-se, porém, que a revista RoadieCrew se reserva ao direito de atribuir a sua cobertura à música e, basicamente, nenhum elemento fora desta. Trata-se de um aspecto positivo e negativo, ao mesmo tempo. Positivo porque, aparentemente, a cobertura da vida dos músicos famosos não acrescentaria ao conteúdo da revista. Negativo porque, ao restringir demais, adequa-se ao conceito raso de cultura que é adotado por grande parte das publicações de jornalismo cultural, tendo em vista que:

Seu papel (jornalismo cultural) nunca foi apenas o de anunciar e comentar as obras lançadas nas sete artes, mas também refletir o comportamento, os novos hábitos sociais, os contatos com a realidade político-econômica da qual a cultura é parte ao mesmo tempo integrante e autônoma (PIZA, 2003, p. 37).

Atualmente, o jornalismo cultural enfrenta mais uma tarefa, em meio às outras que já são intrínsecas à sua existência: a de trabalhar com os conceitos globalizados de cultura. “[...] não se pode fazer jornalismo cultural levando em consideração apenas os vetores específicos do território próprio, as fronteiras. Interessa à cultura hoje ligar-se ao que se passa lá fora, entrar em contato com o outro, além” (COELHO, 2007, p. 26).

Desta forma, a tarefa de entender a cultura, que já é difícil, torna-se ainda mais complicada. “Compreender a cultura é muito difícil. Dominar a cultura, como se diz, mais ainda. Muito mais difícil do que a economia. Dominar alguns princípios da economia e vir a ser um jornalista econômico é relativamente simples [...]” (COELHO, 2007, p. 27). Além disso, o contexto globalizado fez com que editores (repórteres estão salvos dessa) se distanciassem e rejeitassem profundamente da identidade cultural brasileira, segundo Medina (2007, p. 34).

Em um mar de problemas constatados na prática do jornalismo cultural, destaca-se o “modelo de serviço”.

A ideia é a de que nós, editores, não possuímos o conhecimento relevante. É o leitor que tem a especialização relevante: porque ele sabe o que quer fazer no fim de semana e como deseja usar seu tempo livre para divertir-se ou edificar-se. [...] O resultado [...] é o que se percebe atualmente na maioria dos jornais americanos. Mais da metade do espaço editorial destinado ao jornalismo cultural consiste em listas: intermináveis colunas detalhando todas as exposições, todas as apresentações musicais [...]. O leitor tem menos resenhas críticas, porque se assume que a informação crítica, a inteligência crítica está com o leitor (SZANTÓ, 2007, p. 41).

O jornalista perde toda a sua autoridade enquanto sujeito apto a falar sobre sua especialidade. É, também, culpa da demanda. O jornalista Maurício Stycer (2007, p. 72) revela que recebe de dez a 20 CDs novos semanalmente, o que torna difícil a tarefa de lidar e selecionar algo relevante em um grande volume de informação.

Com a demanda forte por parte da indústria fonográfica, o fenômeno se repete na revista *RoadieCrew*: a seção de resenhas, intitulada “Reviews”, que aborda todos os grandes lançamentos do universo *classic rock e heavy metal* amparados por grandes gravadoras, ao lado de uma pequena parcela de lançamentos mais modestos, costuma ter oito páginas com, em média, de 35 a 40 textos sobre discos diferentes.

A necessidade do hiperconsumo justifica a quantidade de produtos analisados em apenas uma edição mensal: na atual fase em que a sociedade vive, segundo Lipovetsky (2004), devemos consumir o máximo possível em menor quantidade de tempo, de acordo com uma lógica hedonista que nos obriga a isto não para rivalizar com outras pessoas, mas para saciar a nossa necessidade hiperconsumista.

Desta forma, é muito difícil encontrar qualquer veículo que se adeque, de fato, aos princípios da crítica moderna.

[...] a crítica moderna se estabeleceu, em geral, como farol orientador para o público, pois pretendia educar os gostos e nortear a opinião, e para o artista, notadamente aqueles mais jovens, que seriam guiados por valores e tendências estéticas. De perspectiva histórica, a crítica situava a obra de arte em seu contexto, à luz de movimentos e artistas que a antecederam (SERELLE, 2012, p. 51).

Muitos trabalhos, desta forma, são analisados superficialmente. É algo incompreensível se considerarmos que estamos falando de publicações especializadas, segmentadas, que deveriam, supostamente, se aprofundar nos produtos de análise e formar opinião

2.3 A opinião no jornalismo cultural

A opinião trabalha diretamente com os princípios ideológicos que norteiam o veículo no qual ela é veiculada. O caráter comercial da imprensa impôs tal padrão, segundo Melo(2003, p. 101-102).

Apesar de a opinião contar com maior subjetividade, ela não deve ser emitida de forma completamente aleatória, ou sem argumentos legítimos ou coerentes para se fundamentar. “[...] a opinião [...] pode ser entendida como uma espécie de saber que não implica em dar garantias de sua validade [...]. Porém isso não significa dispensar a coerência que todo discurso deve ter” (GUARNIERI, 2009, p. 10-11).

Há de se destacar alguns dilemas da emissão de opiniões nos meios de comunicação coletiva, mesmo com os preceitos teorizados no parágrafo anterior.

Os desdobramentos da realidade atual [...] e a pluralidade de campos sobre os quais se detêm os estudiosos criam um emaranhado de coisas e situações que embaralham o julgamento a respeito dos que escrevem artigos de opinião, muitos deles especialistas em suas áreas. Em que medida é possível separar o especialista do opinante no artigo que se lê? Além disso, há a indisfarçável presença de juízos de valor, na feitura dos textos, que obstruem a tentativa de tornar a linguagem escrita isenta, matematizada, ascética e límpida (GUARNIERI, 2009, p. 12).

Apesar dos dilemas, os textos opinativos exercem enorme importância no jornalismo.

A simples informação já é importante, mas nem sempre suficiente. A análise opinativa que procura balizar os elementos obscuros acerca dos acontecimentos e clareia os dados publicados ajuda o leitor a observar melhor as nuances e significados escondidos sob o manancial de assuntos oriundos de várias fontes (GUARNIERI, 2009, p. 23).

É evidente que, no jornalismo brasileiro, a diferenciação entre as alas informativa e opinativa são menos rígidas. “[...] a fronteira entre a informação e a opinião, metodicamente implantada pelo jornalismo inglês e levada às últimas consequências pelo jornalismo norte-americano, nunca existiu entre nós” (MELO, 2003, p. 180).

Por conta disso, a opinião guarda um charme peculiar no jornalismo. “[...] sobre a relação entre opinião e verdade, talvez a opinião se saia vencedora em muitos certames, pois ao menos guarda a humildade de reconhecer-se relativa e, com isso abrir espaço ao outro” (GUARNIERI, 2009, p. 27).

A forma mais explícita de se expressar a opinião é por meio dos gêneros opinativos. Antes, faz-se necessário compreender o que são os gêneros, para, depois, partir para as segmentações opinativas. Um gênero textual, de acordo com Marcuschi (2003):

Trata-se de textos orais ou escritos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária com padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas (MARCUSCHI, 2003, p. 4).

Com a devida compreensão sobre gêneros, especialmente pontuando-se sobre o fato de que são recorrentes em nosso cotidiano, vale ressaltar, também, que: “[...] há uma evolução nos gêneros, e isso é permitido pelas transformações da sociedade, porque o gênero está vinculado às características de espaço/tempo” (PEREIRA; ROCHA, 2006, p. 46). Por isso, permite-se compreender os gêneros opinativos com menor rigidez em comparação às estruturas presentes na ala do jornalismo informativo.

Existe uma série de gêneros opinativos, teorizados por José Marques de Melo (2003), mas nem todos são de expressão do jornalista, como o editorial, que geralmente é escrito em nome da empresa e não é assinado. “A opinião do jornalista, entendido como profissional regularmente assalariado e pertencente aos quadros da empresa, apresenta-se sob a forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e eventualmente artigo” (MELO, 2003, p. 102).

A categoria estudada neste artigo é, justamente, a resenha, muito comum em publicações relacionadas ao jornalismo cultural. Como ressaltado anteriormente, não há tanta rigidez nos gêneros opinativos. Por exemplo, a resenha também pode ser chamada de crítica

no Brasil. “[...] o termo resenha ainda não se generalizou no Brasil, persistindo o emprego das palavras crítica para significar as unidades jornalísticas que cumprem aquela função e crítico para designar quem as elabora” (MELO, 2003, p. 129).

Afrânio Coutinho (1975, apud MELO, 2003) considera o universo literário para diferenciar a crítica da resenha: para ele, a primeira é uma prática jornalística em sua essência por ser um breve comentário, que não se aprofunda à obra. A crítica, por sua vez, requer critérios que a tornam insustentável em um jornal – seja pela periodicidade, seja pela profundidade.

Entende-se a resenha, portanto, como menos aprofundada. Isso destaca a principal função do gênero, teorizada por Melo (2003) e apresentada na introdução deste trabalho: orientar o consumo dos leitores. A engrenagem roda desta forma: em um veículo especializado, a opinião do “jornalista especialista” sobre produtos ou experiências culturais dá destino ao consumo dos fruidores.

Para Afrânio Coutinho (1975, apud MELO, 2003), a crítica no Brasil é, muitas vezes, praticada por pessoas sem qualificação, pois, no país, o “mais forte” ou “o que chega primeiro” impera. Pessimista, o autor crê que a resenha brasileira não é feita seriamente. Já Melo (2003) se posiciona em uma visão mais ponderada sobre a função do resenhista (ou crítico, pois, no excerto abaixo, ele se refere ao crítico como jornalista):

Os críticos são [...] pessoas medianas, que nem se caracterizam como ignorantes da área analisada, nem tampouco vivem numa torre de marfim, desconhecendo a sensibilidade do público [...]. São jornalistas que procuram explicar, esclarecer, orientar o público no contato com as produções de um segmento da indústria cultural (MELO, 2003, p. 137).

Apesar de serem considerados sujeitos medianos, os resenhistas podem adquirir status conforme o desempenho, o nome construído ou a repercussão de seus textos. Segundo Melo (2003, p. 135), se a percepção anula os modelos históricos e quaisquer outras referências passadas em relação a uma obra ou um estilo, o crítico adquire a figura de “todo-poderoso” e pode assumir uma postura autoritária. Ou seja, se não há critérios estáveis para julgar uma obra ou o resenhista simula, mas não demonstra qualquer capacidade de interpretar o produto, a postura se torna autoritária.

A postura por vezes autoritária não se justifica porque:

[...] a nossa resenha não dispõe daquela seriedade e profundidade características do jornalismo francês ou do norte-americano; desenvolve-se como um gênero que, apesar das exceções, alimenta-se na superfície dos produtos culturais analisados e torna-se presa fácil dos mecanismos aliciadores que fazem a promoção da indústria da cultura e seus protagonistas (MELO, 2003, p. 180-181).

O jornalismo cultural é, atualmente, compreendido no segmento de variedades. Alguns veículos especializados tendem a separá-lo das variedades, apesar de uma das maiores revistas de jornalismo cultural do Brasil, a Rolling Stone, não praticar tal separação. Desta forma, a crítica deve ser sempre relativizada, pois, ao mesmo tempo em que os produtos analisados são obras-de-arte, é necessário considerar que também são de produtos da indústria cultural.

30 TEXTO DIALOGA: ANÁLISE DO DISCURSO E ELEMENTOS CRUCIAIS

Os seres humanos se comunicam de diversas formas. Mas a emissão mais clara de qualquer tipo de mensagem acontece por meio da linguagem, capacidade humana para

utilizar sistemas compostos de comunicação. “A linguagem é uma atividade exercida entre falantes: entre aquele que fala e aquele que ouve, entre aquele que escreve e aquele que lê” (BRANDÃO, 2009, p. 1).

O uso da linguagem acontece por meio dos enunciados, que são:

[...] concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Uma das formas de manifestação dos enunciados é o texto, onde o autor se expressa e o leitor interpreta o que é colocado. Segundo Brandão (2004, p. 110), trata-se de uma “unidade complexa de significação cuja análise implica as condições de sua produção (contexto histórico-social, situação, interlocutores)”. O texto:

[...]é construído pelos falantes em suas relações interacionais, constituindo-se num todo significativo com começo, meio e fim. Como unidade complexa de significação, sua produção e compreensão devem levar em conta as condições de sua produção (situação de enunciação, interlocutores, contexto histórico social), exigindo de seus participantes conhecimentos não só linguísticos como conhecimentos extra-linguísticos (conhecimento de mundo, saber enciclopédico, determinações sócio-culturais, ideológicas etc.) (BRANDÃO, 2009, p. 26-27).

A ideia de considerar as condições de produção de um texto vem da Análise do Discurso, campo de investigação oriundo dos estudos iniciados na França, na década de 1960. De acordo com Maingueneau (2006), a proposta inicial da Análise do Discurso era, em suma, descobrir ideologias que engendram textos da mídia. É um dos recursos que mais aproximam as áreas de comunicação social e estudos linguísticos, justamente porque se trata, segundo Araújo (2011, p. 30), de uma “área interdisciplinar”.

A década de 1960, aliás, tem um contexto histórico interessante para o nascimento da Análise do Discurso. Na França, por exemplo, o movimento estudantil trabalhava a todo vapor, em busca de reformas no sistema de ensino. Maingueneau (2006, p. 14) ressalta que a corrente estadunidense da Análise do Discurso é voltada para a antropologia, enquanto a francesa tem uma orientação mais linguística, voltada para o marxismo e psicanálise. Até mesmo o Brasil, em plena época de ditadura, contava com um forte movimento político e cultural durante esses anos.

O discurso, prática social observada nos textos da Análise do Discurso, define-se como:

[...] toda atividade comunicativa, produtora de [...] efeitos de sentidos, entre interlocutores (sujeitos situados social e historicamente). É uma atividade de construção de sentidos entre falantes na qual o que se diz significa em relação ao que não é dito (implícitos), ao efeito que se pretende atingir; significa em relação ao lugar social de onde se diz, a quem se diz; significa em relação a outros discursos que circulam (ou circularam) na sociedade (BRANDÃO, 2009, p. 24).

Dentro da Análise do Discurso, como apontado anteriormente, o conceito de “texto” se amplifica. O motivo é evidente: Orlandi (2009, p. 34) afirma que “toda palavra é sempre parte de um discurso”. Se toda palavra integra um discurso, um texto é uma grande colcha de retalhos discursivos, que sempre carregam evidências das condições de produção e formação ideológica.

O dialogismo é constitutivo do discurso. Deve-se compreender que, sob a perspectiva de Bakhtin (apud BRANDÃO, 2009, p. 25), todos os discursos têm uma dimensão dialógica, ou seja, quando nos comunicamos, imaginamos qual a pessoa que vai receber a nossa mensagem e também apresentamos falas de outras pessoas, seja de forma implícita ou explícita. Isso define o que é dialogismo.

De acordo com Bakhtin (1979, apud ARAÚJO, 2011, p. 68), todos os enunciados são dialógicos, portanto, profundamente interativos. O dialogismo é constitutivo do enunciado, pois qualquer enunciado se constitui por outro, formando uma eterna resposta. Ou seja, é possível notar que há duas pessoas sempre no mesmo enunciado. Nunca estamos sozinhos no texto. Temos pontos de encontro bem específicos com interlocutores imediatos ou tendências do mundo ao longo de nossos textos.

Tudo, enfim, chega à produção principal do discurso: o sentido. Trata-se do resultado da atividade comunicativa, de acordo com a concepção da Análise do Discurso. “[...] todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes, esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não” (BRANDÃO, 2009, p. 2).

A Análise do Discurso compreende, segundo Brandão (2004, p. 109-110), que não há um sentido a priori, mas sim construído em todo o processo de interlocução. Por isso as condições de produção são consideradas. “[...] o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, porque na sua fala outras falas se dizem” (BRANDÃO, 2004, p. 110). É importante destacar, ainda, que o mesmo enunciado pode carregar sentidos distintos de acordo com a formação ideológica de quem o enuncia.

A compreensão mais ampla da Análise do Discurso nos permite concluir que não há texto homogêneo. A interpretação humana sempre confere uma série de possíveis significados a textos, frases e palavras, quando se considera todos os conceitos até então apresentados. “[...] as palavras nunca são completamente homogêneas: mesmo as mais simples [...] têm certo número de facetas diferentes que dependem do contexto e da situação em que são usadas, e [...] da personalidade da pessoa que ao falar as usa” (ULLMAN apud ARAÚJO, 2011, p. 87).

Bakhtin (1979, apud ARAÚJO, 2001, p. 68) entende, portanto, que todo enunciado tem a heterogeneidade como característica, porque evidencia, concomitantemente, a posição do autor e a de oposição. De acordo com Araújo (2011, p. 85), a “[...] heterogeneidade atravessa também as comunicações especializadas, em especial a área de Comunicação, que não está isenta das marcas sócio-históricas que afetam a construção do conhecimento”.

Em um texto opinativo, como as resenhas da revista RoadieCrew, esse ponto de vista é marcante e merece ser considerado. Os textos são dialógicos em essência porque apresentam discursos construídos em outras audições de discos passados de diferentes bandas, de outros veículos de comunicação que utilizam termos semelhantes, de outras experiências, de outros articulistas que utilizam outros olhares, etc. Além disso, o autor imagina quem é seu leitor – e é para ele que o autor escreve, para entrelaçar a identidade na publicação especializada.

O leitor, considerado um co-enunciador na Análise do Discurso, não apenas recebe a informação. O co-enunciador também exerce papel na comunicação. “[...] ele se esforça para pôr-se em seu lugar para interpretar os enunciados e influencia-o constantemente através de suas reações” (MAINGUENEAU, 2006, p. 22). O próprio autor, ou enunciador, também é considerado um co-enunciador, pois controla e até mesmo corrige o que afirma.

Além disso, os textos são heterogêneos porque, com o uso de alguns termos técnicos e ressignificação de outros para o contexto especializado da revista, as palavras ficam totalmente à mercê da situação em que são utilizadas. Vale ressaltar, também, que a heterogeneidade nos textos da revista também se destaca porque o autor precisa pensar na oposição à sua opinião, porque não é apenas o discurso opinativo que entra em jogo: o comercial também, porque a resenha tem o intuito de orientar os consumidores sobre os principais trabalhos artísticos no mercado.

Para as análises que sucedem este trabalho, faz-se necessário tomar a seguinte concepção como uma “lei”: “[...] a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 2004, p. 11).

4 REFERENCIAL METODOLÓGICO E ANÁLISES

Para a análise, será utilizada a primeira resenha em destaque da edição 189 (outubro de 2014). A seção “Releases”, que contém as resenhas, tem de 35 a 45 textos, em média. Três desses aparecem em um espaço mais destacado e com mais caracteres. Geralmente, o espaço é ocupado por uma banda mais famosa, antiga e/ou consagrada no cenário do *classic rock* ou *heavy metal*.

Optou-se por analisar a partir, especialmente, do dialogismo e dos sentidos. A opção pelo dialogismo se deu por ser constitutivo do discurso. Já os sentidos são interpretados como a “consequência” na análise.

Para chegarmos a esses elementos discursivos, partimos, inicialmente, de um gesto de leitura jornalística, para evidenciar o posicionamento e a opinião do resenhista. Aqui, são retomadas especialmente as ideias sobre jornalismo cultural, especializado e opinativo.

Em um segundo momento, foi feita uma análise quantitativa da nota da resenha. A nota varia entre 0 a 10 e representa uma opinião, de acordo com a própria revista: de 0 a 2, o trabalho é classificado como “péssimo”; de 2,5 a 4,0, é compreendido como “ruim”; de 4,5 a 6,5, é entendido como “regular”; de 7,0 a 8,5, é avaliado como “bom”; de 9,0 a 9,5, é recebido como “excelente”; e a nota máxima, 10, o canoniza como “clássico”. Há, ao final da última página da seção, um quadro intitulado “RoadieParade”, em que os cinco discos mais vendidos (de acordo com os dados de algumas lojas especializadas no ramo) são analisados por alguns redatores. No entanto, esta parte não será contemplada na análise, porque a mesma não é acompanhada de textos, mas sim de notas, e, por isso, não pareceu interessante para o trabalho.

O terceiro momento proporciona a análise discursiva, com base no dialogismo. Com isso, buscou-se transpor o campo de uma análise textual para uma análise discursiva, resgatando elementos próprios do discurso. Apesar do objeto de análise ser a resenha, que é, naturalmente, mais simples e direta, há uma subjetividade constituída pelo dialogismo e pela relação com outros discursos heterogêneos, que constituem o discurso do resenhista e trazem efeitos de sentido distintos. Por isso, faz-se necessário explicitar as marcas de dialogismo neste passo do trabalho.

O quarto – e último – momento é de análise dos sentidos. Trata-se da parte da análise geral, em que serão pontuados os sentidos que atravessam os discursos. O intuito é proporcionar um fechamento, em linhas gerais, do que foi apresentado na análise anterior.

4.1 Análise

Figura 1 – Resenha de EXODUS: “Blood In, Blood Out” (edição 189)

RELEASES

EXODUS
Blood In, Blood Out
Nuclear Blast Brasil - Nac.

Confesso que assustei quando o novo álbum do Exodus começou a rolar com a introdução de *Black 13*, mas a parte eletrônica foi criada por Dan The Automator (Daniel M. Nakamura) especialmente para esta finalidade. Portanto, depois disso o que se ouve nesse retorno de Steve “Zetro” Souza aos vocais é o mais puro Thrash Metal. E que porradaria, meu amigo! Riffs com palhetadas abafadas são a especialidade de Gary Holt, mas esse trabalho ao lado de Lee Altus (Heathen, Angel Witch) parece até que teve uma injeção de adrenalina. Some esse peso cavalgar ao baixo estilizado e muito bem timbrado de Jack Gibson e ao trabalho do baterista Tom Hunting, que vem evoluindo muito e nem sempre é lembrado. Claro, alguns momentos remetem ao passado – *Pleasures Of The Flesh* e *Fabulous Disaster* – por causa de Zetro e pelo uso de coros, como em *Body Harvest*, *Collateral Damage* e *Honor Killings*. Mas a coisa está muito bem adaptada e foi produzida com

maestria por Andy Sneap. Prepare-se para bater cabeça em “paradinhas mortais”, mas tenha em mente que a velocidade está em primeiro plano em diversas faixas, assim como pequenas doses de melodia. Entre elas, destaque para uma das mais rápidas que o

pelc
hist
Luiz
(Mc
de
Pali
tarr



Blood In Blood Out

veterano grupo já compôs, *Food For The Worms*. Demais destaques vão para a faixa título, *Salt The Wound* (com participação de Kirk Hammett), *My Last Nerve* e *Bit* (com a presença de Chuck Billy). Obrigatório. **8,5**

Ricardo Batalha

Fra
de
má
de
e f
Th
pri
tor

Fonte: BATALHA, 2014c.

A resenha mostra, sem delongas, o posicionamento em primeira pessoa, com o verbo “confessar” conjugado na primeira pessoa do singular. O autor expressa que se assustou com a introdução da primeira música do disco “Blood In, Blood Out”, do Exodus, intitulada “Black 13”, o que indica uma clara preferência de estilo musical, independente se a música eletrônica pode ou não apresentar qualidade individual. O critério de gosto é subjetivo, mas os resenhistas da RoadieCrew aparentam, muitas vezes, gostar apenas de classic rock e heavy metal em seus discursos jornalísticos.

Ao longo de todo o texto, o resenhista utiliza uma série de termos e discursos técnicos, como nas frases “Riffs com palhetadas abafadas são a especialidade de Gary Holt [...]” e “Some esse peso cavalgar ao baixo estilizado e muito bem timbrado de Jack Gibson [...]”, o que segmenta bastante o público consumidor da revista: não é apenas necessário ser um amante de classic rock e heavy metal, como também é quase obrigatório que exista uma compreensão de termos muito recorrentes no âmbito musical.

A forma como o texto jornalístico é construído também merece menção. Frases como “E que porradaria, meu amigo!” e “Prepare-se para bater cabeça em ‘paradinhas mortais’, mas tenha em mente que a velocidade está em primeiro plano em diversas faixas” representam alguns elementos que conquistam fãs de heavy metal, em especial do thrash metal, gênero que o Exodus recebe classificação: peso, “violência” sonora, agilidade nas batidas, entre outros. Há um discurso mercadológico intrínseco, que incentiva o consumo da obra, mesmo que a forma de exaltação do produto resenhado não seja tão convencional.

A análise da nota indica, inicialmente, que a avaliação do texto de destaque, 8,5, foi igual à de outros sete textos da edição em questão. Outros seis discos receberam melhor nota do que “Blood In, Blood Out”, do Exodus. Não necessariamente o disco de maior qualidade de acordo com os redatores é o que recebe destaque: além de ter relação com a matéria de capa da edição em questão, a diagramação enfatiza o álbum por ser de uma banda já conhecida no cenário, na ativa desde a década de 1980 e com uma discografia mais extensa.

O texto inteiro exalta qualidades de “Blood In, Blood Out”, com um discurso mercadológico que permeia todo o texto (já que há um estímulo ao consumo nas entrelinhas) e é finalizado com o adjetivo “obrigatório”. No entanto, a nota 8,5 atribuída coloca o álbum no patamar “bom”. Não há nenhum argumento que justifique o fato de não ser classificado como “excelente” ou até mesmo como “clássico”.

A análise discursiva com base no dialogismo permite-nos concluir que é quase impossível compreender o texto em sua totalidade sem uma devida imersão anterior aos elementos dialógicos que constituem o discurso do resenhista. Ao evidenciar que “Blood In, Blood Out” representa o retorno do vocalista Steve “Zetro” Souza à banda Exodus, o autor tenta criar uma expectativa no leitor.

Mais adiante, ao citar que a presença do cantor faz com que as músicas do novo trabalho sejam semelhantes às de “PleasuresOf The Flesh” e “FabulousDisaster”, o resenhista tenta traçar um paralelo com outros álbuns, mas sequer menciona que os nomes em questão são outros discos do Exodus, com Souza nos vocais. Ou seja, os discursos outros precisariam ser evocados para a compreensão dos sentidos pretendidos e que não exista nenhuma lacuna no processo comunicativo.

Quando o guitarrista Lee Altus é citado como também integrante de bandas como Heathen e Angel Witch, novamente há dialogismo, pois o autor faz uma relação, ao colocar o nome dos grupos do músico, do trabalho atual com os anteriores feitos por ele. Ao fim do texto, não seria relevante citar os nomes de Kirk Hammett e Chuck Billy como participantes de duas faixas se eles não fossem, respectivamente, guitarrista do Metallica e vocalista do Testament, outras duas bandas consolidadas no estilo thrash metal. O autor se utiliza desse recurso discursivo para atrair a atenção sobre “Blood In, Blood Out” e expressar que as colaborações foram importantes, mesmo sem dizer isso com todas as letras, o que representa um discurso de autoridade.

Em uma análise de sentidos, é possível ponderar que, para entender essa resenha, é indispensável ter ouvido o disco em questão. Há uma inversão conceitual nesse texto: a resenha não orienta mais o consumo, porque o entendimento do texto é prejudicado caso você não tenha ouvido o CD. Dá para considerar, ainda, que essa tática é, até certo ponto, parte da segmentação: menos leigos estarão em contato com a revista justamente porque uma de suas principais seções fixas é muito dialógica e trabalha com tantos outros discursos que, entre eles, incluem-se as próprias faixas do álbum. O expertise na área é fundamental, também, para a devida compreensão textual.

5 COMPASSOS DISCURSIVOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não houve problema para que o autor se posicionasse em seu texto. Há marcas opinativas fortes, como adjetivações e construções em primeira pessoa. Tenta-se, ao mesmo tempo, construir um espaço aparentemente imparcial, pois o gosto pessoal do resenhista nunca é mencionado: objetiva-se uma descrição mais geral do trabalho, de forma que as preferências particulares do autor não fiquem tão explícitas.

A análise não se sustenta por si. Há a sensação de que o autor espera que o leitor já confira o texto com o disco previamente ouvido. Isso se contrapõe ao conceito de resenha de Marques de Melo (2003), pois este afirma que o gênero textual em questão tem a função de orientar o consumo. Mas como o consumo pode ser orientado se, na verdade, espera-se implicitamente que o leitor já tenha escutado o trabalho musical?

A nota não faz justiça ao texto. Nota-se certo receio de atribuir uma nota maior a um disco, mesmo que nenhum aspecto negativo sobre ele tenha sido mencionado. É necessário adequar um dos aspectos: ou a nota deve ser modificada para estar em consonância com o texto, ou o próprio texto precisa mencionar aspectos que justifiquem a perda de pontos na avaliação.

Os termos técnicos reforçam a especialização necessária para estar em contato com a publicação. Muitas vezes, não basta ser apenas um fã do estilo: é necessário entender sobre teoria musical para compreender determinadas passagens. Tais termos técnicos também podem carregar discursos técnicos ou musicais. Há a incidência de outros discursos nos textos, mas esses variam entre as resenhas.

O dialogismo é constitutivo do discurso, mas ele é ainda mais imprescindível em textos como as resenhas analisadas, dado o espaço curto em contraponto à necessidade que os autores encontram de ter que descrever músicas específicas. Sem o dialogismo, seria impossível que os textos apresentassem opiniões mais contundentes e até ligadas ao aspecto técnico da música e dos estilos musicais. Recorre-se, com frequência, ao trabalho de outros músicos e outros grupos, por exemplo, para a construção dos sentidos que atravessam os textos e para que não exista nenhuma lacuna no processo de comunicação.

A hipótese de que a opinião é expressa de forma muito especializada porque busca contato com diversos outros especialistas é reforçada. Foi possível concluir que os termos técnicos e os discursos técnico e musical trabalham com duas perspectivas: ou o leigo busca bagagem anterior para compreender a mensagem, ou o leigo deixa de acompanhar a publicação para que apenas o especialista em classic rock e heavy metal – que, geralmente, também tem conhecimentos técnicos sobre teoria musical – usufrua do conteúdo. A proposta afasta públicos que têm potencial de fidelização ao veículo, mas não são tão especializados; no entanto, aproxima leitores que já são especializados no assunto.

É provável que, com a popularização de meios como a Internet, que possibilitam um acesso mais ágil ao material musical, os resenhistas escrevam o texto imaginando que os leitores já tiveram a experiência auditiva anterior em relação ao álbum lançado. Isso não impede o viés mercadológico que as resenhas da RoadieCrew podem ter, mas há uma alteração conceitual na resenha, onde não apenas o consumo é objetivado, mas a consolidação de um disco no imaginário do fã – neste caso, de classic rock e heavy metal.

Conclui-se ainda que, muitas vezes, o resenhista escolhido parece estar muito próximo de seu produto analisado ou de seu contexto, como gênero, músicos envolvidos, entre

outros aspectos – o que interfere na avaliação final. O classic rock e o heavy metal compreendem uma série de subgêneros, com características muito distintas entre si, o que permite o fato da revista contar com especialistas para cada gênero. Isso pondera o fato de que não é possível para o jornalista se distanciar completamente do objeto retratado – que remetem a campos semânticos, memória e discursos anteriores.

Por outro lado, no entanto, requer-se o mínimo de distanciamento para que a construção discursiva por parte do resenhista não seja rasa e fundamentada somente em critérios excessivamente pessoais. Se ainda há uma orientação ao consumo por parte das resenhas, não é possível trabalhar nesta com um texto pouco criterioso, constituído em maior parte por juízos de valor e com elementos questionáveis que compõem a sua avaliação (nota). Os critérios precisam ser modificados, que estejam de acordo com uma revista especializada e que conta com jornalistas de nome na área, como a RoadieCrew.

REFERÊNCIAS

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. 2000. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social/jornalismo, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2000. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia da música**: doze preleções teóricas. São Paulo: Unesp, 2011. 420 p. (Coleção Adorno). Tradução de: Fernando R. de Moraes Barros. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Adorno-Introducao_Sociologia_Musica.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2014.

ALZAMORA, Geane. Do texto diferenciado ao hipertexto multimidiático: perspectivas para o jornalismo cultural. In: AZZOLINO, Adriana Pessatte (Org.). **7 propostas para o jornalismo cultural**. São Paulo: Miró, 2009. p. 39-52. (Rumos Itaú Cultural).

ARAÚJO, Marcelo Marques. **Comunicação, língua e discurso**: uma análise terminológica discursiva de um dicionário de especialidade. 2011. 236 f. Tese (Doutorado) – Curso de Letras e Linguística, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979. 196 p. Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 421 p. Tradução de: Maria Ermantina Galvão.

BATALHA, Ricardo. EXODUS: Blood In, Blood Out. **RoadieCrew**, São Paulo, n. 189, ano 17, p. 36, outubro 2014 (2014c). Mensal.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p. Tradução de: Plínio Dentzien.

BERAS, Cesar. **Elementos iniciais para uma sociologia do rock**: em busca de um conceito. In: Congresso Internacional de Estudos do Rock, 1., 2013. Cascavel: Anais, 2013. p. 1 - 17. Disponível em: <http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2013/artigos/6/artigo_simposio_7_217_cesarberas@unipampa.edu.br.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2013.

BRANDÃO, Helena HathsueNagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004. 122 p.

BRANDÃO, Helena HathsueNagamine. **Analizando o discurso**. 2009. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/brand001.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

CAMPOY, Leonardo Carbonieri. **Trevas sobre a luz**: o underground do Heavy Metal extremo no Brasil. São Paulo: Alameda, 2010. v. 1. 320 p.

COELHO, Teixeira. Outros olhares. In: LINDOSO, Felipe (Org.). **Rumos do jornalismo cultural**. São Paulo: Summus, 2007. p. 24-29. (Rumos Itaú Cultural).

COUTINHO, Afrânio. **Da crítica e da nova crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

DENORA, Tia. **Music in everyday life**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, 181 p. Tradução de: Margarete Arroyo.

DENORA, Tia. **Music sociology**: getting the music into the action. British Journal of Music Education, v. 20, n. 2, p. 165-177, 2003. Tradução de: Margarete Arroyo.

FARO, José Salvador. **Nem tudo que reluz é outro**: contribuição para uma reflexão teórica sobre jornalismo cultural. 2007. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/ind_j_s_faro.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

GOLIN, Cida. Jornalismo cultural: reflexão e prática. In: AZZOLINO, Adriana Pessatte (Org.). **7 propostas para o jornalismo cultural**. São Paulo: Miró, 2009. p. 23-38. (Rumos Itaú Cultural).

GUARNIERI, Ivanor Luiz. Verdade e opinião: o acordo é possível. In: PINTO, Aroldo José; SOUZA, ShirleneRohr de. (Org.). **Opinião na mídia contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Arte e Ciência Editora, 2009, p. 9-28.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos – o breve século XX – 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 117 p. Disponível em: < <http://copyfight.me/Acervo/livros/Roque%20de%20Barros%20Laraia%20-%20Cultura%20um%20conceito%20antropol%C3%A2tico%20%5Bpdf%5D.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

LEÃO, Tom. **Heavy metal**: guitarras em fúria. São Paulo: Editora 34, 1997. 230 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004. 129 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ufmg, 2006, 2ª Reimpressão. 155 p. (HumanitasPocket). Tradução de: Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para escrita**: atividades de retextualização. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 136 p.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, 239 p.

MIRANDA, Nadja. Divulgação e jornalismo cultural. In: RUBIM, Linda. **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edufba, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/146/1/Organizacao%20e%20producao%20da%20cultura.PDF>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MUELLER, Renate. Perspectives from the sociology of music. In: COLWELL, Richard; RICHARDSON, Carol. **The new handbook of research on music teaching and learning**. Nova York: Oxford University Press, 2002. p. 584-603.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PEREIRA, Rose Mary Ferreira; ROCHA, Thaís Ferreira da. **Discurso midiático**: análise retórico-jornalística do gênero editorial. 2006. 93 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social/jornalismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-rose-mary-rocha-thais-discurso-midiatico.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2003. 144 p.

SERELLE, Márcio. A crítica do entretenimento no jornalismo cultural. In: **Comunicação Midiática**. São Paulo, v. 7, p. 48-62, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.mundodigital.unesp.br/revista/index.php/comunicacaomidiatica/article/viewFile/206/129>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

STYCER, Maurício. Seis problemas. In: LINDOSO, Felipe (Org.). **Rumos do jornalismo cultural**. São Paulo: Summus, 2007. p. 72-75. (Rumos Itaú Cultural).

SZANTÓ, András. Um quadro ambíguo. In: LINDOSO, Felipe (Org.). **Rumos do jornalismo cultural**. São Paulo: Summus, 2007. p. 36-48. (Rumos Itaú Cultural).

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo especializado e a especialização periódica. In: **Estudos em Comunicação**. Covilhã, v. 1, n. 5, p.115-133, maio 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

VILLA, María J. Una aproximación teórica al periodismo cultural. In: **Revista latina de comunicación social**. La Laguna, n. 35, novembro 2000. Anual. Disponível em: <www.ull.es/publicaciones/latina/argentina2000/09villa.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

ANEXO A – Dados gerais sobre a revista



REVISTA

ROADIE CREW





REVISTA

ROADIE CREW



CARACTERÍSTICAS DA PUBLICAÇÃO

PERFIL: Publicação especializada em música, com distribuição em bancas desde maio de 1999 em todo o território nacional e Portugal. Revista de periodicidade mensal dedicada à cobertura e divulgação de assuntos relacionados com o cenário artístico do gênero "Rock'n'Roll", com ênfase especial nos segmentos "Classic Rock" e "Heavy Metal". O conteúdo editorial é composto por matérias, fotos e ilustrações com direitos de publicação exclusivos da revista Roadie Crew, e é complementado por reportagens, entrevistas, críticas de produções musicais e eventos, biografias, pôsteres, curiosidades, columns e artigos especiais.

Editoria:
Arturo Díaz - arturo@roadiecrew.com
Claudio Vianetti - claudio.vianetti@roadiecrew.com

Administração:
Vera Díaz - vera@roadiecrew.com
Cláudio Díaz - claudio@roadiecrew.com
Mário José Díaz - mario@roadiecrew.com

Redação:
Diretor Responsável: Arturo Díaz (40.870)
Editor Chefe (Redação): Ricardo Batista (batista@roadiecrew.com)
Redator: Antonio Carlos Moreira (jorg@roadiecrew.com)

Diagramação e Arte:
Leandro de Oliveira (leandro@roadiecrew.com)

Representação no Exterior:
Europa: Gerard Moran (gerard@roadiecrew.com)
América do Norte: Mitch Lubin (mitch@roadiecrew.com)

Fotografia:
Dennis Ono, Guilherme Nogueira, Ramon Passolunghi, Ricardo Ferreira

Ilustração:
Mário Batista, Quinho Raulski

Colaboradores/Brasil:
André Galvão, André Apolito, Alexandre Tadeu, Christiano K.O.D.A., Daniel Dutra, Eric S. Díaz, Fiane Diniz, Guilherme Spaschi, Heitor Basso, Iverson Salgado, Jorge Trevino, Jorge Zuma, Leandro N. Costa, Leonardo N. Bragança, Luciano Kruger, Luis Carlos Vieira, Marcos Latta, Pedro Montenegro, Steve Cesar Brandstetter, Thiago Pinheiro, Thiago R. Moura, Thiago Santos, Vinícius Martins, Vinícius Neves, Vitor Brandstetter

Colaboradores/Exterior:
Alemanha: Torgo Weinmüller
Austrália: Justin Donnelly
Canadá: Mario Papad, Mitch Lubin
EUA: Chris Alva, Keith McDonald, Steven Rosen
França: Michael Rosenblatt
Portugal: João Moura
Suíça: Daniel Schreiner

Departamento Comercial/Marketing:
Arturo & Claudio (arturo@roadiecrew.com)
Tel.: 0xx11-5058.5047 / Fax: 0xx11-5058.8047
Cel.: 0xx11-90762-1058 (Arturo) e 0xx11-90762-1059 (Cláudio)

DADOS TÉCNICOS

Periodicidade: Mensal
Tiragem: 22.000 a 30.000 exemplares
Circulação: Brasil e Portugal
Assinantes/leitores: 7.000

Publicidade: Data livre para fechamento de espaço comercial - dia 15 de cada mês.
Data livre para entrega de arte de anúncio - dia 20 de cada mês.
Contratamento do espaço de arte de anúncio - formato jpg, com 300 dpi.

Número de páginas: 96 (incluindo pôster destacado)
Preço de Capa: R\$ 11,00

Impressão: Papel Couché 150g (interior UV)
Capa: Papel Couché 150g (interior UV)
Folha: Papel Couché 70g
Formato: 20,5cm x 27,5cm

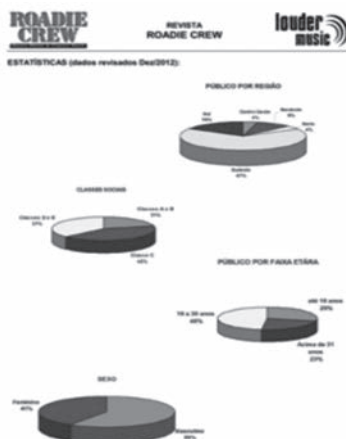
Impressão: Pré-processo: Sistema CTP de pré-impressão digital
Industriação: FPCB, Editora Gráfica LDB

Distribuição: DYNAP - Distribuidora Nacional de Publicações Ltda.

DADOS DA EMPRESA

Editora: ROADIE CREW EDITORA LTDA.
Lousier Burg
09/10/1987
01 408.37700-00
014 408.761/114
Inscrição Estadual: 2 044 980-0
Sede: Rua São Antonio Cavallotti, 101
04105-040 São Paulo - SP
Tel.: (11) 5058.5047
Fax: (11) 5058.8047
Cel.: (11) 90762-1058 (Cláudio) e (11) 90762-1059 (Arturo)
e-mail: arturo@roadiecrew.com
vera@roadiecrew.com
www.roadiecrew.com
www.facebook.com/roadiecrewmag

ANEXO B – Dados sobre o público da revista



Branding e Discurso nas Organizações

DOI- 10.21745/ac06-16 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-16>

Marcelo Marques Araújo *

Resumo

Gerenciar marcas é gerenciar diferenças, não como elas estão nos planos de comunicação, mas como elas aparecem na mente das pessoas. Marcas que emocionam tornam-se imprescindíveis e ocupam lugar na vida dos consumidores espontaneamente. Algumas marcas possuem funcionalidades, sensações, relações simbólicas e atitude - elementos de uma natureza discursiva. Marcas relevantes geram inovação e diferenciam-se pelo simples fato de convencerem de forma mais eficiente. Este artigo apresenta duas metodologias de posicionamento de marca: positioning guide (guia de posicionamento) e construção da marca. Além disso, também propõe a interface branding e discurso, o que para muitos estudiosos de branding e comunicação pode tornar-se uma fonte inovadora dos estudos sobre branding. Afinal, o branding de uma marca exige a presença de sujeitos consumidores e compreender a constitutividade deles é essencial. Além dos sujeitos, há discursos que materializam ideias e sentidos sinalizando para os desejos. Nossa hipótese sugere que há uma rede discursiva complexa perpassando as marcas e ancorando sentidos que apagam, silenciam, denegam, ressignificam, constroem desejos, necessidades, identidades e diferenciais. Ao final do artigo, propomos uma análise de branding e discurso da maior marca educacional do país, com base nas categorias desenvolvidas no artigo. Este trabalho fundamenta-se teoricamente em AAKER (2015); HILLER (2012); NEUMEIER (2008) entre outros, no que se sustentam os conceitos de branding; e em PÊCHEUX (1990, 2008); ORLANDI (2001); ARAÚJO (2011) entre outros, no que se sustentam os conceitos vinculados ao discurso.

Palavras-chave: Branding; discurso; comunicação institucional; metodologia de marca; posicionamento

Abstract

Managing brands is to manage differences, not as they are in communication plans, but as they appear in people's minds. Brands emotive become essential and take place in the lives of consumers spontaneously. Some brands have features, feelings, symbolic relationships and attitude - elements of a discursive nature. Relevant brands generate innovation and differentiate simply by convincing more efficiently. This paper presents two methods of brand positioning: positioning guide (positioning guide) and brand building. It also proposes the branding interface and speech, which for many of branding and communication scholars can become an innovative source of studies on branding. After the branding of a mark requires the presence of consumers and understand the subject constitutivity them is essential. In addition to the subject, there are speeches that embody ideas and directions signaling desires. Our hypothesis suggests that there is a complex

¹ Professor do Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Uberlândia. Professor e Orientador no Programa de Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação (FACED/UFU)

discursive network permeating the marks and anchoring senses that erase, silence, denegate, resignify, build desires, needs, identities and differences. At the end of the paper, we propose a branding analysis and discourse of higher education brand in the country, based on categories developed in the article. This work is theoretically based on AAKER (2015); HILLER (2012); NEUMEIER (2008) among others, as support the concepts of branding; and PÊCHEUX (1990, 2008); ORLANDI (2001); ARAÚJO (2011) among others, as support the concepts related to speech.

Key-words: branding; speech; institutional comunicacion; methods of positioning of the trademark; posicionamiento

Linhas introdutórias: Branding, Marketing e Comunicação Organizacional

Pensar em marcas, especialmente em quais as melhores estratégias para comunicar marcas e obter resultados expressivos, é um grande desafio neste mercado acirrado que mobiliza CEO's, CMO's e CCO's mundo afora. Proponho aqui uma discussão sobre branding, relevância, identidade, memória, expressividade e eficiência das marcas a partir da construção discursiva que faz emergir os sentidos os quais respondem aos desejos dos sujeitos consumidores. Para isso, este artigo registra reflexões possíveis fundamentadas em estudos de branding com base em AAKER (2015); HILLER (2012); NEUMEIER (2008); entre outros. E nas concepções discursivas que envolvem os discursos enunciados pelas marcas, para isso busquei conceitos e formulações baseadas em PÊCHEUX (1990, 2008); ORLANDI (2001); ARAÚJO (2011) entre outros. Procurei mostrar a construção de marca perpassada por uma rede discursiva que apaga, silencia, denega, ressignifica, produz sentidos, desejos, identidades e diferenciais. A proposta é buscar uma reflexão metodológica, mercadológica e discursiva sobre as marcas. Um dos objetivos do projeto que sustenta este estudo, denominado "Branding e discurso nas organizações" é produzir conteúdo relevante para os eixos mercadológico e acadêmico com intuito de promover a reflexão sobre as marcas.

O ponto de partida é branding. Nesse percurso atravessaremos os caminhos do marketing e da comunicação organizacional. Tentarei mostrar que a queda dos muros entre áreas é iminente. Por fim, por meio da análise de uma marca educacional que alcançou em 2015 mais de 1 milhão de alunos no país, proponho uma metodologia de branding com fundamento em uma plataforma discursiva de investigação.

Branding e Posicionamento em Educação Superior

Hiller (2012, p. 131) esclarece que o branding deve ser entendido "como um modelo de gestão empresarial que coloca a marca no centro de todas as decisões corporativas e tem, como objetivo central, construir o brand equity, que são valores intangíveis". Gestão de marca em várias áreas é um tema pouco discutido, talvez desconhecido e até ignorado. Cabe aqui referendar que em um outro paper procurei mostrar o distanciamento das questões relacionadas à gestão de marca na educação superior pública, completamente ignorada pelas instâncias superiores que regem, por exemplo, a Educação a Distância (EaD) no país,

² Pela ordem de citação: siglas inglesas de Chief Executive Officer, Chief Marketing Officer e Chief Communications Officer.

tais como a SERES (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior), a SESU (Secretaria de Educação Superior), a extinta SEED (Secretaria Educação a Distância), e a Diretoria de Educação a Distância – DED. O silêncio das discussões relacionadas aos eixos temáticos ligados ao posicionamento e visibilidade da EaD no país tem produzido danos irreparáveis para a construção sólida e relevante da EaD. Os apagamentos, silenciamentos e denegações (ARAÚJO, 2011) podem ser encontrados também nos posicionamentos das instituições privadas, muitas delas investem grandes montantes de recursos financeiros para prospecção de alunos, mas não planejam satisfatoriamente os investimentos.

As políticas comunicacionais com foco em posicionamento e branding muitas vezes nem chegam a ser discutidas nos redutos acadêmicos e, tampouco estão pautadas por aqueles que tomam decisões, sobretudo empresários e empreendedores de grupos educacionais. Isso acontece tanto na iniciativa privada quanto nas instituições públicas, por isso muitos gestores insistem em estratégias de outbound marketing isoladas; não se preocupam com o desenvolvimento de ações que valorizem o branding institucional; não constroem iniciativas de fidelização e manutenção de alunos; respaldam suas ações em políticas que conservam no status quo a tradição, história, memória acadêmica e valores que atravessam o tempo sem sofrer ajustes e definem de forma hermética os conteúdos apresentados em currículos ultrapassados; atuam de forma isolada e distante da realidade do mercado; não estão dispostos a firmar parcerias em co-branding com instituições internacionais; direcionam esforços para o que é mais lucrativo em um curto espaço de tempo; não estão plenamente conscientes da necessidade de investimentos em marcas ativas, estratégicas, com personalidade e propósito; desconhecem práticas de gestão em branding; ignoram a necessidade de pensar marcas educacionais com suas funcionalidades, sensações, relações simbólicas e atitude de marca. Sobre tudo isso discuto mais a frente.

As críticas pontuais aqui elaboradas podem elucidar caminhos a partir dos exemplos de instituições que se fortaleceram quando direcionaram esforços para a área de branding. A visão de marca da Berkeley-Haas School of Business se tornou conhecida após uma mudança radical na gestão de marca depois de resultados pífios inspirados em um status quo que já não produzia mais resultados. A Berkeley-Haas School of Business criou uma visão de marca que estimulou mudanças profundas na instituição, ajudando-a a refinar o corpo discente e o docente, os programas de pesquisa e o currículo. Os quatro elementos de visão de marca foram assim registrados:

³ Os três termos citados estarão melhor esclarecidos adiante.

⁴ Estratégia tradicional de marketing em que a marca é ativa no processo de prospecção de clientes. No outbound marketing são encontradas ações tais como: comerciais de TV, rádio, internet, telemarketing, mala direta, flyers e links patrocinados. A metáfora para outbound marketing é uma rede de pesca lançada para pescar o maior número possível de pessoas, ao contrário do inbound marketing que é um anzol com uma isca para atrair indivíduos com base em seus gostos e no envolvimento de cada um com a marca.

1) Questionar o status quo: “Lideramos defendendo ideias audaciosas, assumindo riscos inteligentes e aceitando fracassos sensatos. Isso significa dizer o que pensamos mesmo quando isso vai contra a tradição. Prosperamos no epicentro da inovação mundial”. Esta visão capturou a aspiração das grandes ideias e a vitalidade do processo de inovação;

2) Alunos sempre: “Somos uma comunidade criada para a curiosidade e para a busca eterna por crescimento pessoal e intelectual. Este não é o lugar para quem acha que aprendeu tudo que vai aprender na vida”. Esta visão tornou a Berkeley-Haas relevante para ex-alunos e programas executivos;

3) Confiança sem arrogância: “Tomamos decisões com base em evidências e análise, o que nos dá confiança para atuar sem sermos arrogantes. Lideramos com base em confiança e colaboração”. Isso tornou a visão altamente desafiadora e diferenciada;

4) Além de si: “Moldamos nosso mundo ao liderar com ética e responsabilidade. Como guias de nossas empresas, pensamos nossas ações e decisões no longo prazo, o que, muitas vezes, significa colocar interesses maiores acima dos nossos próprios”. Uma visão que descreveu um propósito maior.

Aaker (2014) resumiu assim os quatro elementos da visão de marca da Berkeley-Haas School of Business, a essência, que captura muito bem os quatro elementos centrais, é a seguinte: “Desenvolvemos líderes que redefinem como fazemos negócios”. É uma visão diferente sobre inovação e liderança, a qual pretende redefinir o negócio, não apenas refiná-lo.

Na sequência, desenvolvo um percurso que irá fundamentar as análises que virão ao final, quando retomo o tema branding na educação superior.

Branding 1.0 e 2.0

Há duas metodologias de posicionamento de marca, positioning guide (guia de posicionamento) e construção da marca, que são bastante úteis em todos os processos de gestão de marca, sejam produtos, serviços ou marcas pessoais. Negócios em educação, comércio, turismo, política, entretenimento, enfim, todas as áreas podem utilizar esta metodologia e certamente obterão resultados expressivos.

Positioning guide situa-se no que denominou-se branding 1.0. Em positioning guide, existem três categorias que posicionam a marca: target audience (público-alvo), frame of reference (qual é o mercado?) e point of difference (sinaliza pontos que diferenciam a marca no mercado). O target audience é uma categoria de posicionamento que define qual o público-alvo (informações demográficas e psicográficas), com dados relevantes que identifiquem os possíveis consumidores. Para posicionar a marca, frame of reference trabalha com os seguintes questionamentos: “qual o seu mercado? Quais as lógicas de funcionamento? Quem são seus concorrentes? Como funciona a sua arena competitiva?”. A última categoria, point of difference, utiliza o conceito: “O que é aquilo que só você possui e que mais ninguém tem?”

A metodologia denominada *positioning* guidetem sua origem na gestão da marca Coca-Cola. Obviamente, esta metodologia de posicionamento de *branding*, tendo sua origem no setor privado, terá que sofrer ajustes e adequações quando o objetivo for a gestão de marcas no setor público. Entretanto, as respostas às perguntas relacionadas às três categorias indicam reflexões pontuais que são úteis a qualquer eixo de negócios, público ou privado.

Outra metodologia de posicionamento da marca, denominada construção da marca, situa-se no que denominou-se *branding 2.0*. Esta trabalha com cinco categorias: escolher, mergulhar, afinar, consistência e paixão. Escolher define como a marca se adequa aos atributos funcionais que constroem a marca. Mergulhar direciona as pesquisas e diagnósticos do mercado para uma “verdade humana”. Afinar é a categoria que distingue qual o propósito da marca, por isso, afina a comunicação entre verdade humana, consumo e conexão com o público. A quarta categoria, consistência, presume como executar a marca no mercado de forma a torná-la sólida criando identidade própria quando as pessoas mencionam a marca. A última categoria, paixão, define como pensar os detalhes de forma que conquistem e emocionem o consumidor. Emocionar é uma característica bastante deslocada no eixo de debates sobre o tema educação superior, isso ocorre em virtude do ethos de seriedade que constitui a universidade. Há que se aprofundar nas reflexões acerca deste tema.

Discurso e *Branding*

O discurso é definido por Pêcheux (1990) como “efeito de sentido entre locutores”, desde o primeiro modelo proposto em 1969, na tese intitulada *Análise Automática do Discurso*. O “efeito de sentido entre locutores” quer dizer que no discurso o sentido está na relação entre sujeitos e não nas palavras, assim como na mídia, o sentido está na relação entre sujeito(s) locutor(es) e alocutário(s). O conceito de sentido aqui é tomado em Pêcheux (2008) quando explicita o gesto de leitura para as interpretações possíveis de enunciados capazes de acionar o interesse dos sujeitos.

Quando aproximamos os conceitos de *branding* e discurso conseguimos compreender a dinâmica de sentidos que constituem a construção de marcas a partir dos efeitos de sentidos instaurados na interpelação marca e consumidor. Por exemplo, quando a marca Dove registra os sentidos de “envolvimento pessoal, intimidade e amizade” indicando a “confidencialidade” da marca junto às mulheres que buscam ser elas mesmas. O Tigre Tony, do Sucrilhos Kelloggs, que representa um tio, um irmão mais velho ou um técnico esportivo que acompanha o crescimento do garoto, presente nos desafios a serem enfrentados pelas crianças e adolescentes, impulsionando-os a vencer. Ou a Colgate, que busca em uma atuação mais “professoral e profissional” certo distanciamento condizente com a voz de especialista, aconselhando como cuidar bem dos dentes e gengivas.

Um breve estudo indicaria, por exemplo, as vozes que perpassam o branding Colgate, posicionando-se como um sujeito discursivo especialista, professoral, técnico, sério e científico, o que remete ao tom profissional que espelha os anúncios da marca. Além da construção de sentidos e da posição de sujeitos enunciadore, poderíamos trazer outros conceitos discursivos para a base de análise e certamente encontraríamos respaldo no discurso do branding institucional.

Os discursos das marcas são espaços de apagamento, silenciamento, esquecimento e denegação (ARAÚJO, 2011), não somente porque enunciadores deslocam um sentido para privilegiar outro, ou porque apagam o sentido primeiro, ou porque o esquecem, ou porque quiseram denegá-lo, mas, porque o discurso é constituído pelo dialogismo (BAKHTIN, 1979), e exatamente por isso é lugar para apagar, silenciar, esquecer e denegar conforme o interesse de quem o manipula.

Orlandi (2001) afirma que não há discurso sem repetição, ou seja, não há discurso original. Um discurso é interpelado por outros discursos, numa repetição contínua. A memória discursiva funciona como agente nessa repetição, ligada, é claro, à história. Se sempre há repetição nos discursos, então como a memória permite o deslocamento de sentidos?

Isso pode ser respondido pela capacidade do sujeito de criar sentidos, transferindo-os para o simbólico, permitindo a diversidade. Isso pode ser facilmente explicado pelo reposicionamento da marca OMO, da Unilever, que representa 51% do mercado de sabão em pó e está presente em cerca de 80 milhões de domicílios no país. A capacidade das marcas em criar sentidos está estampada em OMO, até o início dos anos 2000, a marca reforçava em suas mensagens a ideia do Omo faz, Omo mostra; Melhor que Omo só Omo; Só Omo lava mais branco. A brancura era o que sustentava os sentidos das consumidoras de OMO, para isso repetia-se o discurso que fazia emergir a ideia de que apenas “OMO deixava as roupas mais brancas”. Porém, um grande insight ocorre a partir do início da década passada e em 2003, aparece o Se sujar faz bem numa nova proposta de compreensão da verdade humana que desloca o sentido da brancura para a sujeira, uma vez que, todas as crianças precisam ser de fato crianças.

Segundo Orlandi (2001, p. 40) “...o silenciamento é a política do silêncio (...) é a prática de processos de significação pelos quais ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada”. Para Santos (2000, p. 233), os silêncios representam os “significados velados que se ocultam na dispersão dos sentidos”; é o não dito implícito dos e nos sentidos, que, embora não sejam depreensíveis na superfície do discurso, estão embutidos na perspectiva do dizer. Marcas que “‘vendem’ as praias paradisíacas do nordeste brasileiro” silenciam e apagam sentidos outros não tão bem-vindos ao marketing quanto aqueles que nos fazem encher os olhos e nos enxergar no paraíso de águas mornas, na acolhida do povo nordestino e nas paisagens exuberantes, ainda que na desconstrução do processo de construção de sentidos sejamos forçados a perceber que os silenciamentos e apagamentos são constitutivos dos discursos das marcas.

⁵ As aspas indicam que os enunciados foram extraídos de análises anteriores que podem ser encontradas, em forma mais aprofundada e robusta, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Branding e Discurso nas Organizações” com registros em arquivos contendo centenas de textos publicitários e jornalísticos que transitam no campo discursivo das marcas. Para maiores informações acesse www.especializado.jor.br.

Os apagamentos podem, ainda, ser produzidos por uma denegação ou por um processo de opacidade de sentidos, que faz desaparecer do amálgama de significação os sentidos não convenientes às exigências da situação enunciativa. A denegação se faz pela explicitação de um dizer que se fundamenta em um não dito, mas ao mesmo tempo, o renega, produzindo uma contradição. Trata-se de um dito que nega o não dito implícito por ele produzido; ao mesmo tempo, existe uma consciência desse dito implícito, apagado na tensão enunciativa e velado na dispersão dos sentidos. Ao apontar o avesso, o sujeito sobredetermina o acontecimento, tenta sublimar aquilo que gostaria de ver excluído. É bastante conhecido o slogan da marca de cigarros Free Box, questão de bom senso, temos aí um exemplo que remete bem à denegação, afinal, bom senso é uma característica avessa aos resultados da prática de fumar.

No processo de apropriação e atribuição de sentidos, os enunciados, dependendo do contexto da enunciação em que são apropriados, podem ser deslocados de sua significação original, e uma multiplicidade de sentidos pode vir a eles se agregar. No discurso das marcas, e em outros discursos, isso pode ser observado quando são atribuídos outros sentidos que extrapolam o original. Também emblemático o slogan da cerveja Guinness – *is good for you* – em uma das peças mais elogiadas irrompe ou extrapola os sentidos bastante simplificados e louváveis do *good for you* e atravessa para uma dimensão humana, amigável, que busca fortalecer os relacionamentos, conforme pode ser observado no vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=0Vxjh6KJi8E>.

Cada indivíduo interpreta diversos papéis. A análise do discurso explicita claramente a prototipia do sujeito discursivo: clivado, descentrado, não existe no uno, polifônico, heterogêneo, dialógico e perpassado pela incompletude. Uma mulher pode ser esposa, advogada, mãe, tenista, fã de música e amante de caminhadas. Em cada papel que desempenha, o sujeito discursivo tem um autoconceito associado, a necessidade de expressar esse autoconceito e um conjunto de marcas que ajuda a satisfazer essa necessidade. Aaker (2015) afirma que os benefícios funcionais são importantes para a construção de marcas, mas os benefícios de autoexpressão representam muito do que se pensa sobre marcas. A criatividade dos sujeitos consumidores de produtos Apple indica uma autoexpressão. A condição bem-sucedida de consumidores de automóveis Lexus também indica uma autoexpressão. A inteligência é um benefício de autoexpressão que perpassa o branding da Yale University.

Dessa maneira, temos o conceito de discurso como o resultado da construção de sentidos entre os interlocutores, assim, quando produzimos um discurso, por estarmos em um lugar social determinado, como faz referência Pêcheux (1990), os efeitos de sentido desse discurso surgem, o que produz diferenças e leva as marcas a desenvolverem pesquisas que indiquem a forma de criar associações, propósitos, benefícios, relevância, posicionamento, memória, enfim, sentidos que interpelem o *frame of reference* (mercado) e o *target* (consumidores), uma vez que os enunciadorens encontram-se em diferentes lugares sociais, diferentes ideologias, entre tantas outras singularidades. O desafio é exatamente aproximar o discurso das marcas daquele esperado pelos sujeitos consumidores.

Os discursos fortalecem a identidade e imagem da marca e também se enquadram como uma forma espontânea de assessoria, na qual os consumidores promovem, por meio

⁶ Apenas por curiosidade, cito aqui o significado de OMO – Older Mother Owl, que em português pode ser traduzido por Velha Mãe Coruja, que sinaliza para o zelo materno e sabedoria.

de seus comentários e da cultura participativa em efervescência na era digital, o consumo da marca assim como os benefícios, tangíveis e intangíveis, deste consumo. Os pesquisadores JENKINS; FORD; GREEN (2014) sinalizam para o conceito de “construção de celeiros”, que resgata histórias do século XIX quando os pioneiros conquistadores buscavam terras no interior do país. Ao chegar à região um novo fazendeiro era comum que os fazendeiros que naquele lugar residiam, para receber bem a nova família, construíssem celeiros. Esta cultura participativa envolve a atitude dos sujeitos na construção de sentidos que constituem as marcas. Uma marca que consiga criar relevância pode ter a ajuda de milhares de consumidores que de forma espontânea transmitem mensagens posicionando-se positivamente em relação aquela marca. Uma situação que representa a “construção de celeiros” no meio digital envolveu a relação entre uma cliente da rede de supermercados Mambo e o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. O fato impactou milhares de pessoas e as duas marcas construíram um belo posicionamento. As postagens estão em ordem cronológica:



Figura 1 – comunicação cliente e Mambo

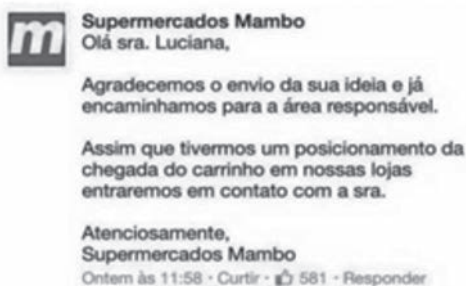


Figura 2 – resposta Mambo

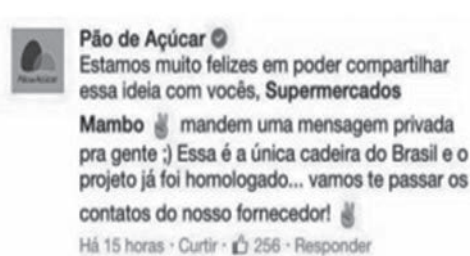


Figura 3 – Sugestão do Pão de Açúcar



Figura 4 – Resposta Mambo ao Pão de Açúcar

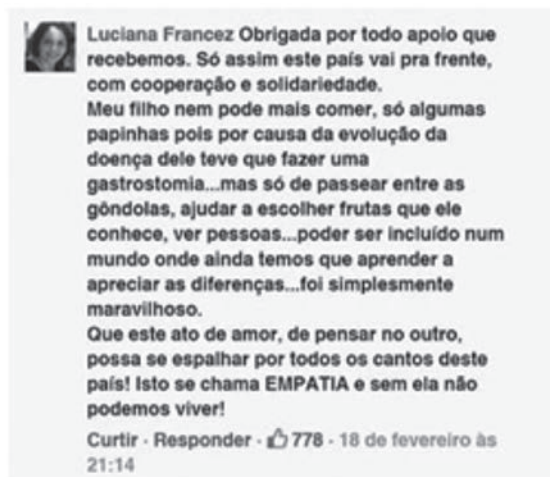


Figura 5 – Interpelação da cliente

Fonte: imagens disponíveis na web e registradas no banco de imagens do projeto “Branding e Discurso nas Organizações”, vinculado ao PPGCE/UFU

O processo de desenvolvimento da visão de marca começa pela estratégia e contexto. A situação envolvendo uma cliente que solicita uma ajuda e é prontamente atendida por uma marca que também é interpelada por outra numa rede discursiva complexa e que refletia a visão das duas marcas tornou-se um excelente case para a compreensão dos sentidos que emergem das marcas. Neste caso, o acolhimento, o respeito e o compartilhamento de ideias tornaram o discurso comercial menos polarizado e mais relevante no intuito de se perceber os segmentos de clientes, concorrentes, tendências de mercado, forças ambientais, pontos fortes e fracos da marca e estratégia de negócios.

Branding: construção de sentidos na discursividade das marcas

A marca deve ser sentida por seus públicos (NEUMEIER, 2008), isso quer dizer que uma marca que consiga falar ao coração dos consumidores tem grande chance de ocupar um lugar na discursividade, memória e sentidos dos consumidores. Quando uma marca consegue ser carismática, ela se torna tema constante nas conversas culturais. Coca-Cola, Apple, Nike, IBM, Virgin, BMW, Google, Disney entre outras, tornaram-se ícones porque representam coisas que as pessoas desejam – felicidade, inteligência, força, sucesso, conforto, estilo, amor materno, imaginação. Há um processo de busca pelo desejo de captar as vozes enunciadas por meio dos sentidos que emergem naquilo que as marcas realizam.

Marcas de sucesso possuem uma identidade própria que está ancorada em um propósito definido. Quando uma marca conhece o seu mercado e tem um propósito, ela tem condição de propor o novo, o inesperado. Quando a Natura questionou o paradigma de que cosméticos deveriam esconder a realidade e fazer promessas falsas, deslocando o discurso para aquilo que não era verdadeiro, criou uma inovação. Surgiu aí a revolucionária campanha de Chronos, “Mulher bonita de verdade”, que utilizava modelos reais mostrando suas idades reais e falando dos benefícios verdadeiros de um creme antissinais – não de um “anti-idade”.

Logo a Dove adotou uma estratégia bastante aplaudida, com o “all you need is Dove”, mais tarde surge o “real beleza”, valorizando as curvas femininas do jeito que elas são de fato, expondo modelos reais que estrategicamente se distanciavam dos paradigmas da moda e estética.

A experiência das pessoas com as marcas é fundamental. Muitas marcas não entregam o que prometem e tornam seus discursos pouco eficientes, com uma grande chance de desconstruírem uma identidade de marca. A Hollister é uma marca que empreende todos os esforços para constituir sentidos na experiência dos clientes no ambiente das lojas. É conhecida a história de um vendedor cego, surdo e mudo que atende clientes em uma loja Apple em São Paulo, como um vendedor com este perfil poderia vender aparelhos de celular? É simples, a experiência dos propects com uma marca cujo design, facilidade de manuseio e qualidade do produto transcende qualquer tipo de deficiência. Por isso, um vendedor cego, surdo e mudo evoca a experiência da relevância de uma marca.

O desafio da comunicação de marcas hoje é conseguir falar com vários públicos ao mesmo tempo. Foi-se o tempo em que as empresas decidiam falar com um público e silenciar as vozes em relação aos demais. Atualmente, as marcas falam para clientes que podem também ser formadores de opinião. Falam para seus segmentos, para seus colaboradores, investidores, que por sua vez transmitem mensagens até outros públicos. Os discursos precisam ser consistentes e fazer sentido para qualquer público. A Vale construiu uma reputação corporativa de respeito no Brasil quando decidiu que sua imagem não deveria ser construída apenas junto ao público formado por clientes chineses, mas decidiu levar os discursos de progresso e sustentabilidade aos formadores de opinião, governos, ONG's, investidores, mercado de talentos e fornecedores.

A linguagem é essencial, afinal, as marcas estão ‘conversando’ o tempo todo com seus clientes. Quando uma marca se preocupa com a linguagem ela passa a olhar todas as manifestações, inclusive as de natureza semiótica. O Banco Itaú é sempre lembrado pela cor laranja. O Banco Bradesco pelo neologismo “bra”, do “muito mais bra pra você”. Ao mesmo tempo, quando a linguagem é pobre os resultados podem ser danosos, basta um olhar para o slogan das Lojas Marabrás, “preço melhor ninguém faz”. Ora este é um slogan vazio de sentidos, pois além de apostar numa marca que fala de si mesmo, o que indica presunção, aposta em um slogan com um enunciado contraditório e facilmente criticável.

Ser relevante é conquistar. A relevância é hoje um dos indicadores mais importantes do branding. As pessoas estão exaustas com tanta informação e nesta escassez de atenção do outro, marcas que conseguem criar relevância de conteúdo estão bem. É a relevância que transforma potenciais em futuros clientes reais. A Patagônia criou um anúncio e o estampou numa página nobre do New York Times. O anúncio solicitava aos seus clientes que antes de comprarem novos casacos de frio de uma coleção recém lançada da marca, tentassem arrumar os que já tinham ou então doassem casacos velhos. O anúncio impactou diretamente a opinião pública que tomou a proposta como um discurso voltado à sustentabilidade e à preocupação com o meio ambiente.

Ao aplicar a metodologia

⁷ Uma marca carismática é qualquer produto, serviço ou empresa para os quais as pessoas acham que não há substituto (NEUMEIER, 2008, p. 19)

Elementos-chave para a interpelação de sentidos no *branding*

Há pelo menos três elementos-chave para entender e caracterizar as novas tendências do branding que tentam construir novos laços, ou estreitá-los, segundo seja o caso, com os consumidores: a) as marcas são entidades vivas na vida psíquica das pessoas e fortalecem-se ou debilitam-se progressivamente com o passar do tempo, de acordo com um processo que é um acúmulo de resultados de milhares de tentativas, de pequenos gestos e de novas formas de estar em comunhão com as pessoas; b) não existe um “dentro e um fora” na gestão da marca. O Brand Engagement e Alignment, por um lado, consistem na inter-relação dos aspectos da marca corporativa com os públicos internos e supõem dar valor aos recursos humanos como ativo para construir e projetar a imagem de marca. Por outro, os públicos internos precisam viver e sentir os valores da marca para que eles sejam partícipes do processo de construção da imagem de marca para os consumidores; c) por último, as novas tendências do branding, evidenciam em seus exemplos mais destacados que os aspectos mais importantes para construir e gestionar uma marca se constituem por ter claro que o mais relevante é a satisfação dos clientes com o produto ou serviço, e que a credibilidade e reputação da organização é decisiva (MAS, 2009). Os três elementos-chave quando aplicados em uma corporação vão exigir a presença de vários perfis profissionais da Comunicação, entre eles a assessoria de comunicação, que certamente poderá responder por estratégias bem ou mal sucedidas no âmbito dos processos de branding na corporação. Infelizmente, ainda existe um muro bastante complexo e rígido - a meu ver muito mais pelo aspecto político-ideológico do que profissional - para ser atravessado no que diz respeito ao trabalho em conjunto das várias áreas da comunicação, entre elas, jornalismo, assessoria de comunicação, publicidade, relações públicas, marketing, branding. A transposição das barreiras é condição *sine qua non* para o êxito nos novos projetos de comunicação.

Conforme Bueno (2009, p. 185) “a força da marca, a imagem ou reputação, a inovação, o chamado capital humano ou intelectual, a cultura organizacional (...) são hoje, atributos constituintes do valor de uma organização”. Ou seja, as organizações estão mergulhadas em desafios extremos e um deles é fugir do trivial, do “mais do mesmo”, da mediocridade empresarial que domina o pensamento de muitos gestores. As organizações estabelecem uma relação de interdependência com a comunicação. Através dos recursos comunicativos empresas e instituições desenvolvem seus trabalhos e enunciam discursos que por sua vez são carregados de sentidos. Sentidos que constituem marcas, imagens, reputações, enfim, a “cultura organizacional”.

Cardoso (2006, p. 1132), “a comunicação organizacional necessita ser entendida, de maneira integral, como elemento que atravessa todas as ações de uma empresa ou organização e que configura, de forma permanente, a construção de sua cultura e identidade”. Já Casali (2002, p.1) define esta área “enquanto o conjunto de estratégias de comunicação empregadas por uma organização para difusão de informações e enquanto os processos comunicativos existentes em todas as relações sociais”. Cultura empresarial ou estratégia? Aqui o que realmente está em jogo é a profunda necessidade de se produzir comunicação eficiente e que gere resultados reais.

Em relação à manutenção da imagem da organização e de sua reputação perante a sociedade, cabe a assessoria de imprensa a criação de mecanismos de relacionamento com o público nos meios em que este se faz presente. O papel do assessor de imprensa em uma empresa vai além da produção de releases e do atendimento à imprensa. Segundo Kunsch:

No contexto da comunicação institucional, a assessoria de imprensa é uma das ferramentas essenciais nas mediações das organizações com o grande público, a opinião pública e a sociedade, via mídia impressa, eletrônica e internet. Seu processo e sua aplicação se dão por meio de estratégias, técnicas e instrumentos pensados e planejados com vistas na eficácia. (2003, p. 169)

Além disso, é importante ressaltar que as estratégias de comunicação pensadas com intuito de beneficiar a imagem da empresa perante o público, devem sempre ser adequadas ao meio em que este público se encontra. A imagem organizacional pode ser definida pelo modo com que a empresa é vista e percebida por seu público, suas funções na sociedade e o que ela representa, isso geralmente está ligado aos serviços que ela presta.

Visto que a comunicação organizacional trabalha com o intuito de divulgar informações sobre as empresas, instituições, órgãos, entre outros agrupamentos sociais, para variados stakeholders, há de se notar que tal tarefa deve ser baseada em uma identidade pré-definida. O que necessita ou interessa ser comunicado deve estar alinhado àquilo que o grupo empresarial estabelece, acredita e deseja transmitir, ou seja, ao seu posicionamento. O posicionamento de uma marca corresponde à parte da identidade que deve ser ativamente comunicada às audiências. E marcas bem posicionadas são aquelas que ocupam nichos de mercado particulares nas mentes dos consumidores. Tudo o que foi discutido até aqui será analisado a partir do case Kroton Educacional.

Branding educacional: o case Kroton

Um projeto de comunicação que pudesse consolidar brandings institucionais deve contar com diversos atores nesse processo e todos são igualmente importantes. Comunicação organizacional, branding e marketing precisam dialogar no processo de consolidação de estratégias comunicacionais eficientes. Philip Kotler (2000) afirma que o marketing moderno exige mais que um bom produto/serviço a um preço acessível. As empresas/instituições precisam se comunicar com o público em geral, assumindo um papel de comunicadora e promotora. O desafio não está somente na comunicação em si, mas no que dizer, para quem dizer e com que frequência fazê-lo. Um grande exemplo de estratégias de marketing pode ser encontrado no branding Coca-Cola. Com campanhas que registravam discursos de cunho social, ambiental e moral conquistou consumidores do mundo todo, incorporou a cultura do natal e do papai noel entre nas nações e se tornou um hábito de consumo. “Viver o lado bom da vida” se tornou sinônimo de beber Coca-Cola, que com a finalidade de defender seu slogan sempre realiza atividades ligadas ao meio ambiente, e recentemente, a melhorias na saúde de seus consumidores, ao incorporar nos Estados Unidos uma campanha de combate à obesidade, destacando-se assim como uma empresa sócia e ambientalmente responsável, além de todo o discurso greenwashing que interpela consumidores de todo o mundo. Vejamos isso com foco numa instituição educacional.

A agência DM9DDB, que assina a campanha publicitária com filmes de 30 segundos e peças para mídia impressa que foram veiculadas na internet, TV e out of home, divulgou um release sobre o posicionamento do branding Kroton para o vestibular 2015 das suas marcas de ensino superior presencial: Faculdade Pitágoras (São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Maranhão, Paraná e Bahia), UNIC (Mato Grosso), UNIME (Bahia), FAMA (Amapá e Maranhão), Uniasselvi (Santa Catarina), Unopar (Paraná) e Unirondon (Mato Grosso).

O mote para a campanha das marcas presenciais é mostrar que o universitário pode contar com qualidade de ensino voltada para empregabilidade, estrutura de ponta para o aprendizado, além de facilidades de pagamento, com a possibilidade de 100% de financiamento por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). As peças abordaram o excelente resultado conquistado no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Já a marca Unopar de ensino a distância contou com o ator Reynaldo Gianecchini como garoto propaganda. O filme publicitário mostrou o orgulho de se formar em uma instituição renomada e reconhecida nacionalmente, com corpo docente qualificado e, ainda, infraestrutura diferenciada.

Para reforçar a qualidade da graduação a distância, a campanha de outubro de 2015 mos-

trou os benefícios dessa modalidade, que não impõe barreiras físicas, oferece horários flexíveis e custos menores, tornando possível o estudo em qualquer local e a qualquer momento. Os comerciais mostraram que o EaD garante ao universitário o mesmo diploma do ensino presencial, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

A Kroton Educacional é uma das maiores organizações educacionais privadas do mundo. Com atuação há mais de 45 anos, a companhia está presente em todos os estados do Brasil. Após a fusão com a Anhanguera, a Kroton passou a contar com mais de 1 milhão de alunos no ensino superior presencial e a distância, por meio, de suas 130 unidades de ensino superior e 726 polos ativos de graduação de ensino a distância, além de oferecer ensino técnico, por meio do Pronatec, e ensino preparatório, por meio da LFG. Na educação básica, seu principal negócio é a oferta de sistemas de ensino que, em 2014, atendeu 876 escolas privadas de todo o país.

Ao analisar o conteúdo comunicacional das peças da campanha, por meio de uma análise construídas a partir da metodologia de branding denominada *positioning guide* (guia de posicionamento) e da investigação dos efeitos de sentidos esperados, torna-se possível, com especial atenção à categoria *point of difference*, perceber um apagamento de sentidos quando há uma insistência na estratégia voltada à qualidade de ensino, empregabilidade, estrutura e pagamento de um bom preço. Ou seja, itens já obrigatórios em todas as instituições educacionais de ensino superior. A imagem na sequência indica um outro equívoco:



Figura 6 – prospecto Kroton

Fonte: disponível no portfólio DM9DDB

O enunciado Mais tradição para você chegar bem ao mercado de trabalho traz um sentido amplamente adotado em muitos briefings de ensino superior: a tradição educacional. A categoria “paixão” da metodologia de construção de marca no Branding 2.0 indica um caminho contrário ao do status quo da tradição. Ser relevante em educação superior é entregar além do trivial, é construir sentidos não esperados e propor transformação de mente, profissão e vida. Quem busca um curso superior presencial ou a distância busca conhecimento a mais; busca novos produtos - um dos grandes diferenciais da Berkeley-Haas School of Business foi trazer os alunos de volta para a instituição com cursos diferenciados, dinâmicos, curtos e voltados para o mercado - busca programas de financiamento realmente concretos; busca programas de relacionamento que promovam networking; afinal, os itens obrigatórios: preço voltado para a realidade, estrutura, professores, etc, é o mínimo esperado que a instituição ofereça.

Um case comunicacional como o do Kroton não teria consistência para responder de forma satisfatória uma das perguntas: Quem você é? O que você faz? Por que sua marca é importante?. Algumas respostas esperadas: Somos um grande grupo educacional que atua em várias áreas na educação; Desenvolvemos cursos com qualidade, estrutura adequada e preço acessível; A marca é importante porque está em vários lugares no país. Os sentidos precisam extrapolar a discursividade grupo educacional que está em várias partes do país. Espera-se mais da construção discursiva de uma marca como Kroton.

Considerações Finais

Um discurso de marca eficiente expressa uma personalidade única, transformando uma empresa sem rosto em um grupo de pessoas com propósito, brio e um jeito especial de trabalhar. Somente através de um discurso estratégico pode-se atingir a consistência da comunicação, estabelecendo familiaridade e confiança com o público.

O mais importante, porém, é que o tom de voz adotado, tal como as histórias narradas pela marca, reflitam sempre a verdadeira essência da empresa e das pessoas envolvidas. Não é preciso reinventar completamente a linguagem, mas sim identificar e aperfeiçoar uma maneira de usar palavras já existentes na empresa. A essência produz sentidos significativos.

As respostas às perguntas - Quem você é? O que você faz? Por que sua marca é importante? - podem identificar sentidos em uma rede discursiva que pode simplesmente estar equivocada e isso ainda não ter sido percebido pelos gestores da marca.

Marcas que provocam experiências conquistam pelo carisma, têm personalidade, visão e relevância, tornando-se cada vez mais fortes na vida das pessoas.

As duas metodologias de posicionamento da marca, positioning guide e construção da marca, podem ser aplicadas em qualquer análise de branding não importa o tamanho e o brand equity da marca.

Por fim, marcas que conseguem conversar com sujeitos consumidores de forma dialógica, conseguem compreender os desejos que constituem os efeitos de sentidos mobilizados por sujeitos apaixonados por marcas. Os discursos materializem ideias e sentidos que sinalizam para os desejos. Há uma rede discursiva complexa que perpassa as marcas e ancora os sentidos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, M. M. Comunicação, língua e discurso: uma análise terminológica de um dicionário de especialidade. 2011. Tese (Doutorado em Letras e Comunicação) –Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. 339 p.
- BUENO, W. C. Comunicação empresarial: um olhar plural. São Paulo: All Print Editora, 2009.
- CARDOSO, O. O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. In: Revista de Administração Pública, vol.40 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2006, p. 1123 a 1144. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000600010 Acesso em 20 abr 2015
- CASALI, A. M. Comunicação Integrada e novas tecnologias da informação. In: Congresso Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación - ALAIC, 2002, Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. Anais... Santa Cruz de La Sierra, 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/associa/alaic/material%20congresso%202002/2002%20gt%20omunicacion%20Organizacional%20Margarida%20Kunsch.htm> Acesso em 07 abr 2015
- HILLER, M. Branding: a arte de construir marcas. São Paulo: Trevisan Editora, 2012.
- KOTLER, Philip. Administração de Marketing. A edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KUNSCH, M. M.K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 3 ed. Rev atual e ampl. São Paulo: Summus, 2003.
- TORRES, Cláudio. A Bíblia do Marketing Digital: Tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec, 2009.
- TORQUATO, G. Tratado de Comunicação Organizacional e Política. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- AAKER, David. On branding: 20 princípios que decidem o sucesso das marcas. Tradução: Francisco Araújo da Costa. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. Cultura da Conexão. Trad. Patricia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.
- MAS FERNÁNDEZ, Francisco e KREUTZ, Elizete A. Branding e as tendências da Comunicação mercadológica. Associação Ibero Americana de Comunicação IBERCOM – Madeira, Portugal: abril/ 2009.
- NEUMEIER, Marty. The Brand Gap. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos. Campinas: Pontes. 3. ed. 2001.
- PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. 5a Ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes. 2008.
- _____. Análise Automática do Discurso. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi. In : GADET, F. & HAK, T. (org.) Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. trad. Bethania S. Mariane et al. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1990b. 319p.
- SANTOS, J. B. C. Por uma teoria do discurso universitário institucional. Belo Horizonte: UFMG. Tese de Doutorado. 2000.



DOSSIÊ PESQUISAS INICIAIS



O Ethos Jornalístico Discursivo do Corinthians de 2015 no Texto Opinativo de Chico Lang ¹

DOI-10.21745/ac06-17 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-17>

Bruno Rafael do Prado **

Ellen Melo ***

Marcelo Marques Araújo ****

Resumo:

O objetivo deste artigo é o de analisar e compreender, com base em Maingueneau (2008), Brandão (2002) e Orlandi (2000), como foi construído o ethos jornalístico discursivo do time brasileiro Corinthians no decorrer do ano de 2015. O estudo almeja verificar a transformação do ethos, através da observação das estratégias argumentativas de dois textos opinativos de autoria de Chico Lang, publicados no blog: E Tenho Dito!, divulgado no Portal online da Gazeta Esportiva. O primeiro texto a ser analisado é do dia 14 de maio de 2015 e discorre sobre a eliminação do time paulista da copa Libertadores para o desconhecido time paraguaio Guarani. Já o segundo, pondera sobre a conquista do Campeonato Brasileiro de 2015, que foi consagrada após empate com o Vasco da Gama, publicado no dia 20 de novembro de 2015. Para entender essas estratégias e a formação do ethos, serão utilizadas as pesquisas que compõem os estudos da Análise de Discurso da linha francesa.

Palavras-chave: Discurso, Argumentação, Ethos, Corinthians.

Introdução

Chico Lang, 61, é um dos jornalistas mais polêmicos dos debates esportivos da TV brasileira. Começou a carreira no jornalismo impresso, na Folha de S. Paulo e no Notícias Populares, mas é funcionário da Gazeta há 25 anos. Atualmente, Lang escreve colunas para as páginas eletrônicas da Gazeta Esportiva e para o jornal Expresso Popular. A internet inaugurou uma nova forma de se fazer jornalismo, nesse sentido, Ferrari (2008) afirma que a Web introduziu aos jornalistas novas formas de escrever. Lang pode ser considerado uma referência desse novo jeito de se fazer jornalismo porque na coluna a ser analisada, percebe-se claramente sua autonomia para opinar nos acontecimentos do mundo esportivo.

¹ Trabalho apresentado como exigência parcial para a aprovação na disciplina de Jornalismo Opinativo do curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Marcelo Marques Araújo

² Graduando do 4º semestre do Curso de Comunicação Social, e-mail: bruno.rafael.prado@gmail.com

³ Graduanda do 4º semestre do Curso de Comunicação Social, e-mail: ellen-fm@hotmail.com

Para melhor entendimento, será exposto brevemente o conceito básico da Análise de Discurso da linha francesa e o conteúdo acerca de *ethos* Discursivo. Em seguida, serão reproduzidos os dois objetos de estudo dessa pesquisa, com suas respectivas análises.

Análise de Discurso Francesa

A Análise do Discurso de linha francesa foi à pioneira em uma nova forma de se estudar as linguagens textuais. A grande diferença dessa forma de análise com as outras formas de estudos, é que os pesquisadores:

Passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussureana. E essa instância da linguagem é a do discurso (...) Dessa forma, a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação a seu sistema interno, enquanto formação linguística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica. (BRANDÃO, 2002, p.18)

Nessa linha de estudo, a linguagem não é somente as palavras e seus significados. O foco não é apenas o discurso, porque além dele, existe a interação e uma articulação social que é capaz de expressar opiniões e valores. Para Brandão (2002), o sujeito que produz tal discurso também tem um papel relevante com suas marcas de personalidade. Estabelecem-se, então, três dimensões a serem analisadas: o locutor, seu enunciado e o mundo. Gregolin (1995) considera que:

Empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente. (GREGOLIN, 1995, p.13)

Para Orlandi (2000), as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que a empregam:

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. (ORLANDI, 2000, p.43)

Dessa forma, investigar os sentidos que atravessam as construções discursivas perpassa pelo estudo de algumas categorias extremamente relevantes, como o *ethos* Discursivo, tema de pesquisa deste artigo, que diz respeito à construção de sequências discursivas que identificam a imagem de um locutor, fato ou ator social.

Ethos

Por meio da obra “Gênese dos Discursos”, Dominique Maingueneau (1985) reorganiza seus estudos e nos oferece as principais ideias do que seria o *ethos*, conceito que

remonta às tradições dos oradores da Antiguidade Clássica, muito debatida pela Retórica de Aristóteles. Nesse contexto, o *ethos* diz respeito à necessidade do enunciador de criar e transmitir uma imagem positiva de si mesmo no momento em que tomava a palavra e enunciava, visando persuadir seu público. Essa imagem não era, necessariamente, fiel à realidade, mas apenas uma impressão passada pela retórica. De acordo com Maingueneau (2008), “a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”.

Considerando o papel ativo do público na construção da imagem do enunciador e na compreensão do discurso, Maingueneau (2008) defende a presença de dois *ethos*, o pré-discursivo e o discursivo. No primeiro deles, o destinatário cria representações do locutor antes que o mesmo veicule seu discurso, enquanto que, no segundo, não há expectativas prévias, as construções ocorrem simultaneamente. Na obra “*Ethos Discursivo*”, o autor acrescenta ainda outras problemáticas na concepção do conceito. Segundo ele, o fato de ser um efeito de discurso faz com que suponhamos que é possível delimitar esse discurso, algo mais evidente para um texto escrito do que numa situação de comunicação oral. Na oralidade, há diversos elementos que podem fugir ao discurso, mas que influenciam a construção do *ethos*.

É, em última instância, uma decisão teórica: saber se deve relacionar o *ethos* ao material propriamente verbal, atribuir poder às palavras, ou se se devem integrar a ele – e em quais proporções – elementos como as roupas do locutor, seus gestos, ou seja, o conjunto do quadro da comunicação. O problema é por demais delicado, posto que o *ethos*, por natureza, é um comportamento que, como tal, articula verbal e, provocando nos destinatários efeitos multi-sensoriais. (MAINGUENEAU, 2008, p.16)

Além disso, aponta que a noção de *ethos* pode variar de acordo com o ponto de vista do locutor ou do destinatário, pois

O *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido. Um professor que queira passar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como um demagogo. Os fracassos em matéria de *ethos* são moeda corrente. (MAINGUENEAU, 2008, p.16)

Por fim, em resumo, o autor propõe três generalizações que norteiam o estudo sobre o tema. 1 - o *ethos* é uma noção discursiva, que se estabelece através do discurso, e que não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala; 2 - o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; 3 – o *ethos* é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada em um determinado contexto sócio-histórico.

Na análise a ser explorada neste artigo, toma-se como base a aplicação do conceito de *ethos* aliado à Análise de Discurso da Escola Francesa. Tal como Maingueneau,

Para além da persuasão por meio de argumentos, essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso. Fenômeno particularmente evidente quando se trata de discursos como a publicidade, a filosofia, a política etc., que – diferentemente dos discursos que relevam de gêneros “funcionais”, como os formulários administrativos e os manuais de instrução – devem ganhar um público que está no direito de ignorá-los ou recusá-los. (MAINGUENEAU, 2008, p.17)

Trata-se, portanto, da concepção de ethos incorporado ao universo do discurso, atuando nos processos de produção de sentido.

Objetos de análise

O primeiro texto, chamado “Um minuto de silêncio em homenagem ao falecido Corinthians”, foi escrito por Chico Lang para o seu blog *Eu Tenho Dito!* no dia 14 de maio de 2015. Nele há comentários e projeções para o Sport Club Corinthians Paulista após a eliminação nas oitavas de final da Taça Libertadores da América 2015, frente ao Guarani-PAR. O texto na íntegra é:

O que dizer lá em casa, perguntaria o conselheiro Acássio depois da derrota para o Guarani paraguaio, 1 a 0, do Corinthians em plena Arena de Itaquerã, caindo fora de forma vexatória da Libertadores? Em poucas palavras, uma vergonha histórica. Alvinegro morreu e esqueceu de deitar. Há muito tempo não acontecia uma tragédia tão grande assim com a equipe alvinegra. De quem é a culpa? Da diretoria sem dúvida. Incompetente para pagar salários atrasados e negociar com jogadores insatisfeitos pela situação.

Depois, o técnico Tite. O rapaz aceita dar uma entrevista para uma emissora de TV e revela, por meio de computação gráfica, como atua o Timão. Vaidade pura. Tipo, “estão vendo como eu me desenvolvi, cresci como profissional, como sou o gostosão. Estudei um ano na Europa”. Daí para frente, até um Asa de Arapiraca tem como bolar um esquema para neutralizar as principais jogadas corinthianas. Ficou uma equipe previsível demais, com futebol óbvio demais.

Em terceiro, os jogadores. Teria sido um boicote de quem está com salários atrasados? Não duvido. Seria melhor o Timão ter arrumado dinheiro com agiotas do que deixar de pagar os atletas. Desanimados, encostaram o corpo, perderam o pique, relaxaram de vez. O grupo rachou e a vaca foi para o devido brejo logo depois da goleada sobre o Danúbio. De lá para cá, fecharam-se as cortinas e terminou o espetáculo.

Hora de reavaliar a situação. Será Tite o treinador ideal mesmo? Guerrero, pedindo os tubos, já deveria ser dispensado? O retorno de Tite foi um desastre. Roberto Andrade como presidente é gozação. Em 2011, quando eliminado pelo Tolima na Pré Libertadores, nasceu uma equipe campeã do mundo. Tomara que a história se repita. Vamos torcer. É o que resta para o pobre futebol paulista. E assim caminha a mediocridade...

O segundo texto, “Salve o Corinthians, hexacampeão digno, honrado e legítimo”, foi veiculado no dia 20 de novembro de 2015, um dia após o Corinthians conquistar o título brasileiro com três rodadas de antecedência. O texto na íntegra é:

O Corinthians empatou com o Vasco da Gama em 1 a 1, em São Januário. O São Paulo humilhou o Atlético MG por 4 a 2. Resultados casados e finalmente o Timão sagrou-se HEXACAMPEÃO brasileiro. Curiosamente, igualou-se ao “ajudante” Tricolor em número de títulos do Brasileirão. Festa começou antes mesmo de o Alvinegro empatar, com gol de Vágner Love de cabeça (passe do iluminado Lucca). Resultado do Morumbi consagrava uma campanha impecável dos comandados do técnico Tite, o maior responsável por essa façanha.

Ano começou com um time. O esquema era 4-1-4-1. Timão empolgou o País e chegou a ser comparado ao Bayern de Munique, dado o toque de bola e a velocidade de jogo. E veio a eliminação da Libertadores para o Guarany do Paraguai. Elenco caiu em descrédito. Nem Tite acreditava mais. Saíram Guerrero, Emerson Sheik, Fábio Santos e o incansável Petros. O que fazer? E veio uma limonada sem limões: Tite armou-se com uma zaga fechada (Felipe e Gil), meio-campo forte (Elias, Renato Augusto e Jadson) e apostou no veterano Vágner Love ao lado do jovem Malcom, revelação da equipe de base.

Equipe reestruturada, renovada, passou a fazer das triangulações a principal arma e perdeu apenas 4 jogos. Foram 23 vitórias. Algumas na raça (contra o Santos) e outras na categoria (diante do Galo, em Minas). Última derrota havia sido para o Inter Gaúcho. Depois, sete vitórias e dois empates. Equipe coesa, compactada, fraterna, combativa e raçuda. Sem estrelas, é verdade. Futebol solidário e coletivo imperou.

Contra o Vasco administrou o resultado de olho no Morumbi. Poderia ter partido para cima e buscado uma goleada? Talvez. Mas na humildade, no respeito ao tradicional Vasco da Gama de tantas glórias passadas, a grandeza de um hexacampeão, digno, honrado e legítimo. E tenho dito!

Análise dos textos

No primeiro texto, já no título, por meio das expressões um minuto de silêncio e falecido, denota-se o efeito de sentido de fracasso do clube. A derrota é elevada ao patamar de uma morte, acentuando a negatividade do resultado. Em seguida, antes do início do texto, propriamente dito, Chico Lang estampa uma imagem toda preta com a palavra Luto escrita em caixa alta e cor branca, contrastando com o fundo. A construção gráfica corrobora com o sentimento de tristeza que o texto pretende transmitir.

Figura 1 – O luto pela eliminação corinthiana



Imagem veiculada no texto de Chico Lang

Ao longo do texto, por meio de construções como “vergonha histórica”, “caindo de forma vexatória”, “o Alvinegro morreu e esqueceu de deitar” e “uma tragédia”, o autor transmite o mesmo efeito de sentido de fracasso, impotência e o ethos de incompetência do time do Corinthians. Trata-se de uma equipe que foi destruída pelo adversário de maneira incontestável e que deixa para os torcedores o sentimento de vergonha.

O mesmo *ethos* de incompetência é retratado por Chico Lang para se referir à diretoria corinthiana na quinta linha do texto: *“De quem é a culpa? Da diretoria sem dúvida. Incompetente para pagar salários atrasados e negociar com jogadores insatisfeitos pela situação”*. Esse sentido de insatisfação dos jogadores é caracterizado pela notícia de que o clube teria atrasado o pagamento de salários e direitos de imagem a atletas e funcionários em função da quitação de uma dívida fiscal em agosto de 2014, que teria custado R\$ 15 milhões, tendo como motivação livrar o ex-presidente Andrés Sanchez de uma ação criminal movida pelo Ministério Público Federal. A redução na folha salarial e o corte de despesas fez com que a equipe chegasse à crise financeira debatida pelo autor do texto em análise.

No parágrafo seguinte, o autor revela a vaidade e incompetência do treinador Tite. Segundo Chico Lang, Tite deu uma entrevista mostrando, graficamente, a forma de atuação de sua equipe, o que facilitaria o trabalho dos adversários. O autor supõe palavras que resumem a vaidade do treinador: *“estão vendo como eu me desenvolvi, cresci como profissional, como sou o gostoso. Estudei um ano na Europa”*. Essa construção, principalmente o uso da palavra *“gostoso”* denota a superioridade e a prepotência do treinador ao expor seu conhecimento de tal maneira. Daí em diante, a incompetência fica evidente quando Chico Lang defende que *“até um Asa de Arapiraca tem como bolar um esquema para neutralizar as principais jogadas corinthianas. Ficou uma equipe previsível demais, com futebol óbvio demais”*. O Asa de Arapiraca é uma equipe alagoana que, atualmente, ocupa a 35ª posição no ranking nacional de clubes. É notável, por ser uma equipe fraca em relação aos principais adversários do Corinthians, há anos a mesma não atinge patamares superiores à segunda divisão do futebol brasileiro.

No parágrafo seguinte, o autor se volta aos jogadores, destacando a mesma fraqueza e falta de compromisso com o time, diante do atraso de salários. Segundo ele, teria ocorrido um possível boicote. Os jogadores teriam sido fracos e preguiçosos, o que justificava, inclusive, nas palavras de Chico Lang, ter buscado um empréstimo com agiotas ao invés de atrasar os salários. A situação fez com que, *“desanimados, encostassem o corpo, perdessem o pique, relaxassem de vez”*.

No último parágrafo, o autor faz suas considerações finais reafirmando o *ethos* de incompetência do treinador Tite e da diretoria corinthiana, evidente no trecho *“O retorno de Tite foi um desastre. Roberto Andrade como presidente é gozação”*. No final, termina levantando a torcida por um futuro promissor, tal como ocorreu após uma eliminação do clube no ano de 2011. Em *“nasceu uma equipe campeã do mundo. Tomara que a história se repita. Vamos torcer. É o que resta para o pobre futebol paulista”*, Chico Lang destaca a superioridade da equipe naquela época.

A última frase resume o que foi o Corinthians em meados de maio de 2015, após a eliminação na Libertadores. O efeito de sentido de mediocridade do time fica evidente para o autor do texto analisado.

A partir do título do segundo texto, é nítida a construção de um *ethos* de Competência, através da citação do trecho principal do hino do Corinthians *“Salve o Corinthians”*, e dos adjetivos: digno, honrado e legítimo. Para exaltar mais ainda o mérito do time, Chico Lang reproduz uma imagem na qual aparece Vágner Love, como destaque, juntamente com os outros jogadores do time, comemorando o título antecipado em pleno São Januário, estádio do Vasco da Gama.

Figura 2 – Veterano Vágner Love comemora título



Imagem veiculada no texto de Chico Lang

No primeiro parágrafo, o autor opta por apresentar ao leitor um panorama geral da 35ª rodada do Campeonato Brasileiro, que fez com que o time conquistasse o sexto título da competição. Apesar do empate, a derrota do Atlético MG, único time que teria chance de impedir a festa corinthiana, tornou possível a comemoração antecipada. Neste mesmo trecho, o advérbio “finalmente” e o atributo “campanha impecável” revelam que para Lang, a conquista do título era algo que já se esperava. Deve-se atentar também para o atributo dado a Tite, “*o maior responsável por essa façanha*”.

Em seguida, para auxiliar ainda mais a construção do ethos de Competência e do efeito de sentido de evolução, progresso, Lang faz uma retrospectiva com todos os fracassos que o Corinthians teve no decorrer do ano: “a eliminação da Libertadores; elenco caiu em descrédito. *Nem Tite acreditava mais. Saíram Guerrero, Emerson Sheik, Fábio Santos e o incansável Petros*”.

No próximo parágrafo, Lang faz uma construção textual antagônica à do trecho anterior, onde os adjetivos são utilizados constantemente: “*equipe reestrutura, renovada, coesa, compactada, fraterna, combativa, raçuda, solidária*”. É abordada também a campanha do time como um todo, e Lang evidencia alguns jogos marcantes como: a 37ª rodada contra o Santos, que resultou em uma vitória com 2 gols de Jadson; e a vitória convicta sobre o vice-líder Atlético MG por 3x0 na rodada de número 33. O autor lembra também que a última derrota do time paulista aconteceu para o Internacional na 26ª rodada. Neste trecho o ethos de Competência é dominante, já que a citação da derrota foi utilizada para demonstrar o quão distante ela tinha acontecido.

Para finalizar, Lang fala especificamente do jogo contra o Vasco da Gama. O fato do time administrar o resultado contra a equipe carioca e estar atenta ao jogo entre São Paulo e Atlético MG, para muitos poderia parecer algo negativo, já que esperava-se que independente do resultado do outro jogo, o Corinthians deveria partir para cima do Vasco. De maneira curiosa e surpreendente, Lang considera a atitude do time paulista sendo de humildade e respeito, o que só fez com que o autor exaltasse ainda mais a postura do “*hexacampeão, digno, honrado e legítimo*”.

Os adjetivos finais apenas confirmam o que já foi observado ao longo do texto: o *ethos* construído por Lang é o da Competência, com efeitos de sentido que remetem ao progresso, evolução, eficiência e mérito.

Conclusão

Ao longo da análise do texto opinativo de Chico Lang em seu blog, observa-se que o mesmo autor caracteriza de maneira diferente o mesmo clube em dois momentos históricos diferentes. Por ser torcedor do Corinthians, Lang, por vezes, tece comentários extremos sobre a equipe, tanto na derrota quanto na vitória. O Corinthians de maio de 2015 era dotado do *ethos* de incompetência pelos efeitos de sentido de fracasso, vaidade e mediocridade, enquanto o de novembro era vitorioso, eficiente e com *ethos* de competência.

Há uma reestruturação na argumentação do autor que fica clara quando vemos que, inicialmente, critica o time da vergonha histórica que caiu de maneira vexatória e, em outro, exalta a equipe “raçuda”. Essas mudanças no discurso do texto opinativo de Chico Lang mostram que a construção do *ethos* depende do momento histórico e social, e é apenas uma imagem que se transmite do fato ou ator social. O Corinthians não é incompetente, ele o foi naquele período histórico, em que vivia crise financeira e foi eliminado da principal competição que disputava por um time pouco conhecido. Da mesma forma, a imagem do time competente e eficiente que se observa no segundo texto não é, necessariamente, um retrato fiel da realidade que nunca mudará, pois novas circunstâncias podem interferir na construção do time e nos resultados do clube no futuro. A figura do enunciador e as condições de tempo e espaço aqui destacadas são, portanto, correspondentes ao que Gregolin defende quando diz que “o discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente”.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução a Análise do Discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

FERRARI, P. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2008

GREGOLIN, M. R. V. A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. In: **Alfa**, v. 39. São Paulo (SP) 1995. p.13-21.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, p. 11-29, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso – Princípio e Procedimentos**. Campinas, SP: Editora Pontes, 2000.

Opinião a edição gráfica: A despedida de Diana pelo USA Today

DOI-10.21745/ac06-18 - <http://dx.doi.org/10.21745/ac06-18>

Laura Maria Nobre Araújo*
Nayara Cristina França Santos**
Marcelo Marques Araújo***

RESUMO

O design gráfico recebeu o título complementar de “pós-televisivo” quando começou a ser aplicado para novas ideias. Este conceito trata da forma que os jornais impressos se posicionaram após o surgimento da televisão. Desenvolvido com ênfase pelo Jornal impresso “USA Today”, o novo design surge na década de 1980, se apoiando basicamente na informação visual. O surgimento da TV causou um alvoroço na forma de produção dos jornais diários. Quanto mais a audiência da TV crescia, os impressos perdiam leitores, uma vez que a televisão tinha informação e entretenimento de maneira sintética e atrativa visualmente. A solução encontrada foi desenvolver outro tipo de leitura, favorecendo outros assuntos, abusando das cores, infográficos e fotografias grandes. A proposta é a análise de uma capa importante desse jornal americano, que traz um acontecimento bem noticiado pela mídia, permite notar a opinião da linha editorial do jornal sobre o fato, através dos elementos do design pós-televisivo que foram utilizados para chamar a atenção e organizar as informações, nesse caso da primeira página que só tratava de um tema, a morte da princesa Diana em 1997.

PALAVRAS-CHAVE: Design gráfico; pós-modernidade; Princesa Diana; USA Today; jornal impresso.

¹ Estudante do 6º Período do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Uberlândia

² Estudante do 6º Período do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Uberlândia

³ Orientador do trabalho. Professor Dr. Marcelo Marques de Araújo

INTRODUÇÃO

A leitura do jornal diário transformou após o surgimento do USA TODAY, que veio trazer informação jornalística com um novo design. O jornal americano era produzido a partir de matérias sintetizadas e reportagens com muitas fotografias em cores. O USA TODAY fez do hábito da leitura diária de um jornal um momento prazeroso do dia, e assim foi conquistando leitores no mundo todo.

Na década de 1980 pelo preço de 0,25 centavos de dólares, o jornal foi lançado. Sofreu muitas críticas logo no início, sendo acusado de ser uma TV em forma gráfica e em papel, por conta das suas cores, grandes fotografias e design inovador. Além dos elementos visuais, o novo jornal trouxe mais uma inovação que para a época era algo impensável. Diferente dos seus concorrentes que noticiavam grandes acontecimentos, na grande maioria tragédias que eram mostradas logo na manchete e em toda a capa, o USA inovava concentrando-se em notícias boas. Mesmo com muitas críticas, em pouco tempo o jornal se solidificou evoluindo bastante, trazendo reportagens maiores, mais detalhadas e instaurando filiais por todo o país. Com menos de dez anos de mercado, o USA TODAY, tornou-se o segundo maior jornal dos Estados Unidos, e alguns anos mais tarde veio a ser o jornal de maior circulação do país. Com esse crescimento, o jornal passou a ocupar espaço não só de forma impressa, mas também televisiva e na rede. Tendo como caráter oferecer uma leitura detalhada, e ao mesmo tempo menos densa que seus concorrentes, a informação de forma rápida o fez ser escolhido o melhor jornal impresso, dentre todos os circulantes até os anos 2000 no país.

Com esse sucesso, o USA Today fez com que os outros periódicos da época se adaptassem às mudanças no cenário impresso. Os outros jornais em mercado sentiram-se no dever de publicarem matérias aliadas com fotos, com cores mais marcantes, contraste visual, textos mais curtos e infográficos.

Este artigo busca analisar o discurso do design gráfico sob a perspectiva de Michel Pêcheux, que teoriza a linguagem como materialização de uma ideologia, e explicita os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. “As palavras, expressões, proposições, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...)” (Semântica e Discurso, 1975, p.160) MICHEL PÊCHEUX

A partir do enunciado no jornal analisado, percebemos que o mesmo nasce a partir do diálogo. Segundo Bakhtin o dialogismo é um elo na cadeia da comunicação verbal, provocando reações-respostas imediatas. (BAKHTIN, 1997 p.320). Já Authier-Revuz (1982) acredita que este dialogismo toma o discurso como resultado do interdiscurso, porém apoia os estudos de Lacan sobre o sujeito e sua relação com a linguagem.

Observando este discurso na capa, também é possível interpretar ideias sob a perspectiva norteada pela semiótica e estética, onde se cria estratégias para envolver pessoas a partir de diversas expressões por meio da força das palavras e imagens (símbólicas, indiciais ou icônicas), provocando sensações e percepções vivenciadas.

2 OBJETIVO

O design gráfico está presente em todas as áreas do Jornalismo, algumas mais evidentes que as outras, mas no caso desse paper o objetivo é analisar a edição gráfica pós-televisiva presente em uma das capas do jornal impresso americano USA Today verificando a opinião nele contida e transmitida pela capa.

A análise visa exemplificar a ascensão do design e a introdução do planejamento visual nos jornais impressos, tomando como norteador da análise o periódico americano, pois foi pioneiro em trazer as artes visuais aliadas ao jornalismo quando a indústria dos impressos estava em crise após o ápice da televisão. Assim, ficou conhecido por inovar o cenário impresso, além de trazer um novo pensamento sobre a forma de noticiar. Analisando o conteúdo da primeira página do dia cinco de Setembro de 1997, em que o USA Today traz uma cobertura completa sobre o funeral da princesa Diana, é possível mostrar a edição gráfica presente nesse jornal e a opinião do mesmo sobre o fato.

3 JUSTIFICATIVA

O design gráfico e planejamento visual são elementos fundamentais na produção de qualquer veículo de informação, seja de conteúdo online ou não. Através deles é possível perceber a “personalidade” do veículo, já que o que se expõe na capa é o que foi definido como mais importante pelos filtros presentes na redação. Em forma de vídeo, imagens ou texto impresso, a maneira que a página será formatada e produzida está diretamente relacionada com a audiência que ela terá e que ideia ela passará.

O planejamento gráfico é tão importante quanto um texto bem apurado e escrito. É função do editor ser o último portão da teoria Gatekeeper e aprovar uma página para impressão, no caso dos jornais. Assim como nos telejornais, se o telespectador desligar ou trocar o canal, a culpa será do repórter que não fez um texto sonoro bom, já nos veículos impressos, se o leitor desistiu da leitura, seja porque a tipografia cansou as vistas, seja porque a página não o agradou ou o confundiu com tantos elementos, é porque a edição gráfica foi falha.

O design gráfico é uma grande área da Comunicação Social que passa despercebida pelos olhos dos leitores e às vezes dos próprios jornalistas, mas que tem tanto poder quanto uma matéria, podendo influenciar e expor ideias do veículo, manipulando a informação através dos elementos visuais presentes.

Para o autor Jorge Pedro Souza, as transformações no design de imprensa podem ser divididas em quatro revoluções. A primeira foi quando os jornais mudam o formato para a imprensa e a segunda quando o fotojornalismo se torna presente nos diários. Assim, no fim dos anos setenta, uma revolução gráfica trouxe o equilíbrio para a forma e conteúdo, assim os jornais passaram a se atualizar trazendo novidades e mais prestação de serviço aos leitores, incluindo infográficos, fotos e textos mais coloridos para se tornar mais convidativo, já que a competição estava maior com a televisão em ascensão.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

O método utilizado foi a análise de conteúdo da primeira página do jornal USA Today, do dia 05 de Setembro de 1997. A atenção da capa fica por conta da notícia do funeral da princesa Diana, que sofreu um acidente de carro. A página, toda dividida entre caixas de texto de diversos tamanhos e formatos trazem informações que se complementam e indicam o lado mais importante e pesado da página, o canto superior direito, o primeiro ponto onde o leitor faz a parada na página. Nesse ponto encontra-se uma fotografia bem grande da princesa sorrindo em primeiro plano e, ao fundo uma montagem de momentos felizes, ela em seu casamento e sentada ao lado dos filhos.

Analisando a capa do jornal USA Today, é possível perceber a relação direta do design gráfico e do seu emprego no jornalismo. O planejamento e execução de uma página são como um cartão de visita para o material presente nela, o design faz qualquer elemento gráfico ou não se tornar convidativo à leitura. Como na capa do jornal analisado, que através do design gráfico fez a estrutura da página ser pensada, criada e finalizada, de maneira clara e objetiva, com formas, padrões e cores que chamem a atenção do leitor. Não é somente o lead e a manchete que seduzem o leitor pela capa, mas o design tem uma forte porcentagem nessa sedução, além de auxiliar na compreensão da notícia. O design inseriu cor e vida às páginas de jornal impressos e assim, através do layout é possível esclarecer, dividir e priorizar os assuntos, separar informações, harmonizar a página, agradar e causar interesse aos olhos do leitor.

O jornal mais vendido dos EUA é patriota, extremamente positivista e visa o bem-estar social. Seu fundador Al Neuharth tinha o objetivo de alimentar um jornalismo de esperança. Desde os primeiros anos do USA Today, a exigência era por uma cobertura que refletisse a diversidade, por este motivo mulheres e minorias costumavam ser destaques na primeira página. A manchete “Despedida da Diana” mostra que mesmo se tratando de morte, o títulos e as imagens ilustrativas conseguem falar sobre o assunto com leveza, por meio da foto alegre, a princesa sorria, junto aos filhos e casamento. Todas as estratégias são bem pensadas para não sair da linha editorial do jornal, que expressa opinião em relação a morte as princesa de maneira a solidarizar-se.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

O Segundo o que a autora Robim Willians fala em seu livro “Design para quem não é designer” os quatro princípios básicos do design são contraste, repetição, alinhamento e proximidade. Analisando a primeira página do jornal, é possível perceber um alto contraste, pelo fundo ser branco e apresentar a tipografia dos títulos em negrito, reforçando a ideia do luto e chamando atenção. O princípio da repetição foi usado na tonalidade, porém não nas formas. Cada caixa de texto está de uma maneira, as fontes e tamanhos não se repetem, o que causa um caos visual. O alinhamento também não foi um princípio bem utilizado, os elementos gráficos aparecem jogados na página e apesar de não variar muito a cor na fonte. Já o princípio da proximidade e diversidade gera uma unidade visual, a proximidade propõe a organização, e a impressão ao analisarmos a página é que teremos informação independente de onde começarmos a leitura, pois todas as notas, chamadas e matérias curtas apresentam imagens, bloco de texto individual e um grid diferenciado.

De forma sucinta, Ellen Lupton e Jennifer Cole Phillips definem o grid como uma rede de linhas que cortam um plano de maneira ritmada, salvo por algumas exceções que o permite ter ângulos e irregularidades. As linhas guias fazem parte de um grid, que dá uma direção e organiza os elementos na página, analisando a primeira página do USA Today dessa data, aparenta ser uma página diagramada com um grid básico de nove quadrados, pois os elementos apresentam ordem e ocupam todo espaço da página, recordando os primeiros jornais impressos da história.

A página estudada em questão apresenta uma simetria distorcida, nenhum elemento se repete em ambos os lado, mas como não há uma boa divisão, um lado acaba mais pesado do que o outro, isso ocorre pela foto da Diana ocupar mais da metade da página. Os textos na vertical ocupam toda a folha, cansariam a vista do leitor logo de imediato, mas as margens e

as colunas bem delimitadas separam o conteúdo fazem o leitor descansar os olhos em apenas um por vez. A capa foi feita em muitas cores por causa da predominância das fotos, mas ao preto e o azul, que é a cor do jornal, são mais presentes. Um ponto de atenção é a bandeira da Inglaterra acima do nome e ano de nascimento e morte da princesa.

A tipografia escolhida para a capa, apesar de usar tipos diferentes, não gera conflito direto. São usadas várias fontes de tamanhos e formas distintas, inseridas de diversas maneiras na página. A manchete “Farewell Diana” aparece emoldurando a foto principal e está em caixa alta. Logo abaixo vem o nome da chapa ganhando destaque com uma fonte especial e em caixa alta. Também aparece um contragrafismo e bastante espaçamento entre uma letra e outra. Não há vazamento presente nos títulos o que carrega um pouco mais a página, mas em compensação o contragrafismo está equilibrado fazendo a página, mesmo que bastante cheia, também harmônica.

A página segue um ritmo, sendo possível ver a repetição nas colunas, nas chamadas das laterais e nas cores usadas para títulos que falam de assuntos afins, como nas chamadas das matérias. A linha, por mais que seja invisível tem o efeito de conectar os textos, o alinhamento foi usado na página com o intuito de limpar visualmente e organizar cada matéria no seu lugar. O alinhamento traz coesão ao texto, agrupando as informações e delimitando os espaços de cada. Juntamente com as linhas, também é mantido o princípio da proximidade como nas chamadas, classificados e o lead da manchete se mantendo próximos, causa uma organização na página e no canto inferior uma manchete falando da comoção das pessoas pelo mundo inteiro.

6 CONSIDERAÇÕES

Planejar uma edição multimídia ou impressa é uma dupla dificuldade quando o editor não se coloca no lugar do público. Na web, cada vez mais o tempo é corrido e a paciência curta. A edição gráfica vai bem além de dominar o InDesign e o Photoshop, vai além de saber fazer uma página visualmente atraente com textos sintéticos e bem escritos. A edição gráfica, além de juntar todos os preceitos de qualquer boa edição jornalística, deve ser publicitária o suficiente para convidar e convencer o leitor de permanecer ali. Através do conteúdo, pelas cores ou pela harmonia visual, a edição tem um enorme peso na decisão do leitor, que se interessa pela primeira página e compra o jornal, ou no caso da web, que opta por uma página, mesmo quando tantos outros sites poderiam ser visitados naquele momento.

O editor deve facilitar e tornar a leitura mais agradável possível. Assim, são usados os elementos de destaque em uma página, que são os que informam à primeira vista e também os que fazem o leitor ficar por ali e prosseguir a leitura. No livro “Webwritting”, Bruno Rodrigues resalta os cuidados a serem tomados na criação de uma página para web e que também valem para a diagramação de qualquer página. Uma simples cor, enquadramento na foto principal ou a fonte podem mudar o sentido da matéria que foi feita. O design gráfico pode ser tendencioso e expressar muita opinião sem ser necessário uma sequer letra, assim como pode fazer os leitores abandonarem um portal de notícias se a página não for interessante o suficiente visualmente.

A edição gráfica deve ser realizada de maneira que o público compreenda as informações através dos elementos de destaque, que são eles: os infográficos, que sintetizam bastante informação de uma só vez em um pedaço da página, o próprio título, as linhas de apoio

que realizam uma quebra visual na página e descansam a visão, assim como o “olho” no meio da caixa de texto e as fotos. Os elementos de destaque prendem a atenção e informam, mas aguçam o leitor a seguir a leitura para a compreensão total do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA JR., Luiz Costa. Guia para a Edição Jornalística. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

BUCCI, Eugênio. Sobre Ética e Imprensa. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RODRIGUES, Bruno. Webwritting – Redação para a mídia digital. São Paulo: Atlas, 2014.

DIAS, Kadu. USA Today. (Em: <[http:// http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/07/usa-today-number-1-in-usa.html](http://http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/07/usa-today-number-1-in-usa.html) >. Acesso em: 07 Julho 2015.)

LUPTON, Ellen e PHILLIPS, Jennifer Cole. Novos fundamentos do design. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

SAMARA, Timothy. Grid - Construção e Desconstrução. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual. 2ª edição. São Paulo: Callis, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos do Jornalismo Impresso. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. 2001. Disponível em: (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>)

OLIVEIRA, Maria Angélica. Dialogismo: A ordem do enunciado file:///C:/Users/user/Downloads/4656-8361-3-PB.pdf

LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS Michel Pêcheux - (1938-1983): É considerado uma das figuras mais importantes da Análise do Discurso Francesa.
<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/home/lerArtigo.lab?id=48&cedu=1>

MOURA VASCONCELOS, Marilda Franco. Arquitetura do discurso: Análise semiótica e estética de Terra Sonâmbula. Acesso em: 09 Dez 2015. Disponível em: http://conferencias.ululsofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/363/346



